

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDUARDO FABIANO PEREIRA

ENTRE AMADORES E PROFISSIONAIS: OS AGENTES POLÍTICOS DA  
OFICIALIZAÇÃO DO FUTEBOL PROFISSIONAL PARANAENSE

CURITIBA  
2014

EDUARDO FABIANO PEREIRA

**ENTRE AMADORES E PROFISSIONAIS: OS AGENTES POLÍTICOS DA  
OFICIALIZAÇÃO DO FUTEBOL PROFISSIONAL PARANAENSE (1930-1945)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Linha de Pesquisa: Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimentos na história, Departamento de História, Setor de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Paraná, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Ribeiro

CURITIBA  
2014

Catálogo na publicação  
Fernanda Emanóela Nogueira – CRB 9/1607  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Pereira, Eduardo Fabiano

Entre amadores e profissionais : os agentes políticos da oficialização do futebol profissional paranaense (1390 – 1945) / Eduardo Fabiano Pereira – Curitiba, 2014.

173 f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Ribeiro

Dissertação (Mestrado em Historia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Futebol – Paraná - História. 2. Profissionalismo no esporte.  
3. Conselho Regional de Desportos do Paraná. I. Título.

CDD 796.334



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

**E-mail:** cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br

### **PARECER DA BANCA EXAMINADORA**

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Eduardo Fabiano Pereira, intitulada: **Entre amadores e profissionais: os agentes políticos da oficialização do futebol profissional paranaense (1930-1945)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua.....*APPROVAÇÃO*., completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e nove de agosto de dois mil e quatorze.

Prof. Dr. Luiz Carlos Ribeiro (Orientador)  
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Sérgio Settani Giglio (UNINOVE)  
1º Examinador

Prof. Dr. Hilton Costa  
2º Examinador

À minha família. À minha esposa.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo deste trabalho, muitas pessoas foram fundamentais. Algumas, sequer sabiam quanto ou mesmo, que estavam ajudando. Faziam apenas o que lhes parecia correto, desinteressadamente. A estas pessoas, cabem algumas palavras gentis registradas oficialmente. Para não cometer injustiças, seguirei cronologicamente o percurso dos últimos anos. Começando em meados de 2011, quando, ainda sem qualquer ideia definida do que estudar, tive a primeira conversa com meu grande amigo João Luís da Silva Bertolini. Naquela tarde ensolarada regada a uma de nossas boas conversas, sobre passado e futuro, me defini pelo futebol. Pelas inúmeras acolhidas em Curitiba, pela paciência com a qual ele e sua esposa, Solange Maria do Nascimento, sempre me trataram, seguem meus votos de harmonia e saúde ao casal.

Deste momento em diante, um pequeno grupo de pessoas assumiu a responsabilidade por me manter no rumo. A começar por outro grande amigo, André Akamine Ribas, que passou pela difícil tarefa de ler e reler os escritos iniciais e principalmente, de me ajudar a controlar as infundáveis dúvidas bem como, a ansiedade. Além disso, talvez mais importante, esteve sempre lá, no boteco, quando precisei rir e reclamar ou simplesmente, bebericar. Naquele espaço, outras pessoas foram ganhando importância e se tornando também, além de amigos, parte de um grupo de apoio incondicional: Hilton, Almir, Fabi, Ana, Fabrício, Aurélio e Cesar, companheiro dos “gloriosos tempos da graduação”. E o que se pode dizer do Hilton Costa? Das longas conversas pelas madrugadas curitibanas, até a banca, sempre um *role model*. Tenho orgulho de tê-los como amigos.

Também me ajudaram imensamente, algumas pessoas com quem travei contato nos momentos iniciais da pesquisa. Aos membros do grupo Helênicos, responsáveis por tentar manter viva a memória e os arquivos do Curitiba Foot Ball Club, em especial, ao Guilherme Straub. Também ao professor Heriberto Ivan Machado, enciclopédia viva do Clube Atlético Paranaense e do futebol paranaense, que me acolheu em sua casa durante duas longas conversas sobre os bastidores do esporte. Igualmente, ao ex jogador de Atlético e Curitiba, Ayrton “Lolô” Cornelsen, cuja rápida entrevista concedida, rendeu a dica fundamental para o problema inicial, quando minhas fontes ainda eram escassas.

Tudo isso, apenas para chegar até o dia em que finalmente tive o primeiro contato com meu orientador Luiz Carlos Ribeiro, quando, querendo falar sobre o projeto, acabamos debatendo quase exclusivamente sobre Norbert Elias. Pela simpática acolhida, bem como pela posterior orientação, meu agradecimento. Algo que se estende aos membros do Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade, aos professores André Capraro e Miguel Arcanjo, e aos colegas mestrandos e doutorandos, especialmente, Jonathan Uewerton de Souza e Ernesto Sobocinski Marczal. Ainda, aos funcionários do DEAP que, à moda arqueológica, me ajudaram a “escavar” o arquivo público paranaense, que acabou rendendo a descoberta acidental do acervo do Conselho Regional de Desportos, sem o qual, esta pesquisa seria impossível. Também, à Maria Cristina do Programa de Pós Graduação em História - UFPr, bem como aos professores Sérgio Odilon Nadalin, Luis Geraldo e Ana Paula Vosne Martins. Sem esquecer, de Sergio Settani Giglio, figura gentil e simpática que como atacante matreiro, surgiu quase no apagar das luzes.

Os erros são meus. Os acertos, todos nossos.

## RESUMO

Esta pesquisa procura compreender a atuação de quatro agentes políticos do campo esportivo paranaense, no período compreendido entre a Revolução de 1930 e o fim do primeiro período Vargas, em 1945. Utilizando o conceito de campos de Pierre Bourdieu, objetiva-se demonstrar que as transformações do campo esportivo paranaense ao longo do período, estiveram interligadas às transformações do campo político nacional. Analisando o processo de oficialização e profissionalização do futebol paranaense, através da imprensa esportiva e da documentação oficial do Conselho Regional de Desportos do Paraná, aqueles quatro agentes, militares de carreira, “tenentistas” dos anos 1920, promovidos aos postos de capitães e maiores no período pós revolucionário, travaram uma disputa política e esportiva pelo controle das estruturas administrativas e de comando do campo esportivo paranaense. Considerando ainda, o profissionalismo no futebol, como um dos principais temas em debate naquele período, analisa-se a constituição do Conselho Regional de Desportos como um braço político do Estado Novo, inserido na estrutura do campo esportivo com a função de fiscalização de todas as atividades referentes àquela, incluindo a fiscalização dos contratos profissionais. Resultando, no estabelecimento de uma “ponte” burocrática e sobretudo, de um canal de comunicação entre a estrutura diretiva do futebol e os meandros da política nacional.

Palavras-chave: Estado Novo. Futebol Paranaense. Profissionalismo. Conselho Regional de Desportos.

## **ABSTRACT**

An analysis of the process of the implementation of an official policy of the government towards football and that of the transition of its athletes from the status of amateurs to professionals, through the local sports media and the official documentation of the Conselho Regional de Desportos do Paraná, this dissertation investigates four political agents and their activity in the paranaense sports field, during the period understood as the Revolução de 1930 and the end of the first Vargas administration in 1945. Employing the concept of Pierre Bourdieu of fields, the purpose of this work is to demonstrate that these four political agents, also military officers implicated in the tenentistas movement of the 1920's, that were afterwards promoted in the armed forces hierarchy, in the aftermath of the 1930 revolution, disputed over the control of the administrative structure and the command over the paranaense sports field, in a political and sport quarrel. While considering, the main debate of that period, the transition of an amateur football structure towards a professional configuration, and the establishment of the Conselho Regional de Desportos a governmental branch functioning as political intervention of the Estado Novo in the sports structure, with the purpose of maintaining a surveillance over all the activities of the sports field including the athletes contracts. Resulting in the establishment of a bureaucratic channel between the sports elite leaders and the meander of national politics.

Key-words: Estado Novo. Futebol Paranaense. Profissionalismo. Conselho Regional de Desportos.

## LISTA DE SIGLAS

AL	- Aliança Liberal
AMEA	- Associação Metropolitana de Esportes Atléticos
APEA	- Associação Paulista de Esportes Atléticos
CBD	- Confederação Brasileira de Desportos
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
CND	- Conselho Nacional de Desportos
CRD	- Conselho Regional de Desportos
DOPS	- Delegacia de Ordem Política e Social
EIM	- Escola de Instrução Militar n.321
FBF	- Federação Brasileira de Futebol
FEB	- Força Expedicionária Brasileira
FPF	- Federação Paranaense de Futebol
FIFA	- Fédération Internationale Football Association
FPD	- Federação Paranaense de Desportos
LAP	- Liga Atlético Paranaense
LCEA	- Liga Curitibana de Esportes Atléticos
LCF	- Liga Carioca de Futebol*
LCF	- Liga Curitibana de Futebol
LFPG	- Liga de Futebol de Ponta Grossa
PRB2	- Rádio Clube Paranaense
PLP	- Partido Liberal Paranaense
PSD	- Partido Social Democrata
PSN	- Partido Social Nacionalista
RVPPrSC	- Rede Viação Paraná Santa Catarina
URP	- União Republicana Paranaense

---

\* Como existem no mesmo período, duas entidades cuja sigla é LCF, a carioca será sempre citada por extenso. Quando citada apenas a sigla, a referência é à Liga Curitibana.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1. APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS.....	8
1.2. ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS.....	12
1.3. NOTAS SOBRE AS FONTES.....	14
1.4. SOBRE A ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS.....	20
<b>2. PROFISSIONALISMO “À BRASILEIRA”: ASPECTOS POLÍTICOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROFISSIONALISMO NO FUTEBOL PARANAENSE..</b>	<b>23</b>
2.1. CISÃO NACIONAL E ADESÃO PARANAENSE AO PROFISSIONALISMO..	33
2.2. A ASCENÇÃO DOS “TENENTES REVOLUCIONÁRIOS”.....	45
2.2.1. O Major Antonio Couto Pereira e o Coritiba Foot Ball Club.....	49
2.2.2. O Capitão Francisco de Paula Soares Netto e a FPD.....	53
2.3. A CARGA DOS “TENENTES REVOLUCIONÁRIOS”.....	56
2.3.1. Aspectos Econômicos do Futebol Profissional Paranaense.....	61
2.3.2. Os “Tenentes Revolucionários e a Fundação da Federação Paranaense de Futebol.....	66
<b>3. “NOSSO PARTIDO É O PRESIDENTE”: IDEOLOGIA, COPA DO MUNDO E NACIONALISMO NO CAMINHO DA OFICIALIZAÇÃO DOS ESPORTES.....</b>	<b>78</b>
3.1. IMPRENSA ESPORTIVA, OFICIALIZAÇÃO E PROFISSIONALISMO.....	89
3.2. A PACIFICAÇÃO DO CAMPO ESPORTIVO PARANAENSE E A OFICIALIZAÇÃO DOS ESPORTES.....	97
<b>4. PARA ACABAR COM A “BRIGALHEIRA”: AS INTERVENÇÕES FEDERAIS E A BUROCRATIZAÇÃO DO CAMPO ESPORTIVO PARANAENSE.....</b>	<b>104</b>
4.1. ROTINAS ADMINISTRATIVAS DO C.R.D.....	112
4.2. O “DIA D” DE CLARO AMÉRICO GUIMARÃES.....	122
4.2.1. Um Novo CRD: O Major Guilherme Catramby Filho.....	132
4.2.2. O “Tenente” do Atlético: O Capitão Manoel Freitas Valle Aranha.....	133
4.3. O PROFISSIONALISMO ATRAVÉS DA BUROCRACIA ESTATAL.....	139
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>148</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>152</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>160</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto o processo de oficialização e profissionalização do futebol paranaense durante o primeiro período Vargas. Recorte que se insere no conjunto de estudos sobre as relações entre futebol e política, a partir da atuação de quatro agentes políticos, identificados pela sua participação nos movimentos “tenentistas” dos anos 1920 e pela ascensão política no período pós revolucionário. Considera-se o período compreendido entre 1930 e 1945, como a expressão histórica, geograficamente localizada, de um processo multifacetado no qual, as tensões entre o esforço modernizador do governo federal e a permanência de tradições liberais do período pré revolucionário, estavam permanentemente colocadas na esfera pública.

Ao longo dos anos 1930 e 1940, o futebol brasileiro passou por uma transformação que, para além de sua popularização, fez surgir no país um mercado de jogadores profissionais. As disputas nos principais campeonatos regionais, conforme o profissionalismo se impunha às formas amadoras de prática da modalidade, tornaram-se cada vez mais polarizadas entre os clubes que dispunham de maiores somas para a contratação de jogadores.<sup>1</sup> Como decorrência, consolidou-se no mesmo período, uma imprensa especializada e ao menos em parte, profissional. As transmissões radiofônicas se tornaram comuns e ajudaram a ampliar a participação do público nos jogos de futebol, principalmente os da seleção brasileira, cujo grande momento, neste período, ocorreu em 1938, durante a disputa da Copa do Mundo.

Jogadores negros e mestiços, de origem pobre, compunham a maioria dos atletas profissionais que integravam aquele selecionado em que se destacavam Domingos da Guia e Leônidas da Silva. Sobre os quais, recaiam especulações constantes de somas vultosas para sua contratação, fosse por clubes brasileiros ou do exterior.<sup>2</sup> Mas a grande maioria dos jogadores profissionais que atuavam no país,

---

1 Embora soe anacrônica, esta afirmação pode ser inferida do cruzamento dos resultados competitivos dos clubes que adotaram o profissionalismo no período. Estabelecendo uma relação clara, já no início dos anos 1940, entre o orçamento anual dos elencos profissionais e os resultados esportivos. Para o caso paranaense, este levantamento será apresentado no quarto capítulo.

2 Por exemplo, em 1935, quando Domingos da Guia se transferiu do Nacional do Uruguai para o Boca Juniors da Argentina, o valor total da transferência, divulgado pelos jornais brasileiros, era de 150 contos de réis. Para que se tenha ideia do significado deste número, entre 1929 e 1931, o Coritiba Foot Ball Club havia feito empréstimos que giravam em torno de 200 contos de réis para compra do terreno e construção de seu estádio

ganhavam valores modestos. Naqueles primeiros momentos do futebol profissional, estes atletas eram considerados “artistas” de final de semana, sendo que muitos deles mantinham empregos paralelos ao futebol, fosse no setor público ou privado.<sup>3</sup>

Apesar de implantado no Brasil em 1933, no contexto de desenvolvimento da legislação trabalhista pelo governo federal, o profissionalismo não era uma unanimidade no campo esportivo.<sup>4</sup> Antes, foi fruto de uma discordância entre clubes e entidades dirigentes do país fazendo com que, por algum tempo, existissem duas entidades máximas a gerir o futebol: a nova Federação Brasileira de Futebol (FBF), favorável ao regime misto que permitia a contratação de jogadores profissionais; e a antiga Confederação Brasileira de Desportos (CBD) que, ainda orientada pelos ideais esportivos elitistas do início do século, resistia ao profissionalismo como podia, sendo sua principal carta na manga, o fato de ser a única entidade reconhecida pela FIFA e portanto, a única capaz de representar o país em competições internacionais.

A cisão no comando do futebol brasileiro, chamada pelos jornais da época de “o problema da dualidade institucional”,<sup>5</sup> se arrastou até 1936, quando Luiz Aranha foi eleito presidente da CBD. Sob sua orientação, o problema que já durava três anos, seria resolvido em pouco tempo, o que se explica, para Carlos Eduardo Sarmiento, pela biografia de Aranha:

[...], Luiz era irmão mais novo de Oswaldo Aranha, expoente da política rio-grandense e um dos principais articuladores civis da Revolução de 30. Advogado com aguerrida militância política, foi nomeado secretário do Ministério da Justiça pelo irmão, [...], e dedicou-se à criação do Clube 3 de Outubro, associação política que tinha por objetivo ampliar a participação dos chamados tenentes no governo revolucionário. O prestígio de que gozava entre líderes políticos e empresariais da capital transformariam “Lulu” Aranha em peça-chave de muitas das articulações que definiram a vida política da cidade do Rio de Janeiro nos anos 1930. [Tornou-se] uma das primeiras lideranças tenentistas a apoiar o endurecimento e a extrema centralização que marcariam o governo Vargas a partir do final do ano de 1935. Não há, portanto, como dissociar sua chegada à presidência da CBD de uma ação dirigida pelo governo federal.<sup>6</sup>

---

com capacidade aproximada de 8 mil pessoas. Conforme: DOMINGOS vae-se embora... **A Noite**. Rio de Janeiro, 7 mar. 1935. p.8. Os dados referentes ao estádio do Coritiba baseiam-se em: CORITIBA FOOTBALL CLUB. **Relatório dos Trabalhos dos anos de 1930-1931**. Curitiba, Livraria Universal, 1931.

3 Este assunto será abordado no segundo capítulo.

4 A discussão se arrastava pelo menos, desde meados dos anos 1920, grandemente influenciada pela prática do chamado “amadorismo marrom”, em que os clubes remuneravam seus atletas extra oficialmente.

5 A existência de duas entidades nacionais criou inúmeros problemas para a formação da seleção brasileira que disputaria a Copa de 1934. Em função deste episódio, o termo se tornou comum nas páginas esportivas.

6 SARMENTO, C. E. **A Regra do Jogo**: uma história institucional da C.B.F. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

Em suma, Sarmento defende que Luiz Aranha teria se constituído em uma ponte entre os dirigentes da CBD e o governo Vargas. Porque se de um lado contava com o aval de Vargas, de outro, como fora eleito pelos próprios dirigentes da CBD, seria o representante do “[...] consentimento dos dirigentes a uma intervenção do governo federal.”<sup>7</sup> Aranha teria sido, portanto, o agente responsável tanto por manter o futebol brasileiro sob comando centralizado, quanto pela representação dos interesses da classe dirigente daquela modalidade. Ao fim e ao cabo, o profissionalismo defendido pelos dissidentes da FBF acabou se impondo à resistência da CBD, porém, o capital político de Luiz Aranha teria rendido a esta última, sua sobrevivência.

A disputa iniciada em 1933, deixara de ter seu foco centrado na questão do profissionalismo para se tornar, quase exclusivamente, uma disputa pelo controle político do futebol brasileiro, decidida na reta final, pelo capital político depositado em Luiz Aranha. Ao longo desta primeira etapa do processo, as principais questões em pauta estavam relacionadas, principalmente, com a preocupação de que o governo federal interviesse para permitir que a seleção brasileira pudesse contar com seus melhores atletas, e não apenas os que estivessem sob registro de uma ou outra das entidades nacionais.<sup>8</sup> Uma vez resolvido o problema, na esteira do bom desempenho da seleção de 1938 e já contando com os poderes discricionários que lhe conferia o Estado Novo, Vargas pode promulgar seus primeiros decretos lei para o esporte.

Assim, ainda em 1939, foi anunciada a criação da Comissão Nacional de Desportos, cuja função era estudar o problema do esporte nacional e criar um plano para o seu desenvolvimento.<sup>9</sup> Em 1941, a comissão ganhou caráter permanente com o nome de Conselho Nacional de Desportos (CND), para o qual deveria haver uma

---

Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1669.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1669.pdf)>. Acesso em: 12/05/2012. p.58.

7 SARMENTO. *Op. Cit.* p.58.

8 Thomaz Mazzoni, um dos principais cronistas do período, escreveu, por exemplo, em fins de 1938: “Não é mais possível que o esporte brasileiro viva a margem dos princípios e da doutrina do Estado Novo!” Ainda afirmava na mesma coluna, referindo-se a Luiz Aranha, que o homem para comandar o futebol já existia e já estava no lugar certo, a CBD, bastando portanto, que o governo parasse de adiar a solução dos problemas do esporte e do futebol. Conforme: NÃO Percamos Mais Tempo!... **Correio do Paraná**. Curitiba, 30 dez. 1938. p.4.

9 Conforme: BRASIL. Decreto-Lei n. 1.056, de 19 de janeiro de 1939. Institue a Comissão Nacional de Desportos. **Senado Federal**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=3448&norma=7887>>. Acesso em: 13/10/2013.

contraparte em cada região do país: os Conselhos Regionais de Desportos (CRD). No texto do decreto lei 3199 de abril de 1941, que oficializava os esportes como responsabilidade do Estado, preconizava a alínea *b* do artigo 3º que a função dos Conselhos era:

Incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativos por excelência e, ao mesmo tempo, exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro dos princípios da estrita moralidade.<sup>10</sup>

O problema que se apresentava, a partir deste momento, era o da sobreposição de uma normatização federal que visava uniformizar as relações entre clubes e atletas, definindo-as claramente entre duas categorias distintas (amadores e profissionais), às relações informais que vinham se desenvolvendo no campo esportivo. Além disso, a própria estrutura do campo esportivo, baseada na livre associação e na pluralidade de clubes e entidades dirigentes, se opunha ao novo regime político, sobretudo a partir do Estado Novo, que segundo Eduardo Dias Manhães, se constituía no entorno dos:

[...] pressupostos referentes ao projeto de sociedade hegemônica, em detrimento daqueles explícitos na ordem liberal das entidades desportivas, passando necessariamente pela inviabilização do conflito ou pelo arbitramento dos já existentes e tendo por consequência o fim do pluralismo, a publicização das entidades desportivas, a intervenção e o controle delas.<sup>11</sup>

Neste processo, as palavras-chave no discurso oficial, ressaltadas por Manhães, eram a “disciplina” e a “pacificação” do esporte.<sup>12</sup> Palavras que ganharam força não apenas porque constavam do programa geral de criação de uma “sociedade hegemônica” mas também, porque aos olhos do governo federal, o profissionalismo do futebol havia sido o principal responsável pela “brigalheira geral”<sup>13</sup> que forçosamente afetava todo o esporte nacional.

10 Conforme: BRASIL. Decreto- Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. **Senado Federal**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=130940&norma=152593>>. Acesso em: 13/10/2013.

11 MANHÃES, E. D. **Política de Esportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p.36.

12 *Idem*. p.37.

13 *Ibidem*. p.36-37. Expressão de João Lyra Filho, primeiro presidente do CND, ao referir-se aos motivos da oficialização dos esportes pelo governo federal.

Além disso, o esporte, fosse profissional ou amador, se enquadrava em outro subconjunto da política de Vargas. Servia, em termos da época, ao “desenvolvimento eugênico da raça brasileira”.<sup>14</sup> Fazia parte da educação moral e cívica da nação, da manutenção da saúde e desenvolvimento dos ideais patrióticos na juventude.<sup>15</sup> Neste subconjunto, o futebol era a modalidade mais popular e também, na prática, a única que podia manter atletas profissionais. Enquanto expoente máximo do esporte no país, a seleção brasileira era o principal veículo de propaganda daquele ideário e como tal, não poderia estar sujeita as intempéries administrativas que haviam marcado as primeiras décadas do futebol brasileiro. Tanto menos, às disputas e rivalidades regionais.<sup>16</sup>

Neste sentido, é preciso repassar a trajetória pela qual o governo procurou manter o futebol brasileiro sob um comando centralizado, para depois, controlar sua estrutura diretiva. Se tomarmos a eleição de Luiz Aranha como um dos primeiros passos de Vargas rumo a oficialização dos esportes, veremos que as primeiras medidas adotadas pela CBD sob sua batuta, ocorreram no sentido de se estabelecer negociações diretamente com clubes e entidades dirigentes regionais que haviam se filiado a FBF desde 1933. Se funcionasse, a estratégia de Aranha esvaziaria o grupo dissidente, tornando mais simples encerrar a cisão no futebol. Neste ponto, fica claro que não se pode entender este processo sem que se leve em consideração as negociações ocorridas entre as cúpulas diretivas regionais e a nacional.

---

14 Esta expressão era bastante comum nos discursos de cronistas e dirigentes do período, e encerrava o que se entendia ser a principal função do esporte no país. A palavra eugenia, neste caso, carrega a herança dos ideais higienistas do início do século, mas, não tem, necessariamente, relação com a questão do “branqueamento” da raça.

15 Segundo Maurício Parada, ao longo dos anos 1930: “[...] crescia, entre os militares, médicos higienistas e pedagogos, uma preocupação com a prática desportiva. Esses especialistas vão produzir uma interpretação fundamentalmente moral sobre o tema: a prática desportiva como lazer inócuo para as massas ou como fonte de ganhos materiais seria condenada pelos intelectuais das escolas, dos hospitais e das casernas. Para eles, o esporte e o aprimoramento físico deveriam estar relacionados a ideais muito mais elevados; seja a melhoria do tipo racial, seja a intensificação do sentimento cívico de dedicação à comunidade nacional.” Em: PARADA, M. *Corpos Físicos Como Corpos Cívicos: Práticas Desportivas e Educação Física no Brasil sob o Estado Novo*. In: SILVA, F. C. T. da; SANTOS, R. P. dos. **Memória Social dos Esportes**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. v.2. p.155-183. p.156.

16 A respeito dos conflitos entre entidades dirigentes no entorno de rivalidades esportivas e políticas no futebol do início do século XX, ver: SARMENTO. *Op. Cit.* Para o caso paranaense, ver: CAPRARO, A. M. **Football, uma prática elitista e civilizadora: investigando o ambiente social e esportivo paranaense do início do século XX**. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

Como as dimensões deste trabalho não permitem tratar de todo o território nacional, torna-se necessário estabelecer um recorte inicial pelos interlocutores da CBD em uma única região, no presente caso, o Paraná, onde, segundo Francisco Genaro Cardoso, principal cronista esportivo paranaense do período, ocorreu o “[...] episódio mais importante do ano futebolístico.”<sup>17</sup> Cardoso se referia a adesão da Federação Paranaense de Desportos (FPD) à CBD, em junho de 1936, após esta ter estado ao lado dos dissidentes da FBF desde o início da cisão, em 1933. O cronista afirmava que: “[...] a adesão do Paraná à C.B.D. precipitou o fim da cisão no futebol brasileiro.”<sup>18</sup>

Diante desta afirmação, cabe a nós tentar entender porque a adesão do Paraná, havia sido tão importante, principalmente considerando que, ao longo daquele ano, o que se percebe nas páginas esportivas, é muito semelhante a uma debandada de clubes e entidades dirigentes, país afora, rumo a FBF.<sup>19</sup> Remando “contra a maré”, a volta do Paraná à CBD, representava a defecção de um estado originalmente alinhado à FBF, entidade para a qual, parecia pender a balança esportiva, na medida em que a maioria dos grandes clubes do país se encontravam filiados aquela entidade. Por outro lado, conforme afirmamos anteriormente, o capital político de Luiz Aranha estava empenhado em favor da CBD. Suas ligações no estado do Paraná, também evidenciadas por Cardoso, apontam para o major Antonio Couto Pereira, presidente do Curitiba Foot Ball Club e para o então capitão Francisco Paula Soares Netto.<sup>20</sup> O ponto comum entre eles é a própria Revolução de 1930 e assim como a biografia de Aranha ajuda a explicar sua presença na CBD, as biografias de Couto Pereira e Paula Soares, também ajudam a explicar o porque de serem eles, os principais agentes da CBD no Paraná.

Ambos tiveram atuações destacadas no levante de 1930. Sendo que em 1936, eram, sem sombra de dúvidas, as grandes *personas* do futebol paranaense.<sup>21</sup> Ao longo do primeiro período Vargas, entretanto, outros dois “revolucionários”,

17 CARDOSO, F. G. **História do Futebol Paranaense**. Curitiba: Grafipar, 1978. p.89.

18 *Idem*.

19 Nos meses que se seguiram a “reversão” do Paraná à CBD, a entidade nacional perdeu a filiação da Federação Paranaense, dos principais clubes do Rio Grande do Sul e do Bangu do Rio de Janeiro. Conforme: OS ÚLTIMOS dias da CBD. **Correio do Paraná**. Curitiba, 8 jul. 1937. p.4.

20 CARDOSO. *Op. Cit.*

21 Para a participação de Couto Pereira no levante de 1930, ver: TOURINHO, P. A Vida de um Revolucionário. *In: A REVOLUÇÃO de 1930 no Paraná*. **Boletim** [do] Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, Curitiba, v. 21, 1974. Para a participação de Paula Soares, ver: BARACHO, M. L. G. **Paula Soares: ser e fazer**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2002.

também ganharam destaque no campo esportivo paranaense, todos, com algumas características em comum, sobretudo, os fatos de terem sido militares de carreira; tenentes nos anos 1920 e por fim, o fato de que estiveram, assim como Luiz Aranha, entre os “revolucionários” que apoiaram Getúlio Vargas em sua marcha rumo ao Distrito Federal. Eram eles:

a) Antonio Couto Pereira; eleito deputado estadual em 1934; presidente do Coritiba Foot Ball Club em 1927 e entre 1930 e 1945; presidente do CRD de 1941 a 1943.

b) Francisco de Paula Soares Netto; eleito deputado federal em 1934; presidente do Britannia Sport Club de 1939 a 1941; presidente da Federação Paranaense de Desportos em 1930 e 1933; presidente da Federação Paranaense de Futebol de 1941 a 1942.

c) Manoel Aranha; presidente do Clube Atlético Paranaense de 1943 a 1945; indicado a presidência do CRD em 1945.

d) Guilherme Catramby Filho, atleta olímpico em 1936, presidente do CRD de 1943 a 1944.

Estas quatro personagens compõe um núcleo de oficiais militares, que no Paraná, conduziram o futebol em seu processo de profissionalização. Neles se concentra nossa análise, procurando demonstrar, considerando o contexto nacional e as relações com a cúpula diretiva da CBD, qual foi o papel desempenhado por estes “tenentes revolucionários”, enquanto agentes políticos durante o processo de profissionalização do futebol paranaense, ao longo do primeiro período Vargas.

## 1.1. APONTAMENTOS HISTORIOGRAFICOS

O futebol paranaense tem sido tema de pesquisas historiográficas apenas recentemente. Um dos primeiros trabalhos a tratar do assunto, é a dissertação de André Mendes Capraro que procurou compreender as transformações ocorridas na sociedade curitibana com o estabelecimento de dois clubes de futebol e de uma liga esportiva, no início do século XX. A pesquisa de Capraro, trata indiretamente, do próprio Clube Atlético Paranaense, ao revelar a história dos dois clubes que o fundaram. Sobre o processo de fusão e fundação do novo clube, afirma o autor que:

Os clubes dos elitistas – Internacional F. C. E o América F. C. - por exemplo, [...] iriam passar por sérias dificuldades tendo que se fundir, formando uma equipe nova: o Clube Atlético Paranaense. Por causa desta fusão aconteceria a formação de uma nova identidade clubística que, contrariando a popularidade que o novo time já possuía, fazia questão de manter as características típicas de um “clube elitizado”.<sup>22</sup>

Elitistas, bem entendido, eram os sócios daqueles clubes fundadores, muitos deles membros da elite política e econômica do Paraná, que passariam a compor, em 1924, a diretoria do Atlético. De certa forma, a presente pesquisa se inicia a partir deste ponto, ou seja, da percepção do clube não como um clube “da elite” ou “de elite” mas, como um clube dirigido por uma parcela da elite política e econômica local. No início dos anos 1930, esta elite se fazia representar sobretudo, pelas famílias Munhoz da Rocha e Camargo, sendo os dirigentes mais ativos, o próprio Bento Munhoz da Rocha Neto, que viria a ser governador do estado, Fernando Alves de Camargo, filho de Afonso Alves de Camargo, presidente paranaense deposto pela Revolução de 1930 e Claro Américo Guimarães, sobrinho do último e primo do penúltimo.

Outro trabalho recente a respeito do futebol paranaense, é a pesquisa de Celso Molleta Junior sobre as origens do Curitiba Foot Ball Club. Também partindo de Elias, Molleta procurou entender a importância do clube na formação do espaço social do futebol na cidade. Também neste caso, os estereótipos de identificação social emergem para serem questionados. Assim, a respeito da ligação entre o clube e a comunidade imigrante, afirma o autor:

---

<sup>22</sup> CAPRARO. *Op. Cit.* p.141-142.

Quebra-se, também, o tabu que sempre existiu acerca de o Coritiba ter sido um clube de “alemães ricos”. Não era apenas de alemães, mas de suíços, austríacos, dinamarqueses, entre outras origens étnicas, dentro de uma característica que os ligava, a de serem comerciantes ou industriais. Dessa maneira, podemos observar que o Coritiba foi de início um clube que agregou os mais variados descendentes étnicos, mas, de uma mesma característica sócio econômica.<sup>23</sup>

Molleta demonstra em seu estudo, que o Coritiba, apesar de fundado no interior de uma sociedade cultural de origem alemã, contava entre seus sócios, com outras etnias descendentes e imigrantes. De fato, quando analisamos o quadro de sócios do Coritiba já nos anos 1940, percebe-se a grande influência da imigração na composição do clube. Pelo menos 50% dos sócios listados em 1942,<sup>24</sup> podem ser claramente identificados com ao menos uma das etnias citadas por Molleta. Muitos deles, donos de indústrias e comércios da região, como as famílias Hauer, Essenfelder, Egg, entre outras.

Na esfera pública curitibana, foram estes dois clubes que se estabeleceram ao longo do tempo, como os grandes rivais do esporte paranaense. Segundo Capraro, a rivalidade entre ambos se estabeleceu pouco após a fundação do Atlético,<sup>25</sup> uma percepção corroborada pelos dois principais cronistas do futebol paranaense.<sup>26</sup> De fato, um dos primeiros “atletibas” a serem citados pela crônica esportiva para fundamentar a rivalidade, é o chamado “atletiba da gripe”, ocorrido em 1933, já no início do profissionalismo no futebol.<sup>27</sup>

Deste período em diante, o futebol paranaense mereceu mais alguns estudos. Dentre eles, o de Fernando Marinho Mezzadri, sobre a evolução das políticas públicas para o esporte no estado. Mezzadri estabelece o ano de 1941 como o marco inicial da atuação do poder público no esporte, a partir da oficialização estatal com a criação do Conselho Nacional de Desportos,<sup>28</sup> órgão que seguia a tendência politicamente centralizadora do Estado Novo. Segundo o autor:

23 MOLETTA JUNIOR, C. L. **Futebol e Formação do Espaço Público no Contexto da Fundação do Coritiba Football Club. (Curitiba, 1900-1915)**. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. p.119.

24 Conforme: CORITIBA FOOTBALL CLUB. **Álbum Comemorativo 33º Aniversário**. Curitiba: João Haupt, 1942.

25 Conforme: CAPRARO. *Op. Cit.*

26 Conforme: CARDOSO. **História...** e MACHADO. *Op. Cit.*

27 Trataremos deste episódio no segundo capítulo.

28 MEZZADRI, F. M. **A Estrutura Esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes esportivos às atuais políticas governamentais**. 178 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Pós Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. p.32.

A transferência do modelo liberal de administração, constituído até o final da década de 20, para o modelo centralizador interferiu diretamente na vida cotidiana dos indivíduos. O Estado tornou-se um agente ativo na organização política, social e econômica da sociedade. Em muitos casos, os indivíduos se comportavam meramente como reprodutores da nova organização burocrática.<sup>29</sup>

Mezzadri se referia as estruturas oligárquicas da República Velha. Destituídas do poder pela Revolução de 1930, as oligarquias politicamente dominantes nas primeiras décadas do Brasil Republicano, passaram a ser a oposição de Vargas. No entanto, com algumas exceções, os representantes desta oligarquia no Paraná, não se opuseram a Revolução de 1930. Ao contrário, muitos a apoiaram ativamente. Senão durante a fase propriamente militar, ao menos, ao longo do processo de formação da frente ampla de apoio a Vargas, que redundou na criação da Aliança Liberal (AL). Por outro lado, o apoio a Vargas não significava necessariamente, apoio a todos os seus correligionários regionais.

A partir deste ponto, estabelece-se uma oposição política regional, tema da presente pesquisa, representada no campo esportivo paranaense, pela presença de antigos membros da oligarquia mateira na diretoria do Atlético, enquanto, no Curitiba, encontravam-se antigas lideranças “tenentistas”, principalmente, Couto Pereira, que se tornaria também o primeiro presidente do Conselho Regional de Desportos (CRD). Neste contexto, em que a Revolução de 1930 representa a ascensão de novos agentes no processo de reestruturação dos campos político e esportivo, será necessário recorrer a estudos semelhantes sobre outras regiões. Além das obras fundamentais de Sarmiento e Manhães,<sup>30</sup> que atendem a questão no âmbito nacional, podemos citar o estudo de Alfredo Oscar Salun, sobre as intervenções do governo federal no esporte paulista. Salun parte de algumas “afinidades históricas” entre Palestra Itália e Corinthians, sendo a principal delas:

[...] o período em que, apesar de ostentarem a chancela de clubes populares (1910-1940), foram visualizados como “suspeitos” perante o olhar do Estado (1942). Isso aliás, foi um corte na história dessas entidades e entrelaçou-as em uma mesma situação, quando ficaram sob desconfiança de abrigarem possíveis inimigos da pátria, que o governo e a mídia rotularam como “súditos do Eixo”.<sup>31</sup>

29 MEZZADRI. *Op. Cit.* p.39.

30 MANHAES. *Op. Cit.* e SARMENTO. *Op. Cit.*

31 SALUN, A. O. Palestra Itália e Corinthians: quinta coluna ou tudo buona gente? Tese (Doutorado em História) – Departamento de História. USP, São Paulo, 2008. p.256.

O caso paulista, aproximava os dois principais rivais daquele estado, tanto pelas origens imigrantes de ambos, quanto pelas intervenções federais levadas a cabo durante o período da Segunda Guerra Mundial. O caso paranaense, conforme veremos adiante, guarda algumas diferenças importantes. Em primeiro lugar, a identificação imigrante, que no Paraná, residia nos ombros do Coritiba, enquanto “clube dos alemães”. Ao Atlético, embora também composto por grande número de imigrantes e descendentes, cabia a identificação com a elite mateira. Em segundo lugar, o fato de que os agentes locais da intervenção federal entre 1941 e 1943, foram justamente os membros da diretoria do Coritiba, comandados por Couto Pereira.

Além de Salun, existem inúmeros estudos recentes acerca da oficialização dos esportes, das intervenções em clubes e entidades dirigentes e principalmente, acerca das relações construídas entre o governo Vargas, sobretudo a partir do Estado Novo, e o selecionado nacional. Nesta seara, encontra-se, por exemplo, o trabalho de Plínio Negreiros, para quem:

[...], o autoritarismo presente no Brasil, consubstanciado enquanto experiência de poder com o Estado Novo, não poderia se manter alheio ao fenômeno social que movimentava milhões de brasileiros e atitudes oficiais concretas apontaram para uma ligação mais efetiva com o futebol. Exemplo maior pode ser encontrado no apoio que o Estado vai proporcionar à delegação de futebol presente à Copa de 1938, realizada na França. Essa competição deixava de ser um momento de improviso, de divergências entre dirigentes regionais, para tornar-se um elemento crucial na forja de uma unidade nacional. Até então, nunca se havia visto tamanho empenho por parte do poder público em torno de uma competição esportiva. Esse evento mostrou o futebol adquirindo um outro significado dentro da sociedade brasileira.<sup>32</sup>

Assim, explicada a importância do futebol no contexto político do Estado Novo, temos constituído o ponto inicial para o desenvolvimento da presente pesquisa, em que Coritiba e Atlético travam uma disputa pelo controle do campo esportivo paranaense, levada a cabo pelos agentes da Revolução de 1930: os “tenentes revolucionários”.

---

32 NEGREIROS, P. J. L. de C. **A Nação Entra em Campo**: futebol nos anos 30 e 40. 346 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, PUC, São Paulo, 1998. p.3.

## 1.2. ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

Neste trabalho, nos orientamos especialmente por dois conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu: os conceitos de campos e *habitus*. Começando pelo conceito de *habitus*, explicitado pelo próprio Bourdieu, quando este afirma que:

[...] existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc. – estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações.<sup>33</sup>

Em outras palavras, o agir social, as interações sociais entre diferentes agentes, são determinadas parcialmente por “estruturas objetivas”, verificáveis pelo pesquisador, mas, imperceptíveis pelos próprios agentes. Assim, continua Bourdieu:

[...] há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais.<sup>34</sup>

Ou seja, os agentes individuais constituem um *habitus* social, determinado em grande parte pelas estruturas objetivas dos diferentes campos nos quais os mesmos se inserem. Desta forma, o conceito de *habitus* está intimamente relacionado as práticas dos agentes, a aos próprios processos estruturantes dos campos sociais. Para exemplificar este ponto, podemos nos basear nas palavras do próprio Bourdieu, especificamente, de sua definição de uma proposta geral para quaisquer estudos acerca do campo esportivo:

[...] é preciso pensar o espaço das práticas esportivas como um sistema no qual cada elemento recebe seu valor distintivo. Em outros termos, para compreender um esporte, qualquer que seja ele, é preciso reconhecer a posição que ele ocupa no espaço dos esportes. Este pode ser constituído a partir de conjuntos de indicadores, como, de um lado, a distribuição dos praticantes segundo sua posição no espaço social, a distribuição das diferentes federações, segundo o número de adeptos, sua riqueza, as características sociais dos dirigentes, etc., [...].<sup>35</sup>

---

33 BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.149.

34 *Idem*.

35 *Ibidem*. p.208.

Bourdieu propõe que se entenda o esporte, como um espaço de sociabilidade, que, embora inserido no corpo social mais amplo, é constituído sobre uma estrutura de regras e condicionamentos que lhe são próprias e em geral, exercem uma influência sobre os agentes individuais, os quais são inconscientes em relação as mesmas. Assim considerados, os conceitos de habitus e campos, se constituem de forma interligada. Por este motivo, Bourdieu afirma que: “[...] é preciso relacionar esse espaço dos esportes com o espaço social que se manifesta nele.”<sup>36</sup> Ou, em outras palavras, embora o campo esportivo obedeça a regras que lhe são próprias, estabelecidas nas práticas daquele campo específico, estas não deixam de estarem relacionadas em sua estruturação, as regras mais gerais, pertinentes a uma dada sociedade, na qual um campo particular se constitui.

Da mesma forma, os indivíduos, enquanto agentes, embora inseridos didaticamente em um determinado campo social, não são determinados unicamente pelas estruturas do mesmo, uma vez que os mesmos participam ativa e simultaneamente, de campos distintos. O que nesta pesquisa significa, que os agentes esportivos sob análise, são indissociáveis de suas ligações com o campo político, assim como, os agentes políticos, são indissociáveis de suas ligações esportivas. Por este motivo, Bourdieu chama a atenção do pesquisador para a “dialética entre o global e o particular”.<sup>37</sup> Ou seja, propõe que:

[O antagonismo] entre a construção das estruturas objetivas e a descrição das representações subjetivas dos agentes, de suas construções práticas, desaparece, bem como todas as oposições em forma de “par epistenfológico” (entre teoria e empiria, etc.), a partir do momento em que se tenha conseguido – o que me parece ser a arte por excelência do pesquisador – investir um problema teórico de grande alcance num objeto empírico bem construído (por referência ao espaço global no qual está situado) [...].<sup>38</sup>

Neste excerto, surge um problema básico referido pelo próprio Bourdieu em outros momentos, como as “relações árvore/floresta”. Ou, pela atenção necessária ao problema de se observar uma “árvore” específica, sem perder de vista a “floresta” da qual a mesma é parte integrante. Da mesma forma, a necessidade de se tratar da “floresta” sem perder o contato com a especificidade de cada “árvore” em estudo.

---

36 BOURDIEU. *Op. Cit.* p.208.

37 *Idem.* p.212.

38 *Ibidem.* p.212-213.

Porém, este problema, encontra uma solução possível na abordagem micro histórica. Mais especificamente, no tratamento dado pelo pesquisador, as diferentes escalas de observação necessárias ao tratamento historiográfico do objeto em análise. A este respeito, afirma Jaques Revel, que a abordagem micro histórica:

[...] afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Ou, para recorrer a um outro sistema de referências, mudar as escalas de representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável). Notemos desde já que a dimensão “micro” não goza, neste sentido, de nenhum privilégio especial. É o princípio da variação que conta, não a escolha de uma escala em particular.<sup>39</sup>

Em suma, os conceitos de campos e *habitus* de Bourdieu, cumprem uma função explicativa para o problema desta pesquisa, enquanto a abordagem proposta por Revel, se constitui em uma estratégia analítica e narrativa que permite abordar diferentes escalas de observação e por conseguinte, relacionar os processos históricos mais gerais, do campo esportivo nacional, aos processos regionais, que se estabelecem e se transformam de maneira relacional, estando ambos interligados. Em última instância, isso significa, segundo Revel, recusar pensar o problema (qualquer que seja): “[...] em termos simples de força/fraqueza, autoridade/resistência, centro/periferia, e deslocar a análise para os fenômenos de circulação, de negociação, de apropriação em todos os níveis.”<sup>40</sup>

### 1.3. NOTAS SOBRE AS FONTES

O *Corpus* documental, no qual se baseia esta pesquisa, se constitui de periódicos da Biblioteca Pública do Paraná e da Hemeroteca da Biblioteca Nacional; de documentos oficiais do Estado do Paraná; da legislação federal referente aos esportes; de biografias e escritos memorialistas; de entrevistas e declarações de agentes do período e de alguns documentos dos próprios clubes. Trataremos em primeiro lugar, do material diário da imprensa esportiva, composto pelos dois núcleos de preservação anteriormente citados.

39 REVEL, J. (Org.) **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.20.

40 *Idem.* p.29-30.

Primeiro, o *Correio do Paraná*,<sup>41</sup> editado entre 1932 e 1942, mas, cuja orientação política foi sendo alterada ao longo dos seus poucos anos de existência. Começou como órgão oficial do Partido Social Nacionalista (PSN), auto proclamado representante das lideranças “revolucionárias” do Paraná, cujos principais expoentes eram os irmãos Mário e Plínio Tourinho, respectivamente, primeiro Interventor Federal do Paraná e Comandante do movimento de 1930 no estado. Sob esta configuração, o jornal manteve uma postura crítica em relação ao Interventor Manoel Ribas e durou apenas até 1934, quando perdeu a característica partidária, mas não, a postura crítica. A nova direção também durou pouco e durante 1936 o jornal não circulou, retornando apenas no ano seguinte, com uma proposta bastante inovadora considerando o restante da imprensa paranaense do período.

Entre 1937 e 1939, o *Correio* apostou em uma cobertura esportiva diária, dedicando duas de suas oito páginas habituais ao esporte, sendo que o futebol e o turfe ocupavam a maioria do espaço disponível.<sup>42</sup> Neste período, surgiram dois cronistas regulares em suas páginas, Astolfo Di Pino, dirigente do Palestra Itália e Francisco Genaro Cardoso, dirigente do Coritiba Foot Ball Club. Uma das novidades apresentadas, eram justamente as colunas assinadas, sobretudo de autoria do segundo, além da reprodução frequente das colunas de Thomaz Mazzoni, expoente da crônica nacional, ligado ao Palestra Itália de São Paulo. Com esta configuração, o jornal se manteve em circulação até 1939, quando ocorreu um desmanche. Astolfo Di Pino passou a se dedicar ao seu clube, Cardoso embarcou em um projeto semelhante na concorrente *Gazeta do Povo* e Mazzoni deixou de ser publicado. Após a debandada, o *Correio* ainda circulou até meados de 1942, quando foi incorporado por outro jornal da cidade.

O segundo periódico é a própria *Gazeta do Povo*,<sup>43</sup> uma das publicações regulares mais antigas em circulação nas décadas de 1930 e 1940. Período em que passou a dedicar um espaço regular e exclusivo para os esportes. Na esteira da popularização do futebol e do início das transmissões radiofônicas de partidas de futebol, firmou uma parceria com a Rádio Clube Paranaense (PRB2) para

---

41 Todas as informações apresentadas se baseiam em: CORREIO DO PARANÁ. Curitiba, 1932-1942. Disponível em: <memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 13/10/2013.

42 Também pode ser considerada inovadora, a prática de se noticiar todos os clubes de futebol da capital em bases diárias, já que o padrão até então, tendia para a publicação de pequenas notas, em geral, apenas nos dias imediatamente anteriores aos jogos.

43 GAZETA DO POVO. Curitiba, 1939-1945.

transmissão dos jogos através de um sistema de alto falantes instalados na sacada de sua sede, ampliando seu público para além do pequeno número de alfabetizados da capital paranaense.<sup>44</sup> No final da década, já contando com Francisco Genaro Cardoso como um de seus principais redatores esportivos, passou a dedicar diariamente, duas páginas ao noticiário esportivo, destacando principalmente o futebol e o turfe. O modelo geral adotado pela Gazeta, era semelhante ao utilizado pelo Correio nos anos anteriores.

Além disso, a conexão entre os dois periódicos é o próprio Francisco Genaro Cardoso, cuja figura representa o surgimento, no Paraná, de uma imprensa esportiva especializada e parcialmente profissional. Embora ele não fosse o único cronista do período, tornou-se o mais conhecido com o passar dos anos, tanto em função de suas obras memorialísticas, quanto de sua participação em programas esportivos na PRB2. Já nos anos 1940, por convite de Couto Pereira, tornou-se “historiador oficial” do Coritiba.<sup>45</sup> O livro que escreveu sobre o clube durante este período não chegou a ser publicado<sup>46</sup> mas, de forma independente, publicou em 1944, *O Cotejo da Rivalidade Através dos Tempos*,<sup>47</sup> em que tratava da história dos confrontos entre Atlético e Coritiba. De caráter panfletário, esta obra pregava a união extra campo entre os dois clubes rivais, procurando demonstrar o quanto as paixões desenfreadas e brigas decorrentes já haviam prejudicado ambos os clubes.

Na segunda metade da década de 1940, Cardoso abandonou a crônica esportiva, e passou a se dedicar a outras atividades.<sup>48</sup> Só em meados da década de 1970, voltou a tratar do esporte em outro livro: *História do Futebol Paranaense*. Embora posterior aos acontecimentos dos anos 1940, o livro ainda carregava um misto de sentimentos extremados com relação as disputas políticas e esportivas daqueles anos. O cronista, como todos os agentes do período, pertencia a um dos lados. Sua admiração por Couto Pereira e seu orgulho de ter participado ativamente de alguns episódios, transparecem no seu texto.<sup>49</sup>

---

44 Conforme: OLIVEIRA FILHA, E. A. de. Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: “Gazeta do Povo” e “O Estado do Paraná”. *Cadernos da Escola de Comunicação*, Curitiba, n. 2, p.86-101. Jan./dez. 2004.

45 Todas as informações apresentadas sobre Cardoso estão em seu próprio livro: CARDOSO. *Op. Cit.*

46 Este livro não publicado é citado em: MOLETTA JUNIOR, C. L. **Futebol e formação do espaço público no contexto da fundação do Coritiba Football Club (Curitiba, 1900-1915)**. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

47 CARDOSO, F. G. **O Cotejo da Rivalidade Através dos Tempos**. Curitiba: Livraria do Sul, 1945.

48 CARDOSO. **História...** p.127.

49 *Idem*.

Justamente por este motivo, apesar de Cardoso não ser um dos agentes que ocuparam os principais postos nas entidades dirigentes do futebol paranaense nos anos 1930 e 1940, a análise de sua participação de bastidores é importante. Considerando sua ligação com o Coritiba e com Couto Pereira, suas ações e motivações devem ser entendidas de forma relacional. Seus livros servem a múltiplos objetivos: reconstituir o campo esportivo do período, reconstituir a biografia do próprio autor e de outros agentes da época, mas, também devem ser analisados dentro de sua própria especificidade, enquanto obra memorialística cuja posição se encontra em algum lugar indeterminado entre a literatura ficcional e a não ficcional.

Em outras palavras, deve-se manter uma postura crítica em relação à sua escrita, mantendo os sentidos em alerta com relação às nuances que lhe são características, incluindo aí, suas contradições internas, ditos e interditos. A questão central, portanto, é a de perceber as relações de Cardoso, para no interior delas, entender as motivações de seu posicionamento público de acordo com o desenvolvimento das disputas em torno do controle e organização do futebol profissional paranaense. Neste mesmo sentido, seria contraproducente tomar sua obra literária, mesmo a escrita posteriormente ao período em análise, como algo apartado das disputas travadas entre os agentes do futebol paranaense.

Quanto aos demais memorialistas do período, suas obras cumprem uma função semelhante, embora menos abrangente, fornecendo notas biográficas e esclarecimentos pontuais acerca da atuação dos agentes em estudo. De Luiz Carlos Pereira Tourinho, temos *Toiro Passante*,<sup>50</sup> obra que procura reconstruir em detalhes o cotidiano da cidade de Curitiba. Nosso recorte privilegia os volumes III e IV, que compreendem o período entre o final da República Velha e o final do primeiro período Vargas, revelando as atividades sociais e políticas de seus familiares e amigos, dentre os quais, destaca-se Couto Pereira. De Samuel Guimarães da Costa, temos *História Política da Assembleia Legislativa do Paraná*,<sup>51</sup> cuja importância se deve também a presença de Couto Pereira entre os deputados estaduais de 1935 a 1937. Além destes, temos Heriberto Ivan Machado,<sup>52</sup> Carneiro Neto e Vinícius

---

50 TOURINHO, L. C. P. **Toiro Passante**. Curitiba: [s. ed.], 1991. v. 3 e 4.

51 COSTA, S. G. da. **História Política da Assembleia Legislativa do Paraná**. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 1994.

52 Trata-se de duas obras: MACHADO, H. I.; CHREZTENZEN, L. M. **Futebol, Paraná, História**. Curitiba: Digitus, 1990. e: MACHADO, H. I.; HOERNER JÚNIOR, V. H. **Clube Atlético Paranaense: uma paixão eterna**. Curitiba: Natugraf, 2010.

Coelho,<sup>53</sup> autores de várias obras sobre o futebol paranaense, as quais ajudam a completar algumas das lacunas deixadas pelos periódicos da época.

Também cumprem papel semelhante, as obras propriamente biográficas, dentre as quais destacamos: a biografia de Osvaldo Aranha escrita por Stanley Hilton, que fornece elementos fundamentais para o entendimento da figura pública de Manoel Aranha.<sup>54</sup> O relato de Plínio Tourinho acerca dos detalhes da participação de Couto Pereira no levante de 1930<sup>55</sup> e, por último, a biografia de Paula Soares, que trata, sobretudo, de sua participação no movimento de 1930, no combate aos revoltosos paulistas em 1932 e de sua eleição para deputado federal em 1934.<sup>56</sup>

Da parte dos próprios clubes e entidades dirigentes, há pouca documentação. Resume-se a um relatório de gestão do Coritiba, publicado por iniciativa de Couto Pereira, referente ao biênio 1930 e 1931<sup>57</sup> e uma ata da Federação Paranaense de Futebol (FPF).<sup>58</sup> Quanto as entrevistas e declarações de dirigentes e jogadores, o principal núcleo de preservação está em um sítio *on line* mantido por torcedores do Atlético.<sup>59</sup> No conjunto das entrevistas ali publicadas, destacam-se os relatos sobre as relações contratuais e pessoais entre atletas e dirigentes do clube nos anos 1940.

De outro lado, a documentação oficial do estado do Paraná, encontra-se bem preservada no Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (DEAP). Deste conjunto, importam a esta pesquisa principalmente, os acervos: do Conselho Regional de Desportos do Paraná (CRD)<sup>60</sup> e do Departamento de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS).<sup>61</sup> Quanto ao CRD, foram levantados todos os documentos referentes ao período compreendido entre a sua instalação no Paraná, em fins de 1941 e 1945. O material resultante é composto em sua maioria pelos seguintes documentos:

---

53 Trata-se também de duas obras. Uma escrita em conjunto: COELHO, V.; NETO, C. **Atletiba**: a paixão das multidões. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1994. E outra, escrita apenas por Carneiro Neto: NETO, C. **O Voo Certo** – História do Paraná Clube. Curitiba: Ed. do Autor, 1996.

54 HILTON, S. **Osvaldo Aranha**: uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

55 TOURINHO, P. *Op. Cit.*

56 BARACHO. *Op. Cit.*

57 CORITIBA FOOT BALL CLUB. **Relatório dos Trabalhos dos anos de 1930-1931**. Curitiba, Livraria Universal, 1931.

58 FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL. Curitiba. **Ata da sessão realizada em 9 set. 1940**. 4 p.

59 Trata-se de um sítio desenvolvido em comemoração aos 80 anos do Atlético Paranaense. Disponível em: <<http://www.furacao.com/80anos>>. Acesso em: 19/06/2013.

60 CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS. Curitiba, 1941-1945.

61 DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. Curitiba, 1941-1945.

- a) Cópias das atas das reuniões semanais do Conselho;
- b) Correspondências diversas de clubes e entidades dirigentes;
- c) Contratos de atletas profissionais;
- d) Solicitações de alvarás de funcionamento de clubes e ligas esportivas;
- e) Cópias de estatutos de clubes e entidades dirigentes;
- e) Solicitações de auxílio financeiro para clubes e entidades dirigentes;
- g) Cópias de ofícios emitidos pelo CRD;
- h) Recortes do Diário Oficial da União e
- i) Cópias de deliberações do CND.

Trata-se de material bastante variado e volumoso, abrangendo três composições diferentes do Conselho Regional, sendo o primeiro presidido por Couto Pereira entre 1941 e 1943. Deste período, muitos documentos ou desapareceram, ou nunca existiram.<sup>62</sup> As duas formações posteriores, entretanto, se encontram bem preservadas e permitem a reconstituição detalhada dos trabalhos do CRD, não apenas pelo que a legislação determinava como funções do mesmo, mas, por aquilo que se constituía em sua função efetiva, através de suas rotinas burocráticas.

Ainda sobre o mesmo arquivo, cabem algumas explicações sobre a documentação do DOPS. O acervo geral deste órgão, está dividido entre pastas temáticas que se referem a processos diversos de investigação e arquivos contendo fichas de indivíduos investigados. Nestes últimos, nada encontramos com relação aos agentes do futebol paranaense. Quanto aos primeiros, há apenas um pequeno grupo de pastas relacionadas aos esportes e dentre estas, uma, chamada “investigações do meio esportivo” é a que mais nos interessa. Ali, entre outros documentos secundários, se destacam as declarações prestadas ao DOPS pelo presidente do Atlético Paranaense, em 1942,<sup>63</sup> pouco antes do mesmo renunciar ao cargo que seria assumido por Manoel Aranha três meses depois. Estas declarações se constituem no principal documento para inferirmos o que ocorria nos bastidores

---

62 Há indícios de que ambas as situações ocorreram. No acervo do CRD, através da numeração dos contratos de atletas registrados durante a presidência de Couto Pereira, é possível perceber que pelo menos seis desapareceram. Por outro lado, as atas das reuniões, pelo menos até agosto de 1942, nunca existiram porque, segundo o próprio Couto Pereira, o CRD ainda não estava funcionando regularmente. Conforme: VAI SE APARELHAR. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 21 ago. 1942. p.2.

63 Devido a sua importância, as declarações estão reproduzidas na íntegra em Anexo. Conforme: GUIMARÃES, C. A. **Declarações do presidente do Clube Atlético Paranaense**. Curitiba, 19 ago. 1942. Arquivo Público do Paraná. Série pastas temáticas D.O.P.S.

do campo esportivo paranaense, durante a existência do primeiro Conselho Regional de Desportos.

Para encerrar, contamos ainda, com a base de consulta *on line* do Senado Federal,<sup>64</sup> de onde extraímos os textos completos da legislação dedicada aos esportes, promulgada durante o primeiro período Vargas. O estudo destas leis, apesar de já realizado por vários estudiosos, nos quais também nos baseamos,<sup>65</sup> é de fundamental importância para o entendimento das contradições entre a intencionalidade legal e a prática dos órgãos executores das mesmas leis.

#### 1.4. SOBRE A ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

O próximo capítulo deste trabalho, procura atingir três objetivos. Primeiro, pretende demonstrar através da análise da documentação disponível, as formas de semi profissionalismo adotadas pelos clubes paranaenses até 1933. Em segundo lugar, procura relacionar o surgimento de um mercado incipiente de jogadores profissionais com as disputas relativas a organização e controle do futebol paranaense, levando em consideração, o desenvolvimento das mesmas disputas em âmbito nacional no período anterior a promulgação do Estado Novo. Por fim, pretende estabelecer, ao longo deste último processo, o relativo equilíbrio de forças que se criou entre os dois principais grupos de dirigentes esportivos, o dos “tenentes revolucionários” de Curitiba e Britânia, de um lado, e o dos dirigentes de Atlético e Ferroviário, de outro.

A linha mestra deste capítulo, desemboca na fundação de duas novas entidades dirigentes no Paraná em 1937: a Liga Curitibana de Futebol (LCF) e a Federação Paranaense de Futebol (FPF), destacando a presença em ambas, de uma disposição estatutária, definida pelos dirigentes como o “Conselho Supremo”. Composto pelos sete presidentes dos clubes da primeira divisão de Curitiba, que na prática, como veremos, comandava não apenas o futebol amador e profissional, mas também, todas as demais modalidades esportivas praticadas por estes clubes.

---

64 Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 13/10/2013.

65 Sendo o principal deles: MANHÃES. *Op. Cit.*

O terceiro capítulo deste trabalho, também se orienta por três objetivos. Começando por estabelecer o cenário político nacional de 1938 e o papel reservado pelo Estado Novo ao futebol, considerando a participação da seleção brasileira na Copa do Mundo daquele ano. Em seguida, procura entender como os discursos dos dirigentes e sobretudo, da imprensa esportiva, foram se tornando uniformes, daquele ano em diante, no entorno de alguns pontos principais inter relacionados: o nacionalismo; o aprimoramento da “raça brasileira” e a disciplina. Por fim, procura demarcar a atuação dos agentes políticos, representantes do “tenentismo revolucionário”, bem como a de seus opositores, no campo esportivo paranaense, mais especificamente, nos clubes de Curitiba, durante o processo de oficialização dos esportes, com a criação do CRD no Paraná.

Ao longo deste processo, o que se procura destacar, é a maneira pela qual a transformação dos esportes em política pública do Estado Novo, acabou por promover uma relativa militarização do esporte, sobretudo através da presença dos chamados “tenentes revolucionários”, ao mesmo tempo em que, no âmbito regional, chama-se a atenção para a lista de agentes indicados para a implementação do primeiro CRD, composta em sua totalidade, por dirigentes do Curitiba. Discute-se em seguida, o impacto desta escolha na distribuição de poder no interior do campo esportivo paranaense e considera-se a possibilidade de que um dos principais objetivos da criação do órgão, a manutenção da disciplina no campo esportivo, estava sendo colocado em risco, mais em função dos nomes escolhidos, que pela própria imposição da disciplina, à qual, de maneira geral e segundo as fontes disponíveis, os demais clubes de Curitiba estariam dispostos a aceitar.

Ao fim e ao cabo, o último capítulo destina-se ao cumprimento de outros cinco objetivos. Primeiro, esclarecer os acontecimentos imediatamente posteriores a criação do primeiro CRD e os desenlaces que levaram a uma intervenção no Clube Atlético Paranaense, redundando na entrada em cena, de Manoel Aranha. Segundo, entender o processo pelo qual, deste ponto em diante, foi se consolidando a tendência de formação de um segundo CRD, presidido por um agente sem identificação com o futebol paranaense. Como terceiro objetivo, procura-se perceber qual o efetivo papel do CRD a partir de sua segunda composição, levando em consideração o novo equilíbrio de forças no campo esportivo paranaense, que colocava em lados diferentes da balança, o “tenente” Couto Pereira e o “tenente”

Manoel Aranha. Como quarto objetivo, busca-se compreender o papel desempenhado por estes agentes, no que Cardoso chama de “inflacionamento” do futebol paranaense.<sup>66</sup> Por fim, retoma-se a análise do processo de profissionalização do futebol paranaense realizada no primeiro capítulo, procurando delinear o legado perceptível da oficialização dos esportes no contexto específico do final do primeiro período Vargas.

Neste capítulo final, a linha condutora, percorre a atuação efetiva tanto do próprio CRD; em suas diferentes encarnações; quanto dos principais agentes individuais em torno das disputas políticas relacionadas ao campo esportivo. Também é levada em consideração, a influência que o engajamento do Brasil na Segunda Guerra Mundial acabou exercendo sobre as mesmas disputas. No cômputo final, procura-se discutir, o papel desempenhado por estes “tenentes” no processo de profissionalização do futebol paranaense.

---

66 CARDOSO. *História...* p.119.

## 2. PROFISSIONALISMO “À BRASILEIRA”: ASPECTOS POLÍTICOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROFISSIONALISMO NO FUTEBOL PARANAENSE

*Evidentemente o processo de gorjeta ao “amadorismo” não podia solver meus compromissos, nem dar-me o dinheiro necessário para as despesas do traje, num clube chic como era o Fluminense. Precisava andar decentemente trajado. Mesmo assim, havia muita gente que bancava o chiquê para falar comigo. Eu era um simples jogador de futebol, um “cavalo” de raça para ser admirado na pista gramada e nada mais. Cavalo de cartaz, que punha em evidência sua coudelaria.*

**Floriano Peixoto Correia, 1933.**

Ao longo dos anos 1930, o futebol brasileiro conviveu com constantes crises e disputas internas, que eventualmente redundavam na criação de entidades concorrentes entre si, visando a direção geral da mesma modalidade. Tanto no plano nacional, quanto nos diversos estados da federação, “cisões” e “pacificações” entre parcelas de clubes e grupos dirigentes, foram uma constante do lado de fora dos gramados.<sup>67</sup> A maior destas “cisões”, ocorreu em 1933, quando se deu a instituição do profissionalismo na modalidade a partir da fundação da Federação Brasileira de Futebol (FBF).<sup>68</sup> Reunindo vários dos maiores e mais conhecidos clubes do país,<sup>69</sup> tratava-se de uma entidade “especializada”, criada para organizar apenas o futebol, em oposição a antiga Confederação Brasileira de Desportos (CBD), entidade “ecclética”, cuja abrangência administrativa incluía vários esportes. A disputa se estendeu, oficialmente, até fins de 1937, quando ambas as entidades chegaram a um acordo.<sup>70</sup>

67 Para o caso nacional, ver: SARMENTO. *Op. Cit.* No âmbito regional, ainda não há estudos abrangentes sobre o assunto no período citado, apenas sobre os primeiros anos do futebol paranaense. A respeito, ver: CAPRARO, A. M. *et all.* **A Fundação da Liga Sportiva Paranaense: relações de poder entre a juventude elitista.** IV CSBCE. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.ufsc.br:8080/xmlui/handle/123456789/306>>. Acesso em: 15/08/2012.

68 Conforme SARMENTO. *Op. Cit.* e COSTA. *Op. Cit.*, o profissionalismo já havia sido implantado no Rio de Janeiro, mas, o marco nacional considerado por ambos, é a fundação da FBF.

69 Dos clubes hoje considerados “grandes”, Flamengo, Fluminense, Vasco, Corinthians, São Paulo e Palmeiras, na época, Palestra Itália, além de Atlético Mineiro e Cruzeiro (também chamado Palestra Itália à época), todos se alinharam à FBF. Pouco mais tarde, juntaram-se a eles Internacional e Grêmio de Porto Alegre, assim como o Santos, além, claro, dos clubes paranaenses. Embora alguns destes tenham mudado de lado ao longo das disputas que se seguiram, apenas o Botafogo do Rio se manteve aliado à CBD por todo o período da cisão nacional.

70 SARMENTO. *Op. Cit.* p.59.

Nos estados, esta disputa se reproduziu de forma semelhante, opondo grupos de dirigentes favoráveis ao profissionalismo, àqueles que se mantinham fiéis aos ideais amadores, vigentes desde a implantação da modalidade no país. No entanto, a simples fundação de uma nova entidade não significava necessariamente a adoção integral do profissionalismo pelos clubes que dela faziam parte. O regime efetivamente adotado nos campeonatos profissionais que passaram a ser disputados em paralelo aos amadores era, em verdade, um regime misto no qual passaram a conviver jogadores tidos como profissionais – ainda uma minoria naqueles primeiros anos –, e amadores, cuja ligação com os clubes se mantinha mais pela afeição que por benefícios materiais. O que não significava que não houvesse remuneração por vitórias em determinadas partidas, ou pequenas ajudas de custo.<sup>71</sup> O que não existia, para os atletas considerados amadores, era a obrigatoriedade de remuneração por contrato, caracterizando uma relação usualmente descrita pela crônica esportiva como “amadorismo marrom” ou “profissionalismo marrom”.<sup>72</sup>

No caso paranaense, a adesão a nova entidade nacional ocorreu poucos meses após sua criação, mas, segundo Cardoso, por pressão dos clubes e contra a vontade da Federação local.<sup>73</sup> Este fato poderia indicar que à exceção da entidade regional os clubes fossem favoráveis a adoção de relações contratuais mais claras com seus atletas, porém, como já apontado anteriormente, a passagem para a FBF não exigia a assinatura de contratos, apenas abria essa possibilidade. Precisamente por este motivo, para entender a instituição do profissionalismo no futebol paranaense, em primeiro lugar, precisaremos delinear as práticas semi profissionais, características do “amadorismo marrom”, presentes no campo esportivo paranaense entre 1930 e 1933.

O primeiro ponto a ser ressaltado, é que o chamado campeonato estadual de futebol, correspondia, neste período, a uns poucos jogos entre o campeão de Curitiba, contra os campeões das demais ligas do interior que estivessem dispostas a se inscrever para as disputas. Invariavelmente, estes jogos eram vencidos pelos

---

71 Uma das obras mais citadas sobre o assunto, *O Negro no Futebol Brasileiro*, do jornalista Mário Filho, relata diversos casos de pagamentos extra oficiais, sendo o Vasco da Gama de 1923, o time usualmente citado como o primeiro a aceitar negros e remunerá-los regularmente. Conforme: RODRIGUES FILHO, M. **O Negro no Futebol Brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

72 Ambos os termos eram comuns nas páginas esportivas.

73 Voltaremos ao assunto adiante.

clubes de Curitiba, eventualmente, com goleadas marcantes. Assim, em 1930, como apenas a liga de Ponta Grossa se inscreveu, em jogo único, o Operário foi batido em seu próprio estádio pelo Atlético. No ano seguinte, o Coritiba derrotou o Guarani, também de Ponta Grossa, em Curitiba e no interior. Já em 1932, o número de ligas inscritas cresceu, incluindo União da Vitória e Paranaguá, desta forma, foram disputadas semifinais entre aquelas ligas até que houvesse um representante do interior, mas, o resultado foi semelhante ao dos anos anteriores. Na grande final, o Palestra Itália derrotou o Operário por larga vantagem: 9 x 2. Em 1933, a liga de Paranaguá não participou, entrando em seu lugar, a de Irati. Mais uma vez, o Operário foi derrotado na final, desta vez pelo Coritiba, com nova goleada: 4 x 0.<sup>74</sup>

Entre os fatores citados pela crônica para esta fragilidade do futebol interiorano, destacam-se as fórmulas de disputa tendenciosas a favor dos clubes da capital,<sup>75</sup> e o fato de que os clubes de Curitiba “contratavam”, constantemente, os melhores jogadores dos clubes do interior. Não apenas neste período específico, mas sim, desde muito antes. Para citar um exemplo, Carneiro Neto afirma, referindo-se a 1921, que: “O goleiro Antonio Wojeiekosky, popular Romano, revelado pelo Operário de Ponta Grossa, foi contratado (*sic*) para reforçar o Britânia, constituindo-se no maior arqueiro paranaense daquela década.”<sup>76</sup> O uso da palavra “contratado”, é claro, não se aplica em termos legais. Constitui-se de uma força de expressão, que por vezes, escapa pelas entrelinhas. Ocorria que, sendo os atletas considerados amadores, não havia qualquer impedimento, legal ou regulamentar, para que mudassem de clube entre as temporadas. Mas, sem a possibilidade de contratos formais, o que fazia com que jogadores trocassem até de cidade em função do futebol? De forma geral, pode-se inferir através da literatura existente e das próprias fontes, pelo menos dois fatores para as mudanças de clube e/ou de cidade: primeiro, a crença dos jogadores em promessas de recompensas financeiras por vitórias e ajudas de custo extraoficiais; segundo, as promessas de concessão de empregos públicos ou privados aos jogadores.

---

74 Dados conforme: CARDOSO. *Op. Cit.* e MACHADO. **Futebol...** *Op. Cit.*

75 CARDOSO. *Op. Cit.* p.74.

76 NETO. *Op. Cit.* p.32.

Quanto ao primeiro fator, o pagamento dos chamados “bichos” aos atletas, existem indícios que remontam aos primórdios do futebol paranaense.<sup>77</sup> O mais contundente deles, é um estudo de caso acerca da participação de atletas não relacionados como sócios do Coritiba, nas partidas oficiais disputadas pelo clube entre 1915 e 1917. Através do estudo dos livros caixa, foram encontrados pagamentos a um jogador, lançados a título de “pensão”, além de outras “ajudas de custo”, muito embora os autores afirmem que:

Estas ajudas de custo eram normalmente relatadas como despesas com almoço, jantar, refeição e pagamento de alojamento. Como não havia periodicidade dessas outras despesas no livro caixa do clube, não se pode afirmar se elas aconteciam em outros momentos ou simplesmente não eram lançadas na contabilidade oficial.<sup>78</sup>

Ao longo do período aqui analisado, pudemos encontrar ao menos uma referência explícita nas contas do clube, referente a pagamentos deste tipo. Trata-se de um relatório de gestão, apresentado por Couto Pereira aos sócios do clube, em que aparece na relação de despesas, como “prêmios à amadores”, o valor de 10\$000 (dez mil réis) nos meses de setembro e outubro de 1931.<sup>79</sup> Chama a atenção o fato de que se tratava de um valor irrisório para a época. Para que se tenha um padrão de comparação, Cardoso afirma que os ingressos para partidas de futebol neste mesmo ano, haviam sido tabelados em 2\$000 (dois mil réis) para arquibancadas e 1\$000 (mil réis) para a geral.<sup>80</sup> O valor pago como prêmio, portanto, equivalia a apenas cinco ingressos de arquibancada. Nada muito generoso, porém, seguindo raciocínio semelhante aos indícios apontados pelo estudo de Capraro *et all*, o montante efetivo destes “prêmios” pode ter sido incluído em algumas outras categorias daquele demonstrativo, como por exemplo, o valor declarado como “comissões” de 3\$868:800 (três contos e oitocentos e sessenta e oito mil e oitocentos réis) ou “despesas gerais” de 6\$471:300 (seis contos e quatrocentos e setenta e um mil e trezentos réis). Ou ainda, sequer ter sido lançado no relatório.

77 A respeito, ver o terceiro capítulo de: MOLETTA JUNIOR, C. L. **Futebol e formação do espaço público no contexto da fundação do Coritiba Football Club (Curitiba, 1900-1915)**. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

78 CAPRARO, A. M.; et all. O Semiprofissionalismo no Futebol Brasileiro: representação episódica, fenômeno sistêmico. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, n. 2, v. 17, p.534-555. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/4308>>. Acesso em 23/10/2013. p.548-549

79 CORITIBA. *Op. Cit.* p.27 e 31.

80 CARDOSO. **História...** p.67.

Em suma, durante o período em análise, o semi profissionalismo já era algo corriqueiro. Embora alguns jogadores do clube negassem o recebimento de qualquer vantagem, outros, tão logo o profissionalismo se instalou em São Paulo e no Rio de Janeiro, passaram a admitir as premiações extraoficiais. Sobretudo, quando recebiam propostas destes centros. Este foi o caso de Levorato, que em agosto de 1933, diante de uma proposta do Palestra de São Paulo, afirmou: “Penso que desta vez vou conhecer de perto o profissionalismo. Já chega de regimen (*sic*) do 'bicho'...”. Pelas declarações do jogador, a transação envolveria um pagamento de luvas ao atleta no valor de 10:000\$000 (dez contos de réis) e premiação de pelo menos 100\$000 (cem mil réis) por partida ganha, fora o ganho mensal que o atleta não revelava.<sup>81</sup>

Poucos dias depois, outro jogador do Coritiba era entrevistado, entretanto, sua intenção, era a de negar qualquer vantagem financeira paga pelo clube. Assim, o goleiro Pinha, primeiro afirmava que: “O que falam ahí a respeito de Anjolillo e outros é puro boato. No Coritiba não existe, mesmo, nem 'bicho'. Eu nunca recebi nada e sei que os outros não recebem também.”<sup>82</sup> No entanto, o repórter insiste e pergunta se o regime então, era de “puro amadorismo”, ao que Pinha responde: “É. De vez em quando uma ou outra 'facada' sangra, mas não é regra...”.<sup>83</sup> Ou seja, ao invés de negar, o que Pinha acaba fazendo, é admitir nas entrelinhas, que se pagavam bichos no clube, embora estes não seguissem necessariamente, alguma regra de valor ou periodicidade.

Na única entrevista em que Couto Pereira se manifestou, ainda que rapidamente, sobre o assunto da adoção do profissionalismo, o presidente deixava claro que não pretendia se comprometer com nenhum dos lados. Considerava o profissionalismo “[...] uma boa ideia [...]”, mas, ao mesmo tempo, afirmava:

- Somente tem um inconveniente, isto é, que os clubes fracos serão prejudicados...

E, afim de explicar melhor, o sr. Couto Pereira, rematou:

- Para nós é que vai ser um caso sério; os nossos melhores jogadores, fascinados pelos lucros que offerece a medida há pouco introduzida na Capital Federal, nos deixarão, afim de comparticipar das vantagens pecuniarias do profissionalismo.<sup>84</sup>

81 VAE-SE uma Pomba. **Correio do Paraná**. Curitiba, 6 ago. 1933. p.4.

82 NOS BASTIDORES do Esporte. **Correio do Paraná**. Curitiba, 10 ago. 1933. p.4.

83 *Idem*.

84 A QUESTÃO do Momento. **Correio do Paraná**. Curitiba, 15 set. 1932. p.5.

Interessante que Couto Pereira se referisse aos clubes como “fracos” ao invés de “amadores”, que seria o termo, ao menos oficialmente, mais correto. Isto significa, que o presidente do Coritiba se referia a capacidade do futebol paranaense de concorrer financeiramente com os dois principais centros esportivos do país. Mas, se assim entendia, porque considerava o profissionalismo uma “boa ideia”? Objetivamente, entendemos que Couto Pereira procurava não se comprometer publicamente, afinal, se o seu clube já adotara a prática do pagamento extraoficial aos jogadores, adotar ou não o profissionalismo, seria apenas uma questão de entendimento interno ao clube. Mas, voltaremos a este ponto adiante. Por ora, retomaremos a entrevista de Pinha, no momento em que o cronista inquiria ao ex goleiro do Coritiba, sobre a situação de outro atleta do clube: “Quanto Anjolillo levou para se registrar pelo Coritiba?”. Segundo Pinha:

- Nada. Dizem por ahi que o Coritiba deu 3:000\$000 para Anjolillo. Ja espalharam, mesmo, que há uma verba, no Coritiba de 600\$000 por mez, para o zagueiro direito.

Despeito... Calumnia. O caso de Anjolillo é simples. Elle é funcionario federal e queria subir de posto. O Athletico prometeu ajuda-l-o. Anjolillo deixou o Palestra e assignou registro para o rubro negro. Mas o Athletico não cumpriu a promessa. Por isso Anjolillo voltou para o Palestra, que lhe prometeu o mesmo e que cumpriu a promessa tanto quanto o Athletico. O Coritiba sabia o que Anjolillo desejava e estava em condições de auxilia-l-o. Anjolillo assignou o registro e o Coritiba vae dar-lhe, brevemente, o que o Athletico e o Palestra não lhe deram.<sup>85</sup>

Este é o segundo fator apontado inicialmente para as mudanças de clube por parte dos jogadores. Nos anos 1920 e 1930, a oferta de empregos aos “amadores” era uma das possibilidades de burlar os regulamentos. Afinal, se os jogadores tivessem empregos regulares fora dos gramados, nada haveria que os qualificasse como profissionais do futebol. Curiosamente, Atlético, Palestra e Ferroviário, são os clubes usualmente apontados pelos cronistas como praticantes desta modalidade de semi profissionalismo no Paraná, ou seja, a de fazerem promessas de empregos que podiam, ou não, ser cumpridas, dependendo das circunstâncias. Por exemplo, segundo Cardoso, o Palestra Itália: “Em 1922, manda (*sic*) buscar vários jogadores paulistas. Respaldava-se no antigo banco Francês-Italiano que empregava os jogadores.”<sup>86</sup> De forma semelhante, Carneiro Neto afirma que:

85 NOS BASTIDORES do Esporte. **Correio do Paraná**. Curitiba, 10 ago. 1933. p.4.

86 CARDOSO. **História...** p.425-426.

Os times dos primeiros tempos do nosso futebol duravam anos e anos, com poucas alterações e poucos jogos. O profissionalismo engatinhava e a maioria dos jogadores do Atlético era formada por estudantes universitários que jogavam por amor à camisa em todas as categorias do clube. O máximo que conseguiam era alguma colocação no serviço público ou abriam as portas para as suas atividades depois da formatura na faculdade.<sup>87</sup>

Em todos os casos, a comprovação da prática esbarra em dois problemas. Primeiro, o fato de que, quanto aos empregos privados, não há fontes para tanto. Segundo, com relação aos funcionários públicos, ainda que se possa provar que determinados atletas eram realmente pagos pelo erário público, nada comprova que tenham sido contratados por influência deste ou daquele dirigente.<sup>88</sup> Assim, voltando ao caso de Anjolilo, sendo este funcionário público federal, tanto sua contratação quanto eventuais promoções deveriam obrigatoriamente ser publicadas no Diário Oficial da União. Na pesquisa que realizamos foi possível comprovar que Anjolilo era funcionário público lotado na Diretoria Regional do Departamento de Correios e Telégrafos. Ainda, que em maio de 1933, pouco antes da entrevista de Pinha, solicitações de promoção de Anjolilo para eletricitista e para o aumento de suas diárias, foram ambas, indeferidas.<sup>89</sup> Após esta publicação, as próximas referências ao jogador são bastante posteriores,<sup>90</sup> o que indica que, se Pinha falava com conhecimento de causa sobre Anjolilo, a diretoria do Coritiba havia lhe prometido algo que estava fora de seu alcance ou de suas intenções efetivas. O próprio Anjolilo, até onde é possível saber, não se pronunciou sobre o assunto, mas, apesar de não conseguir a promoção que queria, seguiu jogando pelo Coritiba.

O que este exemplo significa, é que promessas podiam ser suficientes para convencer jogadores a permanecer em um determinado clube, ou ainda, a mudar de cores. Ainda, que o não cumprimento das mesmas promessas não redundava necessariamente em protestos do jogador, possivelmente porque, nos bastidores,

87 COELHO; NETO. *Op. Cit.* p.46.

88 Este é, talvez, um dos casos em que melhor se aplica um dos axiomas científicos reproduzidos alhures por Carl Sagan: “A ausência de provas, não é prova da ausência.” Conforme: SAGAN, C. **O Mundo Assombrado pelos Demônios: a ciência vista como uma vela no escuro.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

89 BRASIL. Departamento de Correios e Telégrafos. Requerimentos Despachados, 6 de maio de 1933. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p.8871. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2012787/pg-47-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-05-1933>>. Acesso em: 12/12/2013.

90 A primeira promoção de Anjolilo aparece apenas em 1950. Conforme: BRASIL. Departamento de Correios e Telégrafos. Requerimentos Despachados, 11 de dezembro de 1950. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p.17915. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2823202/pg-43-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-14-12-1950>>. Acesso em: 12/12/2013.

caso necessário, algum “dirigente mecenas” podia compensar financeiramente o atleta com pequenos incentivos. Sobre este ponto, é necessário levar em conta os cronistas e a vasta literatura a respeito, que se estende desde a obra de Mário Filho até estudos mais recentes.<sup>91</sup> Isto porque, tais transações, em existindo, não seriam registradas oficialmente. Tanto menos, se a compensação não fosse em dinheiro.

Mas também existem as memórias que afirmam outros tipos de promessas, sobretudo com relação ao Atlético e ao Ferroviário: a ameaça de perder o emprego público que alguns jogadores, relutantes em mudar de clube, sofriam. Assim, Carneiro Neto afirma que:

Quando surgiu o Ferroviário, no campeonato de 1931, Flávio [Marinoni], que era funcionário da Rede [Viação Paraná-Santa Catarina], foi pressionado a mudar de clube mas preferiu continuar jogando no Britânia. Demitiu-se da Rede e passou a trabalhar por conta própria abrindo uma tipografia e depois trabalhando em diversas empresas de Curitiba.<sup>92</sup>

Outro caso é o de Faéco, também do Britânia. Conta o cronista que em 1927:

[...], seu chefe, [...], influente homem da sociedade e da política paranaense, conselheiro do Atlético Paranaense, intimou Faéco no Laboratório Geral do Estado:  
 - Ou você troca o Britânia pelo Atlético ou perde o emprego no Estado. Escolha?  
 - Vou ficar com o meu emprego, mas não vou jogar no Atlético, vou continuar apenas como torcedor do Britânia e encerro a minha carreira de jogador.  
 Homem respeitável e de grande caráter, Faéco indignou-se com a proposta e mesmo estando com apenas 24 anos de idade, deixou de jogar futebol.<sup>93</sup>

Apesar de não termos encontrado referência à exoneração de Flavio Marinoni da Rede Viação Paraná Santa Catarina (RVPrSC), sabe-se através das escalações do Britânia, que o jogador efetivamente continuou no clube, mas, passou a atuar mais como árbitro que como jogador.<sup>94</sup> Quanto a Faéco, também é possível saber através das escalações, que o atleta parou de jogar na divisão principal antes do início dos anos 1930, passando a atuar apenas esporadicamente em torneios

91 A figura do “dirigente mecenas” é discutida, por exemplo, em: CALDAS, W. **O Pontapé Inicial**: memória do futebol brasileiro. São Paulo: Ibrasa, 1990.

92 NETO. *Op. Cit.* p.36.

93 *Idem.* p.37.

94 Flávio Marinoni era escalado constantemente pela FPD, para apitar jogos da divisão principal. Conforme: CORREIO DO PARANÁ, Curitiba. 1932.

amistosos ou de veteranos.<sup>95</sup> Mas, estes casos relatados, revelam que haviam possibilidades demais para se burlar os regulamentos que mantinham os ideais amadores do esporte, fosse através dos “bichos”, fosse através da negociação de empregos.

O fato do Coritiba ser o clube mais citado como praticante de um “amadorismo marrom” pelos jornais da época, não significa que era o único a fazê-lo. Ocorria que o clube, sendo o maior vencedor daquele curto período no início dos anos 1930, era também, o que mais levantava suspeitas. Assim, uma visão geral dos clubes disputantes da primeira divisão paranaense entre 1930 e 1933, revela que as primeiras colocações foram dominadas pelos seguintes clubes:

Clube / Colocação	Primeiro	Segundo	Terceiro
Coritiba	1931 e 1933	1930 e 1932	-
Palestra	1932	1931	1930 e 1933
Atlético	1930	-	1931
Britânia	-	1933	1932

Além destes, outros cinco clubes disputaram o campeonato no período, e destes, o que conseguiu a melhor colocação foi o recém-fundado Clube Atlético Ferroviário, com dois quarto lugares.<sup>96</sup> A predominância de Coritiba, Palestra, Atlético e Britânia não era novidade. Dos clubes ainda em atividade, apenas os quatro já haviam sido campeões.<sup>97</sup> O Britânia acumulava sete títulos, seis deles em sequência entre 1918 e 1923, no que até então, era a maior hegemonia de um clube no estado. No entanto, Cardoso, Machado e Neto, afirmam que, a partir de 1931, o clube começou a sofrer um desmanche paulatino, com seus principais atletas migrando, sobretudo, para o Ferroviário, clube que, segundo os cronistas, estava em condições de oferecer empregos na RVPrSC, ou ameaçar o emprego dos operários ferroviários que atuavam no Britânia ou ainda, em outros clubes. Processo semelhante ao adotado pelo Atlético, com relação aos funcionários públicos e pelo Palestra, através do Banco Francês Italiano. O que indica que a prática do semi profissionalismo era mais generalizada do que as provas fazem crer.

95 INTRIGUINHAS... Verdadeiras. **Correio do Paraná**. Curitiba, 31 jul. 1935. p.6.

96 Dados de acordo com: CARDOSO. **História...** e MACHADO. *Op. Cit.*

97 Além dos quatro, apenas Internacional (1915) e América (1917) haviam sido campeões, no entanto, estes dois clubes se fundiram em 1924, dando origem ao Atlético Paranaense.

Conforme afirma uma das colunas não assinadas do *Correio do Paraná*:

No Paraná as discussões e os comentarios tem surgido. Em torno do profissionalismo. Do profissionalismo alheio. Do Rio, de São Paulo.

- Aqui pra que?

- Não temos condições e o meio deve se contentar, por enquanto, com o semi profissionalismo, que é o regimen vigorante em toda parte há muito tempo.

A F.P.D. Disse qualquer coisa que não se entendeu muito bem, mas que alguns juram significar adesão ao regimen do "money".

- Vantagem? Desvantagem?

- Veremos quando a "mater" quiser esclarecer seu ponto de vista.<sup>98</sup>

De acordo com o cronista anônimo, portanto, o semi profissionalismo seria o regime que vigorava efetivamente no Paraná, assim como em qualquer dos grandes centros do futebol. Cada clube utilizando as armas que lhe eram possíveis. No entanto, o cronista, não acreditava que o futebol paranaense reunisse condições para se profissionalizar e não entendia se a FPD pretendia o ingresso no profissionalismo ou não. A estranheza do cronista, é a mesma que expressamos anteriormente com relação a declaração de Couto Pereira, afirmando que o profissionalismo era "uma boa ideia" apesar dos riscos para os "clubes fracos", dentre os quais, incluía o próprio Coritiba.

O problema básico com o qual os clubes lidavam, era que, entre promessas, que podiam ou não ser cumpridas, e rendimentos esporádicos que dependiam da boa vontade dos "dirigentes mecenas", ou um contrato formal, que incluía por vezes, gratificações vultosas (luvas) pela assinatura do mesmo, os jogadores mais assediados, tendiam ao segundo modelo. Exceptuando-se os casos não raros, dos atletas imbuídos de um espírito amador, os que desejavam fazer do futebol sua fonte de renda principal, senão a única, tendiam a abandonar os clubes sem que estes tivessem qualquer compensação financeira. Assim que o profissionalismo se instalou no Rio e em São Paulo, o Coritiba perdeu Rei, para o Vasco da Gama, goleiro titular do clube e da seleção paranaense, que saiu sem compensação para o clube.<sup>99</sup>

98 POR UM, Por Outro. *Correio do Paraná*. Curitiba, 17 jun. 1933. p.6.

99 O caso de Rei não chegou a ter grande repercussão nas páginas do *Correio*. Após o carnaval de 1933, o jogador simplesmente desapareceu de Curitiba e pouco depois, reapareceu, jogando pelo Vasco da Gama. Conforme: UMA ENTREVISTA com Rey. *Correio do Paraná*. Curitiba, 10 jul. 1936. p.6.

Segundo Cardoso, outros casos ocorreram, principalmente com o Palestra Itália,<sup>100</sup> mas, não há comprovação de que tenha ocorrido uma debandada geral, como temia o presidente do Coritiba.<sup>101</sup> Para entender este ponto, entretanto, é necessário que nos debrucemos sobre o problema da adoção do profissionalismo em âmbito nacional, para em seguida entendermos o posicionamento dos dirigentes paranaenses no processo específico de adesão a FBF, o que se constitui no objetivo do próximo tópico.

## 2.1. CISÃO NACIONAL E ADESÃO PARANAENSE AO PROFISSIONALISMO

Segundo alguns estudiosos do futebol, a adoção do profissionalismo envolveria, de um lado, o contexto geral de valorização do trabalho sob o primeiro período Vargas,<sup>102</sup> e de outro, um desenvolvimento mais especificamente atrelado ao campo esportivo, que considera tanto a conformação de um mercado internacional de jogadores no início dos anos 1930, quanto o desejo de alguns clubes brasileiros de estabelecer relações contratuais formais com seus jogadores. De forma geral, a sociedade brasileira como um todo, se encontrava em um equilíbrio tenso entre as tradições representativas da República Velha e o esforço modernizador do governo Vargas e no que tange ao futebol, esta tensão se fazia representar pela convivência de uma tradição amadora de caráter elitista e um profissionalismo incipiente. O amadorismo já estava se tornando impraticável no começo dos anos 1930, porque, muitos dos principais clubes do país, utilizando de subterfúgios para driblar os impedimentos à remuneração dos seus atletas, acabavam por criar um círculo vicioso em que os maiores “roubavam” atletas dos menores sob a promessa de remuneração. Uma prática que se chocava com os ideais amadores presentes no esporte brasileiro, mas que encontraria ainda, um outro problema pela frente. Conforme Costa:

---

100 No entanto, um dos atletas “perdidos” pelo Palestra, foi o próprio Anjolilo, que passou primeiro pelo Atlético para depois jogar no Coritiba, conforme vimos anteriormente.

101 O que efetivamente ocorria com certa frequência, eram convites de testes em São Paulo ou no Rio de Janeiro. Alguns, sequer embarcavam. Outros, tentavam, mas, acabavam voltando. Por fim, alguns realmente ficavam naqueles centros, mas eram poucos.

102 A relação entre o profissionalismo no futebol e a política de valorização do trabalho de Vargas é sustentada tanto em: SARMENTO. *Op. Cit.*, quanto em: COSTA. *Op. Cit.*

O amadorismo marrom foi uma das maiores armas utilizadas pelos clubes para manter seus jogadores e aliciar craques de outras equipes. No entanto, no final dos anos 20 e início dos 30, o futebol se profissionalizava na Argentina e no Uruguai, e a Itália descobria os *oriundi* – jogadores descendentes de italianos que eram cooptados para times da terra de Mussolini e do *calcio*. Os clubes de futebol brasileiros começavam a sofrer com grande êxodo de jogadores brasileiros para o exterior. Em 1931, muitos jogadores paulistas foram parar na Itália, como Filó, Del Debbio, Serafini, Pepe e Ministrinho – todos que já haviam defendido a seleção brasileira [...].<sup>103</sup>

O que isso significa, é que enquanto os clubes brasileiros aliciavam craques de outros menores, a defesa do amadorismo era mantida em nível discursivo, já que na prática, essas relações semi profissionais permitiam aos grandes qualificar seus elencos sem a necessidade de firmar contratos. No entanto, quando o êxodo para o exterior começou, estes clubes se viram na iminência de se tornarem alvos da mesma prática que executavam dentro das fronteiras do país. Além disso, também corriam esse risco nas relações com outros clubes brasileiros, criando uma situação que terminaria por exigir como solução o estabelecimento de vínculos mais formais com os seus atletas, que impedissem a transferência livre destes, mediante promessas de maior remuneração em outros clubes, ou contratos profissionais em clubes estrangeiros. Neste contexto, havia ainda outro problema. Conforme afirma Sarmento:

[...] a discussão sobre o estatuto profissional dos atletas já havia provocado atritos entre a CBD e as entidades estaduais. Apesar de [...] alguns clubes [...] já terem encaminhado à CBD requisições para formalização de contratos que previam a remuneração regular dos jogadores, a entidade nacional se mantinha firme em sua posição de conceber o esporte como uma atividade eminentemente amadora, não passível de qualquer forma de remuneração que viesse a caracterizar o exercício esportivo como uma espécie de trabalho formal. Essa situação poderia perdurar por longo tempo se não estivessem ocorrendo, naquele início da década de 1930, dois processos autônomos que acelerariam uma tomada de decisão: o interesse manifesto de clubes estrangeiros em contratar atletas brasileiros e a política de valorização do trabalhador do governo Vargas.<sup>104</sup>

Assim, embora a prática de vários clubes brasileiros tendesse ao profissionalismo, que já era uma realidade em outros países, a CBD permanecia agrilhoada aos ideais amadores. A tensão criada entre a necessidade dos clubes de

103 COSTA, M. da S. D. O Esporte Como Política de Estado: Vargas. In: DEL PRIORE, M.; MELO, V. A. de. (Orgs.). **História do Esporte no Brasil: do império aos dias atuais**. São Paulo: UNESP, 2009. p.213-144. p.218.

104 SARMENTO. *Op. Cit.* p.44.

protegerem seus interesses e a relutância da CBD em aceitar o profissionalismo, acabou resultando numa cisão que opôs clubes e algumas das entidades regionais à entidade nacional. E deste processo maior, seguiu-se uma sequência de fundações de novas entidades país afora. Nos estados em que as entidades existentes se opunham ao profissionalismo, surgiram novas as quais se filiavam os clubes que quisessem adotar o profissionalismo, integral ou parcialmente. No Distrito Federal, foi fundada a Liga Carioca de Futebol (LCF) e em São Paulo, a Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA) se desfilou da CBD. Conforme afirma Costa:

[...], as duas entidades receberam o apoio da Federação Fluminense de Esportes [...], da Associação Mineira de Esportes e da Federação Paranaense de Desportos e formam a Federação Brasileira de Futebol (FBF), que representava o futebol profissional em todo o país e contava com a maior parte dos grandes clubes de seus respectivos estados.<sup>105</sup>

De fato, a Federação Paranaense de Desportos (FPD), esteve entre as primeiras a se filiarem a FBF, mas, acompanhando o noticiário cotidiano do *Correio do Paraná*, percebe-se que houve certa relutância por parte da entidade regional. A questão central de se adotar ou não o profissionalismo, era discussão que já vinha sendo travada publicamente pelos cronistas há alguns anos. Em 1933, o periódico continha vozes que em sua maioria, eram favoráveis ao regime profissional. A primeira notícia daquele ano a este respeito, por exemplo, afirmava:

Conforme notícia vinda do Rio, soubemos que um dos maiores backs brasileiros, Domingos, irá para o Nacional de Montevideo.  
[...] É esse o resultado do amadorismo; acordem srs. do conselho deliberativo, imponham no Brasil, o profissionalismo que todos os brasileiros voltarão a pátria.<sup>106</sup>

O conselho deliberativo ao qual a matéria se refere, é o da CBD, que o redator considerava retrógrado por continuar se opondo ao profissionalismo, permitindo que brasileiros fossem jogar no exterior, em busca de melhores vencimentos e também, de relações contratuais formais, esvaziando conseqüentemente, os campeonatos locais de alguns de seus principais jogadores. A posição dos redatores do *Correio* era bastante clara quanto a questão. Em 26 de janeiro, o jornal noticiava a adoção oficial do profissionalismo no Rio de Janeiro com

105 COSTA. O Esporte... p.219.

106 AINDA a Ruidosa Questão do Profissionalismo. *Correio do Paraná*. 12 jan. 1933. p.5.

a seguinte manchete: “Venceu! Até Que Enfim, Veio o Profissionalismo.”<sup>107</sup> Porém, com relação ao profissionalismo no Paraná, não havia muito que o jornal pudesse publicar. As declarações públicas dos dirigentes paranaenses eram bastante raras e normalmente, não tocavam a questão. Os clubes e a entidade máxima, não pareciam estar convencidos. Neste sentido, Cardoso, por ter sido dirigente do Coritiba no período, é o que mais se aproxima de uma percepção dos bastidores, quando afirma que:

Os clubes, sem o devido preparo para a adoção do profissionalismo, não sabiam como agir. Não havia condições para profissionalizar todo o plantel. Por sua vez, os jogadores, por acanhamento, fruto de inibição e instrução, não queriam ser considerados profissionais, salvo se fosse para imigrar para S. Paulo ou Rio de Janeiro. Todavia, aqui, não se pejavam de receber ajuda financeira como “amadores”!<sup>108</sup>

Ou seja, embora o tema não fosse novidade em 1933, não havia ainda um consenso sobre o caminho a seguir. Em paralelo, no início daquele ano, ocorriam as eleições para a direção da FPD. Sintomaticamente, a questão do profissionalismo não foi abordada por nenhum dos candidatos. Tanto Luiz Guimarães, presidente da FPD e candidato a reeleição, quanto seu oponente, o então tenente Francisco de Paula Soares Netto, se mantiveram distantes do tema.

Em certo sentido, a eleição de um ou de outro não mudaria os rumos do futebol paranaense, principalmente porque ambos já haviam sido presidentes da entidade. O primeiro ainda o era, e Paula Soares já havia ocupado o cargo em 1930. Mas existem outros dois indícios de que a disputa estava mais centrada na ocupação do cargo em si, que em diferenças fundamentais de opinião. O primeiro deles, é o fato do vice presidente indicado pela chapa de Luiz Guimarães, ter sido escolhido para compor a diretoria de Paula Soares, após este ter vencido as eleições.<sup>109</sup>

O segundo, é o fato do Atlético, um dos clubes mais influentes no campo esportivo paranaense, ter se absterido de seu direito de voto.<sup>110</sup> O próprio *Correio do Paraná*, que defendia a eleição de Luiz Guimarães, concentrou sua argumentação na afirmação de que ele havia sido um “bom dirigente” durante 1932 e portanto, não

107 VENCEU! Até Que Enfim, Veio o Profissionalismo. *Correio do Paraná*. 26 jan. 1933. p.4.

108 CARDOSO. *História...* p.84.

109 AS ELEIÇÕES na FPD. *Correio do Paraná*. Curitiba, 1 fev. 1933. p.5.

110 *Idem*. O Atlético sequer enviou um representante para as eleições.

haveria porque mudar. Ao mesmo tempo, apesar da campanha por um, elogiava o outro, considerando Paula Soares “um bom sportista”.<sup>111</sup>

No entanto, se durante a eleição de janeiro, não houveram discussões públicas sobre a adoção do profissionalismo no Paraná, conforme as disputas foram se acirrando no cenário nacional, a questão também foi se impondo à indecisão dos clubes paranaenses. Na esfera pública, os dirigentes conviviam em um espaço bastante restrito geograficamente. As sedes dos clubes sociais e esportivos, entidades dirigentes, instâncias do governo estadual e federal, além das redações dos jornais da época, estavam todas reunidas em um trecho de cerca de dez quadras da rua XV de Novembro. Local de concentração dos bondes que transportavam a população por entre a cidade não pavimentada. As temporadas de chuvas, especialmente durante a primavera, eram capazes de alagar várias regiões de Curitiba. Os jogos de futebol também eram suspensos, porque qualquer chuva persistente, transformava as ruas da cidade em “lamaçais”.<sup>112</sup>

Na região central, bares, restaurantes e cafés frequentados por dirigentes, políticos e membros da imprensa, se transformavam em centros de convivência de gerações de indivíduos esportistas. O futebol, especialmente, reunia multidões para os padrões modestos de Curitiba. Os clássicos entre Atlético e Coritiba, batiam frequentemente recordes de renda e estima-se que os estádios de ambos, comportassem públicos em torno de oito mil pessoas.<sup>113</sup> Fora dos estádios entretanto, o número poderia ser bem maior. Na rua XV, desde fins dos anos 1920, já se desenvolvia o hábito de instalar alto falantes nas redações dos jornais para a transmissão de jogos esporádicos.<sup>114</sup> Nos anos 1930, esta tendência se estabeleceu com o início das transmissões regulares pela Rádio Clube Paranaense (PRB-2).<sup>115</sup>

---

111 SERÁ Hoje Eleita a Nova Diretoria da F.P.D. **Correio do Paraná**. Curitiba, 31 jan. 1933. p.5.

112 A questão da lama no centro da cidade, é tema constantemente lembrado em trabalhos sobre o período. O problema só passaria a ser resolvido com o desenvolvimento de um plano urbano para a cidade, conhecido como Plano Agache, em meados da década de 1940.

113 O número exato não se encontra nem mesmo na documentação oficial dos clubes, por isso, optamos por uma estimativa conservadora. De acordo com Cardoso, por exemplo, a arquibancada de concreto construída pelo Coritiba, comportava quatro mil pessoas sentadas, como não haviam ainda especificações de segurança que controlassem o total de público e a arquibancada referida ocupava apenas uma das retas laterais, é possível especular que coubessem efetivamente mais de doze mil pessoas no estádio, quando lotado. O mesmo raciocínio se aplica ao estádio Joaquim Américo, de propriedade do Atlético.

114 O COMBINADO Paranaense na Pauliceia. **A República**. Curitiba, 27 out. 1929. p.11. O jogo da seleção paranaense contra a paulista, pelo campeonato brasileiro de seleções, foi narrado via auto falante, instalado na redação do jornal.

115 Os cronistas apontam que a primeira transmissão de um jogo de futebol pela PRB2, ocorreu em 1934, no estádio Joaquim Américo, com a presença do Interventor Manoel Ribas. Conforme: MACHADO. *Op. Cit.*

Neste centro, os cidadãos tinham acesso as notícias “quentes”. Conforme chegavam pelo serviço de telégrafos, as “últimas” iam sendo expostas de acordo com sua importância, em frente as redações dos jornais.<sup>116</sup> Letrados ou não, todos podiam saber o que se passava captando a circulação dos informes. Como os principais envolvidos com as questões públicas também circulavam pela região, tinha-se que, entre a divulgação da notícia por telégrafo e sua publicação impressa, ocorriam várias trocas de informações e discussões na esfera pública, da qual os cronistas também participavam.<sup>117</sup> Por este processo, as notícias sobre a adoção do profissionalismo, circulavam em Curitiba com a mesma rapidez com que ocorriam no Rio ou em São Paulo. Quando eram publicadas, normalmente no dia seguinte, o que se lia nos jornais, eram os comentários sobre as notícias, mais que as notícias em si mesmas.

De outro lado, para além da impossibilidade de se esquivar do assunto, que parecia ser a vontade dominante entre os dirigentes paranaenses, apareciam constantemente nos jornais os avisos de que “emissários” do futebol profissional se encontravam na cidade. Por exemplo, em fevereiro, pouco após as eleições da FPD, o Correio estampava:

O futebol profissional, que assolou nas plagas paulistas, gauchas e cariocas, fez com que os clubes locais, faltos de elementos “desertores”, que receberam melhores propostas de outros clubes, voltassem suas vistas para os outros Estados, celeiro de “cracks”.  
Só em nossa Capital, no espaço de poucos dias, tres emissarios apportaram com o fito único, de observar os mais em evidencia e convidal-os à dar um “passeio”.  
Pelo que dizem, o mais “fera” é o emissário paulista que já conseguiu entabolar negociações com quatro bons elementos.<sup>118</sup>

As negociações as quais o redator se refere, não podem ser verificadas, tanto porque ele não cita quais seriam os “elementos” sondados, quanto porque, nos dias imediatamente posteriores, nada há no jornal sobre “passeios” de jogadores em qualquer dos estados citados. No entanto, estes avisos públicos da presença de

---

p.74-75.

116 A Gazeta do Povo também criaria seu próprio espaço de convivência e circulação de informações, conhecido como a “pedra da gazeta”, tratava-se de uma pedra em que se colocavam as notícias recém chegadas via telégrafo, desde os anos 1930. A respeito, ver: OLIVEIRA FILHA. *Op. Cit.*

117 À respeito ver a introdução de: LINHARES, T. **Relíquias de Uma Polêmica Entre Amigos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

118 EMISSARIOS do Futebol Profissional em Curitiba. **Correio do Paraná**. Curitiba, 15 fev. 1933. p.5.

“emissários” dos clubes profissionalizados, tornaram-se bastante comuns nas páginas esportivas. Fossem fruto do receio dos próprios cronistas, ou da realidade, tais anúncios contribuíam para que o assunto da adoção do profissionalismo, ou ao menos, o de como proteger os clubes da saída de jogadores que atuavam em Curitiba, estivesse constantemente colocado na esfera pública. De outro lado, embora alguns jogadores realmente tenham aceito propostas de testes no Rio ou em São Paulo, e alguns tenham efetivamente ficado naqueles centros, a debandada que o Correio insistia em prever, nunca ocorreu. Tanto porque o Paraná não era a única fonte de atletas para os clubes já profissionalizados, quanto porque nem todos os atletas eram desejados por aqueles clubes ou desejavam jogar profissionalmente.

Para que se tenha ideia, um dos clássicos entre Curitiba e Atlético mais lembrados pela crônica paranaense,<sup>119</sup> o “Atletiba da Gripe”, foi disputado neste período, em 21 de maio. Justamente, o jogo de abertura da temporada oficial. Contam os cronistas, que uma epidemia de gripe se abateu sobre os jogadores do Atlético. Diante das circunstâncias, a diretoria do clube fez uma solicitação formal ao Coritiba para que a partida fosse adiada. O Coritiba, numa atitude que Cardoso considerava “precipitada”,<sup>120</sup> negou o pedido. O Atlético, que vinha de duas temporadas “sem brilho”,<sup>121</sup> tendo inclusive sofrido duas goleadas do Coritiba no ano anterior, desta vez, venceu o jogo. No dia seguinte, o Correio afirmava que: “O Athletico, abatendo o Coritiba em seu próprio campo, confirmou mais uma vez o seu valor, demonstrando a forte dose de força de vontade de seus amadores, [...]”, no entanto, continuava o redator: “O profissionalismo foi o principal causador da 'derrapagem' [...]”<sup>122</sup> Derrapagem, bem entendido, do Coritiba, mas também, do que os redatores consideravam um nivelamento por baixo do futebol paranaense através das tentações do dinheiro paulista ou carioca, que teriam esvaziado os clubes locais de seus melhores jogadores. Assim, contraditoriamente, o mesmo profissionalismo que os redatores defendiam como uma necessidade nacional, era também, uma calamidade no âmbito regional.

---

119 Citado por: CARDOSO. *O Cotejo...*; COELHO;NETO. *Op. Cit.* e MACHADO. *Op. Cit.*

120 CARDOSO. *O Cotejo...* p.53-54.

121 *Idem.*

122 A PRIMEIRA Etapa. *Correio do Paraná*. Curitiba, 22 mai. 1933 p.4.

Neste ambiente de esvaziamento, expresso nas páginas esportivas, finalmente a FPD se manifestou em junho, convocando os clubes filiados para uma assembleia extraordinária em que se pretendia escolher entre profissionalismo e amadorismo. A nota publicada, pedia aos dirigentes:

É de se desejar que os debates ocorram serenamente, em ambiente de cordialidade e que sejam esclarecidos suficientemente os interesses do nosso Estado nessa lucta entre os dois regimens.  
 Não se attenda a influencia das vozes da metropole, que pedem e precisam de nosso apoio.  
 Preocupemo-nos apenas, em bem discernir e defendel-as a todo custo, as conveniencias do Paraná.<sup>123</sup>

Dois pontos devem ser destacados neste trecho. Primeiro, que o redator não pediria por serenidade, se não soubesse que, no interior dos clubes e entre eles, houvessem discordâncias. Justamente por isso, o que mais se temia neste momento, é que o assunto provocasse uma cisão no Paraná, como já havia ocorrido em outros centros, principalmente no Rio de Janeiro. Segundo, é preciso entender “as vozes da metrópole”. Mas, este ponto exige que ampliemos a escala de observação para o que estava ocorrendo simultaneamente, no Rio e em São Paulo.

Conforme afirmamos no início, a cisão nacional em torno da questão, envolveu inicialmente duas entidades regionais: a Liga Carioca de Futebol (LCF), fundada para acolher os clubes que adotaram o profissionalismo no Rio e a Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA), entidade de São Paulo, onde não houve cisão, já que a entidade optou pelo profissionalismo respaldada pelos principais clubes da capital paulista. Do outro lado, a CBD e a Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA), entidade carioca que havia sido esvaziada com a cisão de seus principais clubes. No momento em que se propunha a discussão oficialmente no Paraná, as entidades citadas, digladiavam em função do ingresso da Liga Carioca de Futebol nas fileiras da CBD. Como esta última se mantinha irredutível, afirmando que já havia uma entidade para o Rio, no caso, a AMEA, a Associação Paulista também se mantinha irredutível em favor da Liga Carioca. Isso porque, não havendo cisão em São Paulo, apesar da APEA adotar o profissionalismo, esta mantinha-se oficialmente filiada a CBD, mantendo o direito a voto que a LCF não tinha. No confronto das duas irredutibilidades, a solução que se

---

123 OS DOIS Regimens. *Correio do Paraná*. Curitiba, 22 jun. 1933 p.6.

apresentava, era a criação de uma nova entidade nacional. No entanto, por mais fortes política e economicamente que fossem, os clubes profissionais do Rio e de São Paulo precisavam, para tanto, do apoio de seus congêneres país afora.<sup>124</sup>

É neste contexto que a discussão se coloca no Paraná e também em outros estados, por solicitação externa, não necessariamente por vontade dos dirigentes regionais, embora, por óbvio, estes não estivessem alheios a situação. Por isso, o redator do Correio pedia que se atendessem aos interesses do futebol paranaense, quais fossem. Na assembleia da FPD, o resultado dos debates colocou o futebol paranaense ao lado dos dissidentes e do profissionalismo. A este respeito, o Correio publicou a seguinte nota:

A F.P.D., em Assembléa Geral hontem realizada, resolveu que o Paraná apoiará o profissionalismo, votando pela filiação da Liga Carioca de Futebol. [...] esclarecidos os pontos da questão, no que ella interessa ao nosso meio, foi dada a decisão. O Paraná votou pelo profissionalismo. Apregoa-se que desse lado estão os nossos interesses e que com o nosso apoio ao novo regimen, prejuizos que até agora vinhamos soffrendo, indefesos, terão prompto paradeiro.<sup>125</sup>

A nota não explicitava se a FPD romperia com a CBD para se filiar a uma nova entidade. Apenas afirmava que a Federação votaria pela “filiação da Liga Carioca”, o que significava um comunicado público de apoio aos clubes dissidentes mas, sem comprometimento com uma possível desfiliação da CBD. A Associação Paulista, entretanto, desfilou-se no mês seguinte e seus dirigentes, passaram a anunciar a fundação da Federação Brasileira de Futebol (FBF), que se efetivaria em agosto.<sup>126</sup> Sintomaticamente, durante estes meses, seguiu-se novo período de silêncio por parte dos dirigentes paranaenses. Apenas em dezembro, diante da realidade da cisão nacional, com a FBF e a CBD concorrendo abertamente pela organização do futebol nacional, a FPD tomou a decisão de desfiliar-se da CBD. O fato rendeu uma extensa reportagem do Correio. Começando por lembrar a crise financeira que assolava a entidade,<sup>127</sup> a matéria afirmava ainda que:

---

124 Conforme: SARMENTO. *Op. Cit.*

125 QUE ASSIM Seja. **Correio do Paraná**. Curitiba, 24 jun. 1933. p.6.

126 Respectivamente conforme: A SITUAÇÃO do Esporte Nacional. **Correio do Paraná**. Curitiba, 26 jul. 1933. p.7.; e SARMENTO. *Op. Cit.* p.49.

127 Paula Soares havia se indisposto com os clubes pouco antes, quando tentando resolver a mesma crise financeira aqui referida, tentou implementar a cobrança de quinhentos réis dos sócios dos clubes, que então, estavam isentos do pagamento de entradas. Conforme: CARDOSO. **História...** p.73.

[...], a C.B.D., embora assistida pelo bafejo oficial de governo provisório, nenhuma regalia proporcionava as suas filiadas, [...].  
 Haja vista o sucedido a embaixada paranaense de bola ao cesto, cujos componentes, representantes da fina flor da nossa mocidade, tiveram de regressar num banco duro de um carro de segunda classe, graças a “liberalidade” naturalmente decorrente dos “preciosos auxílios” do sr. Luiz Aranha, governo provisório, “et caterva”...<sup>128</sup>

Ao passo em que:

[A FBF] imediatamente se dispoz a patrocinar os demais esportes sem renda e abrigar sob sua bandeira as entidades dos outros Estados, onde mesmo não pudesse ser cultivado o profissionalismo.<sup>129</sup>

Chama a atenção o fato de que o primeiro motivo apresentado, não se referisse ao futebol, mas ao basquete e aos esportes amadores que a CBD, apesar do apoio federal, não seria capaz de incentivar adequadamente. De fato, como a FPD era uma entidade eclética, abrigava vários esportes amadores além do futebol. Sua desfiliação da CBD, obrigaria que as entidades menores, representantes destas modalidades, também se desfiliassem. Por isso, nesta reunião, estiveram presentes a Liga Atlética Paranaense e a Liga Curitibana de Esportes Atlético. Ambas manifestando-se favoravelmente a passagem para a FBF. Na realidade, a confusão era ainda maior do que parece a primeira vista. Todos os principais clubes de futebol de Curitiba, não estavam restritos a prática do mesmo. A maioria mantinha equipes de basquete, tiro, atletismo, entre outras modalidades. Este detalhe, contribuía para tornar todo o processo mais complexo. Principalmente porque, se no futebol, o semi profissionalismo já havia derrubado parcialmente as antigas barreiras elitistas, nos demais esportes, a participação dos atletas ainda seguia os ideais puristas do amadorismo. Foi assim que a “fina flor da nossa mocidade” – componentes da seleção estadual de basquete – acabou num “carro de segunda classe”.

Por este motivo, um tanto contraditoriamente, a FBF, entidade dita especializada, criada para gerir apenas o futebol, naquele momento, fazia promessas com relação aos esportes amadores. Além disso, ciente do cruzamento de interesses, uma das formas da CBD pressionar os clubes de futebol, era justamente a de ameaçar as entidades amadoras das quais aqueles também faziam parte. Assim, se justificava de forma canhestra, o silêncio dos dirigentes

<sup>128</sup> O PARANÁ Filiou-se a Liga Brasileira de Futebol. *Correio do Paraná*. Curitiba, 21 dez. 1933. p.6.

<sup>129</sup> *Idem*.

paranaenses, os quais, apesar de saberem que uma decisão deveria ser tomada, vinham postergando a mesma: “[...] pelo receio de que a C.B.D., aproveitando-se das exploradas divergências entre a FPD e a Liga Curitybana de Esportes Athleticos, viesse a implantar a scisão no esporte paranaense.”<sup>130</sup>

Mas há outro ponto importante revelado pela matéria do Correio, durante todo o ano de 1933, em função, das disputas entre clubes e entidades regionais com a CBD, o futebol paranaense, enquanto permaneceu filiado a esta, teve uma temporada de amistosos interestaduais reduzida. Vieram jogar no Paraná apenas o Brasil do Rio de Janeiro, que fez um jogo contra o Palestra Itália local e outro contra a seleção paranaense, e ainda, o Caxias de Santa Catarina, que realizou três jogos, dois contra o Coritiba e um contra o Ferroviário.<sup>131</sup> Nenhum dos dois clubes visitantes era capaz de atrair grande público e renda. Segundo a matéria do Correio: “[...]. O intercambio esportivo, com os grandes clubes do Rio e de São Paulo se achava paralyzado e essa falta se fazia sentir de maneira poderosa, agravando consideravelmente as dificuldades até então enfrentadas.”<sup>132</sup> O problema efetivo, era que os jogos realmente rentáveis, eram basicamente os amistosos com os “grandes” do Rio ou de São Paulo; os atletibas e alguns dos jogos da seleção paranaense, dependendo do adversário. Como o campeonato brasileiro de seleções também estava emperrado em função da cisão nacional, o ano futebolístico, em termos de grandes jogos, resumiu-se aos dois atletibas do campeonato estadual.<sup>133</sup>

Sabedora do problema, a FBF tentou remediar a situação organizando um torneio de fim de ano entre as seleções dos estados à ela filiados. Para todos os efeitos, seria o equivalente ao campeonato brasileiro de seleções, por cuja participação, a seleção da FPD receberia uma ajuda de 5:000\$000 (cinco contos de réis). Sendo assim, a matéria se encerrava em tom triunfante:

O nosso combinado embarca hoje para S. Paulo, levando pressuroso e tranquillo abraço official do Paraná ao novo e victorioso regimen. Pressuroso, porque há necessidade immediata do nosso reatamento de relações esportivas com os mestres da Paulicéa. Tranquillo, porque já não mais receia ficar sem seus “azes” respeitados desta vez pelas mesmas leis do profissionalismo.<sup>134</sup>

130 O PARANÁ Filiou-se a Liga Brasileira de Futebol. **Correio do Paraná**. Curitiba, 21 dez. 1933. p.6.

131 CARDOSO. **História...** p.364-365.

132 O PARANÁ Filiou-se a Liga Brasileira de Futebol. **Correio do Paraná**. Curitiba, 21 dez. 1933. p.6.

133 Voltaremos a tratar deste assunto adiante.

134 O PARANÁ Filiou-se a Liga Brasileira de Futebol. **Correio do Paraná**. Curitiba, 21 dez. 1933. p.6.

Esta última frase, em toda a matéria que procurava relatar a reunião dos clubes, à qual o redator estava presente, é a única menção à questão da partida dos jogadores paranaenses sem compensação financeira aos clubes. Não há qualquer menção, sobre a adoção efetiva do profissionalismo no Paraná. Isso se deve, em grande medida, ao fato de que, esta já não era mais a questão central. Os próprios clubes sabiam, que o mero ingresso na FBF, já atendia as suas exigências, bastando que os atletas estivessem registrados pelos mesmos na FPD. Como isso já ocorria de qualquer forma, o que os clubes ganharam, foi uma prorrogação de prazo para lidar com o problema da profissionalização de seus elencos. A FPD, por seu turno, solucionou, ao menos temporariamente, seu problema financeiro. Além disso, no cômputo geral, se as promessas da FBF fossem mantidas, o próximo ano seria recheado de grandes clubes jogando no estado e quiçá, de convites para que os clubes locais se apresentassem no Rio ou em São Paulo.

No entanto, a decisão de romper com a CBD teve um outro resultado. Conforme consta na matéria do *Correio*: “[...] o presidente da Federação convocou a assembléa [...] sobrepondo as amizades e as conveniências pessoais o interesse do esporte da Terra das Araucárias, [...]” Embora não se explique quais seriam as amizades do presidente Paula Soares, Cardoso relata o mesmo episódio da seguinte forma:

[...] começaram os clubes locais a pressionar o comando da Federação Paranaense, Relutante no princípio, por laços de amizade que o ligavam a diretores da C.B.D., o presidente, dr. Francisco Paula Soares Neto, acuado, cedeu às exigências dos nossos clubes. E no dia 12 de dezembro, à noite, em movimentada e agitada Assembléa Geral, a Federação Paranaense de Desportos se filiava à nova entidade: Federação Brasileira de Futebol. Na mesma noite, a Diretoria da Federação Paranaense de Desportos renunciava!<sup>135</sup>

Ocorre que o único dirigente da CBD citado na matéria do *Correio do Paraná*, é Luiz Aranha, a quem Paula Soares enviara um “longo telegrama”, pouco antes da FPD decidir romper com a CBD. O telegrama referido teria apenas seu último parágrafo publicado no mesmo jornal:

---

135 CARDOSO. *História...* p.73.

“Não pedimos filiação a Federação de Football. Simplesmente sondamos possibilidades de nos aceitarem no Campeonato de Profissionais, caso fossem atendidos interesses do Paraná, tendo obtido resposta favorável todas facilidades. Amanhã tudo será decidido. - Paula Soares.”<sup>136</sup>

Em seguida, aparecia a seguinte declaração de Luiz Aranha: “Si bem que só amanhã será decidido o assumpto pela Federação Paranaense, não nego que estamos sob a ameaça de perdê-la. Repugna-me. Não tenho coragem para mentir, [...]”.<sup>137</sup> Se Paula Soares havia enviado um telegrama a Aranha, detalhando o acordo que estava sendo gestado entre a FPD e a FBF, antes mesmo deste ser oficializado, fica mais do que claro, que entre ambos havia uma ligação pessoal. Também está implícito, que para Aranha, o que ocorria no Paraná, era uma espécie de traição. Mas este ponto precisa ser melhor analisado e entendido, nos desdobramentos da adesão paranaense aos clubes dissidentes. No próprio processo posterior de conformação do campo esportivo paranaense a uma nova realidade.

Precisamente por este fator, nosso próximo objetivo será o de revisar a atuação destes agentes, procurando entender como um estado que não tinha pretensões efetivas de profissionalizar o futebol, pode conviver sob a bandeira do profissionalismo. Que tipo de implicações este fato carregava para o futebol paranaense, e como, em última instância, estes agentes procuraram manejar a situação.

## 2.2. A ASCENSÃO DOS “TENENTES REVOLUCIONÁRIOS”

Conforme afirmamos anteriormente, chama a atenção na organização do futebol paranaense, a presença de vários “tenentes revolucionários” nas principais posições de comando do campo esportivo paranaense durante o primeiro período Vargas. Em fins de 1933, estes “tenentes” se faziam representar por Couto Pereira e Paula Soares, ambos participantes da Revolução de 1930 e membros conhecidos das diretorias de Curitiba, Britânia e FPD, desde os anos 1920. O que mudou para eles e para seus clubes, após a tomada do poder pelo grupo de Vargas, foi a posição de ambos, tanto no campo esportivo, quanto no político.

---

<sup>136</sup> CONFUSÃO no Esporte Nacional. *Correio do Paraná*. Curitiba, 23 dez. 1933. p.6.

<sup>137</sup> *Idem*.

Couto Pereira passou de apenas um entre outros dirigentes que já haviam presidido o clube para uma espécie de “presidente vitalício”, assumiu o clube em 1930 e só se retirou após o fim do Estado Novo.<sup>138</sup> Paula Soares, por sua vez, alternou entre cargos no Britânia e na Federação local. Isso, considerando apenas o campo esportivo. Quando somamos suas representatividades no campo político, entretanto, torna-se evidente que ambos foram alavancados na esteira do movimento de outubro de 1930. Couto Pereira de imediato, Paula Soares pouco depois, pela sua participação na contenção da revolta constitucionalista em São Paulo em 1932. Ambos também tiveram participação ativa nos diversos levantes “tenentistas” dos anos 1920. Mas, é necessário que se tomem alguns cuidados antes de aplicar a eles, o termo “tenentistas”. Conforme revela Vavy Pacheco Borges:

A partir de um contato ligeiro com a documentação dos anos 20, algo se torna bem claro: o “tenentismo” então não existia, pois nunca é mencionado. Não existiam também os sujeitos históricos hoje conhecidos como “tenentes”: o que existia eram “militares revolucionários”, “revoltosos”, ou “rebeldes”, “revoltados”, conforme se fosse a favor ou contra os levantes. [...] A designação de “tenentes” surge no primeiro semestre de 31, no momento da ferrenha luta pelo controle do poder. Em meados de 31 o termo “tenentismo” se generaliza, referindo-se a uma “corrente”, um “partido dos tenentes”, que é visto como muito forte na cena política. Entre os muitos “ismos” existentes na época [...], mais este surge e se impõe, causando grande celeuma e criando vários termos a ele próximos, como “atenentação”, “tenentada”, “tenentocracia”, “atenentadamente” etc.<sup>139</sup>

Portanto, ao seguirmos a interpretação de Borges, passamos a entender o “tenentismo” como uma categoria de enquadramento de alguns agentes políticos que ganharam espaço na esfera pública, sobretudo no campo político, a partir de outubro de 1930, independentemente destes terem participado das revoltas dos anos 1920 e também, de serem militares.<sup>140</sup> Mas, sintomaticamente, nas fontes paranaenses, o uso do termo é bastante raro e nas páginas esportivas, não aparece em nenhum momento, a despeito da presença destes agentes no meio futebolístico. Esta ausência pode ser explicada pelas diferenças fundamentais entre o processo político do pós outubro em São Paulo, tema da pesquisa de Borges, e no Paraná.

138 Oficialmente, Couto Pereira não ocupou a presidência do clube durante parte de seu mandato como deputado estadual, porém, existem alguns indícios de que continuava sendo o principal responsável pelos rumos do clube. Conforme: PASSANDO em Revista o Sport no Paraná. **A Noite**. Rio de Janeiro, 13 nov. 1936. p.8.

139 BORGES, V. P. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992. p.20-21.

140 *Idem*.

Quando eclodiu o levante, este se organizou contra o grupo político dominante de então, composto basicamente pelas oligarquias republicanas locais sendo a de São Paulo, a mais proeminente. Isso porque, o tumultuado processo eleitoral de 1930, opôs o gaúcho Getúlio Vargas, ao paulista Júlio Prestes. No processo marcado pelas fraudes nos cartórios eleitorais, Júlio Prestes saiu-se vencedor.<sup>141</sup> Mas, no cenário pós-outubro, diante da percepção de que a máquina administrativa do Estado estava impregnada de agentes da chamada oligarquia da República Velha, dois processos paralelos tiveram início, um de substituição daqueles agentes por outros, participantes ativos do levante, e o outro, de constituição de comissões ou comitês de investigação que pretendiam apurar as fraudes eleitorais e punir os responsáveis.<sup>142</sup>

No Paraná, onde parte da oligarquia mateira ficou ao lado dos revoltosos,<sup>143</sup> as perseguições se resumiram a alguns dos agentes políticos das duas famílias politicamente dominantes: os Camargo e os Munhoz da Rocha.<sup>144</sup> São Paulo, por sua vez, era um estado mais dividido. Enquanto o Paraná teve apenas dois interventores federais ao longo de todo o primeiro período Vargas, São Paulo teve, apenas entre outubro de 1930 e 1932, quatro diferentes interventores, cada um deles, escolhido de forma a contentar ao menos uma das facções políticas locais.<sup>145</sup> Desta forma, o que Borges percebe na imprensa paulista, o estabelecimento discursivo de uma oposição tida como normal entre “tenentes revolucionários” e “oligarquia republicana”, não se reproduz na imprensa paranaense.<sup>146</sup>

141 A bibliografia a respeito da Revolução de 1930 é bastante vasta, no entanto, neste trabalho, seguimos o contexto geral apresentado nas obras de Boris Fausto. Um bom resumo de sua interpretação do processo político e econômico daquele momento, pode ser encontrado em: FAUSTO, B. A Revolução de 30. In: MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.227-255.

142 Este processo se encontra bastante detalhado nos editoriais políticos do partido dos Tourinhos no *Correio do Paraná*, no entanto, as fraudes eleitorais ocorreram de ambos os lados envolvidos na disputa presidencial, dependendo da predominância política no estado em análise. Respectivamente, conforme: CORREIO DO PARANÁ. Curitiba, 1932. e FAUSTO. *Op. Cit.* p.237.

143 Conforme: BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. p.207-209.

144 Igualmente de acordo com os editoriais do *Correio do Paraná*, além dos relatos contidos em: A REVOLUÇÃO de 1930 no Paraná. **Boletim** [do] Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, Curitiba, v. 21, 1974.

145 BORGES. *Op. Cit.* p.33.

146 Os termos mais próximos utilizados pela imprensa paranaense, nos primeiros anos do governo Vargas, seriam respectivamente “adventícios” e “perrepistas”. No entanto, ambos os termos não se fixaram ao longo do período. Sendo que “adventícios” podiam ser tanto os “tenentes” quanto quaisquer outros agentes políticos vindos de fora do estado, por vezes, independentemente de terem nascido no Paraná, ou da corrente política que seguiam. “Perrepistas”, por outro lado, fazia referência ao antigo Partido Republicano das elites mateiras, no entanto, o termo nunca teve a abrangência necessária para se fixar nos editoriais políticos. No início, utilizado pelo *Correio do Paraná*, em referência específica aos Camargo e aos Munhoz da Rocha,

Uma vez estabelecido o novo governo, os agentes militares do levante no Paraná, assumiram a interventoria e os principais postos políticos. O “comandante da revolução”, Plínio Tourinho, entregou ao seu irmão, o General da Reserva Mário Alves de Monteiro Tourinho, a interventoria estadual. Enquanto isso, o próprio Plínio Tourinho se encarregou de instalar a Comissão de Sindicância da Interventoria Federal do Paraná.<sup>147</sup> No entanto, conforme o ímpeto dos “tenentes revolucionários” foi se direcionando para antigos membros da elite local que haviam apoiado o levante, a situação política no estado foi se tornando insustentável. Como resultado, diante das pressões locais, os Tourinhos se afastaram da interventoria ainda antes do fim de 1931.<sup>148</sup> No seu lugar, Getúlio nomeou o paranaense, há muito radicado no Rio Grande do Sul, Manoel Ribas. Daí por diante, o cenário paranaense é de negociação e não mais de perseguição.<sup>149</sup> À exceção do grupo de Tourinho, a oposição a Ribas praticamente inexistia ou, em existindo, se constituía em torno de reivindicações específicas, destinadas a apaziguar certas correntes políticas descontentes. A imagem de Vargas permaneceu intocável durante todo o seu governo. Neste contexto, simplesmente não havia espaço para a prática discursiva da oposição “tenentes” e “oligarquias”, basicamente, porque, ambas as categorias não chegaram a desenvolver identidades próprias, uma vez que não haviam diferenças significativas entre elas.

De outro lado, isso não significa que não existisse uma corrente militarista, composta por oficiais de carreira, que de forma geral, carregava a essência do discurso nacionalista do “tenentismo revolucionário”. Conforme estes representantes militares ganharam espaço na esfera pública, o uso que fizeram do mesmo foi muito variado. Não havendo efetivamente, coesão entre eles.<sup>150</sup> Mas, para entender estes pontos, faz-se necessário analisar os casos individuais de Couto Pereira e de Paula Soares.

---

acabou sendo utilizado apenas de forma esporádica após 1932, já sem identificação com aquelas famílias, mas, com uma ideia tão geral quanto vaga de conservadorismo político.

147 COMISSÃO DE SINDICÂNCIA DA INTERVENTORIA FEDERAL DO PARANÁ. 1932.

148 Sintomaticamente, a historiografia clássica paranaense, pouco trata do período dos Tourinhos, concentrando as análises na interventoria de Manoel Ribas. Conforme pode ser observado em: BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN. *Op. Cit.* p.210-212.

149 Segundo Oliveira: “No longo período em que governou o Paraná, de 1932 a 1945, Manoel Ribas estabeleceu uma relação entre o poder do Estado e as forças econômicas dominantes tradicionais.” Conforme: OLIVEIRA, R. C. de. (Org.). **A Construção do Paraná Moderno**. Curitiba: Sesquicentenário, 2004. p.181.

150 O que corresponde a uma das teses centrais de BORGES. *Op. Cit.*

### 2.2.1. O Major Antonio Couto Pereira e o Coritiba Foot Ball Club

Antonio Couto Pereira, nasceu no interior do Ceará, em 1896. Radicado em Curitiba em 1916, se tornou sócio do Coritiba em meio ao ambiente de euforia que marcou o primeiro título estadual do clube.<sup>151</sup> Aos poucos, foi ganhando espaço entre os diretores do clube e em 1927, foi eleito presidente pela primeira vez. Por volta deste ano, começou a se constituir uma política interna de estruturação patrimonial do clube. Segundo Cardoso, tratava-se do grande sonho de Couto Pereira dotar o clube de um estádio e sede social própria. Além disso, pretendia fazer representar o clube em todas as modalidades esportivas praticadas em Curitiba.<sup>152</sup> Mas, uma das primeiras realizações deste período, foi a instalação da Escola de Instrução Militar 321 (EIM) na sede do Coritiba, que começou a funcionar ainda em fins de 1929, formando oficiais para a reserva do exército.

Segundo relatório do próprio clube, em 1931, a EIM chegou a gerar uma pequena receita ao clube, da ordem de 449\$500 (quatrocentos e quarenta e nove mil e quinhentos réis),<sup>153</sup> mas haviam dois fatores mais importantes que a receita, de todo modo irrisória perante o montante das contas anuais do clube,<sup>154</sup> para a manutenção da EIM. Primeiro, o caráter social, de formação militar, que por este período, se confundia com formação da juventude e que conferia ao clube uma utilidade pública reconhecida legalmente.<sup>155</sup> Segundo, o uso que Couto Pereira fez da Escola durante seu período à frente do clube.

Justamente por ser militar de carreira, Couto Pereira teve uma vida política agitada ao longo dos anos 1920. Segundo o atestado concedido pelo comandante do levante de 1930 no Paraná, Plínio Tourinho, o então tenente Couto Pereira teve participação nas revoltas militares de 1922 e 1924, organizando reuniões em sua casa e fornecendo abrigo a outros militares que vinham do Rio Grande do Sul, São Paulo ou Rio de Janeiro. Em paralelo, servindo no 15º Batalhão de Caçadores, fazia um “serviço de sapa entre os sargentos”.<sup>156</sup> Já em 1930, durante as eleições

---

151 CARDOSO. **História...** p.60. Para o contexto do primeiro título do Coritiba, ver: MOLLETA JUNIOR. *Op. Cit.*

152 CARDOSO. **História...** p.60.

153 CORITIBA. *Op. Cit.* p.29.

154 *Idem.* p.39. A receita total declarada para o ano de 1931, era de cento e dez contos de réis.

155 Voltaremos a este ponto no último capítulo.

156 TOURINHO. *Op. Cit.* p.345-348.

presidenciais, percorreu os cartórios eleitorais do interior do estado na tentativa de fiscalizar os trabalhos. Em função da derrota de Getúlio nas urnas, viajou duas vezes ao Rio Grande do Sul, na última delas, para conferenciar diretamente com Vargas e foi o portador das instruções da organização da tomada do poder, marcada para iniciar em outubro daquele ano. Ainda conforme Tourinho, no dia combinado:

[...] o Sr. Couto Pereira, [...], arrombou a reserva do Tiro de Guerra n. 321, localizado no Teatro Hauer, sede do Coritiba F.C., dali conduzindo em seus automóveis, dois cunhetos de munição para fuzil e alguns fuzis, levando-os ao seu acampamento localizado em um terreno no alto da rua 15, onde está sendo construída a Praça de Desportos do referido Coritiba F.C. Ali esteve durante a noite de três para quatro, em companhia de alguns companheiros, quando estava sendo procurado ansiosamente pela polícia, que espalhou agentes policiais por diversos pontos e estradas.<sup>157</sup>

Pelo relato de seu comandante, Couto Pereira deveria tomar de assalto a chefatura de polícia da capital, mas, considerando que não houve resistência da força policial, foi designado para “[...] servir junto a Chefatura de Polícia, onde como Delegado de Vigilância, Investigações e Capturas, efetuou a prisão de inúmeros políticos pertencentes ao governo deposto.”<sup>158</sup> Tarefa que ocupou poucos dias, sendo então, designado comandante do 15º BC, onde servia anteriormente. Em princípio, pretendia-se que o batalhão fosse enviado a São Paulo, para combater os resistentes, mas, diante da rendição destes, Couto Pereira acabou transferido para o Estado Maior de João Alberto Lins de Barros, que seria o primeiro Interventor Federal de São Paulo, onde deveria executar trabalho semelhante ao que já havia terminado no Paraná, como Sub Diretor da Delegacia Revolucionária de Ordem Política e Social.<sup>159</sup>

Promovido a capitão por sua eficiência na captura dos principais líderes políticos paranaenses, teve a promoção retificada, desta vez para major, pela eficácia na captura dos que haviam se refugiado em São Paulo.<sup>160</sup> Pouco depois, foi nomeado Coletor Federal em Curitiba, pelo Ministério da Fazenda, um dos cargos públicos que serviam como prêmio aos “tenentes revolucionários”.<sup>161</sup> Consolidado no

157 TOURINHO. *Op. Cit.* p.349.

158 *Idem.* p.350.

159 *Ibidem.* p.351.

160 Plínio Tourinho cita alguns destes políticos, dentre os quais se destaca Pedro Alípio Alves Camargo, membro da família do então presidente estadual deposto, Afonso Alves Camargo. Conforme: TOURINHO. *Op. Cit.* p.351.

161 BORGES. *Op. Cit.* p.37.

campo político paranaense, Couto Pereira também se promovia no campo esportivo. Conforme afirmamos anteriormente, deste ponto em diante, ele se manteve à frente do Coritiba até o fim do primeiro período Vargas. Neste meio tempo, é impossível dissociar os dois campos, permeados pelo agente político e esportivo. Seu escritório, na rua XV de Novembro, servia à coletoria federal, mas também, como sede não oficial do Coritiba.<sup>162</sup> Nos anos que se seguiram, Couto Pereira, ao lado dos Tourinho, imiscuiu-se no mundo partidário, tão logo a situação do país passou a permitir a fundação de novas agremiações políticas. Assim, em 1932, o presidente do Coritiba era um dos signatários do manifesto que lançava, ao mesmo tempo, o Partido Liberal Paranaense (PLP) e seu órgão de imprensa, o *Correio do Paraná*.<sup>163</sup>

Em linhas gerais, o Correio criticava Manoel Ribas abertamente, por permitir que membros das antigas oligarquias, as famílias Munhoz da Rocha e Camargo, permanecessem nos meandros político-administrativos do Paraná. Cobrava a retomada dos processos da Comissão de Sindicância contra os mesmos e ainda, pedia a constitucionalização do país. Contraditoriamente, mantinha estreitas relações com o Clube 3 de Outubro, criado como uma representação pública dos interesses dos chamados “tenentes revolucionários” com os quais, os Tourinho e Couto Pereira se identificavam, mas, não necessariamente apoiavam integralmente.<sup>164</sup> Poucos meses depois da criação, o PLP se transformava no Partido Social Nacionalista (PSN). O tom geral de oposição a Ribas e de cobrança pelos “verdadeiros ideais revolucionários”, entretanto, não se alterou e a própria mudança de nome do partido se vinculava a uma tendência de separar os integrantes do mesmo de qualquer relação com a Aliança Liberal (AL), demarcando sua nova posição no mosaico político resultante da fragmentação da mesma. Neste contexto, o PSN teve um espaço reduzido nas eleições de 1934. Dos trinta deputados da Assembleia Constituinte do Paraná, vinte eram do partido de Manoel Ribas (PSD), cinco eram representantes de antigas lideranças republicanas (URP) e outros cinco, do PSN, sendo um deles, Couto Pereira.<sup>165</sup>

---

162 COELHO; NETO. *Op. Cit.* p.117.

163 PELA Organização Legal da Revolução. *Correio do Paraná*. Curitiba, 9 abr. 1932. p.1.

164 Embora o programa político do Clube 3 de Outubro, bem como de suas contrapartes regionais, carregasse a pretensão de constituir um “partido tenentista nacional”, suas ações nem sempre encontraram eco nas diversas correntes militares que se denominavam “tenentistas” e/ou “revolucionárias”. Ver: BORGES. *Op. Cit.* p.41-42.

165 RESULTADO Final das Eleições no Paraná. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 2 nov. 1934. p.2.

É neste momento, que o capital político do major, transborda os limites da estrutura partidária e dos bastidores da “revolução”, para a linha de frente das disputas políticas regionais e nacionais. Embora os registros de sua atuação na Assembleia não estejam completos, compreendendo apenas os primeiros trimestres de 1935 e 1937, é possível extrair algumas conclusões das atas restantes. Em primeiro lugar, que apesar de ser um dos poucos deputados sempre presentes às sessões, participava pouco das discussões. Nos seis meses cobertos pelas atas, Couto Pereira participou ativamente das discussões em apenas três ocasiões: uma moção de apoio a um colega militar que considerava perseguido pela imprensa;<sup>166</sup> uma solicitação de equiparação de salários entre funcionários públicos estaduais e federais, principalmente militares<sup>167</sup> e, por fim, nos debates a respeito da criação do Departamento de Educação Física do Paraná.<sup>168</sup> Apesar destas atas representarem apenas uma fração dos trabalhos da Assembleia, pode-se dizer que mesmo tendo sido eleito por um partido minoritário, mantinha boas relações com alguns elementos do PSD, principalmente militares.<sup>169</sup>

Apesar de sua ligação com os Tourinhos e da discutível oposição a Ribas,<sup>170</sup> Couto Pereira construiu, durante o período, uma imagem de realizador,<sup>171</sup> não apenas pelo que ajudou a construir no Coritiba, mas também, pela sua participação na aprovação da lei que criava o Departamento de Educação Física do Paraná. Em suma, entre 1934 e 1937, justamente os primeiros anos do profissionalismo no futebol paranaense e brasileiro, o major aumentou consideravelmente seu capital político. Se em 1933, durante as discussões sobre a adesão do Paraná a FBF, ele se manteve discreto o suficiente para que sua posição não ficasse publicamente clara. Na disputa que se seguiu, conforme veremos adiante, Couto Pereira assumiu uma posição bastante clara, respaldada pelos contatos, amizades pessoais e pelo poder simbólico adquirido a partir de sua posição no campo político.

---

166 ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 1º trim. 1935. Atas das sessões de 26, 28 e 29 de janeiro 1935.

167 *Idem*. 1º trim. 1937. Ata da sessão de 7 de março de 1937.

168 *Ibidem*. Ata da sessão de 13 de março de 1937.

169 *Ibidem*.

170 Embora sua posição no PSN, colocasse Couto Pereira como opositor de Ribas, e Samuel da Costa, confirme esta posição em sua história da Assembleia Legislativa, o próprio Couto Pereira, em entrevista posterior, indicava que as relações entre ambos eram mais próximas do que se imaginava. Ver, respectivamente: COSTA, S. G. *Op. Cit.* p.325-326. e COUTO PEREIRA, A. **Major Antonio Couto Pereira**. In: *Grandes Clubes Brasileiros: Coritiba Foot Ball Club*. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, [s.d.]. p.26-29.

171 PASSANDO em Revista o Sport no Paraná. **A Noite**. Rio de Janeiro, 13 nov. 1936. p.8.

### 2.2.2. O Capitão Francisco de Paula Soares Netto e a FPD

Francisco de Paula Soares Netto, gaúcho de nascimento, transferiu-se para o Paraná em 1923. Nos anos 1920, tornou-se conhecido no meio esportivo paranaense por sua ligação com o Britânia. No entanto, um fato curioso em sua biografia oficial, é que a sua presença como dirigente da FPD aparece com maior destaque, que sua participação na direção do clube. De fato, o médico militar, ainda tenente naqueles anos, integrou a direção da Federação, sendo eleito presidente pela primeira vez em 1930 e depois, novamente em 1933. Daí seguiu-se um hiato de tempo, até que assumisse os rumos da entidade regional mais uma vez, já no início dos anos 1940.<sup>172</sup> Este fato, permite perguntar o que teria feito com que o material disponível para sua biografia apontasse para a FPD, enquanto os cronistas paranaenses apontam para o Britânia? Embora a biografia trate da participação de Paula Soares no futebol de forma rápida, num único e curto capítulo, uma frase da autora, revela o possível motivo da inversão:

Embora Paula Soares jamais tenha jogado futebol, ele se envolveu com a política do futebol, especialmente durante o regime getulista, quando se tornou difícil fazer política no país: fazia-se, então, política no futebol, e era uma época de muita rivalidade dentro e fora dos campos.<sup>173</sup>

A frase revela o que a autora conseguiu extrair das memórias deixadas por Paula Soares e seus familiares, neste caso, o que consideravam suas grandes realizações, quais sejam: sua atuação na organização do futebol paranaense e sua luta para conferir ao Britânia um estádio próprio dos anos 1930 em diante. De um lado, esta afirmação se sustenta no fato de que as instituições democráticas, o Senado, a Câmara e suas instâncias regionais estiveram fechadas durante a maior parte do primeiro período Vargas. De outro, menos evidente, a frase anula a si mesma. Se os meios considerados tradicionais da política não estavam disponíveis naquele momento, isso não significava que os processos políticos não ocorressem fora deles, incluindo aí, o campo esportivo.

---

<sup>172</sup> Todos os dados de acordo com: BARACHO. *Op. Cit.*

<sup>173</sup> *Idem.* p.92.

Não se tratava de uma política específica do futebol, mas da política em seu sentido tradicional. Tomando o futebol como um espaço de convivência e integração social, pode-se dizer que o mesmo se constituía pela representação de indivíduos das mais diferentes origens sociais, incluindo, agentes políticos e militares do período de exceção. Assim, Paula Soares era um, entre outros, que no futebol, tanto quanto em outras áreas, representava um *habitus* político demarcado pelo seu próprio tempo e espaço social.<sup>174</sup> Tanto mais, quando se considera que neste período, o que estava em gestação, era a transformação do esporte, sobretudo do futebol, em política de Estado, um ponto ao qual voltaremos adiante.

Nos anos 1920, assim como seu amigo Couto Pereira,<sup>175</sup> Paula Soares também participou dos movimentos de revolta militar. A diferença é que, além de 1922 e 1924, também participou do de 1926, muito embora, não tenha chegado a percorrer o país com a Coluna Prestes porque foi preso antes de conseguir se juntar a ela.<sup>176</sup> Esta é apenas a primeira diferença entre eles e ajuda a explicar, porque Paula Soares, tendo participado do levante de 1930 tão ativamente quanto Couto Pereira, acabou demorando para obter as recompensas que couberam ao presidente do Coritiba. Paula Soares também foi fiscal da AL durante as eleições de 1930, também ajudou a tomar o poder no Paraná e foi nomeado Delegado de Segurança Pública enquanto Couto Pereira era nomeado Delegado de Capturas.<sup>177</sup>

Pouco mais tarde, deveria ocupar o mesmo cargo em São Paulo, para onde havia sido transferido integrando a comitiva de João Alberto Lins de Barros. No entanto, sofreu um acidente de automóvel e não pode assumir o cargo.<sup>178</sup> Regressando ao Paraná, apoiou os Tourinhos até março de 1931, quando rompeu com a interventoria, assumindo uma postura pública de apoio a continuidade do período de exceção, pois acreditava que a constitucionalização do país, prevista para o fim daquele ano: “[...] lançaria o país em agitações eleitorais 'prejudiciais à administração pública'.”<sup>179</sup>

174 Conforme: BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.157-158.

175 A amizade entre ambos é citada de forma superficial em: CARDOSO. *Op. Cit.*, porém, na biografia de Paula Soares, aparece constantemente. Depreende-se que os laços entre ambos se estabeleceram ao longo dos anos 1930, fortalecendo-se daí por diante. Segundo Baracho, Paula Soares chorou publicamente em apenas três ocasiões, sendo uma delas, o enterro de Couto Pereira. Conforme: BARACHO. *Op. Cit.* p.81.

176 *Idem*. p.100. Paula Soares estava temporariamente lotado em Porto Alegre e depois de preso, foi transferido para Guarapuava onde ficou detido por cerca de um mês.

177 *Ibidem*. p.114.

178 *Ibidem*.

179 *Ibidem*. p.115.

Neste contexto, foi preterido na ordem das promoções militares que estavam sendo concedidas a muitos dos demais “tenentes revolucionários”. Foi necessário que Manoel Ribas assumisse a interventoria em substituição aos Tourinhos, para que Paula Soares, em função de sua participação no combate aos revoltosos paulistas, fosse recomendado pelo novo Interventor Federal para receber as divisas de capitão,<sup>180</sup> o que ocorreria efetivamente em fins de 1933, quando já era presidente da FPD, e já se movimentavam nos bastidores da política nacional as diversas correntes que concorreriam às eleições do novo período constitucional.<sup>181</sup>

Por esta altura, enquanto o *Correio do Paraná* se estabelecia como órgão de imprensa do partido recém-criado pelos Tourinhos e por Couto Pereira, Paula Soares se distanciava dos primeiros, vinculando-se ao partido criado por Manoel Ribas, o PSD, pelo qual seria eleito no ano seguinte deputado federal. No entanto, mais uma vez, já se posicionava no interior do partido como dissidente,<sup>182</sup> participando de uma ala composta basicamente por militares, que acabariam por se aproximar do PSN. Em outras palavras, Paula Soares encontrava dificuldades em se manter em uma das correntes políticas em função, segundo sua biógrafa, do ambiente de alianças entre os “verdadeiros revolucionários” e antigos membros da oligarquia, fosse a nacional ou a oligarquia mateira paranaense.<sup>183</sup> Como já havia sido lançado candidato do PSD ao cargo de deputado federal, Getúlio interveio pessoalmente, apaziguando as relações entre Ribas e Soares, e conseqüentemente, ajudando a isolar os Tourinhos na política paranaense, apesar da tendência de parte do partido governista em apoiar o que se considerava o interesse dos “tenentes revolucionários” do PSN.<sup>184</sup>

Deste quadro geral, o que se pode inferir é que Paula Soares não esquentava posição movendo-se politicamente entre correntes conflitantes. De um lado, seus “ideais revolucionários” o aproximavam dos colegas militares no interior da estrutura político-partidária, no entanto, como o radicalismo político perdera espaço com a saída dos Tourinhos da interventoria regional, Paula Soares, em função do rompimento com os mesmos, não se conformava totalmente àquela corrente. De

---

180 OFICIAES Recomendados Pelo Sr. Manoel Ribas à Gratidão do Governo Federal. *Correio do Paraná*. Curitiba, 14 dez. 1932. p.1.

181 CAPITÃO Paula Soares. *Correio do Paraná*. Curitiba, 31 out. 1933. p.2.

182 A SITUAÇÃO Política. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 set. 1933. p.3.

183 BARACHO. *Op. Cit.* p.107-122.

184 A EMBRULHADA no Paraná. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 dez. 1933. p.4.

outro lado, apesar de compor a base governista, representada pelo PSD, também não se conformava ao espírito conciliador que dominara a interventoria a partir de Manoel Ribas. De certa forma, este comportamento se reproduziu no campo esportivo, quando, em 1933, os clubes paranaenses pressionaram o presidente da FPD para que a entidade se filiasse a FBF, adotando o profissionalismo. Acuado entre a vontade dos clubes e a amizade pessoal com Luiz Aranha, que ganhava espaço na CBD, Paula Soares, cedeu aos clubes, mas, renunciou à presidência da FPD, acenando publicamente sua discordância e mantendo-se aliado de Aranha. Uma decisão semelhante a que tomara durante o acordo de pacificação com Ribas no cenário político local, praticamente assegurando sua eleição para deputado federal no ano seguinte. Apesar de não concordar com os clubes no primeiro caso e com Ribas, no segundo, mantinha-se leal a Aranha e Vargas.

Em suma, de forma semelhante ao seu amigo Couto Pereira, Paula Soares também fortaleceu seu capital político a partir de 1933, embora, assim como aquele, não tenha explicado claramente, em nenhum momento, se era particularmente favorável ou não ao profissionalismo no futebol. Suas posições políticas foram, como aqui se delinearam, em grande parte influenciadas pelo interesse político imediato. De outro lado, ao longo do período constitucional, em conjunto com Couto Pereira, e estando ambos ligados a Luiz Aranha, sua posição também se tornaria mais clara. Neste novo contexto, começavam a se articular os movimentos de bastidores para a oficialização do esporte por parte do governo Vargas, o que se constitui no assunto do próximo tópico, onde se procura entender os desenvolvimentos das disputas entre esta corrente “tenentista” no futebol em oposição aos interesses dos demais clubes e dirigentes, com ênfase no campo esportivo paranaense.

### 2.3. A CARGA DOS “TENENTES REVOLUCIONÁRIOS”

Logo após a grande cisão no futebol nacional, em que a Federação Paranaense escolheu posicionar-se ao lado dos clubes dissidentes; no horizonte esportivo de 1934 descortinava-se a segunda Copa do Mundo, a ser realizada na Itália. No entanto, em função da desfiliação de muitos dos principais clubes do Rio e de São Paulo, a CBD, apesar de ser a entidade nacional vinculada a FIFA, não

poderia contar, para a formação do selecionado brasileiro, com nenhum dos atletas que jogassem por clubes filiados a FBF.<sup>185</sup> De outro lado, nas fileiras da CBD ficaram poucos dos grandes clubes do país e conseqüentemente, poucos dos principais jogadores, já que a maioria dos atletas da seleção jogava profissionalmente nas ligas de São Paulo e Rio de Janeiro, filiadas à FBF.

Neste contexto, o país foi representado naquela Copa, por uma seleção bastante desfalcada e reunida às pressas em função das indefinições quanto aos atletas com que se poderia contar.<sup>186</sup> Derrotada logo na estreia e conseqüentemente desclassificada, a seleção passou a realizar amistosos pela Europa, obtendo resultados considerados vexatórios, como na goleada sofrida contra a então desconhecida Iugoslávia, o que deixou claro que a cisão implicava não apenas um problema esportivo, mas também, uma questão política na medida em que a seleção brasileira, por este período, já era vista pelo governo federal como um possível elemento de propaganda e unificação nacional.<sup>187</sup> A este respeito, Sarmiento afirma que a eleição de Luiz Aranha, irmão do ministro Osvaldo Aranha, para a direção da CBD em 1936, era indicativa da intenção do governo federal de conciliar as facções do futebol enquanto ao mesmo tempo, se procurava manter a gestão do futebol centralizada. Sarmiento demarca uma nova política institucional para a CBD a partir da presidência de Luiz Aranha, definindo-a nos seguintes termos:

A CBD deveria assumir o futebol profissional como padrão, reconhecendo as agremiações que haviam passado a operar sob seu registro, mas deveria também deixar claro, através das distinções de gestão especializada, que o caso do futebol não deveria ser tomado como marco regulador para todos os esportes. Algumas modalidades permaneceriam amadoras, enquanto o futebol, devido à constituição efetiva de um mercado internacional reconhecido pela FIFA, passaria a ser essencialmente uma modalidade desportiva profissional.<sup>188</sup>

Trata-se de um processo em que o envolvimento governamental vai se aprofundando gradualmente e o apoio, no campo esportivo, à pessoas da confiança de Vargas, é uma faceta deste mesmo processo, que se explica pelas diferenças estruturais entre os campos político e esportivo de então. Conforme Manhães:

---

185 COSTA. O Esporte... p.221.

186 *Idem*.

187 Conforme: SARMENTO. *Op. Cit.* e: COSTA. Os Gramados...

188 SARMENTO. *Op. Cit.* p.58.

[...] o crescimento do profissionalismo, justamente no desporto de maior repercussão popular, e grandioso o suficiente para que ocorresse uma cisão, tem importância relativa na iniciativa de legislar sobre os esportes. [...] O que queremos frisar, entretanto, é a própria possibilidade da cisão, legítima, segundo os pressupostos forjadores da ordem desportiva até então. Possibilidade esta que diz respeito aos pressupostos liberais da ordem desportiva brasileira, originária da associação espontânea de indivíduos em entidades de direito privado, os clubes, centros em que os esportes eram praticados e ensinados. Destes, em ligas, federações e confederações, cujo funcionamento, dinâmica e relacionamento, eram regulados única e exclusivamente por seus estatutos, consequentes da iniciativa dos segmentos e indivíduos afins, sem interferência do Estado. Ordem essa plural, se assim entendessem os desportistas. Nada impedia, então, que existissem uma confederação de futebol amador e outra de futebol profissional, por exemplo.<sup>189</sup>

Por este motivo, independentemente da intenção de intervir, ou de legislar sobre os esportes, anteriormente a promulgação do Estado Novo, as alternativas do governo federal eram: negociar com os clubes e seus representantes ou pressioná-los. Assim, Vargas apostou em Luiz Aranha no comando da CBD, mas, não restringiu suas opções apenas a ele. Antes da eleição de Aranha, segundo Costa, uma outra faceta da ação do governo federal em relação ao futebol profissional já havia aparecido em 1935, quando, dentro da:

[...] cisão e enfraquecimento político das lideranças do esporte, mais preocupadas com a outra facção do que com a intervenção externa, [...] o governo faz sua primeira intervenção no esporte. No início de 1935 o governo busca respaldo na chamada “Lei Getúlio Vargas” e a Censura Teatral, um órgão de vistoria da polícia, passa a regular o futebol, aplicando ao esporte regras definidas e utilizadas no controle de outras diversões públicas, como o teatro.<sup>190</sup>

O que significa, para o autor, que o governo federal passava, a partir de então, a ser o “grande mediador do dissídio esportivo” já que apenas a Censura Teatral podia definir, mediante aprovação de registros e contratos, quais jogadores podiam jogar por quais clubes.<sup>191</sup> Assim, o governo federal se colocava como árbitro das questões referentes aos contratos de atletas profissionais, sobrepondo-se as regulamentações do campo esportivo. Inclusive, regulando as saídas de jogadores para o exterior, conforme explicita a seguinte nota do jornal carioca *A Noite*:

189 MANHÃES. *Op. Cit.* p.34.

190 COSTA. *O Esporte...* p.225.

191 Os contratos de atletas profissionais seguiram a lei geral para contratos de artistas de circo e teatro de 1928 pelo menos até a década de 1960, embora alguns autores situem a primeira legislação pertinente na década de 1970. Sobre o aspecto jurídico e a lei de 1964, ver: SOARES. *Op. Cit.* Para uma visão de todo o processo de criação da legislação específica para o futebol, ver: MANHÃES. *Op. Cit.*

Com a regulamentação da Lei Getúlio Vargas em todo o país, isto é, com a criação, em todas as polícias das capitais, das seções de Censura Theatral, difíceis serão as “aventuras”... Ao que apuramos, a polícia desta capital está agindo junto à de São Paulo no sentido de serem controladas as expedições de passaportes dos footballers profissionais.<sup>192</sup>

Neste contexto, a eleição de Aranha, que contava com “contatos nos círculos mais íntimos do governo”,<sup>193</sup> fez pender a balança política nas negociações pelo controle do futebol para o lado da CBD. Na prática, isso significava que o futebol profissional da FBF, embora capaz de atrair público e angariar recursos suficientes para se manter financeiramente, já não seria páreo para o poder político que residia na CBD.<sup>194</sup>

Apesar disso, a dualidade institucional se estenderia ainda pelos próximos anos, resultando numa discussão que suplantaria todas as demais questões do futebol brasileiro: a de se resolver definitivamente a cisão nacional entre os dois grupos políticos. Significando, em termos simples, a busca por uma fórmula conciliatória que permitisse a acomodação das facções em litígio. Portanto, se de início o problema era definir o futebol como um esporte profissional ou mantê-lo dentro dos ideais amadores, aos poucos, conforme a cisão se tornava aparentemente irreversível, já que nem FBF, nem CBD arredavam pé, a questão de se profissionalizar o futebol transformou-se numa disputa essencialmente política pelo controle do futebol brasileiro.

Assim, de 1936 em diante a solução que se apresentava era a do futebol de regime misto sob o comando da CBD, ficando a FBF subordinada àquela entidade. Solução efetivamente adotada já na segunda metade de 1937, com um acordo gestado no Rio de Janeiro a partir do entendimento entre os principais clubes do Distrito Federal, sob os olhares da CBD.<sup>195</sup> Ainda que este primeiro passo, não significasse a resolução de todos os problemas da gestão do futebol nacional, indicava o início de um processo que culminaria com a participação brasileira na Copa de 1938 em condições, se não ideais, ao menos isentas das escaramuças travadas entre CBD e FBF. Neste sentido, conforme Sarmento:

---

192 UM PARADEIRO às Fugas... **A Noite**. Rio de Janeiro, 9 ago. 1935. p.7.

193 COSTA. O Esporte... p.221.

194 *Idem*. p.223-225.

195 SARMENTO. *Op. Cit.* p.59.

Ao observarmos o desenho institucional da CBD após o grande acordo de 1937, percebemos que o que estava sendo posto em prática era o receituário que Luiz Aranha preconizara para a gestão desportiva do país: a aliança entre a especialização e a centralização. Na prática, a filiação da FBF à CBD representava, para além da solução de antigos problemas políticos, o reconhecimento de uma gestão especializada para uma modalidade desportiva em particular. No entanto, ao se submeter a FBF à estrutura institucional da CBD, assegurava-se o respeito às decisões soberanas da diretoria desta última, que se tornava um organismo central.<sup>196</sup>

Por este viés, a CBD teria sido a grande vencedora de um embate que em princípio, colocava todas as apostas em sua concorrente. O fiel da balança, como dito, foi a capacidade da entidade de angariar apoio político de um lado, e de outro, a percepção do próprio governo de que o futebol, sobretudo, poderia se constituir em uma ferramenta ao serviço de ideais cívicos e nacionalistas, além das questões relacionadas as políticas de saúde e educação do governo federal.<sup>197</sup> Por outro lado, o profissionalismo havia necessariamente se imposto e é inegável que a FBF havia sido o veículo pelo qual esta mudança ocorrera. Ao longo deste período de cisão, que se estendeu de 1933 a 1937, conforme os dois lados iam demonstrando maior ou menor tendência ao acordo, uma palavra foi ganhando força na imprensa esportiva brasileira para descrever o que se esperava que acontecesse: a “pacificação” do futebol brasileiro. Conforme Negreiros, boa parte da crônica nacional exprimia:

[...] uma forte indignação quanto às inúmeras cisões nas entidades responsáveis pela organização do futebol e dos esportes em geral. Reclamava-se, inicialmente, que todos os outros esportes estavam vinculados ao futebol, dentro da mesma entidade. Apresentavam, ainda, que pequenos interesses pessoais ou de alguns clubes eram suficientes para que surgissem entidades dissidentes. Como também havia uma forte crítica aos dirigentes das entidades, que eram considerados aproveitadores ou incompetentes. Clamava-se pelo “esporte-esporte” contra o “esporte-política”.<sup>198</sup>

Neste ponto residia uma das maiores contradições do processo, clamava-se por uma intervenção política do governo federal, para acabar com o “esporte-política”. Porém, apesar da atuação de Vargas entre 1935 e 1936, até que se chegasse ao ponto da intervenção direta, travestida de oficialização dos esportes,

196 SARMENTO. Op. Cit. p.59.

197 *Idem*.

198 NEGREIROS, P. J. L. de C. **A nação entra em campo**: futebol nos anos 30 e 40. 346 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, PUC/SP, São Paulo, 1998. p.191.

conforme veremos adiante, muitas negociações ocorreriam entre as cúpulas diretivas do esporte nacional e suas contrapartes regionais. Conforme indicamos anteriormente, neste processo, uma das principais armas utilizadas por ambos os lados era a promessa de amistosos com os grandes clubes de Rio e São Paulo, capazes de atrair grandes públicos. Por outro lado, ao longo do período constitucional, com a ascensão política dos “tenentes revolucionários”, a CBD, através de Luiz Aranha, pode contar com o apoio destes na esfera regional, que no Paraná, se faziam representar por Couto Pereira e Paula Soares, ambos deputados, sendo o primeiro estadual e o segundo federal. Assim, alternando novamente entre as escalas de observação, passaremos a analisar a atuação destes agentes nos campos esportivo e político, sobretudo em 1936, ano em que a FPD, resolveu abandonar a FBF, refiliando-se à CBD. No entanto, considerando que as discussões daquele ano, levavam em conta a situação financeira do futebol local, começaremos por explanar alguns aspectos da situação dos clubes nos primeiros anos do profissionalismo, de acordo com o enfoque apresentado pelo *Correio do Paraná*.

### 2.3.1. Aspectos Econômicos do Futebol Profissional Paranaense

Em meados de 1930, surgiu no *Correio do Paraná*, uma editoria de esportes, de certa forma inédita. Com o espaço diário generoso de duas páginas, Astolfo Di Pino, dirigente do Palestra Itália e Francisco Genaro Cardoso, dirigente do Coritiba, apresentavam principalmente o futebol, turfe, boxe, basquete e demais esportes atléticos e amadores que se concentravam em festivais, muitas vezes disputados como preliminares dos jogos de futebol. Os clubes reuniam em seus campos e quadras, aos finais de semana, o maior número de atividades esportivas e assim, promoviam um dia de lazer ao invés de apenas um jogo de futebol. Essa estratégia, se devia em grande medida, as dificuldades de locomoção da população, mas também, a uma ideia geral de atração de público, bem como de economia. Os clubes em sua formação, competiam em várias modalidades que, à exceção do futebol, eram completamente amadoras. Fazia sentido, de um ponto de vista financeiro e operacional, reunir os eventos em um mesmo dia e praça esportiva.<sup>199</sup>

---

<sup>199</sup> CORREIO DO PARANÁ. Curitiba. 1935-1937.

Neste relato de uma leitura diária do Correio do Paraná, estão assentadas algumas das características do futebol da cidade durante os primeiros anos do profissionalismo. Mas, também se encontram nas páginas do Correio, outras informações como, por exemplo, os boletins oficiais da FPD que divulgavam as rendas dos jogos. Com apenas um ou dois jogos ocorrendo por final de semana, um mês de disputa do campeonato paranaense, nem sempre colocava todos os times em campo. Mesmo quando colocava, nem sempre obtinha o resultado financeiro esperado. Em 1937, a FPD divulgou as rendas de quatro jogos:<sup>200</sup>

Jogo	Renda Bruta	Renda Líquida
Junak x Palestra	179\$500	(220\$200)*
Britânia x Coritiba	3:219\$500	1:192\$200
Palestra x Savóia	536\$000	465\$200
Britânia x Atlético	3:674\$000	1:352\$000

\* negativos, prejuízo declarado apresentado após desconto das taxas federativas.

Como a divulgação das rendas não se constituía em um hábito, sendo publicadas apenas esporadicamente, estes números não servem a bases estatísticas para indicar tendências, embora coincidam com as médias de renda apresentadas por Cardoso, em seu livro sobre a história do futebol paranaense. Mas servem para que se tenha um parâmetro do que se declarava como arrecadação na maioria dos jogos daquele período.<sup>201</sup> Com apenas sete clubes disputando o campeonato, turno e retorno do certame, significavam apenas 12 jogos para cada clube. Caso houvesse a necessidade de disputas finais, de 14 a 15 jogos para os clubes envolvidos.<sup>202</sup> Para efeitos práticos, um por mês. Se as rendas apresentadas de Coritiba e Atlético, pudessem ser extrapoladas para seus demais jogos, sem considerar as receitas dos clássicos, com lucro líquido de pelo menos 50% e igualmente dividido entre os clubes disputantes,<sup>203</sup> o total anual atingiria apenas, cerca de 9:000\$000 (nove contos de réis).

200 FEDERAÇÃO Paranaense de Desportos. **Correio do Paraná**. Curitiba, 2 e 9 jul. 1937. p.5.

201 Valores declarados oficialmente, o que significa que, considerando a prática de se esconder parte da renda, na realidade, estes números deveriam ser maiores. No entanto, para a comparação que estamos fazendo, os números continuam válidos, na medida em que procuramos uma relação entre arrecadação declarada em grandes e pequenos jogos.

202 Por este período, vigorava no Paraná a chamada “fórmula Fraga”, com dois turnos e finais entre os vencedores de cada turno, em sistema melhor de três.

203 750\$000 (setecentos e cinquenta mil réis) em 12 partidas.

No caso do Atlético, por exemplo, o orçamento anual informado à imprensa era, neste mesmo período, de 80:000\$000 (oitenta contos de réis).<sup>204</sup> É óbvio que, considerando estes números como aproximações plausíveis, a receita dos jogos do campeonato da cidade, representava uma parcela pequena do montante arrecadado pelo clube. A mesma lógica se aplica ao Coritiba, embora não se tenha dados sobre o orçamento total do clube para o mesmo ano. Os clássicos, registravam públicos maiores e ajudavam a melhorar o quadro das receitas anuais com o futebol, mas, mesmo jogos entre Coritiba e Atlético, normalmente não atingiam renda bruta declarada de cinco contos de réis.<sup>205</sup>

De outro lado, ocorriam em períodos de pausa, torneios paralelos e amistosos interestaduais. Os torneios, dificilmente atraíam público ou renda, mas mantinham as equipes em atividade.<sup>206</sup> Já os interestaduais, podiam ser bastante lucrativos, embora o sucesso destes amistosos dependesse de uma série de fatores, a começar pela expectativa que o clube adversário era capaz de gerar. Em um dia livre de chuvas, um único jogo desses, podia render vinte contos de réis, principalmente através de majoração dos ingressos.<sup>207</sup> Os custos também aumentavam, com as despesas de viagem do clube convidado bem como sua parte na receita bruta, que podia ser um percentual, ou um valor fixo combinado antecipadamente. No ano de 1936, por exemplo, foram três os “grandes” clubes brasileiros que vieram ao Paraná segundo Cardoso: Palestra de São Paulo, Botafogo e América do Rio de Janeiro.<sup>208</sup> Sobre a vinda do Botafogo, o cronista afirma que foram auferidos, “livres”, 8 contos de réis.<sup>209</sup> Não é possível saber se esse total era “livre” de despesas, ainda a ser dividido entre os clubes participantes, ou se “livre” para cada clube. De qualquer forma, valores nesta faixa, estavam muito acima das rendas declaradas no campeonato estadual.

---

204 UMA VEZ Athletico, Sempre Athletico. **Correio do Paraná**. Curitiba, 28 de julho de 1937. p.4 e 10.

205 As maiores rendas no campeonato local de 1936 e 1937, ocorreram em atletibas, com rendas brutas declaradas de 3:500\$000 (três contos e quinhentos mil réis) e 4:600\$000 (quatro contos e seiscentos mil réis). Conforme: CARDOSO. **História...**

206 Muitos destes torneios sequer chegavam a ser concluídos, tanto porque não atraíam público suficiente, quanto por desinteresse dos próprios clubes.

207 Ainda em 1935, diante dos custos e do interesse do público, o Coritiba, por exemplo, não apenas mojou os ingressos para o amistoso que jogaria com o Flamengo, como também, resolveu cobrar ingresso de seus próprios sócios, uma prática incomum naquela época. Conforme: CORITIBA Foot Ball Club. **Correio do Paraná**. Curitiba, 26 e 28 dez. 1935. p.5.

208 CARDOSO. **História...** p.90.

209 QUAL A Vantagem dos Nossos Dissidentes. **Correio do Paraná**. Curitiba, 30 jul. 1937. p.4.

Por outro ângulo, se pudéssemos extrapolar a estimativa de receita anual apenas com jogos do campeonato paranaense de Atlético e Coritiba, considerando um elenco de 11 profissionais, sem contar jogadores reservas, bichos e outras possíveis premiações, teríamos como resultado que cada um dos ditos profissionais, caso recebessem todo o valor arrecadado, dividido igualmente e sem que os clubes ficassem com qualquer parte da receita; teriam direito a aproximadamente 68\$000 (sessenta e oito mil réis) mensais. Valor equivalente a menos de um terço do que, nesta mesma época, ganhava, por exemplo, um terceiro sargento da força policial paranaense.<sup>210</sup> Embora estas contas sejam especulativas, tratam de reproduzir no caso paranaense, o que alguns desafetos do profissionalismo costumavam escrever nas páginas esportivas. Para que se tenha uma comparação com o caso de São Paulo, um cronista do *Correio de São Paulo*, ainda em 1933, publicou conta semelhante. Embora, alguns dos cálculos apresentados possam ser colocados em dúvida, como se trata de exercício especulativo, no melhor dos casos, seguindo a mesma lógica que utilizamos para Atlético e Coritiba, teríamos pouco mais de 300\$000 (trezentos mil réis) mensais para cada um dos supostos 11 profissionais, caso atuassem nos clubes paulistas.<sup>211</sup> O que equivaleria, em termos da força policial paranaense, ao salário integral de um segundo sargento.<sup>212</sup>

Ocorre que, tanto no caso paranaense quanto no paulista, alguns pontos precisam ser considerados. Primeiro, que a prática de se maquiar as rendas para escapar ao pagamento de taxas federativas e principalmente, à divisão da renda, era corriqueira e portanto, os números reais estão em algum ponto acima dos divulgados oficialmente.<sup>213</sup> Segundo que, de forma geral, o profissionalismo no futebol deste período, ainda não significava que os elencos fossem todos profissionalizados. Ao contrário, o que se verifica nas fontes, é que o regime efetivamente adotado pelos clubes era misto, com o número de jogadores com contratos profissionais sendo bastante variável de clube a clube, raramente atingindo todo o elenco. Terceiro, conforme pudemos perceber anteriormente, os dirigentes e seus clubes, nem sempre cumpriam as promessas que faziam e em um

---

210 Segundo discurso proferido por Couto Pereira: ANAIS... *Op. Cit.* Ata da sessão de 7 de março de 1935. p.580.

211 O PROFISSIONALISMO no Futebol. *Correio de São Paulo*. São Paulo, 3 jan. 1933. p.3.

212 ANAIS... *Op. Cit.* Ata da sessão de 7 de março de 1935. p.580.

213 Também é preciso considerar que os sócios dos clubes não pagavam ingressos e portanto, suas contribuições mensais constituíam uma parte da renda dos jogos que não constavam nos borderôs.

contexto em que, mesmo após a adoção do profissionalismo, muitos “contratos” podiam ser apenas verbais, é difícil acreditar que fossem cumpridos à risca.

Além disso, conforme vimos anteriormente, a maioria dos atletas “contratados”, apenas recebiam promessas de empregos paralelo ao futebol, que em última instância, ainda podiam não ser cumpridas. Desta forma, o futebol dava lucro aos clubes, ainda que eventualmente pequeno, e empregos paralelos aos jogadores, “quando muito”. Ficando a renda efetiva dos atletas, condicionada à boa vontade dos dirigentes quanto ao pagamento dos “bichos” e pequenas remunerações extraordinárias. Por isso, Cardoso afirma que:

[...] por alguns anos ainda, tivemos um arremedo de profissionalismo. Isto é, o jogador recebia, mas não era empregado do clube. Seu compromisso contratual (de boca muitas vezes) resumia-se em treinar duas vezes por semana e jogar nos domingos e feriados!<sup>214</sup>

Mas, observando a questão do ponto de vista dos clubes, manter os atletas dentro deste esquema geral, era muito mais lucrativo que ter de recompensá-los contratualmente. Por este motivo, a FPD havia sido pressionada a filiar-se a FBF a partir da percepção de que ingressar no profissionalismo não exigiria dos clubes a efetiva profissionalização dos seus atletas. Como, além disso, muitos dos atletas daquele período, simplesmente não queriam ou não podiam ser profissionais, em 1933, tudo mudou, justamente para ficar como estava. Porém, também torna-se evidente, que a disputa anual do campeonato local, não era suficiente para conferir aos clubes, os lucros que desejavam. Por isso, uma das promessas da FBF à Federação Paranaense, era justamente a de promover o intercâmbio estadual que tendia a engordar os cofres da Federação e dos clubes.

Se em 1934, nenhum amistoso se realizou no Paraná,<sup>215</sup> em 1935, Flamengo, Fluminense e Portuguesa de Desportos, todos filiados à FBF, jogaram em Curitiba. Foram, no total, onze jogos contra Atlético, Coritiba e seleção paranaense, além de um combinado de Atlético e Ferroviário, que fez uma única apresentação contra o Flamengo.<sup>216</sup> Para que se tenha ideia do que representavam onze amistosos deste

214 CARDOSO. *História...* p.84.

215 O que em parte, se deve a própria disputa interna à FBF, entre os clubes e ela filiados no Rio e em São Paulo, sobre como reorganizar o futebol nacional em função da duplicidade de entidades e campeonatos. A respeito ver, por exemplo, a coluna de Thomaz Mazzoni: OS MELINDRES do Vasco Pelo Seu título... *Correio do Paraná*. Curitiba, 20 set. 1934. p.6.

216 CARDOSO. *História...* p.364-366.

porte em Curitiba, entre 1930 e 1934, considerando apenas clubes e seleções paulistas e cariocas, no total, ocorreram dez amistosos na cidade, sendo que destes, quatro foram contra clubes de pouca expressão.<sup>217</sup> O que nos coloca, ao fim e ao cabo, em posição de entender tanto a importância destes jogos, quanto de passar ao próximo tópico para tratar especificamente da atuação dos “tenentes revolucionários” no retorno da FPD ao grupo da CBD, bem como, entender porque, neste processo específico, cristalizou-se uma oposição claramente definida aos mesmos, redundando na fundação de uma nova entidade para gerir o futebol local.

### 2.3.2. Os “Tenentes Revolucionários” e a Fundação da Federação Paranaense de Futebol

No início de 1936, seria de se esperar que os clubes paranaenses estivessem satisfeitos com o acordo com a FBF. Igualmente, não por acaso, a realização de amistosos interestaduais, passou a ser um dos principais elementos de negociação na disputa entre CBD e FBF pela filiação de entidades esportivas por todo o país.<sup>218</sup> Por outro lado, se a FBF estava cumprindo sua promessa, acenar apenas com amistosos não seria suficiente para que a CBD pudesse se reaproximar dos clubes paranaenses. Justamente por este motivo, Luiz Aranha, já presidente da entidade, recorreu aos seus antigos aliados no estado, tendo, segundo Cardoso: “[...] colocado duas cunhas em nosso futebol: o Major Antonio Couto Pereira, então Deputado Estadual e presidente do Conselho Diretor do Coritiba FC e dr. Francisco Paula Soares Neto, prócer do Britânia EC e ex-presidente da FPD.”<sup>219</sup> No entanto, Cardoso dedica-se a explicar apenas a atuação do primeiro:

Em junho de 1936, consegui o major Couto Pereira a adesão do presidente da FPD, sr. Luiz Guimarães e combina (sic) uma reunião na residência do mesmo, que ficou encarregado de convidar os demais presidentes de clubes. Nessa ocasião, transmitindo o apelo que lhe fora feito no Rio de Janeiro, pelos dirigentes da CBD [...] e promessas, o mandatário do Coritiba FC convida-os a irem ao Grande Hotel Moderno, onde [...] foram ultimados os pormenores para a volta da Federação Paranaense à CBD.<sup>220</sup>

---

<sup>217</sup> Dois jogos contra o Andaraí do Rio de Janeiro e outros dois contra o Brasil, também do Rio. Conforme: CARDOSO. *História...* p.364-366.

<sup>218</sup> O processo geral, e o papel destes amistosos negociados, também é observado em: SARMENTO. *Op. Cit.*

<sup>219</sup> CARDOSO. *História...* p.89.

<sup>220</sup> *Idem.*

Como se vê, as “duas cunhas” de Cardoso, na prática, era apenas uma: Couto Pereira. No entanto, isso não significa que Paula Soares não estivesse ao lado de seus aliados tradicionais, apenas que, como deputado federal, havia optado por morar no Rio de Janeiro.<sup>221</sup> Além disso, o capital político de Couto Pereira, respaldado pelo peso do Coritiba na balança política do campo esportivo, pode ser considerado maior que o de Paula Soares, ainda que somado ao do Britânia. Por isso o cronista confere ao major a posição de pivô da articulação que levaria o futebol paranaense de volta a CBD e a citação de Paula Soares significa pouco além de dizer que Coritiba, Britânia e FPD se constituíram em um núcleo duro responsável pelo convencimento dos demais clubes a respeito das vantagens que adviriam dessa mudança. O que nas palavras de Cardoso, aparece meio timidamente, numa única palavra: “promessas”. Ou seja, promessas de amistosos e benefícios financeiros.

Neste sentido, considerando o contexto nacional de debandada dos clubes rumo a FBF, seria difícil para a CBD cumprir qualquer promessa com relação aos grandes clubes nacionais. Assim, na temporada de 1936, vieram ao Paraná, na esteira do acordo entre a FPD e a CBD, quatro clubes, dos quais apenas o Botafogo do Rio e o Palestra de São Paulo, eram capazes de atrair grandes públicos. Num total de dez jogos interestaduais, apenas quatro contaram com aqueles dois clubes, sendo que o Botafogo, o único “grande” clube carioca que havia permanecido ao lado da CBD, realizou três jogos: um contra a seleção paranaense, outro contra o Atlético e um, contra o Ferroviário. O Palestra, que estava temporariamente na posição de dissidente do profissionalismo paulista, fez apenas um jogo, contra um combinado de Coritiba e Atlético.<sup>222</sup>

Uma temporada consideravelmente menos atraente do que a do ano anterior, sob o patrocínio da FBF. O próprio fato do Palestra ter realizado apenas um jogo na capital paranaense, quando o mais rentável seriam ao menos dois ou três, já constitui indício de que os compromissos assumidos pela CBD nos bastidores, principalmente com relação aos amistosos, dificilmente seria cumprido. Tanto que, em 1937, somente um amistoso patrocinado pela CBD ocorreu no Paraná, no que se transformaria no primeiro jogo internacional do estado. Segundo Cardoso:

---

221 BARACHO. *Op. Cit.* p.123.

222 Dados de acordo com CARDOSO. **História...**

Os meios futebolísticos não acreditavam (*sic*) quando a F. P. D. anunciou a presença do famoso Clube Atlanta de Buenos Ayres em nossos gramados, em confronto com a Seleção paranaense. Fato inédito, ampliado em sua dimensão, pela fama do grêmio portenho. Finalmente, dia 4 de março, exibia-se no gramado do C. A. Paranaense, o poderoso quadro do não menos fabuloso goleiro HERRERA da Seleção argentina. Era dia de semana. O Governo estadual decretou ponto facultativo, à tarde. O Estádio “Joaquim Américo” ficou lotado. Renda recorde: 23:200\$000 (vinte e três contos e duzentos mil réis).<sup>223</sup>

Além da renda bastante elevada, há neste trecho, um outro ponto cuja importância precisa ser destacada: o fato de que o único amistoso promovido pela CBD em 1937, tenha sido justamente um jogo em que a beneficiada financeiramente era a entidade dirigente estadual, assim, pode-se argumentar que para os clubes paranaenses, responsáveis pelo retorno a CBD, nada houve de benefício direto a não ser, claro, o aspecto subjetivo da promoção do futebol em si a partir da presença de uma equipe de renome continental, fato aliás, corroborado pela liberalidade do ponto facultativo aos funcionários públicos. Mas há ainda uma pergunta a ser respondida: porque um jogo desta envergadura, de tão grande cartaz, seria disputado em pleno dia útil?

Recorrendo as edições do *Correio do Paraná*, do período imediatamente anterior a realização da partida, percebe-se que o Atlanta, com apoio da CBD, começou sua jornada no país contra os clubes gaúchos ainda na primeira quinzena de fevereiro. No dia 15 de fevereiro, o jornal publicava duas matérias a respeito, uma descrevendo a situação no Rio Grande do Sul e a possibilidade da debandada gaúcha para a FBF em função do *deficit* dos grandes clubes. E a outra, contando como haviam transcorrido os jogos do Atlanta naquele estado, onde destaca-se o trecho referente a vinda do clube argentino ao Paraná: “Esse team platino, ao que se sabe, virá a Curitiba dentro em muito breve sob o patrocínio do Coritiba F. C., devendo aqui realizar uma temporada de três encontros, contra os mais destacados esquadões locais.”<sup>224</sup>

No entanto, com o passar dos dias, o Atlanta é enviado de um lado a outro do país, conforme a necessidade da CBD que procurava atender os compromissos assumidos com os clubes que ainda lhe davam suporte. A maior prova da falta de planejamento da viagem do esquadão argentino, é a adaptação dos jogos conforme

223 CARDOSO. *História...* p.91.

224 O VALOR do Atlanta. *Correio do Paraná*. Curitiba, 15 fev. 1937. p.6.

as circunstâncias. Vindo de Buenos Aires, Porto Alegre seria o local mais óbvio para o início de sua temporada, entretanto, daí por diante, a saga do Atlanta deveria continuar, pela ordem: no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, de volta ao Rio de Janeiro, depois no Paraná e ainda, finalizando em São Paulo.<sup>225</sup> Tudo isso, em um período inferior a 30 dias. Mas, em 25 de fevereiro, após os primeiros jogos no Rio, surge a confirmação de apenas um jogo em Belo Horizonte e o Correio do Paraná estampa a seguinte nota: “Fomos informados de que o clube Atlanta pretende embarcar diretamente para Buenos Ayres no dia 8 de março próximo, cancelando diversos jogos que pretendia realizar no sul do paiz.”<sup>226</sup> Assim, torna-se claro o motivo do espanto no meio esportivo, quando, contrariando as más notícias anteriores, um único jogo em Curitiba é confirmado já no início de março:

O dia, impróprio para qualquer reunião esportiva, e o quase imprevisto da notícia da chegada do quadro argentino, aumentaram ainda mais a expectativa que reinava em torno da exibição do conjunto que, tendo chegado ao nosso país sem o reclame que se costuma fazer para os quadros de fora, conseguiu impressionar, no entanto, como poucos o fizeram.<sup>227</sup>

O que se depreende das páginas esportivas, é que por força dos compromissos assumidos, CBD e FPD, chegaram a um acordo reduzindo o número de jogos anteriormente combinados e decidindo que o selecionado local seria o adversário do Atlanta, possivelmente, uma fórmula que, se não agradaria a todos, ao menos impediria que apenas um dos clubes paranaenses fosse beneficiado com o jogo único da equipe argentina. Diante desta situação, o descontentamento com o acordo entre FPD e CBD, estabelecido na relação entre Couto Pereira e Luiz Aranha, começava a se manifestar. A este respeito, Cardoso se manifestou tanto no Correio, em meio ao calor do debate, quanto muito tempo depois, em suas memórias do futebol paranaense. Nestas, o cronista relata os acontecimentos da seguinte forma:

Desiludidos, passaram os presidentes de alguns dos clubes filiados à FPD a cogitar do reingresso à Federação Brasileira de Futebol, [...].  
O sr. Luiz Guimarães, até então considerado habilitado político-esportivo e antevendo que a cisão do futebol nacional não poderia durar por muito

225 O ATLANTA jogará em Belo Horizonte. **Correio do Paraná**. 24 fev. 1937. p.6.

226 O ATLANTA F. C. Não Virá a Curitiba? **Correio do Paraná**. Curitiba, 25 fev. 1937. p.8.

227 UM QUADRO Argentino no Paraná. **Correio do Paraná**. 2 mar. 1937. p.6.

tempo, não quis aceitar a imposição dos clubes filiados à entidade que presidia, liderados pelo CA Paranaense, CA Ferroviário e Britânia EC. O ambiente foi tornando-se tenso. O Coritiba FC, não quis participar do 'complô', coerente com sua atuação no ano anterior, quando praticamente patrocinara o retorno do nosso futebol à subordinação da CBD. Mas já que a maioria dos coirmãos havia decidido e não poderia ficar isolado, aderiu, fazendo público seu ponto de vista de total neutralidade no golpe contra o presidente Luiz Guimarães, mas exigindo de seus congêneres, igualdade de condições e direitos.<sup>228</sup>

Um ponto importante nestas afirmações de Cardoso, é que por esta época, o possível acordo de pacificação nacional já transparecia nos próprios jornais e portanto, devia ser de conhecimento comum entre os dirigentes que tratavam dos bastidores do futebol. Em outras palavras, tanto o Coritiba quanto os demais clubes e a FPD sabiam que a cisão estava por terminar, só não havia como saber quando. Mas também era óbvio que independentemente do quando, a principal querela que havia motivado a cisão nacional, mais especificamente, o profissionalismo, já era uma realidade sem volta e a própria CBD reconhecia este fato.<sup>229</sup> Desta forma, qualquer alteração na organização do futebol paranaense, passaria desta vez, por questões internas a partir da percepção que cada clube tinha, dos rumos que o futebol nacional estava tomando. Para Cardoso, entretanto, a cisão paranaense era “inoportuna” porque: “Pouco depois, era pacificado o futebol brasileiro.”<sup>230</sup> Mas o cronista admitia que “[as] promessas da CBD ou as vantagens que prometera, não foram cumpridas, salvo raras exceções.”<sup>231</sup> A opinião do próprio Cardoso em 1937, no entanto, era bastante diferente. Nas páginas do *Correio do Paraná*, Cardoso denunciava que:

Veio a pacificação e no entanto, continua o trabalho de “sapa” dos que desejam a anarquia em nosso esporte, porque se assim não fôra, há muito teriam elles vindo a público para explicarem o que de facto se verifica. De tudo porém, nota-se a manifesta vontade de prejudicarem o Coritiba, [...].<sup>232</sup>

E continuava afirmando que:

---

228 CARDOSO. *História...* p.92.

229 SARMENTO. *Op. Cit.* p.50-55.

230 CARDOSO. *História...* p.92.

231 *Idem.*

232 QUAL A Vantagem dos Nossos Dissidentes. *Correio do Paraná*. Curitiba, 30 jul. 1937. p.4.

[...] o Coritiba jamais apoiaria qualquer movimento nesse sentido, porquanto de seu presidente, agora ausente, tinha partido a ideia da filiação à C.B.D. Cujos lucros a F.P.D. pode afirmar, não só com a vinda do Botafogo, que rendeu, livre, mais de 8 contos, mas também com a vinda do América, além da filiação sem onerosidade de espécie alguma.<sup>233</sup>

Em linhas gerais se depreende que, com Paula Soares distante de Curitiba, o Britânia já se desvinculava da obrigação de seguir os passos da CBD, reunindo-se ao Atlético e ao Ferroviário que aglutinavam ainda, os demais clubes da cidade à exceção do Palestra Itália, alinhado com o Coritiba. Cardoso, em seu envolvimento com o Coritiba, tinha um lado na querela. Este pertencimento ao clube não era escondido, nem necessariamente cobrado. Essas pessoas se relacionavam nas ruas de Curitiba e não se esperava que Cardoso defendesse o Atlético ou que cronistas atleticanos defendessem o Coritiba. Essas idiosincrasias pessoais faziam parte da própria forma como o futebol profissional estava se constituindo na cidade. Se o Coritiba tinha os seus jornalistas, o Atlético tinha os dele.<sup>234</sup> Por este motivo, Cardoso esbravejava que a vinda do Botafogo havia conferido aos clubes um lucro de oito contos de réis, mas, em período posterior, admitia que as promessas da CBD não haviam sido cumpridas.

Também chama a atenção que Cardoso afirmasse que a FPD podia confirmar os lucros advindos dos amistosos em Curitiba. Basicamente porque, de todos os amistosos realizados desde 1935 até o jogo com o Atlanta, a seleção paranaense foi a mais beneficiada, atuando em praticamente a metade deles. Nestas ocasiões, ficavam para os clubes, apenas uma pequena parte da arrecadação, principalmente, o aluguel do campo.<sup>235</sup> Diante deste cenário e considerando o grande número de amistosos interestaduais ocorridos no ano de 1935, patrocinados pela FBF, em comparação com as temporadas de 1936 e 1937, já sob o patrocínio da CBD, o descontentamento dos demais clubes paranaenses, não vinculados politicamente aos “tenentes revolucionários” poderia ser tido como normal. O próprio presidente da FPD, sabedor dos reais motivos do descontentamento e do risco que corria, afirmou

233 O América, citado por Cardoso é o do Rio mas por esta altura, era clube filiado à FBF, tendo vindo ao Paraná, ainda antes do retorno paranaense a CBD, portanto, não poderia ser considerado na conta desta última. Conforme: QUAL A Vantagem dos Nossos Dissidentes. **Correio do Paraná**. Curitiba, 30 jul. 1937. p.4.

234 Conforme: LINHARES. *Op. Cit.*

235 Não há muitos dados sobre os valores cobrados pelo aluguel dos campos de futebol em Curitiba, mas, para que se tenha ideia, em 1935, a FPD relacionava como custos de um jogo entre Savoia e Coritiba, 100\$000 (cem mil réis) com este fim. Conforme: FEDERAÇÃO Paranaense de Desportos. **Correio do Paraná**. Curitiba, 6 jul. 1935. p.6.

que: “O Paraná Esportivo, durante minha gestão, nunca foi sacrificado por questões pessoais. Quando os interesses do nosso esporte assim o exigirem, retornaremos, de cabeça erguida, para o seio da Federação Brasileira de Futebol.”<sup>236</sup>

No entanto, Luiz Guimarães acenava com um acordo que, por esta altura, já não interessava ao grupo dissidente capitaneado por Atlético e Ferroviário. Apoiados por Junak e Savóia, mais próximos da esfera de influências do Atlético,<sup>237</sup> além do Britânia, que se distanciara de Paula Soares. Este grupo isolou o Coritiba do major Couto Pereira, o Palestra Itália e a própria FPD. Uma estratégia política simples e eficaz que exterminou, ao menos temporariamente, com o modelo centralizador da entidade local propondo a fundação de uma nova Federação. Assim, uma carta manifesto da nova Federação Paranaense de Futebol (FPF), publicada no dia 10 de agosto, afirmava que:

Os sinatários do presente manifesto, interpretando o sentido exato de suas responsabilidades e como lhes é implícita a função de valerem intransigentemente pela contínua elevação do nível econômico, técnico e moral dos clubes que superintendem, procuraram dentro de um plano de política reconstrutiva, encontrar as bases mínimas de um melhoramento gradual e progressivo que a organização atual do esporte não lhes facultava.<sup>238</sup>

O manifesto da maioria dos clubes de futebol profissional de Curitiba, se colocava contra a “organização atual do esporte” e considerando que sua primeira medida foi a de criar uma entidade específica para o futebol, já está bastante claro que o problema estava tanto na estrutura da FPD, entidade eclética, quanto estava em Luiz Guimarães que não se opunha a volta a FBF, mas também, não abria mão da centralização de poder na entidade. Por seu turno, aos clubes dissidentes importava que tivessem voz no comando da federação, afinal, considerando a onda de fundações de novas entidades país afora, talvez fosse mais simples apenas fundar uma nova entidade, sem necessidade de negociações no interior da FPD. É a este ponto que o seguinte trecho do manifesto faz referência, quando trata das motivações do grupo dissidente em relação a administração local do esporte:

---

236 O PARANÁ em face do momento esportivo nacional. **Correio do Paraná**. Curitiba, 2 jul. 1937. p.4.

237 O Savóia, embora fundado em 1914, estava disputando as divisões inferiores antes de 1935, o Junak por sua vez, era um clube mais voltado para o atletismo e outras modalidades. A volta de um, e estreia do outro na divisão principal deveu-se em grande medida, as boas campanhas que ambos vinham realizando no futebol das divisões inferiores. Ver: CARDOSO. **História...** p.86.

238 MANIFESTO ao Paraná Esportivo. **Correio do Paraná**. Curitiba, 10 ago. 1937. p.5.

Como elementos de ordem local, poder-se-ia apontar o arcaísmo dos estatutos da F. P. D., a inatualidade político-administrativa, a restrição funcional a que se submeteu a máxima entidade porque reduziu sua superintendência estadual a simples resoluções de caráter urbano, as dificuldades surgidas com o crescimento das atividades esportivas, a inadaptação do aparelho técnico-administrativo ao ritmo progressivo do futebol, a inaplicabilidade das leis por seu conteúdo desajustado à época, o que dava lugar a determinações quase sempre sem o preciso alcance jurídico, [...].<sup>239</sup>

Ou seja, entendia-se que era necessário uma reforma geral nos estatutos e no modelo administrativo da federação que, segundo os dissidentes, da forma como estava, não lhes deixava espaço para participação na discussão dos rumos do esporte paranaense.<sup>240</sup> Com a fundação da FPF, o problema estava resolvido uma vez que Luiz Guimarães ficava com a antiga FPD, ainda filiada a CBD, mas, sem os grandes clubes de Curitiba. Por consequência, com Paula Soares distante, Couto Pereira, apesar do apoio de Luiz Aranha, pouco podia fazer no âmbito regional.

Assim, os clubes paranaenses voltavam a filiar-se a FBF e criavam, na estrutura administrativa da nova federação local, o Conselho Supremo da Liga Curitibana de Futebol (LCF), instância administrativa oficializada a partir da criação da FPF que, na prática, significava um grande vácuo legislativo do campo esportivo paranaense. Os regulamentos da LCF, publicados apenas em agosto de 1938, um ano após sua fundação, quanto ao Conselho Supremo, apenas se referiam de forma vaga, afirmando que: “Os serviços e atividades da Liga serão dirigidos por três órgãos principais: o conselho supremo, o conselho administrativo e o departamento técnico, conforme disposições estatutárias.” (Artigo 1º), e depois, que “[...] as atribuições dos conselhos supremo e administrativo e do departamento técnico são as que lhes conferem os estatutos da Liga.” (Artigo 2º)<sup>241</sup>

Mas os estatutos da Liga ainda estavam sendo gestados e portanto, pelo menos até a sua publicação, o Conselho Supremo, composto pelos presidentes dos próprios clubes, seria o responsável pela última palavra sobre qualquer questão relativa ao futebol curitibano e paranaense, pois no conjunto do texto, nenhum dos outros 189 artigos tratava dos limites à atuação do Conselho Supremo.<sup>242</sup> Como os

239 MANIFESTO ao Paraná Esportivo. **Correio do Paraná**. Curitiba, 10 ago. 1937. p.5.

240 *Idem*.

241 Os regulamentos foram publicados aos poucos nos jornais locais. Conforme: LIGA Curitibana de Futebol. **Correio do Paraná**. Curitiba, 13 set. a 7 nov. 1938.

242 Ao contrário do Conselho Supremo, os conselhos Administrativo e Técnico tiveram suas funções exaustivamente descritas ao longo dos artigos do regulamento.

clubes eram os mesmos, tanto na LCF quanto na FPF, caberia ao Conselho Supremo arbitrar todas as questões esportivas de Curitiba e do Paraná, incluindo as relações profissionais entre clubes e atletas.

Quanto a Couto Pereira, com a batalha perdida no campo esportivo, este resignou-se a decisão dos demais clubes, uma vez que, de todo modo, seu clube faria parte da nova entidade estadual, mas, o major não se submeteu a humilhação política de assinar o manifesto de fundação da FPF, contrário as suas próprias tendências políticas, tendo o Coritiba sido representado por um “diretor credenciado”.<sup>243</sup> Durante este período, Couto Pereira não se manifestou publicamente sobre o assunto e seu silêncio passou, neste caso, por anuência. No entanto, uma entrevista anterior, concedida a um jornal do Rio de Janeiro, ajuda a explicar uma outra faceta da retirada estratégica do major. Concedida ainda em fins de 1936, Couto Pereira discorria sobre o que entendia como as vantagens que o futebol paranaense desfrutava por estar filiado a CBD:

Com o seu reingresso na entidade de Luiz Aranha, o Paraná está perfeitamente integrado na comunhão sportiva nacional. O seu desenvolvimento tem se manifestado, por isso que, já começamos a receber visitas, as mais honrosas, dos Estados vizinhos, com os quaes estavam inibidos do intercâmbio sportivo.<sup>244</sup>

Como vimos anteriormente, o Paraná não estava “inibido” de amistosos. Ao contrário, a temporada de 1935, sob o patrocínio da FBF, havia sido a mais movimentada em toda a história do futebol paranaense neste quesito.<sup>245</sup> A entrevista de Couto Pereira, referindo-se aos parques amistosos ocorridos em 1936 poderia ser crível para o público de um jornal do Rio de Janeiro, mas não, para os demais dirigentes paranaenses que sabiam efetivamente, quais as diferenças entre a temporada de 1935 e a de 1936. Por isso, Couto Pereira acenava, naquela mesma entrevista, com a possibilidade de levar Corinthians, São Paulo e Vasco da Gama ao Paraná,<sup>246</sup> mas, neste período, os três clubes oscilavam entre FBF e CBD, não sendo possível antever se tais especulações poderiam se tornar realidade.

---

243 Tratava-se de Antonio Silva Pereira, um dirigente coritibano reconhecido pelos demais clubes como um “conciliador”. Conforme: MANIFESTO ao Paraná Esportivo. **Correio do Paraná**. Curitiba, 10 ago. 1937. p.5.

244 PASSANDO em Revista o Sport no Paraná. **A Noite**. Rio de Janeiro, 13 nov. 1936. p.8.

245 De acordo com as estatísticas de: CARDOSO. **História...**

246 PASSANDO em Revista o Sport no Paraná. **A Noite**. Rio de Janeiro, 13 nov. 1936. p.8.

Por este motivo, a principal aposta do major, não estava na negociação de amistosos, mas sim, na pacificação do esporte nacional através da oficialização estatal, que significava que o governo federal deveria encampar também o futebol. Neste sentido, dizia o major a respeito da oficialização:

Em todos os países onde ella existe, os resultados têm sido os mais promissores possíveis.

Creio que é uma necessidade e acho-a viável.

Basta que resolvamos por nós mesmos, isto é, **à brasileira, para brasileiros.**

Estou devidamente informado que, ao projeto de Reforma do Ministério da Educação, em estudo na Camara Federal, será apresentado uma emenda creando o Departamento Nacional de Sports.

Essa emenda será apresentada pelo meu illustre colega de bancada deputado Paula Soares Netto, que no Paraná milita há muitos annos no sport e é conhecedor profundo das nossas necessidades sportivas.<sup>247</sup> (*grifo nosso*)

E concluindo a respeito da pacificação nacional, dizia que: “Esta virá, com certeza, e creio até que como consequencia da criação do Departamento Nacional de Sports, a que alludi.”<sup>248</sup> Ou seja, Couto Pereira e Paula Soares contavam com o governo federal para resolver as questões esportivas nacionais, muito mais do que com um entendimento interno ao próprio campo esportivo. A emenda constitucional de Paula Soares, realmente foi apresentada na Câmara Federal, mas, o momento político ainda não era o adequado. O projeto de encampar os esportes, por mais tentador que fosse para Vargas e seus correligionários, ainda exigiria muitas movimentações de bastidores e mesmo assim, só se tornaria possível a partir do auto golpe de novembro de 1937, que instituiu o Estado Novo no país. Mas, o simples fato de já se estar propondo tal medida no âmbito legislativo, demonstra que a tendência a oficialização se encontrava cristalizada nos meandros da política nacional.<sup>249</sup>

Ao fim e ao cabo, a primeira carga dos “tenentes revolucionários”, no sentido de se tentar controlar o campo esportivo paranaense teve: resultados esportivos bastante discutíveis, interrompendo a sequência de grandes amistosos na capital, e

247 PASSANDO em Revista o Sport no Paraná. **A Noite**. Rio de Janeiro, 13 nov. 1936. p.8.

248 *Idem*.

249 O projeto de emenda constitucional de Paula Soares, é citado por Costa. O autor afirma que o teor da emenda residia em conceder um “absolutismo de poderes” ao governo Vargas, que solicitou pessoalmente a Câmara Federal por sua aprovação. No entanto, a medida não foi adiante. Conforme: COSTA. Os Gramados... p.124.

resultados políticos ainda piores. Em 1933, apesar das eventuais discordâncias internas, os clubes paranaenses conseguiram permanecer unidos na passagem da FPD para as fileiras da FBF. Em 1936, novamente, se colocaram do mesmo lado, quando Couto Pereira e Paula Soares empenharam suas palavras em favor da CBD. No entanto, como não houve ganho esportivo nem financeiro nesta mudança, seu resultado efetivo foi o de criar uma cisão onde antes não havia. Assim, no preciso momento em que os jornais do país comemoravam a pacificação nacional com o acordo entre FBF e CBD, no Paraná, estabeleciam-se duas correntes contrárias: uma espécie de “partido dos tenentes”, cujo interesse se alinhava com a orientação geral da CBD e por consequência, de Aranha e Vargas; e uma frente ampla político-esportiva, cujos interesses estavam mais centrados na organização esportiva local que nas disputas políticas nacionais.

Este quadro final das disputas travadas entre 1933 e 1937, sugere que a corrente contrária ao “partido dos tenentes” fosse composta principalmente pelo corpo diretivo do Atlético Paranaense, que neste momento era presidido por Cândido Mader, representante de uma família histórica do futebol e da política paranaenses.<sup>250</sup> O clube também carregava uma representatividade política regional através da presença em seu corpo diretivo, dos principais troncos genealógicos da oligarquia da República Velha, que apesar da Revolução de 1930, permaneciam inseridos em diversas instâncias do poder estadual.<sup>251</sup> Entre estes, Bento Munhoz da Rocha Neto e Fernando Alves de Camargo,<sup>252</sup> representantes mais atuantes daquelas famílias no futebol e na direção do clube. Na soma de seus capitais políticos individuais ao capital simbólico do próprio Atlético no campo esportivo, estes agentes conseguiram aglutinar os demais clubes, ainda que apenas temporariamente, contra a investida de Couto Pereira, Paula Soares e Luiz Aranha. Assim, a disputa pelo controle da organização esportiva paranaense em 1937,

---

250 Os irmãos Cândido, Erasmo e Hugo Mader, foram jogadores do Internacional e América, times originários do Atlético. Cândido foi presidente do Atlético entre 1933 e 1939, Erasmo compunha o quadro diretivo do clube e Hugo fazia parte do grupo de conselheiros do Interventor Manoel Ribas. A este respeito, ver: MACHADO. *Op. Cit.* e DAGOSTIM, M. W. **A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Setor de Ciências Humanas, UFPR, Curitiba, 2011.

251 A respeito, ver: CORREIO DO PARANÁ. Curitiba, mar. e abr. 1932.

252 Bento Munhoz da Rocha Neto, cuidou pessoalmente da comissão de obras que em 1939, entregou o estádio Joaquim Américo com suas primeiras arquibancadas de concreto. Fernando Alves Camargo, filho do presidente paranaense deposto pela Revolução de 1930, ocupou cargos diretivos no Atlético ao longo do período.

acabou por cristalizar uma oposição política que no próprio futebol, já era proeminente: o clássico atletiba, que então, ganhava contornos políticos bastante nítidos.

Ao largo deste processo, o profissionalismo no futebol foi uma bandeira não levantada pelos clubes paranaenses. Nenhum deles, em qualquer momento, se pronunciou claramente por sua adoção. O debate simplesmente não interessava aos clubes que, em nossa interpretação, pretendiam manter as relações com os atletas exatamente como estavam, ou seja, baseadas em promessas vagas de empregos, pequenas ajudas financeiras e quando muito, se necessário, um ou outro contrato profissional, já que a possibilidade passou a existir de 1933 em diante. No entanto, com base nos jornais do período, bem como nos cronistas paranaenses, nada indica que se tenham assinado muitos contratos no estado. Pelo contrário, os indícios sugerem que o padrão de relacionamento informal, semi profissional, se manteve praticamente inalterado no período.

Além disso, para encerrar, torna-se possível dizer que apesar do apoio político do governo à CBD e aos esportes amadores, através da mesma, este não era suficiente para conformar o campo esportivo nacional aos seus desígnios. Em sua relativa autonomia, o campo esportivo resistia, tomando em consideração seus próprios interesses. Justamente por este motivo, nosso próximo objetivo, será o de desvelar nos desdobramentos da política nacional pós 1937, as condições específicas que foram constituindo a possibilidade efetiva de oficialização dos esportes. Neste novo processo, os “tenentes revolucionários” teriam sua segunda chance e desta vez, não mais dependeriam do apoio dos demais clubes. Assim, passamos a seguir, a analisar o contexto nacional após a instalação do Estado Novo, em meio ao qual, foi possível ao governo federal tratar do esporte de forma mais direta, incluindo o mesmo em seu rol de políticas públicas.

### 3. “NOSSO PARTIDO É O PRESIDENTE”: IDEOLOGIA, COPA DO MUNDO E NACIONALISMO NO CAMINHO DA OFICIALIZAÇÃO DOS ESPORTES



Alceu Chichorro, Charge de 1938.

Definir o Estado Novo não é uma tarefa fácil. Consequentemente, a maioria dos estudiosos que se debruçaram sobre o tema, sobretudo a partir dos anos 1970, procuraram entender o regime instaurado em 1937, pelas suas múltiplas facetas sociais, econômicas e políticas. Assim, o autoritarismo, de centralização política em Vargas, tem sido problematizado pela historiografia mais recente, que procura demonstrar a existência de um processo político de negociações e renegociações na constituição do regime estadonovista, seja com relação às elites dirigentes, como também, entre esta e os diversos setores sociais afetados pelas políticas públicas implantadas ao longo dos oito anos do regime. Conforme Dulce Pandolfi:

Analisar esse período em todas as suas dimensões significa apreender paradoxos e afastar tentações maniqueístas. Afinal, a despeito da ausência dos direitos políticos e da precariedade das liberdades civis, o regime ditatorial consolidou a ideia do Estado como agente fundamental do desenvolvimento econômico e do bem-estar social.<sup>253</sup>

253 PANDOLFI, D. Apresentação. In: PANDOLFI, D. (Org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 20/10/2013. p.17-20. p.11.

Segundo este raciocínio, muitas das discussões atualmente em voga na esfera pública, ainda estão atreladas aos processos políticos e econômicos do Estado Novo. Segundo Boris Fausto, o Estado Novo:

[...] não é um espécime morto, sobre o qual se possa debruçar com um olhar zoológico. Uma das razões que, a meu ver, explicam esse sentimento [...] é o fato de o Estado Novo apresentar facetas bastante variadas. Não acho que devamos ter um olhar frio sobre ele, mas trata-se de buscar entender, com a objetividade possível, que diabo é esse regime que gera essencialmente uma série de males e, ao mesmo tempo, tem facetas de progresso.<sup>254</sup>

Fausto se referia, sobretudo, a uma tendência entre os pesquisadores de comparar o Estado Novo aos regimes totalitários europeus. Se por um lado, devia àqueles parte de suas inspirações políticas, o regime brasileiro esforçou-se, por outro, para se justificar ideologicamente distinto do nazi-fascismo. Fausto considerava que a própria valorização da cultura nacional constituía uma das principais distinções ideológicas entre o Estado Novo e, por exemplo, o regime alemão, na medida em que: “[enquanto] o nazismo acaba com a chamada arte degenerada, o regime estado-novista convoca [...] a vanguarda modernista, que representa um ponto alto e muitas vezes irreverente da cultura do país.”<sup>255</sup>

De outro lado, as intensas disputas pelo poder, ocorridas nos primeiros anos do governo Vargas, trataram de matizar as correntes políticas no país. A frente ampla de apoio a Vargas em 1930 (Aliança Liberal), se esfacelara ao longo dos processos posteriores. Porém, uma a uma, as oposições resultantes foram sendo debeladas ou cooptadas. Em sentido amplo, o Estado Novo se colocava à parte dos radicalismos de esquerda e direita (representados, respectivamente, por comunistas e integralistas), sobrepondo um suposto interesse nacional à luta de classes. Assim, enquanto os dissidentes comunistas ou integralistas buscavam apoio popular para a tomada do poder, Vargas buscava legitimação a partir da implantação de políticas de bem estar social. Ainda conforme Fausto:

A corrente autoritária assumiu com toda consequência a perspectiva do que se denomina modernização conservadora, ou seja, o ponto de vista de que, em um país desarticulado como o Brasil, cabia ao Estado organizar a nação para promover dentro da ordem o desenvolvimento econômico e o bem-

254 FAUSTO, B. O Estado Novo no Contexto Internacional. In: PANDOLFI. *Op. Cit.* p.20.

255 *Idem.*

estar geral. O Estado autoritário poria fim aos conflitos sociais, às lutas partidárias, aos excessos da liberdade de expressão que só serviam para enfraquecer o país.<sup>256</sup>

Por corrente autoritária, entende-se o conjunto dos agentes políticos, em sua maioria militares, que no interior do governo federal propugnava pela centralização do poder, recusando a “[...] mobilização em grande escala da sociedade, [...]”.<sup>257</sup> Considerando o Brasil como um país de características ainda indefinidas, não apenas militares, mas também, grande parte da *intelligentsia* nacional, abraçou a causa do Estado como o mediador de todas as questões sociais. Como consequência, alguns pontos passaram a receber atenção especial nos estudos sobre o país e a nacionalidade brasileira. Nesta seara, encontram-se muitos tratados clássicos sobre o país, como os de Oliveira Vianna<sup>258</sup> e Gilberto Freyre.<sup>259</sup> No que se converteu em uma busca pela definição do Brasil e de seu povo. Afinal, o que significava ser brasileiro? Haveria um tipo físico característico? Uma consciência nacional unificadora? A resultante busca pela identidade, calcada na valorização de uma cultura popular, de tipo mulato e miscigenado do povo brasileiro, encontrava eco nas teorias raciais então em voga. A “raça brasileira” e o nacionalismo se confundiam no tipo físico ideal, preparado para a defesa da pátria. Conforme Luiz Carlos Ribeiro:

[...] o Estado Novo varguista desenvolveu um processo de construção de uma nova e verdadeira identidade nacional. Um processo ideológico e doutrinário que pressupunha repensar a sociedade como um todo, dando-lhe uma nova fundação. No mesmo movimento que elaboravam um ideário de um passado de crise e de ausência de identidade, davam organicidade à nação definindo elementos como povo e nação.<sup>260</sup>

256 FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: USP, 1995. p.357.

257 *Idem*.

258 Para uma visão geral sobre estes tratados, bem como sobre a obra de Oliveira Vianna, ver: BRESCIANI, M. S. M. **O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade**: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: UNESP, 2005.

259 Além de sua obra sociológica, Freyre prefaciou a primeira edição do clássico “Negro no Futebol Brasileiro” de Mario Rodrigues Filho. A respeito, ver: RODRIGUES FILHO. *Op. Cit.*

260 RIBEIRO, L. C. Brasil: futebol e identidade nacional. **efdeportes.com**, Buenos Aires, n.56, jan. 2003. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd56/futebol.htm>>. Acesso em 15/7/2011.

Ainda segundo Ribeiro, o futebol: “[...] passou a ser visto pelas elites como um componente fundamental a ser atingido na sua cruzada disciplinadora.”<sup>261</sup> Enquanto fenômeno de massas, a modalidade passava por representante da nação. No entanto, também neste campo, as contradições se tornaram bastante evidentes:

A construção dessa nova configuração – o imaginário político do homem e da nação brasileiros – sofria, [...], uma tensão entre a intervenção disciplinar e a indisciplina criativa do “mulatismo”. E é esse hibridismo – com algumas nuances – que já estava presente na antropofagia modernista de Mário e Oswald de Andrade, desde os anos vinte. Ou seja, o desejo de fundir a organização e a disciplina dos europeus com a espontaneidade individual do mulato, a “afirmação verdadeira do Brasil”.<sup>262</sup>

Contudo, colocada desta forma, a questão da definição do povo brasileiro fica atrelada ao aspecto subjetivo, abstrato, das construções identitárias cuja penetração no ideário nacional, naquele contexto específico, não pode ser medida de forma precisa, apesar das inúmeras evidências de sua existência. Daí talvez, a resistência de certos estudiosos em tratar seriamente o futebol pelo viés da “identidade nacional”. Por este motivo, três pontos precisam ser ressaltados.

Primeiro: a ligação estreita, então existente, entre o Exército Brasileiro, a Educação Física e o futebol. Conforme Celso Castro, após a proclamação da República, o Exército Brasileiro sofreu grandes reformulações, transformando-se ao longo da primeira metade do século XX, sob a influência da “Missão Militar Francesa”, em uma espécie de “escola de nacionalidade”, iniciativa alinhada ao conceito europeu, de “nação em armas”.<sup>263</sup> Assim, Castro propõe que:

Uma investigação sobre o projeto de Nação surgido no interior do Exército [...] deve, [...], levar em consideração outros aspectos que estavam, na época, intimamente relacionados, como a introdução da educação física no Brasil de forma sistematizada e obrigatória. Esta foi uma iniciativa fundamentalmente militar, fato pouco lembrado e menos ainda estudado. Isso deve-se provavelmente ao fato de que o senso comum contemporâneo relaciona educação física a ideologias de saúde, de lazer ou de esportes. Na primeira metade do século XX, entretanto, a vinculação entre educação física e *defesa nacional* era muito estreita. A educação física era vista pelo Exército e por amplos setores do Estado e da sociedade civil como uma atividade militar.<sup>264</sup> (*grifo do autor*)

---

261 RIBEIRO. *Op. Cit.*

262 *Idem.*

263 CASTRO, C. In *Corpore Sano – Os militares e a introdução da educação física no Brasil. Antropolítica*, Niterói, Rio de Janeiro, n. 2, p.61-78, 1997. p.63.

264 *Idem.*

A parte o fato de ser pouco estudado, ou lembrado,<sup>265</sup> mesmo o contato mais rápido com as fontes do primeiro período Vargas, permite estabelecer esta ponte entre o Exército e os esportes, constituída pelo que se considerava uma necessidade para o aprimoramento da “raça brasileira”, estando esta presente nos discursos dos mais diferentes agentes, fossem dirigentes, cronistas, militares ou políticos. Assim, por exemplo, o dirigente, militar e político Couto Pereira, em 1937, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, dizia, a respeito da educação física, que:

Ao Exército – modelador do povo, vigorador da raça, coube a missão patriótica de codificar seus princípios, de incrementar suas atividades, através da Escola de Educação Física do Exército, donde se irradiam doutrina e exemplo para todo o Brasil, para todos os núcleos esportivos, para todos os viveiros de cultura, dispersos na larga extensão deste imenso país.<sup>266</sup>

De forma semelhante, já em 1938, a Liga Atlética Paranaense (LAP), solicitava formalmente que a Interventoria Federal do Paraná, oficializasse os esportes amadores no estado. Segundo o ofício reproduzido pelo *Correio do Paraná*, a LAP pretendia ser “[...] reconhecida como associação de utilidade pública [...] com funções delegadas pelo Poder Público, controlada por este e com os recursos por ele fornecidos [...]”<sup>267</sup> O extenso documento deixava claro que a função do esporte e, conseqüentemente da entidade paranaense, seria o “evoluir racial para níveis superiores” de acordo com os preceitos do Estado Novo e da “cultura atlética”, que segundo o mesmo ofício, seria também, o desenvolvimento da “cultura cívica” na juventude brasileira. Apesar desta oficialização não ter saído do papel, indicava a essência do movimento político pela mesma: tornar o esporte e as entidades privadas que o dirigiam, em braços dos governos federal e estadual. Embora Manoel Ribas não tenha se comprometido com a oficialização, seu discurso reproduzido na mesma edição do *Correio*, corroborava a ideia geral do esporte como atividade militar:

---

265 A participação do Exército Brasileiro na implantação da Educação Física enquanto disciplina obrigatória no currículo escolar tem sido, recentemente, bastante discutida. A respeito, ver, por exemplo: NEGREIROS. *Op. Cit.*

266 ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 1º trim. 1937. Ata da sessão de 13 de março de 1937. p.806.

267 PARA a Oficialização dos Esportes Atléticos no Paraná. *Correio do Paraná*. Curitiba, 26 mar. 1938. p.4-5.

Queremos atletas porque o Brasil precisa de gerações fortes e varonis, capazes de defender o patrimonio territorial que desde quatrocentos anos nos legaram os nossos avós e que, hoje como nunca, é cobiçado pelos imperialismos internacionais. Nós queremos atletas para sedimentar a construção de uma raça superior e forte, igual pelo valor e pela energia à terra que lhe serve de berço. A Patria de todos vós, moços do Brasil: Precisa de vossos ombros que conduzirão os fuzis gloriosos de nosso Exército!<sup>268</sup>

Poderíamos continuar indefinidamente com estes exemplos, sejam eles provindos do Paraná, de São Paulo, do Rio ou de outros estados, mas, o que importa a esta pesquisa, é a percepção de que a educação física, orientada pelo Exército Brasileiro, formava a base discursiva das racionalizações para uma possível oficialização dos esportes pelo governo federal.<sup>269</sup> O campo esportivo seria, por este viés, parte integrante de uma ideologia nacionalista, enquadrada num esquema maior, de conformação do Estado Nação brasileiro, representado no período, pelo próprio Estado Novo.

Em segundo lugar: o modelo nazi-fascista, também de inspiração militar e que se constituiu em mola propulsora da política nacional posteriormente implantada para os esportes. Ou seja, a experiência alemã e italiana, de intervenção nos esportes, serviria como um exemplo de que a ação direta daqueles Estados europeus poderia ser implantada também no Brasil.<sup>270</sup> Isso porque, após a obtenção de resultados inexpressivos dos atletas brasileiros, tanto na Copa do Mundo de 1934 – disputada na Itália e vencida pelo país sede – quanto nas olimpíadas de 1936 – disputadas em Berlim e vencidas pelos alemães<sup>271</sup> – muitos dos agentes políticos do Estado Novo passaram a reconhecer naqueles sucessos esportivos, o resultado direto da transformação do esporte em política de Estado por aqueles países.<sup>272</sup>

---

268 PARA a Oficialização dos Esportes Atléticos no Paraná. **Correio do Paraná**. Curitiba, 26 mar. 1938. p.5.

269 A respeito, ver: PARADA. *Op. Cit.*

270 Por “mola propulsora” pretendemos nos referir ao impulso para uma atuação mais presente do Estado nos esportes. O modelo efetivamente adotado, entretanto, teve tanto influência americana quanto, principalmente, francesa. A respeito, ver: NEGREIROS. *Op. Cit.*

271 O Comitê Olímpico Internacional (COI) tem por hábito não relacionar o quadro de medalhas à noção de “vitória” de uma ou outra nação disputante. Ao contrário, costuma exaltar performances individuais acima das nacionalidades. Além disso, a imagem da vitória do americano Jesse Owens nos 100 metros rasos em Berlim, se transformou, ao longo do tempo, em vitória americana, o que está muito longe dos resultados esportivos então verificados, tendo a Alemanha Nazista ficado em primeiro lugar no quadro geral de medalhas. A respeito, ver: COLLI, E. **Universo Olímpico**: uma enciclopédia das Olimpíadas. São Paulo: Códex, 2004. p.28.

272 ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 1º trim. 1937. Ata da sessão de 13 de março de 1937. p.806.

No entanto, dentro do quadro político multifacetado do período constitucional, as propostas de oficialização dos esportes,<sup>273</sup> bem como o crescente interesse demonstrado pelo governo federal sobre o tema, não encontraram espaço para se transformarem em uma política nacional de contornos bem definidos. Ao contrário, a atuação do governo manteve-se no nível operacional, concedendo apoios financeiros esporádicos,<sup>274</sup> ou ainda, atuando sobre questões bastante específicas, como por exemplo, na definição da Censura Teatral como “mediadora” dos contratos de atletas profissionais.<sup>275</sup> Mas, a partir do golpe de 1937, ao menos em tese, Vargas e seu *staff* ganharam autonomia suficiente para estabelecer uma política geral para os esportes, dentre os quais, por sua relevância, o futebol ocuparia posição privilegiada.

Por outro lado, mesmo no novo período de exceção, as ações do governo federal se pautavam por um processo de maturação, de convencimento e legitimação na esfera pública, em muitos casos, com a colaboração da imprensa. No caso dos esportes, sobretudo do futebol, a crônica esportiva contribuiu decisivamente para que se cristalizasse a ideia de que as disputas políticas do campo esportivo só poderiam ser resolvidas definitivamente, com uma “intervenção” direta de Vargas. O acordo de pacificação entre CBD e FBF em fins de 1937, era então, apenas um passo neste mesmo sentido, pois boa parte dos cronistas acreditavam que, a depender apenas do campo esportivo, o histórico de cisões e pacificações, fundações e refundações de entidades concorrentes, continuaria indefinidamente.

Assim, chegamos ao terceiro ponto: o apoio da imprensa esportiva ao projeto do Estado Novo no que se refere ao futebol enquanto representante da nacionalidade brasileira. Sobre este aspecto, um dos expoentes da crônica esportiva do período, Thomaz Mazzoni, da *Gazeta de São Paulo*,<sup>276</sup> era também, um dos maiores defensores da “intervenção” por parte do governo federal. Além dos livros que escreveu, suas colunas eram reproduzidas em vários jornais do país, incluindo o *Correio do Paraná*. Nelas, Mazzoni defendia, em linhas gerais, a necessidade de disciplinarização do esporte nacional e também, de financiamento público das

273 Dentre as quais, a mais comumente citada, é uma proposta de emenda constitucional de autoria de Paula Soares apresentada em 1936. Conforme: COSTA. O Esporte... p.234.

274 Conforme: SARMENTO. *Op. Cit.*

275 Conforme: COSTA. O Esporte... p.225.

276 Conforme: NEGREIROS. *Op. Cit.*

representações brasileiras nos grandes eventos continentais e mundiais. Assim, em 1938 por exemplo, diante da possibilidade de se enviar, finalmente, um selecionado com boas condições competitivas para a terceira Copa do Mundo, o cronista afirmava:

Não adianta nada enviarmos um poderoso seleccionado si depois faltar bôa direcção, si não se submeter áquella disciplina toda militar que devem aceitar expontaneamente todos os esportistas, que conscientes dos seus deveres, vão ao estrangeiro representar a sua pátria.<sup>277</sup>

Trata-se de uma imbricação discursiva bastante comum nos textos de Mazzoni, embora não apenas dele. Em linhas gerais, as delegações esportivas eram consideradas uma representação oficial da nação e da “raça brasileira” e assim sendo, a ausência de planejamento, recursos materiais e/ou orientação técnica, era vista como resultado do atraso brasileiro em relação aos países que já haviam desenvolvido políticas específicas para o esporte o que se convertia, no caso brasileiro, em resultados esportivos insatisfatórios. De outro lado, chama a atenção que Mazzoni quisesse impor ao atletas brasileiros uma “disciplina toda militar”, o que se explica pela relação então existente, entre os esportes e o Exército Brasileiro. Neste mesmo sentido, avançando para fins de 1938, afirmava o cronista:

Não é mais possível que o esporte brasileiro viva a margem dos principios e da doutrina do Estado Novo!  
 Não se compreende essa exceção. O Estado Novo já deu novas diretrizes e disciplinou outras atividades em execução no seu programa de ação, porque, pois não tomou conta ainda do esporte, atividade essa que mais deveria ser tutelada pelo novo regime por multiplos motivos?  
 A oficialização – diz-se – foi a seu tempo estudada e está preparada. Porque pois, essa demora em se integrar o esporte nacional no espírito, na nação e na disciplina do Estado Novo?<sup>278</sup>

O que significa dizer que, embora alguns agentes políticos propugnassem pela intervenção estatal nos esportes, pelo menos desde 1935, talvez mesmo antes, foi apenas após a campanha bem sucedida da seleção brasileira de futebol na terceira Copa do Mundo, que o tema se tornou frequente na imprensa esportiva.<sup>279</sup>

<sup>277</sup> BÔA e Necessária Orientação. **Correio do Paraná**. Curitiba, 4 fev. 1938. p.4.

<sup>278</sup> NÃO PERCAMOS mais Tempo!... **Correio do Paraná**. Curitiba, 30 dez. 1938. p.4.

<sup>279</sup> A partir da criação, em 1937, do Conselho Nacional de Educação, a possibilidade de o Estado regular o campo esportivo começou a tomar forma, indicando o caminho que seria seguido. Com a Copa de 1938, juntou-se à intenção do governo federal, um ambiente propício incentivado pela imprensa esportiva nacional. A respeito, ver: NEGREIROS. *Op. Cit.* p.213-215.

Um fato que, somado ao contexto geral do Estado Novo, abriu as portas para a oficialização federal, tendo o futebol como o principal esporte nacional. De outro lado, se era o mais popular dos esportes, o futebol era também, um dos mais arredios ao controle. Tanto porque, conforme vimos anteriormente, estava constantemente cindido entre correntes clubísticas conflitantes, quanto porque, em seu desenvolvimento específico, se encontravam os principais pontos das discussões acerca do embate entre o profissionalismo e o amadorismo.

Em outras palavras, se o profissionalismo, em 1938, já havia se estabelecido e era uma realidade sem volta, o amadorismo tinha suas raízes ideológicas firmemente plantadas naquela vertente que atrelava os esportes ao ideário nacionalista. Ou seja, o futebol, por este ângulo, seria apenas um entre outros esportes, que estariam a serviço da nação e da formação da “raça brasileira”. No entanto, como era o mais popular, era também o mais permeado por diferentes classes sociais e correntes políticas e/ou ideológicas. Por isso, Negreiros afirma que:

O que mais dificultou a ação do poder público [no campo esportivo] foi o futebol profissional, já com uma estrutura complexa, além de mergulhado em interesses arraigados. Mexer-se-ia com a questão do vínculo do jogador com o clube, criar-se-ia uma definição mais clara entre profissional e amador, entre outros pontos. Por mais que a oficialização dos esportes fosse mostrada pela imprensa esportiva como uma ação que caberia apenas ao ministro da Educação, com a aprovação final de Vargas, o processo não ocorreu de maneira tão simples.<sup>280</sup>

De fato, o processo não foi simples. Mas, justamente por este motivo, as construções ideológicas do período assumem papel preponderante. Se de um lado o discurso da imprensa esportiva ajudava a criar um ambiente propício à crença de que uma simples anuência de Vargas era capaz de oficializar os esportes, de outro, também escondia parcialmente todas as negociações que ocorriam nos meandros da política nacional com relação à oficialização. O que significa que o processo de oficialização, no caso do futebol, escapa à análise de viés puramente autoritário em que o Estado se impõe aos desígnios do campo esportivo, comandado em larga escala, por aquela modalidade. Em outras palavras, existe um duplo movimento, tanto do Estado, no sentido de se apropriar dos esportes dentro do ideário nacionalista, quanto do próprio esporte, capitaneado pelos clubes de futebol

---

280 NEGREIROS. *Op. Cit.* p.219.

profissional, no sentido de se fortalecer com a participação direta do poder público no campo esportivo. Precisamente o que Velloso afirma, em relação ao processo político mais geral daquele período, quando diz que:

O fato de privilegiarmos a função ideológica do Estado Novo não implica que estejamos descartando a sua função coercitiva, mas, nos propondo a pensá-lo na dupla articulação consenso-força. Sabemos que nenhum governo anterior teve tanto empenho em se legitimar e nem recorreu a aparatos ideológicos tão sofisticados, conforme o fez o novo regime. A ideologia se coloca, portanto, como elemento central de projeto político, na medida em que lhe dá materialidade, efetua a sua organização e integra, de forma diferenciada, o conjunto dos atores sociais. O novo jogo discursivo traduz uma nova concepção do mundo, que procura reativar as representações destinadas a legitimar a nova distribuição de poderes que então se estabelece.<sup>281</sup>

Neste “jogo discursivo”, a imprensa esportiva ocupava um papel central, tanto porque antecipava para a população o que deveria fazer, em breve, o Estado, quanto porque, ao mesmo tempo, legitimava esta mesma ação. É este o papel ao qual vários cronistas se prestaram no período. Não porque houvessem sido necessariamente cooptados, mas, principalmente, porque acreditavam que uma intervenção política no campo esportivo, seria o caminho mais curto para que o esporte nacional atingisse o patamar competitivo que supunham ser possível a partir da resolução dos conflitos políticos internos ao campo esportivo. Não por mera coincidência, esta era uma versão esportiva do projeto de sociedade que entrara em vigor com o Estado Novo, a saber, de uma “sociedade hegemônica” que faria desaparecer o conflito entre classes ou, no caso do futebol, entre clubes, para em seu lugar estabelecer a harmonia social.<sup>282</sup> Neste sentido, Mazzoni se colocava publicamente contra a estrutura esportiva de origem liberal, da livre associação com representação clubística no interior das entidades dirigentes. Conforme uma coluna do início de 1939, o cronista afirmava que:

Para as entidades devem ir [...], técnicos e administradores e não representantes, ou seja, advogados dos clubes, devem constituir órgãos apolíticos, extinguindo-se de vez para sempre com os tais “Conselhos”, “Comissões”, etc, onde apenas se discute interesses de clubes e se rasgam regulamentos, onde apenas se faz política de lobos...  
As entidades não precisarão mais ser invadidas por uma legião desses

281 VELLOSO, M. P. Uma Configuração do Campo Intelectual. *In*: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.71-108. p.72.

282 A respeito, ver: LENHARO, A. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papirus, 1986.

dirigentes políticos. A boa direção não está na quantidade, está na qualidade. Os clubes brigam na disputa dos postos não porque se interessam pela coletividade e sim porque querem cuidar dos seus interesses em prejuízo dos outros...<sup>283</sup>

Assim, o que Mazzoni dizia ser uma das principais mazelas do futebol brasileiro, o “clubismo”,<sup>284</sup> adquiria uma roupagem, que em termos esportivos, se constituía em um versão daquilo que os ideólogos do Estado Novo procuravam combater na sociedade brasileira como um todo: o individualismo de ordem liberal. Para tanto, o esporte deveria ser controlado pelo governo federal, com consequente regulamentação legal, cujo fim seria o de impedir o “clubismo” de continuar enraizado na estrutura de comando do campo esportivo.

Por outro lado, colocada desta forma, a questão se desvincula de parte importante das motivações de Mazzoni e de seus pares. A coluna citada, teve motivações atreladas as disputas entre dirigentes paulistas e cariocas, sobretudo, as disputas relativas a contratação de jogadores de um estado para o outro que, por sua vez, geravam constantes ameaças de novas cisões.<sup>285</sup> Para o cronista, diante da boa campanha do selecionado na Copa de 1938, fruto direto da pacificação entre FBF e CBD, não seria admissível correr o risco de novos embates capazes de criar maiores turbulências no campo esportivo. Razão mais do que suficiente, a seu ver, para que se apressasse a oficialização, ou mesmo, uma “intervenção” do governo.

Assim sendo, alternando uma vez mais entre as escalas de observação, passaremos adiante à análise do cenário esportivo paranaense no intervalo compreendido entre a Copa de 1938 e o início de 1941, quando se dá efetivamente a oficialização, procurando entender o papel desempenhado pela crônica esportiva paranaense durante este processo, bem como, em um segundo momento, apreender através da mesma, como se posicionavam as forças políticas do futebol profissional paranaense em torno da questão.

---

283 REMEDIO Contra a Cisão. **Correio do Paraná**. Curitiba, 3 jan. 1939. p.4.

284 O termo foi, praticamente, cunhado por Mazzoni e aparece constantemente em suas colunas.

285 Existem inúmeras colunas de Mazzoni a este respeito no período. Por exemplo: A FBF entre a Vida e a Morte... **Correio do Paraná**. Curitiba, 29 dez. 1938. p.4.

### 3.1. IMPRENSA ESPORTIVA, OFICIALIZAÇÃO E PROFISSIONALISMO

No caso da imprensa paranaense, dois assuntos dominaram as páginas esportivas ao longo de 1938: a Copa do Mundo e a regulamentação das transferências de jogadores amadores e profissionais. Embora, de maneira geral, os cronistas do *Correio do Paraná* fossem a favor de algum tipo de oficialização dos esportes,<sup>286</sup> não houve, por parte dos mesmos, empenho regular em defender publicamente tal ação. O convencimento público, neste caso, ficava a cargo das colunas de Mazzoni, reproduzidas em bases regulares, sendo estas, apenas eventualmente comentadas pelos seus pares do *Correio*.

Conforme afirmamos anteriormente, por este momento, aquele periódico era ainda, o único em que se percebia uma cobertura regular dos esportes, em duas páginas diárias e contando com colunas opinativas locais, embora nem sempre assinadas. O formato redatorial do *Correio*, seria copiado e melhorado pela *Gazeta do Povo* em meados do ano seguinte e os demais jornais da cidade, acabariam seguindo posteriormente, parcial ou integralmente, o mesmo modelo. De outro lado, não se pode automaticamente inferir que a penetração na esfera pública fosse a mesma para todos os periódicos. Sobretudo porque, considerando as baixas taxas gerais de alfabetização, é de se imaginar que os jornais servissem, em grande parte, à informação de parcelas da elite local, ficando a circulação mais geral dos informes, dependentes das rodas de discussão pelas ruas da cidade e, principalmente, das transmissões radiofônicas.

No entanto, apesar da prática de se transmitir jogos considerados importantes ter se estabelecido gradualmente entre o fim dos anos 1920 e meados dos anos 1930,<sup>287</sup> é possível afirmar com segurança, que apenas a partir de 1939 estas transmissões se tornaram regulares através da PRB2.<sup>288</sup> Em parte, como uma consequência do grande interesse público verificado nas transmissões dos jogos da seleção brasileira durante a Copa de 1938. Este fenômeno, por óbvio, não ocorreu

---

286 Dentre eles, Francisco Genaro Cardoso é o que mais se aproximava das opiniões de Mazzoni, embora poucas de suas colunas do período fossem assinadas, sua anuência para com a oficialização permanece em seus textos posteriores. Conforme: CARDOSO. **História...**

287 Conforme: OLIVEIRA FILHA. *Op. Cit.*

288 Embora trate apenas superficialmente das transmissões esportivas, a obra de referência sobre o desenvolvimento da imprensa paranaense ainda permanece sendo: NAS ONDAS do Rádio. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v, 23, 1996.

apenas no Paraná, mas, pode-se dizer que neste estado, serviu de impulso às atividades da imprensa, ajudando a criar um mercado, ao menos parcialmente profissional, para a crônica esportiva paranaense.<sup>289</sup>

Além do acompanhamento diário da preparação do selecionado nacional, das discussões gerais em torno das péssimas condições dos estádios franceses, considerados pequenos pela imprensa brasileira, ou ainda, da necessidade da perfeita coordenação técnica e logística da excursão dos jogadores brasileiros à Europa, bem como, de sua preparação física com acompanhamento de técnicos e médicos da Escola de Educação Física do Exército Brasileiro, durante as três primeiras semanas de junho daquele ano, a expectativa gerada em torno dos “azes” brasileiros, fez com que Curitiba, assim como muitas outras cidades brasileiras, literalmente, parassem para acompanhar os jogos.<sup>290</sup> Já na estreia brasileira contra os poloneses, alto falantes foram espalhados pelos campos de futebol e praças da cidade, onde a população poderia se reunir e torcer pelos representantes da Nação.<sup>291</sup>

Para todos os efeitos, o sentimento geral era o de que o futebol nacional estava bem representado pela primeira vez no torneio mundial e os resultados em campo, apenas corroboravam esta sensação. O terceiro lugar final, foi transformado em feito heroico e condicionado em grande parte, à parcialidade das arbitragens, assunto que gerava grande debate na imprensa. Afinal, segundo a crônica esportiva, o Brasil havia sido “esbulhado” em campos franceses, pelo árbitro “venal” que marcara um *penalty* duvidoso a favor dos italianos. E se assim não houvesse sido, teria conquistado ao menos, uma vaga na final. Esta versão do jogo semifinal contra os italianos, ganhou corpo na imprensa, a ponto de um filme do jogo ser exibido nos cinemas, conforme anunciava o Correio:

---

289 É deste período, por exemplo, o primeiro livro publicado sobre o futebol paranaense de que se tem notícia, do qual ao menos uma cópia permanece preservada na Biblioteca Pública do Paraná: MORI, J. B. **Musas de... Chuteiras...** Crítica e Humorismo. Curitiba: [s.ed.], 1938.

290 Por mais que se afirme, com razão, que alguns jogos da seleção já houvessem atingido alto grau de interesse anteriormente, não há comparação possível com a penetração social atingida durante a Copa de 1938.

291 PARTIDA Internacional. Correio do Paraná. Curitiba, 4 jun. 1938. p.4.

Amanhã no Palacio, será exibido o film completo do empolgante jogo Brasil x Italia.

Teria sido licita a victoria dos italianos?

É o que o nosso publico poderá dizer seguramente depois de assistir o grande jogo na tela do Palacio.<sup>292</sup>

No entanto, já no dia seguinte, antes mesmo da exibição da película, um dos redatores do jornal avisava aos que pretendiam assistir a partida que:

O film do referido jogo poderia esclarecer tudo. Infelizmente, porem, a scena do penalty desapareceu como por encanto da pellicula cinematographica annullando assim a maior prova em favor dos brasileiros. Roubo? Suborno? Falha technica? Ninguem sabe.<sup>293</sup>

Na continuação da matéria, entretanto, o redator deslizava da incerteza sobre o ocorrido para a afirmação de que “[...] mãos criminosas tinham inutilizado a prova que o Brasil podia possuir do esbulho.”<sup>294</sup> Um exemplo apenas, dentre tantos possíveis, da certeza que se construía paulatinamente no país, acerca das injustiças cometidas contra a seleção brasileira. A Itália ganhara novamente a Copa do Mundo, mas, ao Brasil coube, pela primeira vez na história de suas participações naquela competição, o título de “campeão moral”. De qualquer forma, estas construções discursivas não conseguiam sobrepujar de todo, as questões internas ao campo esportivo que, na observação de muitos especialistas da época, efetivamente seriam as responsáveis pela colocação final no torneio.

Neste sentido, uma coluna publicada após o final da Copa, procurava esclarecer o que deveria ser feito para que a seleção se tornasse, em futuro próximo, a potência que o cronista acreditava ser. Após uma extensa introdução que demarcava a oposição entre a disciplina do jogo de conjunto europeu e a individualidade artística do jogador brasileiro, afirmava o autor que:

Si analizarmos a fundo a personalidade do elemento que fez do “sport” um meio de vida, deduziremos que aqui, no Brasil, [...], o “player” remunerado é um artista que possui atelier próprio...

Não há, como se ve, confronto possível entre os daqui e os da Europa em materia de methodo; o que lá se nos parece archaico, indaptavel mesmo, aqui é observado com mais liberalidade; é o tal fator “ambiente”.

Todavia, já é tempo para que os esportistas que estão à testa da entidade profissional transformem, gradativamente o que ainda está por fazer. Trata-

292 O JOGO Brasil x Itália na Tela do Palácio! **Correio do Paraná**. Curitiba, 30 jun. 1938. p.4.

293 O PENALTY da Discórdia. **Correio do Paraná**. Curitiba, 1 jul. 1938. p.5.

294 *Idem*.

se da defesa de um prestígio, a que se faz mister reorganizar certas cláusulas do profissionalismo. Possuindo, indiscutivelmente, os mais amplos recursos técnicos e mesmo tudo quanto é necessário para a sua própria estabilidade, o “soccer” sul-americano ainda não está integrado em suas verdadeiras atribuições.<sup>295</sup>

Ou seja, o cronista entendia que independentemente da qualidade dos jogadores brasileiros, que se supunha mais artística que a dos europeus, só se atingiria um padrão elevado de jogo quando os atletas fossem submetidos aos rigores da preparação física e tática. Como qualquer trabalhador, os jogadores deveriam atender as necessidades de sua profissão, respeitando horários, treinos e orientações técnicas. Por este motivo, o cronista encerrava, afirmando:

Já que não é mais possível a alteração sobre aquilo tudo assentado nas formulas contractuales, ainda está em tempo dos proceres do profissionalismo nacional introduzir (*sic*) alguns dispositivos junto de nossos grandes clubs, no sentido realmente próprio das obrigações daquelles todos que ganham para jogar. Deem maior liberdade de acção aos preparadores de nossos conjuntos e, estamos certos, o futebol brasileiro reafirmará, no presente o seu antigo prestígio quando sob o amadorismo.

E, num futuro não mui distante, os responsáveis pelo nosso padrão de jogo, poderão apresentar em campo uma equipe rigorosamente coesa na observância de seus compromissos. E seremos então invencíveis, sem outras quaesquer duvidas, na demonstração integral de nosso valor próprio.<sup>296</sup>

Assim, segundo o cronista, para que a seleção pudesse contar com verdadeiros profissionais, elevando seu padrão de jogo e suas possibilidades de vitória nas competições internacionais, a cultura do profissionalismo deveria ser aprimorada nos clubes brasileiros. Mas, se como afirmava Cardoso, a maioria dos “contratos” deste período eram apenas verbais, qual o poder de convencimento dos clubes sobre seus “trabalhadores”? De outro lado, ainda havia o preconceito social arraigado a se levar em consideração. Por isso, outro cronista do Correio havia publicado, dias antes, uma coluna que observava a mesma questão do ponto de vista dos atletas, ressaltando que um dos grandes feitos dos atletas da seleção, havia sido o de ajudar a derrubar ao menos parcialmente, o estigma social ao qual profissionais do futebol estavam sujeitos, e que o próprio cronista, por ser ex-jogador, havia enfrentado:

---

295 O “CRACK” Sul-Americano. **Correio do Paraná**. Curitiba, 23 jun. 1938. p.5.

296 *Idem*.

Como tudo passa nesta vida, há muito passou o meu tempo de futebolista; porém, nesses dias de grande agitação no Brasil, por causa de nossos patrícios que manejavam a pelota em campos da França, na defesa do bom nome de nossa terra, lembrei-me dos meus bons tempos. E senti-me vingado contra todos os que menosprezavam os jogadores de futebol. Os pés de Leonidas transtornaram, por completo, a vida nacional...<sup>297</sup>

Mas o preconceito também existia entre os próprios atletas. Segundo Neto, o goleiro Alfredo Gottardi do Atlético, o “Caju”, liderou alguns veteranos amadores do clube, desentendendo-se com a diretoria em 1939, justamente por não concordar com a contratação de jogadores profissionais.<sup>298</sup> De fato, nas páginas do Correio, verifica-se que Caju se recusou a jogar pelo Atlético naquele ano, mas, suas motivações não ficavam claras. Os cronistas especulavam então, que Caju quisesse receber alguma compensação financeira, assim como receberiam os novos contratados, todos oriundos do Savóia.<sup>299</sup> Também se depreende das páginas esportivas, que esta era a primeira incursão do clube na aquisição de atletas profissionais.<sup>300</sup> Mas, especulações a parte, nos interessa entender porque o Clube Atlético Paranaense havia decidido apenas em 1939, adotar relações contratuais mais claras com parte de seus atletas, se esta possibilidade existia desde 1933.

É preciso entender as motivações da direção do clube de forma relacional, considerando o ambiente competitivo do futebol paranaense. Se até 1932, quatro clubes dominavam o cenário esportivo local, a partir de 1933, Coritiba e Atlético revezavam-se na ocupação do primeiro lugar nos campeonatos regionais.<sup>301</sup> Considerando que por esta altura, ambos eram os clubes mais populares de Curitiba, pode-se dizer que eram também, os dois mais influentes politicamente. Porém, em 1937 e 1938, o Ferroviário surgia como uma terceira via. Conquistando um bi campeonato estadual com relativa facilidade, em grande medida, respaldado pelo estofo financeiro que lhe rendia a Rede Viação Paraná - Santa Catarina. O sucesso do chamado “clube da estação”, então constituído por atletas assumidamente profissionais, embora contratados como empregados da ferrovia, a qual Cardoso se referia como um “manancial de empregos”, escancarava a fragilidade dos concorrentes. Porém, no caso do Coritiba, como vimos

297 A VINGANÇA de Leonidas. **Correio do Paraná**. Curitiba, 21 jun. 1938. p.4.

298 COELHO; NETO. p.106.

299 IVO ROSA Pertence ao Savóia. **Correio do Paraná**. Curitiba, 23 fev. 1939. p.4.

300 CORREIO DO PARANÁ. Curitiba, jan. a fev. 1939.

301 Dos quatro campeonatos disputados no período, o Coritiba foi o campeão de 1933 e 1935, enquanto o Atlético conquistou os de 1934 e 1936.

anteriormente, a prática do semi profissionalismo, com o pagamento de bichos e incentivos diversos, já era uma constante mesmo antes do advento do profissionalismo. Por isso, é o Atlético que neste momento, sofre a maior transformação. A prática de, “quando muito”, conceder empregos públicos aos seus jogadores, já não era mais suficiente. Assim, o clube contrata um técnico para comandar a equipe principal e parte para a aquisição formal de jogadores profissionais.

Além disso, tornaram-se cada vez mais comuns nas páginas esportivas as referências a multas para os atletas que não comparecessem aos treinos ou que jogassem presumidamente, abaixo de suas possibilidades reais.<sup>302</sup> Também tornou-se comum, que os clubes considerados menores, oscilassem entre manter atletas profissionais ou apenas amadores em seus quadros principais. No primeiro caso, porque o gasto com as remunerações, nem sempre significava melhores rendas e/ou obtenção de títulos. No segundo, porque apenas com amadores em seus quadros, embora as despesas fossem menores, os títulos eram ainda mais difíceis de se conquistar.

Estes aspectos revelam parte das dificuldades enfrentadas pelos clubes paranaenses em relação ao profissionalismo e a oficialização dos esportes. Se o nacionalismo e a “raça brasileira”, podem ser considerados como bandeiras ideológicas da oficialização dos esportes, de outro lado, as preocupações daqueles mais diretamente envolvidos com o campo esportivo envolviam outras questões além do discurso nacionalista. De um ponto de vista grande angular, para que a oficialização saísse do papel, havia necessidade de se consolidar a pacificação entre os clubes e entidades dirigentes o que só seria possível com o fim das querelas sobre os atletas profissionais, um dos assuntos que dominava o campo esportivo por esta altura.

Neste sentido, além de Mazzoni, cujo entendimento geral pressupunha que a oficialização por si mesma, forçaria uma disciplina duradoura e benéfica nos esportes, extinguindo o clubismo e regulando as relações contratuais por força de lei, haviam outros cronistas que estavam mais preocupados em discutir as questões financeiras que escapavam a questão da oficialização. Em abril de 1938, por

---

<sup>302</sup> Durante o período, chegou a ocorrer em São Paulo e no Rio, uma tentativa mal sucedida de se estabelecer um teto salarial com premiações proporcionais a assiduidade dos jogadores aos treinos. Conforme: LUVAS e Ordenados proporcionais a efetividade dos jogadores. **Correio do Paraná**. Curitiba, 20 dez. 1940. p.4.

exemplo, teve certa repercussão no *Correio do Paraná*, um discurso radiofônico de Ary Barroso, que procurava esclarecer ao público que os contratos profissionais, principalmente no Rio e em São Paulo, estavam levando os clubes brasileiros a falência. Um dos cronistas do *Correio* teceu, a este respeito, as seguintes considerações:

Pode parecer paradoxal, mas o profissionalismo em nosso grandioso Paiz se mantem difficultosamente, ou melhor para os grandes clubs cariocas a medida mais viável é essa: "gastar para ver si consegue cobrir o 'deficit'"... Terrível dilema se depara ao porvir daquelles que implantaram o profissionalismo aberto!<sup>303</sup>

Ary Barroso divulgara que a renda bruta anual de Flamengo e Fluminense, apenas com o futebol, não passava de 700 ou 800 contos de réis, mas, que após descontadas taxas, impostos e dividida a renda, não lhes sobrava mais que 200 ou 300 contos de réis. Montante que Barroso considerava irrisório diante dos compromissos contratuais assumidos por ambos.<sup>304</sup> De outro lado, reconhecendo que os atletas contratados ajudavam a atrair público e renda, entendia que os clubes se encontravam na difícil situação de ter obrigatoriamente que gastar ainda mais, na esperança de atrair mais público e renda. Como a conta geral não fechava, o cronista paranaense, assim como Barroso, entendia que o resultado final seria um ciclo vicioso que levaria os clubes à falência. Um dos motivos era o fato de que na maioria dos campeonatos, os ingressos eram tabelados em valores muito baixos, fator que somado a limitação de público pela capacidade dos estádios não dava margem a qualquer esperança de melhora no cenário em curto ou médio prazo.

Em outras palavras, para estes cronistas, os clubes, dependentes financeiramente das bilheterias e das mensalidades dos sócios, não tinham como arcar com os custos crescentes do futebol sem endividamento. Como os clubes eram também sociais e amadores, parte das suas receitas era destinada a esportes e atividades sociais que pouco ou nenhum lucro davam, e mesmo o futebol profissional, era tão caro, que raramente compensava os investimentos, sobretudo considerando o tabelamento dos ingressos e a capacidade dos estádios.

---

303 POBRE Profissionalismo... *Correio do Paraná*. Curitiba, 9 abr. 1938. p.7.

304 *Idem*.

Neste ambiente de incertezas, a oficialização, por vezes, era vista como a salvação dos clubes, embora, nenhum dos cronistas aqui analisados tenha apontado com um mínimo de clareza como se esperava que ocorresse a “salvação”. Limitavam-se a explicar os problemas financeiros e a expectativa em torno da participação estatal. Assim, quando foi anunciada oficialmente a criação da Comissão Nacional de Desportos, no início de 1939,<sup>305</sup> muitas especulações sobre sua atuação futura começaram a ser publicadas. A princípio, a Comissão tinha o objetivo de estudar o esporte nacional e desenvolver um projeto para a sua oficialização em prazo não superior a sessenta dias.<sup>306</sup>

Mas, apesar de constituída em 19 de janeiro daquele ano, a Comissão só realizaria sua primeira reunião em fins de março, quando, segundo o previsto pelo decreto de Vargas, já deveria ter um projeto pronto para os esportes nacionais. A morosidade do processo contribuía para aumentar tanto a expectativa quanto as especulações sobre o formato definitivo da oficialização. O Correio, por exemplo, publicou ainda em março, o que entendia ser parte do projeto governamental, que incluiria: “[...] auxílios para acabamento das praças de esportes dos grandes e pequenos clubes e determinando também a construção de estádios para os clubes filiados, [...]”.<sup>307</sup> O jornal se baseava em uma entrevista de Luiz Aranha, mas este se referia na mesma, a um parecer da própria CBD, entidade por ele presidida, e que se constituía em nada mais que uma carta de intenções.<sup>308</sup>

Apesar da morosidade, o processo terminaria eventualmente com uma oficialização que se antecipava extremamente benéfica para o campo esportivo. Pode-se mesmo falar em um certo entusiasmo da imprensa, sobretudo a partir do momento em que o Estado de São Paulo, antecipando-se ao governo federal, promoveu uma oficialização restrita às suas fronteiras, coroada com a inauguração do Estádio Municipal do Pacaembu, um dos primeiros “gigantes de concreto” construídos no país, com capacidade para mais de 70 mil pessoas e que viraria modelo de estádio pelos próximos anos.<sup>309</sup>

---

305 BRASIL. Decreto lei n. 1056...

306 *Idem*.

307 A REGULAMENTAÇÃO dos Esportes. *Correio do Paraná*. Curitiba, 8 fev. 1939. p.4-5.

308 *Idem*.

309 Este processo está muito bem detalhado em: NEGREIROS. *Op. Cit.* Além disso, em função da participação do Curitiba na partida inaugural do estádio, houve grande repercussão na imprensa paranaense, conforme: CARDOSO. *História...* p.104.

No entanto, ainda seria necessário praticamente um ano para que Vargas promulgasse o decreto lei 3.199,<sup>310</sup> oficializando os esportes. Depois, mais alguns meses para que o CND começasse a funcionar e mais ainda, para que se criassem os braços estaduais do CND, os CRD's, e mais outros tantos meses para que estes últimos comesçassem a funcionar. No caso paranaense, o CRD foi oficialmente implantado em setembro de 1941.<sup>311</sup> No entanto, antes de chegarmos a este ponto, será necessário repassar as disputas internas ao campo esportivo paranaense, retomando as discussões que antecederam a oficialização, procurando compreender o posicionamento político dos clubes, bem como de seus principais dirigentes, com relação a mesma.

### 3.2. A PACIFICAÇÃO DO CAMPO ESPORTIVO PARANAENSE E A OFICIALIZAÇÃO DOS ESPORTES

Retomando a discussão apresentada no final do primeiro capítulo, em fins de 1937, o campo esportivo paranaense havia sido cindido entre duas entidades dirigentes. Entretanto, como todos os principais clubes da primeira divisão haviam se bandeado para a nova Federação Paranaense de Futebol (FPF),<sup>312</sup> a antiga federação (FPD), isolada, deu seus últimos suspiros nos primeiros meses do ano seguinte, quando uma comissão de inquérito designada pela FBF, veio ao Paraná determinar qual das entidades regionais deveria representar o futebol local. Apesar dos cronistas do Correio considerarem tal situação como “vexatória”,<sup>313</sup> o imbróglio durou pouco e resultou na esperada confirmação da filiação da FPF às entidades nacionais.

Deste ponto em diante, respaldados pela ambiguidade dos regulamentos e a ausência de estatutos aprovados em assembleia, os presidentes dos sete principais clubes de Curitiba se travestiram em mandatários incontestes do futebol paranaense.<sup>314</sup> Na figura do Conselho Supremo, tanto a Liga Curitibana de Futebol

310 BRASIL. Decreto lei n. 3199...

311 PARANÁ. Interventoria Federal do Estado. Decreto n. 11894, de 6 de setembro de 1941. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 2707, p. 1, 11 set. 1941.

312 p.63-74.

313 NO CARTAZ... **Correio do Paraná**. Curitiba, 3 fev. 1938. p.4.

314 Segundo os “Regulamentos da L.C.F.”, publicados nos jornais de Curitiba: o artigo 1º define que a “Liga

(LCF), quanto a própria FPF se submeteram em termos institucionais à vontade dos dirigentes de Coritiba, Atlético, Ferroviário, Britânia, Palestra, Savóia e Junventus. Com esta configuração, o novo quadro do poder esportivo regional, ocupou-se inicialmente do principal tema relativo ao futebol: a questão da transferência de atletas, fossem amadores ou profissionais.

Assim, concomitantemente a confirmação da FPF como única entidade paranaense reconhecida por FBF e CBD, o Correio reproduzia em suas páginas esportivas o curto texto expedido pela FBF que deveria servir como regulamento para todas as transferências de atletas no território nacional, ficando as transferências internacionais sujeitas a arbitragem da CBD. Para a confusa situação nacional, previa o artigo nono do regulamento da FBF que:

O jogador amador, em um mesmo anno esportivo não poderá tomar parte em Campeonatos ou Torneios Officiaes de mais de uma Entidade federada, exceptuados os casos de extinção ou desfiliação do clube para que estava inscripto, ou ainda quando o clube desistir de disputar o Campeonato ou Torneio da Entidade a que estiver filiado.<sup>315</sup>

De outro lado, o artigo décimo terceiro, que definia o que se considerava como “ano esportivo” era, para dizer o mínimo, de interpretação dúbia:

Entende-se por anno esportivo aquelle em que se iniciar o Campeonato ou Torneio official da Entidade.  
(pgfo único): Quando o campeonato ou torneio de uma entidade federada alcançar ou terminar no anno imediato, considerar-se-á como sendo terminado no anno de seu inicio, para os efeitos deste regulamento.<sup>316</sup>

Isso porque, muitos campeonatos regionais, não seguiam, por inúmeros motivos, desde as intempéries climáticas até eventos políticos de interesse, o calendário tradicional. Assim, o “ano futebolístico”, na prática, podia terminar no ano seguinte, exatamente como previa o regulamento, porém, nada esclarecia no texto se, uma vez considerado terminado o campeonato ou torneio no ano anterior, ainda que a disputa continuasse, os jogadores registrados pelos clubes disputantes

---

[será] dirigida por três órgãos principais: o conselho supremo, o conselho administrativo e o departamento técnico, conforme disposições estatutárias. O artigo 2º diz que: “As atribuições dos conselhos supremo e administrativo e do departamento técnico são as que lhes conferem os estatutos da Liga.” Como o estatuto ao qual se referem estes artigos ainda não haviam sido definidos, o Conselho Supremo, na prática, era a instância final naquela estrutura organizacional.

315 CORREIO DO PARANÁ. Curitiba, 21 a 31 mar. 1938.

316 *Idem*.

seguiriam registrados pelos mesmos ou, ao contrário, se encontravam em um limbo regulamentar e portanto, podiam ser considerados livres de seus vínculos, o que seria, obviamente, um problema para todos os clubes caso seus atletas amadores fossem assediados por propostas de fora do seu estado.

Curiosamente, a solução encontrada pelo Conselho Supremo para esta situação canhestra, foi igualmente desprovida de lógica interna. Afinal, se o texto regulamentar deixava margem a interpretação, entendiam os dirigentes paranaenses que bastava uma prorrogação automática dos vínculos então existentes para que se garantissem os registros dos atletas. Nascia no Paraná a chamada “lei da opção”, que em suma, significava que atletas vinculados aos clubes paranaenses em 1937, estariam automaticamente vinculados aos mesmos no ano seguinte.

Além disso, pensada para proteger os clubes paranaenses de um possível assédio aos seus jogadores por parte de clubes paulistas e cariocas, a “lei da opção” acabou gerando problemas internos na medida em que, ao contrário do previsto inicialmente, o assédio efetivo, ocorreu entre os próprios clubes paranaenses. É válido lembrar que o artigo nono do regulamento da FBF, proibia os atletas de disputar campeonatos oficiais por “mais de uma entidade federada”, mas, era omissa com relação as transferências no interior da mesma entidade, principalmente, se o “ano esportivo” se estendesse para o ano seguinte. Ou seja, nenhum atleta poderia jogar, no mesmo ano, os campeonatos do Rio e de São Paulo, por exemplo, mas, poderia disputar o mesmo campeonato por mais de um clube. Uma brecha regulamentar, explorada pelos clubes paranaenses apesar da “lei da opção”.

Assim, o Atlético, havia “aliciado” Tute do Savóia,<sup>317</sup> e o Coritiba, Cecílio do Palestra Itália.<sup>318</sup> Em ambos os casos, uma vez encerrado o campeonato de 1937, os atletas citados passaram a treinar com os novos clubes embora, em termos regulamentares, ainda estivessem presos pela “lei da opção” aos clubes originários. De fato, a “lei da opção” não podia se sobrepor ao interesse dos próprios atletas caso estes quisessem mudar de clube. Assim, apesar dos quatro clubes envolvidos terem participado da aprovação da “lei da opção”, cada um deles se via, pouco depois, na obrigação de defender ou atacar a dita lei em função de circunstâncias

---

317 O CLUBE do Borgheto quer Conservar Todos seus Azes. **Correio do Paraná**. Curitiba, 20 abr. 1938. p.4.

318 SERÁ o Coritiba Capaz Disso? **Correio do Paraná**. Curitiba 27 abr. 1938. p.4.

específicas. Palestra e Savóia perderam seus jogadores independentemente da “lei da opção”, que deveria protegê-los. Atlético e Coritiba, ganharam o concurso dos mesmos jogadores, apesar de terem aprovado o regulamento da FPF. Assim, anunciava o Correio do Paraná:

Teve o fim que era de prevêr, a “lei de opção”, recentemente creada pelos presidentes de nossos clubes, com o intuito de evitar o exodo de seus “azes” que tiveram seus registros terminados em 1937. Incluindo domingo último em sua equipe o “player” Cecilio, que dependia do “attestado liberatório” do Palestra, o Coritiba, que havia conseguido na véspera a inscrição do referido jogador, fez cahir automaticamente absurda “lei”.  
Hontem mesmo o Palestra contractou Mendes e Biguá, e o próprio Coritiba entrou na L.C.F. Com o contracto de Saul, ponta esquerda do Savóia F. C. Soubemos também que o Athletico registrará hoje o meia-direita savoiano Tute.<sup>319</sup>

O Coritiba, especialmente, anunciou publicamente que havia sido contra a “lei”, mas, tendo sido voto vencido, abria mão da prorrogação automática do vínculo de seus jogadores.<sup>320</sup> Isso provavelmente, porque o clube entendia o funcionamento do mercado interno de atletas. Fossem profissionais ou amadores, o fluxo de transferências de jogadores, se dava dos clubes menores para os maiores, e não o contrário. A não ser, claro, em casos de dispensa por parte dos “grandes”.

Curiosamente, neste ambiente tumultuado, Coritiba e Atlético, após as disputas decorrentes da fundação da FPF, teriam sentado para conversar amigavelmente pela primeira vez desde a fundação do último, ocorrida em 1924. Este “acordo de paz” entre ambos os clubes é citado apenas no livro de 1944 de Cardoso.<sup>321</sup> Nos jornais do período, nos livros dos demais cronistas paranaenses e mesmo no segundo livro de Cardoso, de 1975, não existe qualquer menção ao referido acordo, embora isso não signifique que o acordo fosse uma invenção do cronista. Ao contrário, Cardoso dá a entender que o acordo não tinha a intenção de se tornar público:

[...] o alarde dessa aproximação foi exagerado, no que se precipitaram os mentores de ambos os clubes. Não havia necessidade de propaganda demasiada do fato. A rivalidade deveria continuar – e terá de continuar – dentro de certas normas que as diretorias deveriam observar no escopo de

319 CAHIU a Lei de Opção. **Correio do Paraná**. Curitiba, 3 mai. 1938. p.4.

320 SERÁ o Coritiba Capaz Disso? **Correio do Paraná**. Curitiba 27 abr. 1938. p.4.

321 CARDOSO. **O Cotejo...** p.76.

afastar desavenças sérias e facilitar entendimentos de interesse comum. Uma espécie de segredo de Estado, do qual o público e estranhos teriam de ficar alheios.<sup>322</sup>

Diante do ambiente de pacificação nacional, com a iminente disputa da Copa do Mundo na França e ainda, enfrentando dificuldades internas com relação as transferências de atletas, principalmente considerando a ascensão do Ferroviário, não é de se duvidar que Atlético e Coritiba tenham tentado uma aproximação. A este respeito, afirmava Cardoso que:

[...] a desunião que sempre imperou entre o Coritiba e o Atlético tem ocasionado alguns prejuízos ao desporto paranaense, mais particularmente tem desfavorecido a êsses clubes. Isso porquanto, essa rivalidade, abandonando o campo das disputas, invadiu os bastidores destas agremiações, acirrando não apenas torcedores fanáticos, mas diretores que, por obrigação moral, deveriam evitar atitudes precipitadas que tão somente deturpam as finalidades da existência dessas mesmas sociedades. Acresce ainda que paredros expeditos pertencentes a outras similares se aproveitam para explorar a situação, e, não poucas vêzes, são os primeiros a acender a chama, visando reavivar a hostilidade existente entre atleticanos e coritibanos.<sup>323</sup>

Em outras palavras, Cardoso dizia claramente que a rivalidade existente entre Coritiba e Atlético, apenas servia aos demais clubes, sendo que em termos ideais, ambos deveriam aderir a uma mesma causa. A única interpretação possível para este discurso, é a de que apesar das diferenças políticas e clubísticas, ambos deveriam por de lado suas cores para em conjunto, dominar o campo esportivo paranaense. De qualquer forma, pouco depois do “acordo de paz” se efetivar, em abril de 1938,<sup>324</sup> o Coritiba relacionou para uma de suas partidas o jogador que havia “aliciado” do Palestra e assim, jogou por terra a “lei da opção”.<sup>325</sup> Ao fim e ao cabo, a dita “lei” durara apenas dois meses, mas havia tido o efeito inesperado de aproximar os dois “grandes” clubes do Paraná. O acordo, pouco lembrado pela crônica esportiva, ainda duraria praticamente três anos, sendo interrompido, segundo Cardoso, apenas em função da primeira final de campeonato disputada diretamente entre ambos os clubes, já em 1941.<sup>326</sup>

---

322 CARDOSO. **O Cotejo...** p.77.

323 *Idem.* p.76.

324 *Ibidem.*

325 SERÁ o Coritiba Capaz Disso? **Correio do Paraná.** Curitiba 27 abr. 1938. p.4.

326 CARDOSO. **O Cotejo...** p.83.

Ao mesmo tempo em que a oficialização do esporte passava a ser tema recorrente na imprensa, já em 1939, Candido Mader se afastava do Atlético, passando a presidência do clube para um membro da família Camargo: Claro Américo Guimarães, sobrinho do presidente do Estado do Paraná deposto em 1930.<sup>327</sup> Em princípio, esta mudança não afetou as relações entre Curitiba e Atlético. Apesar da rivalidade esportiva e das eventuais diferenças políticas, Couto Pereira e Claro Américo, até onde é possível saber, conseguiram manter relações cordiais. Tanto que, em 1940, na casa de Claro Américo, reuniram-se todos os presidentes dos sete clubes de Curitiba, inclusive Couto Pereira, para deliberar sobre a necessidade de se manter uma liga de futebol em Curitiba, uma vez que a FPF já servia ao propósito de organizar o futebol da cidade. Assim, em ata de 9 de setembro de 1940, a LCF era extinta e a diretoria da FPF era reformulada, com Candido Mader escolhido para ser o presidente e Paula Soares, para ser o primeiro vice presidente.<sup>328</sup>

A composição da diretoria seguia o padrão representativo, em que cada clube tinha direito a indicar seus participantes, embora, o Atlético, na figura de Mader, ocupasse o principal posto. A ideia geral era a de promover o rodízio entre os clubes para a presidência. Além disso, como na prática, o Conselho Supremo, composto pelos sete clubes de Curitiba, ainda detinha a última palavra sobre qualquer assunto, o cargo de presidente da FPF importava menos que o assento no Conselho. No entanto, Candido Mader se afastara do Atlético em função dos negócios de sua família, fato que também impediria que fosse figura ativa a frente da federação. Por conseguinte, sua presidência durou pouco tempo. Assim, em janeiro de 1941, Paula Soares voltava a ocupar a presidência da federação local.

Por esta altura, não apenas a forma final da oficialização dos esportes já estava sendo costurada nos bastidores, como Paula Soares, diretamente relacionado a Luiz Aranha na CBD, sabia que a estrutura da organização esportiva nacional estava para ser profundamente alterada. Além disso, considerando que em São Paulo, o Interventor Adhemar de Barros já se antecipara, oficializando o esporte naquele estado, uma das principais investidas de Paula Soares na FPF, foi a de

---

327 Retornaremos a Claro Américo, analisando sua atuação em filigrana no próximo capítulo. Quanto as suas ligações políticas e familiares, seguimos: COSTA. **História...** e OLIVEIRA, R. C. de. **O Silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná.** Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

328 FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL. *Op. Cit.*

esvaziar o Conselho Supremo, promovendo antecipadamente a centralização de poderes que a oficialização traria de qualquer forma nos meses subsequentes.<sup>329</sup>

Este foi um dos primeiros atos do “tenente revolucionário” Paula Soares ao retornar a presidência da entidade regional. No entanto, como esta medida não transparece no noticiário do período, só foi possível tomar conhecimento de sua existência através de documentos do DOPS paranaense.<sup>330</sup> Ocorre que, por esta altura, a imprensa já se encontrava sob controle estatal e as poucas vozes dissonantes, haviam sido silenciadas ou cooptadas. Neste novo ambiente, em que o Estado Novo se propunha a organizar o esporte nacional, o debate público, que já era escasso, tornou-se virtualmente inexistente.

---

329 A suspensão das atividades do Conselho Supremo é citada por Claro Américo em declaração ao DOPS em 1942, assunto ao qual retornaremos adiante. Conforme: GUIMARÃES, C. A. **Declarações do presidente do Clube Atlético Paranaense**. Curitiba, 19 ago. 1942. Arquivo Público do Paraná. Série pastas temáticas D.O.P.S. n. 1174 t. 140. p. 2.

330 *Idem*.

#### 4. PARA ACABAR COM A “BRIGALHEIRA”: AS INTERVENÇÕES FEDERAIS E A BUROCRATIZAÇÃO DO CAMPO ESPORTIVO PARANAENSE



Alceu Chichorro, Charge de 1945.

A partir de abril de 1941, com a criação do Conselho Nacional de Desportos (CND), todos os esportes praticados em território brasileiro passaram a ser oficialmente controlados pelo Ministério da Educação e Saúde. Em tese, nenhum clube ou entidade dirigente poderia ser constituído sem que se enquadrasse na legislação federal que instituíra o novo órgão. Na prática, o processo de conformação do campo esportivo aos regulamentos e diretrizes do CND, ocorreu de forma gradual. Tanto porque houve resistências de alguns clubes e entidades regionais, quanto porque, o processo de instalação do próprio CND, bem como de criação de seus braços regionais, os Conselhos Regionais de Desportos (CRD) nos diversos estados brasileiros, foi pautado pela morosidade.

No entanto, para compreendermos estes processos, será necessário, inicialmente, tratar da estrutura do CND e de seus princípios legais. Neste sentido, a obra de Eduardo Dias Manhães é a principal referência. Tendo analisado a fundo a evolução da legislação brasileira a respeito dos esportes, Manhães entende a criação do CND como um esforço do governo Vargas para “pacificar” e “disciplinar” o campo esportivo em geral, e o futebol profissional em particular. Além dos textos

legais, o autor se baseia, para tanto, em depoimento de um dos membros da primeira composição do CND: João Lyra Filho; para quem a razão da criação do Conselho: “[...] foi o abastardamento das atividades desportivas. Precisava-se pôr ordem na vida desportiva. Até então, só havia amadorismo. Veio o profissionalismo e *iniciou-se uma briga geral.*”<sup>331</sup> Em outras palavras, um dos principais membros do CND, atrelava os motivos da oficialização dos esportes em 1941, em primeiro lugar, as disputas decorrentes do embate entre amadorismo e profissionalismo, e concluía: “Urgia *disciplinar e pacificar* o desporto brasileiro.”<sup>332</sup>

De fato, no texto do Decreto Lei que instituía o CND,<sup>333</sup> o artigo 3º, que determinava as funções do mesmo, deixava claro em suas duas primeiras alíneas, que ao Conselho, cabia:

- a) estudar e promover medidas que tenham por objetivo **assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país**, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais;
- b) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativa por excelência, e ao mesmo tempo **exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade,**<sup>334</sup> (*grifos nossos*)

Embora a palavra “pacificação” não apareça em nenhum momento, o texto é bastante claro quanto a exigência da “disciplina”. Além disso, revela a tendência do governo federal pelos esportes amadores, sobretudo em função de sua característica “educativa por excelência”, reservando ao profissionalismo “uma rigorosa vigilância”. Por este motivo, após avaliar o conjunto da legislação esportiva do período, bem como, das deliberações do CND, Manhães entende que as ações do governo federal se pautavam pela “[...] absorção do privado pela 'administração pública' [...]”<sup>335</sup> O que significava, ainda segundo o mesmo autor, que a intenção de Vargas era a de: “[...] absorver para hostes do aparelho de Estado as soluções dos conflitos do campo desportivo, como forma de anulá-los.”<sup>336</sup>

331 MANHÃES. *Op. Cit.* p.36.

332 *Idem.* p.37.

333 BRASIL. Decreto lei n. 3199...

334 *Idem.*

335 MANHÃES. *Op. Cit.* p.55-56.

336 *Idem.*

Em outras palavras, o espírito da lei que regulamentava a prática esportiva em todo o país, seguia o conceito geral de sociedade hegemônica, em que os conflitos de classes são secundados, ou mesmo anulados discursivamente, em função dos supostos interesses nacionais, diante dos quais, os indivíduos não tem direitos a não ser, enquanto membros da coletividade, esta sim, detentora de direitos. Aos indivíduos caberiam apenas deveres, tal como expresso em discurso do próprio Vargas, reproduzido em inúmeros estudos, com o fim de ilustrar exatamente este ponto:

O Estado não conhece direitos de indivíduos contra a coletividade. Os indivíduos não tem direitos, têm deveres! Os direitos pertencem à coletividade! O Estado, sobrepondo-se à luta de interesses, garante só os direitos da coletividade e faz cumprir os deveres para com ela. O Estado não quer, não reconhece a luta de classes.<sup>337</sup>

Este discurso de Vargas, deixava claro o espírito do próprio Estado Novo, enquanto regime político cuja pretensão era a de harmonizar a totalidade da sociedade brasileira. Assim, concordando com Manhães, Luiz Carlos Ribeiro, afirma que o futebol em especial, como fenômeno de massas, era um “componente fundamental” da “cruzada disciplinadora” do governo federal.<sup>338</sup> Neste mesmo sentido, afirma Ribeiro, referindo-se ao CND, que:

Do ponto de vista da organização do futebol, a entidade pretendia intervir no campo privado dos clubes, herança de uma autonomia liberal do início do século. Legislar sobre a profissionalização do futebol tinha uma intenção disciplinadora, tanto moral quanto política. A origem do problema encontrava-se nos “pressupostos liberais da ordem desportiva brasileira, originária da associação espontânea de indivíduos em entidades de direito privado, os clubes”, até então sem interferência do Estado.<sup>339</sup>

De outro lado, conforme vimos anteriormente, o ambiente criado por grande parte da imprensa esportiva, era favorável a participação do poder público no campo esportivo. Sobretudo porque cronistas como Thomas Mazzoni, entre outros, viam no Estado, a única possibilidade de pacificação das relações entre clubes e entidades dirigentes. De forma semelhante, também se colocavam favoravelmente a oficialização do campo esportivo pela expectativa de que a partir da mesma,

---

337 RIBEIRO. *Op. Cit.*

338 *Idem.*

339 *Ibidem.*

ocorresse um afluxo de dinheiro para as entidades e clubes bem como, para a construção de estádios.<sup>340</sup> No entanto, nos meses seguintes à promulgação do Decreto Lei n. 3199, começou a ficar claro, mesmo para cronistas como Mazzoni,<sup>341</sup> ferrenhos defensores da oficialização, que a lei federal não seria aplicada imediatamente e ainda que o fosse, não seria da forma inicialmente imaginada.

Para citar um exemplo, o artigo 32º do Decreto definia claramente que: “Nas exposições desportivas públicas de profissionais, nenhum quadro nacional poderá figurar com mais de um jogador estrangeiro.”<sup>342</sup> Este artigo significava um problema para os grandes clubes do Rio de Janeiro, isso porque, segundo Negreiros: “[...] seus principais clubes viviam a febre de contratar futebolistas argentinos e uruguaios.” O assunto ganhou repercussão na imprensa esportiva do Rio gerando especulações de que a recém-criada legislação seria burlada logo de início. De fato, conforme descreve Negreiros:

A oficialização dos esportes não poderia ser aplicada de imediato, principalmente no ponto dos atletas estrangeiros, por causa do perigo de desestruturar times populares do Rio, o centro de maior importância do futebol brasileiro naquele momento. Assim, a situação foi contornada, recebendo a lei de oficialização a sua primeira correção: o artigo que definia a proibição de mais de um atleta estrangeiro recebia um adendo, que o permitia na mesma equipe desde que esses jogadores já tivessem contratos, mas quando estes terminassem, a lei valeria na sua forma original.<sup>343</sup>

O que este exemplo significa, seguindo o raciocínio de Negreiros, é que apesar da intenção de se criar normas rígidas de controle do profissionalismo, ainda era possível, dependendo das circunstâncias, contornar situações específicas de acordo com os interesses do campo esportivo. Porém, ao analisarmos as correções feitas no Decreto Lei n. 3199, percebemos que o texto da lei não recebeu um “adendo” (disposição transitória) como afirma Negreiros, mas sim, uma correção em uma de suas disposições transitórias: o artigo 60º que autorizava o cumprimento dos contratos de “técnicos estrangeiros” então vigentes, referindo-se ao artigo 52º, que proibia novas contratações deste tipo, teve seu texto alterado para referir-se ao

---

340 Uma compilação de textos favoráveis a oficialização, publicados pela imprensa esportiva nacional, logo após a instituição do CND, pode ser encontrada em: NEGREIROS. *Op. Cit.* p.221-223.

341 *Idem.* p.225.

342 BRASIL. Decreto lei n. 3199...

343 NEGREIROS. *Op. Cit.* p.224.

artigo 32º que, conforme afirmamos, referia-se aos “atletas estrangeiros”.<sup>344</sup> Além disso, o parágrafo único do próprio artigo 32º, antes mesmo da alteração a que se refere Negreiros, já conferia ao CND o poder de autorizar, a seu critério, a elevação de um para até três atletas estrangeiros em cada equipe,<sup>345</sup> o que em suma, conferia ao CND e aos clubes uma pequena margem de negociação.

Em outras palavras, independentemente do motivo da alteração no texto da lei (provavelmente um erro datilográfico), a conclusão de Negreiros permanece válida: a legislação mantinha em alguns de seus artigos, uma margem para negociação, embora não necessariamente por causa de qualquer exigência dos clubes e/ou entidades dirigentes. Além disso, a legislação era suficientemente vaga, em outros dos seus artigos, para permitir que aspectos subjetivos ditassem as futuras decisões do CND. Sobretudo, a partir da promulgação do Decreto Lei n. 9267 de abril de 1942,<sup>346</sup> que aprovava o regimento interno do CND. Neste último, por exemplo, constava do artigo 18º que:

As deliberações do C. N. D., que não dependerem de ato do Presidente da República ou do Ministro da Educação e Saúde ou que não importarem compromisso do Governo Federal, terão efeito a partir da publicação, no Diário Oficial, do resumo da ata de cada sessão preparado para esse fim, e poderão ser comunicadas diretamente aos interessados, pelo presidente, ou, de ordem deste, pelo secretário.<sup>347</sup>

Ocorre que, tanto o Decreto n. 3199, quanto o Decreto n. 9267, reservavam ao Presidente e ao Ministro, um número bastante restrito de situações nas quais suas participações seriam necessárias. Ao Presidente cabia basicamente a indicação dos membros do CND (artigo 2º do Decreto n. 3199); além disso, tinha poder de veto nos casos em que o CND sugerisse a extinção ou a criação de novas entidades esportivas (artigo 16º do Decreto n. 3199) e deveria aprovar o regimento interno do CND (artigo 5º do Decreto n. 3199). Ao Ministro, cabia aprovar os

---

344 BRASIL. Atos do Poder Executivo. Decreto-Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. Retificação. 18 de abril de 1941. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. p.7652 Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2248823/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-18-04-1941>>. Acesso em: 13/10/2013.

345 BRASIL. Decreto lei n. 3199...

346 BRASIL. Decreto-Lei n. 9.267, de 16 de abril de 1942. Aprova o Regimento do Conselho Nacional de Desportos (texto integral). **Senado Federal**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=1933&norma=4620>>. Acesso em: 13/10/2013.

347 *Idem*.

estatutos iniciais das confederações e federações esportivas (artigos 17º e 23º do Decreto n. 3199), coordenar os estudos para a nacionalização das expressões utilizadas no meio esportivo (artigo 45 do Decreto n. 3199) e ainda, podia convocar reuniões do CND ou presidi-las quando se encontrasse presente às mesmas (artigos 11º e 13º do Decreto n. 9267); por fim, também cabia ao Ministro a concessão de licença aos membros do Conselho (artigos 5º e 7º do Decreto n. 9267).<sup>348</sup>

Todas as demais funções do órgão ficavam a cargo dos próprios conselheiros que, embora obrigados a seguirem os preceitos gerais de ambos os decretos presidenciais, contavam com inúmeras disposições legais que lhes permitiam poderes quase absolutos sobre o campo esportivo. Por exemplo, o artigo 19º do Decreto n. 9267, que definia as funções do presidente do CND, concedia ao mesmo o poder de “[...] adotar qualquer providência de caráter inadiável, em nome do C.N.D., e submetê-la ao seu conhecimento e deliberação, na sessão imediata; [...]”.<sup>349</sup> Ou ainda, conforme o artigo 10º do mesmo decreto: “[...] intervir, por meio de agente da sua escolha, em qualquer entidade desportiva que, comprovadamente, se tenha afastado dos princípios inscritos na legislação desportiva do país; [...]”.<sup>350</sup> Mas não há qualquer definição no texto da lei do que seria uma “providência de caráter inadiável” e tanto menos, sobre como deveria ser comprovado que uma entidade esportiva houvesse, ou não, se afastado dos “princípios inscritos na legislação”.

O que este ponto específico significa é que, os conselheiros, uma vez indicados por Vargas, contavam com a confiança deste para exercerem suas funções e mesmo o Ministro da Educação e Saúde, responsável direto pelo órgão, tinha poucos poderes quanto as decisões internas do mesmo. O que se explica, provavelmente, pela nomeação de agentes políticos da confiança de Vargas. A este respeito, Eduardo Dias Manhães, segundo a entrevista realizada com João Lyra Filho, membro do primeiro CND, fornece um bom exemplo do processo de escolha dos conselheiros, quando transcreve o seguinte trecho da mesma:

O Capanema (então ministro da Educação e Saúde) foi com cinquenta nomes ao Getúlio, todos desportistas conceituados. Getúlio pegou o lápis e foi passando linha por linha, até que chegou na letra “j” e fez um risco, afirmando que nomeava aquele. Capanema perguntou pelos outros quatro. Ele disse:

348 Conforme: BRASIL. Decreto lei n. 3199... e BRASIL. Decreto lei n. 9267...

349 BRASIL. Decreto lei n. 9267...

350 *Idem*.

- O Ministro escolhe.  
Baixados os atos, Capanema voltou a Getúlio.
- Presidente, estão nomeados os cinco membros do Conselho. Cabe ao senhor indicar o presidente, de acordo com a lei.
- Indagou Getúlio:
  - Quem indiquei para o Conselho?
  - João Lyra Filho (respondeu Capanema).
  - Então está implícita a escolha do presidente (pontificou Getúlio).<sup>351</sup>

Se este era o padrão para as nomeações, conforme afirma Manhães, parece claro que os interesses e a própria política interna do campo esportivo jamais foram levados em conta. E assim sendo, clubes e entidades esportivas deixaram de ter qualquer direito a representação na instância superior do esporte nacional e a ausência desta, revelava, ainda segundo Manhães: “[...] o caráter autoritário e antidemocrático, nada liberal, da formação do CND.”<sup>352</sup> Desta forma, o autor afirma que, verificada:

[...] de um lado a extensa diversidade de poderes do órgão em questão – normativo, executivo, judicante e de controle –, de outro a definitividade conferida as suas tarefas, podendo até intervir diretamente nas entidades do desporto, [...], certifica-se que é justo esse CND, divorciado por completo das entidades desportivas, a instituição que tudo poderá de 1941 em diante no desporto brasileiro, constituindo-se no aparelho de Estado corporativizador da ordem desportiva, em nome da categoria “disciplina”.<sup>353</sup>

No entanto, considerando que os indicados eram “todos desportistas conceituados”, cada um deles carregava consigo, as ligações políticas e esportivas com as quais haviam constituído suas histórias pessoais nos campos político e esportivo. Para ilustrar este ponto, entretanto, será necessário alternar entre as escalas de observação, passando a analisar a constituição do braço regional do CND no Paraná, algo que só ocorreria em setembro de 1941, cinco meses após o Decreto n. 3199, quando Manoel Ribas fez publicar as nomeações para a composição do primeiro Conselho Regional de Desportos, que incluíam: Paula Soares, sobre quem já nos dedicamos anteriormente; José Mugiatti Sobrinho – redator da Gazeta do Povo e membro da diretoria do Coritiba; Raul Vaz – político aliado de Manoel Ribas e também membro da diretoria do Coritiba e, por fim, Francisco Albizú – dirigente de várias entidades do esporte amador paranaense e

---

351 MANHÃES. *Op. Cit.* p.38.

352 *Idem.*

353 *Ibidem.* p.39.

membro das diretorias de Curitiba e Palestra Itália.<sup>354</sup> Esta composição já era um indício de como seria organizado o órgão regional, todo ele criado em torno do principal expoente político-esportivo do Paraná durante o primeiro período Vargas: Couto Pereira.

Sem surpresa, poucos dias depois, Manoel Ribas confirmava a nomeação do major para o cargo de presidente do CRD conforme indicação do Conselho Nacional.<sup>355</sup> Por outro lado, substituía Paula Soares por Linneu Ferreira do Amaral, dirigente do Ferroviário e um dos responsáveis pela RVPrSC no Paraná.<sup>356</sup> Esta troca de última hora não mereceu qualquer explicação por parte do governo, mas, pode-se especular que Paula Soares tenha preferido, já que foi substituído “a pedido”, permanecer a frente da FPF, e do próprio Britânia, ao invés de se tornar “apenas” mais um membro do CRD, orbitando a figura de Couto Pereira.

De qualquer forma, constituído em torno de Couto Pereira e dominado por dirigentes do próprio Curitiba, o CRD reproduzia em âmbito regional, o modelo de nomeação de sua contraparte nacional, totalmente desvinculada das questões internas ao campo esportivo paranaense. Afinal, caberia perguntar: qual o motivo para que nenhum membro da diretoria do Atlético fosse indicado para o Conselho, uma vez que até mesmo o novato Ferroviário havia sido contemplado? Couto Pereira passava a ser o responsável por comandar o futebol profissional paranaense com o apoio de antigos correligionários, em sua maioria, dirigentes do seu clube, estabelecendo a hipótese de que, para os responsáveis políticos pela reorganização do campo esportivo paranaense, assim como para os responsáveis pela reorganização do campo esportivo nacional, pouco importavam os capitais políticos e simbólicos do Atlético ou de qualquer outro clube. Suas representatividades no campo esportivo, fosse o regional ou o nacional, passaram ao largo das considerações sobre qual seria a composição ideal, tanto do CND, quanto do CRD paranaense.

---

354 PARANÁ. Interventoria Federal do Estado. Decreto n. 11894, de 6 de setembro de 1941. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 2707, p. 1, 11 set. 1941.

355 PARANÁ. Interventoria Federal do Estado. Decreto n. 11968, de 25 de setembro de 1941. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 2733, p. 1, 30 set. 1941.

356 PARANÁ. Interventoria Federal do Estado. Decreto n. 11967, de 25 de setembro de 1941. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 2733, p. 1, 30 set. 1941.

De outro lado, como o próprio CND ainda não tinha suas funções regulamentadas por regimento interno, que seria publicado apenas no ano seguinte, o CRD paranaense também não se “aparelharia” até fins de 1942. Algo que fica bastante claro nos jornais do período, na documentação restante do período de Couto Pereira à frente do CRD e também, nas declarações de Claro Américo Guimarães, presidente do Atlético Paranaense, prestadas ao DOPS em agosto daquele ano. Assim, procurando entender a atuação de Couto Pereira e do CRD, bem como a de seus pares do campo esportivo, passaremos adiante, à análise deste *corpus* documental.

#### 4.1. ROTINAS ADMINISTRATIVAS DO CRD

Após a criação do CRD paranaense, em fins de 1941, o campo esportivo se encontrava comandado oficialmente pelos dois “tenentes revolucionários” de que tratamos desde o início deste trabalho: Paula Soares, que assumira a presidência da FPF e Couto Pereira, recém-empossado presidente do Conselho Regional. No entanto, muito pouco se pode dizer a respeito de sua atuação ainda naquele ano. As notas publicadas pela imprensa paranaense se resumiram a noticiar a posse dos nomeados e repercutir as congratulações oficiais aos mesmos. O *Correio do Paraná*, por exemplo, publicou apenas duas notas a respeito do CRD em 1941, ambas em outubro, uma quando ocorreu a posse oficial de Couto Pereira, na sede do governo estadual,<sup>357</sup> e outra, repercutindo uma homenagem do Curitiba ao seu presidente.<sup>358</sup>

Este silêncio entretanto, pode ser entendido como um reflexo do próprio contexto nacional. Assim como o CND ainda não se constituía completamente, sua contraparte regional também só funcionaria por completo no ano seguinte. Mesmo assim, de forma precária. Já em agosto de 1942, uma pequena nota avisava que o CRD “[...] vai se aparelhar para entrar a funcionar completamente [...]”<sup>359</sup> Um mês depois, outra nota anunciava a instalação da secretaria Conselho Regional.<sup>360</sup> Em outras palavras, a estrutura física do CRD só estaria completa cerca de um ano após

---

357 TOMOU Posse. *Correio do Paraná*. Curitiba, 10 out. 1941. p.3.

358 ALMOÇO no Restaurante Elite. *Correio do Paraná*. Curitiba, 11 out. 1941. p.6.

359 VAE se Aparelhar. *Correio do Paraná*. Curitiba, 21 ago. 1942. p.5.

360 VAI Ser Instalada. *Correio do Paraná*. Curitiba, 29 set. 1942. p.5.

a sua constituição. Por outro lado, quando considerados os documentos remanescentes do CRD deste período, percebe-se que, apesar da ausência desta estrutura, o Conselho não apenas se reunia com alguma regularidade como também, conseguira aprovar seu regimento interno em setembro de 1942.<sup>361</sup>

Neste meio tempo, destaca-se inicialmente, em meio a documentação do CRD, uma nota oficial da Federação Paranaense de Futebol, de março de 1942, em que se determina uma das primeiras intervenções diretas em entidades esportivas no Paraná. Trata-se de um texto longo, em que se procura justificar a ingerência na Liga de Futebol de Ponta Grossa (LFPG), onde, segundo o documento:

[...] as ordens partidas desta Federação, em regra, deixam de ser devidamente cumpridas, ao ponto dos seus Diretores, capciosamente, alegarem não as terem recebido, para mais tarde asseverarem em contrário, buscando outro motivo para justificar o descaso; [...]<sup>362</sup>

Este item das considerações para a intervenção, é bastante característico do modelo adotado pelas justificativas apresentadas posteriormente no mesmo, em geral, igualmente vagas. Em outras palavras, não se pretende esclarecer quais seriam as “ordens” ou como estas haviam sido “descumpridas”. Seguindo a mesma linha de argumentação, segue a nota dizendo que:

[...] desrespeitando flagrantemente as Leis civis do País, a Liga de Futebol Regional de Ponta Grossa mantém filiados CLUBES sem personalidade jurídica, como mantém, também, associações não registradas na Diretoria Geral de Educação, ferindo as Leis estaduais; [...]<sup>363</sup> (*grifo do autor*)

As considerações não se preocupavam em relacionar os clubes “sem personalidade jurídica”, nem determinar-lhes punições, apenas seguia dizendo que:

[...] como consequência dos deslizes administrativos da Liga de Futebol Regional de Ponta Grossa, [...], três dos seus principais filiados, os Clubes OPERÁRIO FERROVIÁRIO, GUARANI e OLINDA, em ofício dirigido aquela Entidade, protestaram contra as últimas eleições ali havidas, por reputarem-nas irregulares; [...]<sup>364</sup> (*grifos do autor*)

---

361 LEITE, J. B. **Ofício n. 383**. Rio de Janeiro, 28 set. 1942. Arquivo Público do Paraná. Fundo Conselho Regional de Desportos.

362 FEDERAÇÃO Paranaense de Futebol. **Nota Oficial n. 7**. Curitiba, 12 mar. 1942. Arquivo Público do Paraná. Fundo Conselho Regional de Desportos.

363 *Idem*.

364 *Ibidem*.

Neste último trecho, se estabelece uma clara hierarquia, em que “três dos principais filiados” se sobrepõem a todos os demais, sem que sejam necessárias quaisquer explicações adicionais. Trata-se explicitamente de considerar o protesto destes clubes, em detrimento das deliberações internas àquela liga. Conquanto as razões de cada lado nesta disputa não possam ser avaliadas, devido a falta de documentação auxiliar, não se pode negar que havia na nota oficial um peso diferenciado para os “grandes” clubes de Ponta Grossa em relação a própria LFPG e demais filiados. Quaisquer que houvessem sido os motivos da discórdia, estes ficavam automaticamente sobrepujados pelo capital político dos “grandes” clubes daquela região. Assim, segue a nota, afirmando que:

[...] segundo denúncia dos seus próprios filiados, a Liga de Futebol de Ponta Grossa tem realizado sessões de Assembleia Geral ilegais, com a participação de CLUBES irregularmente a ela radicados;  
 [...] desde a muito os Estatutos da Liga de Futebol Regional de Ponta Grossa exigem reforma, por não se adaptarem as exigências atuais de organizações dessa natureza, mas que a referida Entidade não os modifica deixando transparecer que faz uso dos seus vícios para fins a que não pode atingir; [...] <sup>365</sup> (*grifo do autor*)

De acordo com a nova ordem vigente, a partir da oficialização dos esportes pelo governo federal, a FPF se arvorava em interventora, supostamente, de acordo com a legislação federal. Supostamente porque, em nenhum momento, o extenso documento se refere a qualquer deliberação do CRD ou do CND e nem mesmo, às disposições legais do Decreto n. 3199. Provavelmente, porque não considerava necessário. Se haviam desavenças no futebol ponta grossense e a principal função das entidades esportivas era a de zelar pela “disciplina”, para resolver o problema, bastava um ato administrativo, sem a necessidade de explicações adicionais. Por outro lado, uma das considerações seguintes, é talvez, a mais significativa, afirmando que os dirigentes da LFPG: [...] nas suas constantes demonstrações de hostilidade a esta Federação, submetem o seu representante naquela cidade a contínuos vexames e a seguidas desconsiderações; [...]. <sup>366</sup>

---

365 FEDERAÇÃO Paranaense de Futebol. **Nota Oficial n. 7.** Curitiba, 12 mar. 1942. Arquivo Público do Paraná. Fundo Conselho Regional de Desportos.

366 *Idem.*

Como não havia espaço para discordâncias, acertadas ou não, as determinações da FPF, respaldadas pelo CRD, deviam ser cumpridas e assim sendo, considerando que os três principais clubes da região se colocavam favoravelmente, a FPF resolvia:

[...] Entregar a Administração da Liga de Futebol Regional de Ponta Grossa, [...] a uma comissão presidida pelo esportista tenente RAGADAZIO ROMULO SILVA e integrada pelos esportistas senhores JEAN BOREL DU VERNAY e JAYME GUSMAN, devendo a precipitada comissão entrar imediatamente em atividade e podendo nomear, para o desempenho da sua missão, os auxiliares de que necessitar; [...] <sup>367</sup> (*grifos do autor*)

Dos três interventores citados, um era militar e os demais, jornalistas e cronistas esportivos do *Diário dos Campos*,<sup>368</sup> principal jornal da região, associado à *Gazeta do Povo* de Curitiba. Periódico este que, neste momento, tinha como um de seus principais redatores José Muggiati Sobrinho, membro do CRD e vice presidente da FPF. Justamente o autor da nota oficial da FPF, na categoria de vice presidente em exercício. Ou seja, o padrão de nomeações a que aludimos anteriormente, em concordância com o estudo de Manhães, se reproduzia na esfera regional. E uma vez nomeados, os membros da “comissão” que deveria gerir o futebol de Ponta Grossa passavam a contar com a confiança do interventor, como fica claro na resolução de:

[...] Atribuir a Comissão Administrativa da Liga de Futebol Regional de Ponta Grossa, **amplos poderes ilimitados** para reorganizá-la, reformando, submetendo a aprovação desta Federação e fazendo entrar em vigor, tão logo seja possível os seus Estatutos, assim como adotando todas as medidas necessárias para a normalização do Futebol Pontagrossense; [...] <sup>369</sup> (*grifo nosso*)

Embora as reais motivações da intervenção não fiquem claras neste documento, o episódio ocorrido em Ponta Grossa é revelador do *modus operandi* do CRD. Além disso, confrontando este texto com os escritos de Francisco Genaro Cardoso, torna-se possível inferir quais teriam sido os motivos para a intervenção. Segundo o cronista, no início de 1942:

367 FEDERAÇÃO Paranaense de Futebol. **Nota Oficial n. 7**. Curitiba, 12 mar. 1942. Arquivo Público do Paraná. Fundo Conselho Regional de Desportos.

368 DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 1942.

369 FEDERAÇÃO Paranaense de Futebol. **Nota Oficial n. 7**. Curitiba, 12 mar. 1942. Arquivo Público do Paraná. Fundo Conselho Regional de Desportos.

A fim de evitar possíveis opositores para a reeleição da Diretoria da F.P.F., com sua costumeira habilidade política, dr. Francisco Paula Soares Neto insinua ao pres. Do Coritiba F.C. E do C.R.D., Antônio Couto Pereira, a necessidade de uma prévia que servisse para consolidar a reeleição dos diretores da “máter”.

O maioral coritibano desincumbiu-se da missão e foi mais longe. Convocou uma reunião do Conselho dos Presidentes das agremiações filiadas, como presidente do C.R.D., anotada em a noite (*sic*) de 22 de janeiro.

Posto o assunto em pauta, as próximas eleições da F.P.F., resolveram os presidentes, [...], assinar um protocolo nos seguintes termos:

1 – a reeleição do dr. Francisco Paula Soares Neto, para o cargo de Presidente e o dr. José Muggiati Sobrinho para o cargo de Vice-Presidente; [...]

3 – que se obrigam todos os Presidentes abaixo assinados, a comparecer à Assembleia Geral Ordinária, convocada para o dia 26 e elegerem os candidatos acima mencionados;

4 – quanto ao voto para o nome indicado para Vice-Presidente, houve restrições por parte Representante da Liga Regional de Ponta Grossa.<sup>370</sup>

Dos sete principais clubes de Curitiba, apenas o Atlético Paranaense não estava presente e a única representação do interior era justamente a Liga de Futebol de Ponta Grossa, cuja única objeção, se dava justamente ao nome indicado para a vice presidência: José Muggiati Sobrinho.

De outro lado, ao CRD não cabia apenas “intervir” ou “disciplinar”, mas também, incentivar os esportes concedendo às entidades esportivas, de acordo com a legislação federal, eventuais subvenções conforme aquelas pudessem ser enquadradas como entidades de “utilidade pública” de acordo com o Decreto Lei n. 527, que rezava em seu artigo 5º:

A subvenção federal será concedida às instituições culturais que tenham por objetivo:

[...]

g) a organização da juventude;

h) a educação cívica;

i) a educação física;

j) a recreação.<sup>371</sup>

A rigor, qualquer clube de futebol se enquadrava uma ou mais das alíneas citadas, mas, no período aqui analisado, apenas o Coritiba do Major Couto Pereira recebeu a referida subvenção.<sup>372</sup> No relatório enviado ao CRD, afirmava o clube que:

370 CARDOSO. **História...** p.110.

371 BRASIL. Decreto-Lei n. 527, de 1º de julho de 1938. Regula a cooperação financeira da União com as entidades privadas, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde. **Senado Federal**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=74476&norma=100873>>. Acesso em: 13/10/2013.

372 Após outubro de 1943, com a saída de Couto Pereira do CRD, outros clubes receberam subvenção federal, mas, até aquele momento, o único registro oficial de subvenção constante dos arquivos do CRD se refere ao

Os seus objetivos, desde o início foram a educação e desenvolvimento cívico e físico dos seus associados, pelo ensino dos seus princípios e regras, e pela prática dos esportes apropriados a esses fins, entre os quais se destacam o futebol e a educação física. A esse tempo, eram estes esportes quasi desconhecidos nesta Capital, como muito pouco eram praticados no País. Dadas, porém, as reais vantagens desses esportes, tanto para aqueles fins, quanto para o intercâmbio social e cultural, [...] impunha-se o seu conhecimento, divulgação e prática [...].<sup>373</sup>

Como se vê, todos os argumentos apresentados poderiam perfeitamente ser aplicados aos demais clubes de futebol da cidade, no entanto, fosse por desconhecimento da possibilidade de obtenção de recursos federais, fosse por qualquer outra dificuldade de obtê-los, apenas o Coritiba apresentou um pedido formal. Poucos meses depois, a Gazeta do Povo, já contando com Francisco Genaro Cardoso em seu corpo redatorial, foi o único jornal curitibano a noticiar o fato, reproduzindo em suas páginas esportivas o texto integral do parecer favorável emitido por João Lyra Filho em nome do CND.<sup>374</sup> Dividido em itens, o texto apresentava como justificativas para a concessão da subvenção (entre outras):

- a) a necessidade de pagamento das dívidas do clube (item 4)
- b) o fato do presidente do clube ser Couto Pereira (item 5)
- c) a utilidade pública da Escola de Instrução Militar 321 (item 10)
- d) a necessidade de quitação da iluminação do estádio (item 13)
- e) o déficit anual de 70 contos de réis (com base em 1941) (item 16)
- f) os atestados oficiais de “benemerência pública” (item 17)
- g) o fato de Lyra Filho ter conhecido o clube pessoalmente (item 19)<sup>375</sup>

Além desta subvenção ao Coritiba,<sup>376</sup> justificada da forma mencionada acima, a única outra entidade regional beneficiada, segundo os indícios disponíveis, foi a própria FPF. Fato que rendeu uma coluna na Gazeta naquele mesmo mês, embora não tenha sido possível encontrar a documentação referente nos arquivos do CRD.

---

Coritiba.

373 CORITIBA Foot Ball Club. **Ao Conselho Regional de Desportes**. Curitiba, 24 abr. 1942. Arquivo Público do Paraná. Fundo Conselho Regional de Desportes.

374 APROVADO pelo C.N.D. Um Parecer do Conselheiro João Lyra Filho. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 15 jul. 1942. p.5.

375 *Idem*.

376 O valor da subvenção não consta em nenhum documento oficial e não há sequer especulações na imprensa da época em que possamos nos basear, no entanto, é bastante razoável supor que o valor fosse proporcional as dívidas contraídas pelo clube.

Segundo a coluna, a temporada de 1942 vinha sendo a mais rentável da história do futebol paranaense e “[...] as entidades regionais foram beneficiadas com subvenções apreciáveis. A situação da máter é das mais lisonjeiras.”<sup>377</sup> Máter, bem entendido, era o termo comumente usado pelos cronistas, em referência a federação local.

Por coincidência, o intervalo compreendido entre meados de 1941 e meados de 1942, também corresponde ao período em que se realizou pela primeira vez, uma disputa de finais estaduais diretas entre Atlético e Coritiba, o que contribuiu diretamente para que as rendas da temporada fossem elevadas. O Coritiba, vencedor daquelas finais, se tornou o campeão de 1941. Além disso, o clube dominava politicamente o campo esportivo paranaense, através da presença de Couto Pereira no CRD e contava com aliados na FPF, que se tornara um braço executivo do Conselho Regional. Mais ainda, através de subvenções federais, conseguira equilibrar as contas do clube e alavancar a construção de sua sede social, além de cumprir os compromissos assumidos com a iluminação de sua praça de esportes: o estádio Belfort Duarte.<sup>378</sup>

Também por coincidência, este período corresponde ao momento em que o Brasil, abandonando a “política pendular” de Vargas,<sup>379</sup> diante dos afundamentos de navios mercantes brasileiros, resolveu romper relações com os países do Eixo e, por consequência, em agosto de 1942, declarar-lhes guerra. Embora este fato pareça ter pouca importância para o tema aqui em análise, em realidade, é necessário lembrar que as experiências individuais, os sentimentos despertados em situações extremas como a de uma declaração de guerra, tem necessariamente um impacto difícil de mensurar com a distância que o tempo impõe aos pesquisadores. Segundo Roseli Boschilia:

---

377 A ELOQUENCIA das Cifras. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 22 jul. 1942. p.4.

378 CORITIBA Foot Ball Club. **Ao Conselho Regional de Desportes**. Curitiba, 24 abr. 1942. Arquivo Público do Paraná. Fundo Conselho Regional de Desportes.

379 A chamada “política pendular” faz referência a orientação diplomática brasileira, pendendo ora às nações Aliadas, ora aos países do Eixo durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial. Conforme a guerra se intensificava para além do continente europeu, entretanto, Vargas se veria obrigado a escolher entre os lados beligerantes o que resultou, numa gradual aproximação com os Estados Unidos, também impulsionada pela estratégia nazista de afundar indiscriminadamente, navios mercantes de nações oficialmente neutras.

A situação brasileira durante os anos de guerra e as interferências ocorridas no campo econômico, político e social têm sido objeto de estudo de sociólogos, historiadores e cientistas políticos, de modo genérico, sendo, porém, pouco exploradas situações mais específicas.

Em Curitiba, como em todo o Sul do Brasil, com o grande número de imigrantes (e seus descendentes) dos países do Eixo, a experiência da guerra transformou a vida das pessoas, deixando lembranças diferenciadas para cada grupo da população.<sup>380</sup>

De fato, a Segunda Guerra Mundial cobrou seu preço ao campo esportivo paranaense. Em primeiro lugar, considerando que muitos atletas eram também militares, ou ao menos, jovens encarados pela sociedade como possíveis defensores da “raça brasileira”, vários deles foram convocados para compor a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Embora, não seja possível nomear todos, Machado cita alguns deles:

Muitos jogadores do futebol paranaense participaram da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que entreviu na Itália, durante a guerra, destacando-se os seguintes: Neno e Alteviro do Curitiba, Viana, Mozart e Evandro do Atlético, Roberto do Comercial, Albino do Juventus, Sargento Pereira Campos e Odimar do Britânia e alguns da Suburbana.<sup>381</sup>

De outro lado, em seu aspecto mais perceptível, a guerra, exigiu a mudança de denominações de clubes como o Savóia que, de acordo com as determinações de nacionalização das entidades esportivas tidas como estrangeiras pelo CRD, passou a se chamar, primeiro, Brasil Esporte Clube e depois, Água Verde Esporte Clube. O fato do clube ter escolhido, inicialmente, o nome “Brasil” deu motivos ao CRD para uma consulta ao CND sobre a possibilidade de se proibir a utilização do nome da Nação por qualquer clube esportivo, ao que obteve resposta negativa do órgão nacional. No parecer emitido pelo CND, consta que:

[...], tendo em conta que a medida só teria alcance se fosse de ordem geral, produzindo efeito em todos os ângulos de atividade pública. Neste caso, o C.N.D. seria incompetente para ditar recomendações. Muito mais pernicioso, sem dúvida, é a repercussão do nome que prezamos, acima de todos, em função de empresas de comércio ou indústria, levadas a situações de precariedade moral. A verdade é que a ação isolada do C.N.D. Seria desestimada por aqueles que, tanto como os que participam de atividades industriais ou comerciais, também desejam homenagear o nome “Brasil”.<sup>382</sup>

380 BOSCHILIA, R. O Cotidiano de Curitiba Durante a Segunda Guerra Mundial. **Boletim Informativo** [da] Casa Romário Martins. Curitiba, v. 22, n. 107, 1995. 67 p. p.v.

381 MACHADO. *Op. Cit.* p.115.

382 LYRA FILHO, J. **Parecer n. 264**. Rio de Janeiro, 16 set. 1943. Arquivo Público do Paraná. Fundo Conselho

Ou seja, o CND se solidarizava com o pedido de proibição, e possivelmente, o teria atendido não fosse o fato de sua atuação legal estar restrita ao campo esportivo. Processo semelhante ocorreu com outro clube de origem italiana na capital paranaense, o Palestra Itália. Este último, em carta de fevereiro de 1942, dirigida ao CRD, afirmava que:

[...] atendendo incontinenti às justas deliberações [do CRD], este clube adaptou-se prontamente e com satisfação às circunstâncias do momento, ao mesmo tempo que, no novo nome escolhido, procurou homenagear o nosso Estado, ao qual o Palestra se acha ligado por mais de quatro lustros de atividades ininterruptas.

Em obediência ainda às determinações desse alto órgão esportivo, o Palestra Paranaense obteve a demissão dos 2 únicos diretores não brasileiros natos, subditos de países do eixo, passando a ser dirigido por elementos nacionais, com exceção de 2 naturais de Portugal, [...].<sup>383</sup>

Como se vê, este clube não abria mão do nome “Palestra”, embora substituísse o termo “Itália” por “Paranaense”. Porém, neste caso específico, o termo “Palestra” não sobreviveu um único mês sequer, passando o clube a denominar-se oficialmente Paranaense Futebol Clube, designação que seria mudada cerca de um ano depois para Clube Atlético Comercial.<sup>384</sup> Além disso, também fica claro no trecho acima citado, que indivíduos não naturalizados, foram sumariamente excluídos do corpo dirigente daquela entidade esportiva. Isso, antes mesmo da declaração formal de guerra aos países do Eixo.

De fato, o processo de “nacionalização” de entidades culturais e esportivas ocorreu em todo o país e se encontra bem documentado, tanto em obras memorialísticas quanto em pesquisas acadêmicas, sendo o caso do Palestra Itália de São Paulo, por exemplo, um dos mais conhecidos.<sup>385</sup> Mas, para além destas intervenções, mais facilmente perceptíveis na documentação da época e rememoradas alhures pelos cronistas esportivos,<sup>386</sup> existiram outras, menos lembradas, ou simplesmente esquecidas.

---

Regional de Desportos.

383 PALESTRA Paranaense. **Ao Conselho Regional de Desportos**. Curitiba, 4 fev. 1942. Arquivo Público do Paraná. Fundo Conselho Regional de Desportos.

384 CLUBE Atlético Comercial. **Ao Conselho Regional de Desportos**. Curitiba, 28 abr. 1942. Arquivo Público do Paraná. Fundo Conselho Regional de Desportos.

385 A respeito, ver: SALUN, A. O. **Palestra Itália e Corinthians**: quinta coluna ou tudo buona gente? Tese (Doutorado em História) – Departamento de História. USP, São Paulo, 2008.

386 Estas mudanças de designações de entidades esportivas constituem o aspecto mais lembrado acerca do mesmo período no Paraná, tanto em: CARDOSO. **História...**; quanto em: MACHADO. *Op. Cit.*

Esquecidas porque, dentro do espírito nacionalista, próprio do Estado Novo, seria de se esperar que clubes sociais e esportivos, de características marcadamente imigrantes, fossem alvo de algum tipo de perseguição, entretanto, outros clubes, cuja formação imigrante é menos rememorada, também sofreram perseguições. Esta foi a percepção do estudo de Salun sobre o Palestra Itália de São Paulo. Um trabalho que começou pela busca dos sentidos da intervenção no Palmeiras e terminou por descobrir uma outra intervenção, no Corinthians, mais atentamente acompanhada pelo DOPS (de acordo com o volume de documentos à ela relacionados). Assim, Salun termina concluindo que: “[...] isso implica uma realidade que foi minimizada, em que os estereótipos da rivalidade emergem para negar uma gênese comum, popular e imigrante, [...]”.<sup>387</sup>

No entanto, esta digressão pelo campo esportivo paulista, cumpre aqui a função de ressaltar que, assim como no caso paulista, os clubes paranaenses também eram, em sua maioria, compostos por grande número de imigrantes e descendentes. Clubes como o Coritiba, Savóia, Palestra e Junak (Juventus), eram, nos termos de Barth, “eticamente marcados”,<sup>388</sup> enquanto Atlético, Ferroviário e Britânia, por maior que fosse o número de imigrantes ou descendentes em suas fileiras, passassem por “brasileiros”.<sup>389</sup> Assim sendo, o ambiente esportivo paranaense se encontrava em vias de uma “explosão”. Possivelmente, nem tanto em função das ingerências do CRD, ou ao menos, não apenas em função delas, mas, sobretudo, em função de uma confluência de fatores.

Tinha-se que, de um lado, o projeto de oficialização dos esportes havia finalmente saído do papel, porém, o efeito prático desta medida não levava em consideração os anseios de todos os clubes e/ou entidades dirigentes. De outro, juntaram-se ao contexto esportivo, fatores externos de difícil manejo político. Começando pelas escolhas políticas para a composição dos Conselhos, Nacional e Regional, passando pela declaração de guerra e finalmente, chegando aos contextos regionais específicos, que, no caso paranaense, opunha os dois principais clubes do estado, tanto esportiva, quanto politicamente.

---

387 SALUN. *Op. Cit.* p.259.

388 A respeito, ver: POUTIGNAT, P. Teorias da Etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 2011.

389 Constatam da obra de José Buseti Mori, sobre os clubes de futebol no Paraná, estas mesmas distinções étnicas. Conforme: MORI. *Op. Cit.*

Enquanto o Coritiba, respaldado pelo poder conferido aos “tenentes revolucionários”, encontrava-se em situação privilegiada, o Atlético, contando com um presidente que representava a elite republicana do início do século, se encontrava em posição de inferioridade política relativamente ao campo esportivo. Neste contexto, as questões identitárias, sociais e políticas resultantes das contradições da sociedade brasileira se faziam representar no embate travado entre os dois principais rivais esportivos do estado. É a este ponto que nos voltaremos a seguir, procurando entender o processo pelo qual Claro Américo Guimarães tentou se opor as determinações do CRD, apoiado pelo capital simbólico do Atlético Paranaense, bem como, entender os motivos pelos quais, a intervenção naquele clube, levada a cabo entre agosto e setembro de 1942, desapareceu nas entrelinhas das memórias do futebol paranaense.

#### 4.2. O “DIA D” DE CLARO AMÉRICO GUIMARÃES

O presidente do Atlético Paranaense em 1942 era Claro Américo Guimarães, neto do Visconde de Nácar e filho de Joaquim Américo Guimarães, primeiro presidente do clube. Em sua genealogia encontram-se inúmeros nomes ligados à história do Atlético Paranaense e também, da produção e exportação da erva mate e por fim, da política paranaense.<sup>390</sup> Claro Américo estudou em Buenos Aires, onde conheceu o historiador Temístocles Linhares. Já em Curitiba, ambos faziam parte de um grupo que Linhares intitulava “Patrulheiros da Madrugada”, em sua maioria, jovens bacharéis, jornalistas e boêmios que se dispunham a debater “assuntos sem solução” madrugada adentro, nos bares da cidade provinciana do início dos anos 1940. Além disso, Linhares se refere a ele como um: “[...] tabelião [...], vítima de cassação de seu cargo pelos sequazes da ditadura getuliana, [...]”.<sup>391</sup>

De fato, segundo as atas da Comissão de Sindicância do Paraná, instituída em 1931, Claro Américo foi autuado pelo então Interventor Mário Tourinho, pela sua participação, como tabelião, no processo eleitoral de 1930.<sup>392</sup> Embora as atas não

---

<sup>390</sup> Para a reconstituição da trajetória de sua família nos baseamos em: COSTA. **História...** e; OLIVEIRA. *Op. Cit.*

<sup>391</sup> LINHARES. *Op. cit.* p. xv-xvi.

<sup>392</sup> COMISSÃO DE SINDICÂNCIA DA INTERVENTORIA FEDERAL DO PARANÁ. Curitiba, 1931.

estejam completas, é possível saber que o julgamento do mérito foi lento, e mesmo tendo sido afastado do tabelionato, terminou por ser perdoado em meio ao processo de substituição de Mario Tourinho por Manoel Ribas. No ambiente político de apaziguamento da oposição aos Tourinhos (conforme vimos no item 2.2), os membros das antigas oligarquias locais, incluindo o próprio Presidente do Estado do Paraná, deposto pela Revolução, acabaram reinseridos nos meandros da política estadual. O Correio do Paraná, enquanto órgão oficial do partido dos Tourinhos e de Couto Pereira, fez referência ao fato em 1932:

Na junta de Sancções existem pendentes de julgamento os processos dos Srs. Munhoz da Rocha, Moreira Garcez, Vitor Batista e Claro Américo Guimarães.

Em todos eles verificaram-se crimes praticados por esses ex-funcionários do Estado.

O Sr. Manoel Ribas assumindo a Interventoria, os membros da Comissão Central de Sindicância exoneraram-se e o Sr. Manoel Ribas não nomeou substitutos, sobre-estando no funcionamento da Comissão e andamento dos processos.<sup>393</sup>

Naquele mesmo mês, outro editorial do Correio, foi ainda mais claro quanto ao caso, afirmando que: “Tivemos o desprazer de ler [...], o decreto com que o Interventor Federal deste Estado, [...], reintegrou no cargo de Tabelião [...], o sr. Claro Américo Guimarães, o veículo da fraude eleitoral [...]”.<sup>394</sup> E continuava:

Nós que vimos quantas vezes de mãos armadas o serventuário reintegrado, rebelou-se contra os aliancistas, a ponto de tentar contra a vida de um dos nossos companheiros, quando procurava o seu título, em seu cartório, para votar na Aliança Liberal; nós que vimos o serventuário reintegrado de fusil em punho, nesta cidade, em outubro [...] de 1930, defendendo as hostes policiais do seu tio Afonso Camargo, sentimo-nos na obrigação de levar o nosso voto de censuras profundas ao ato do Interventor Federal, pedindo a Deus contritamente, que ele usando das atribuições que a lei lhe confere não resolva reintegrar na alta magistratura do Paraná o Presidente deposto, Dr. Afonso de Camargo.<sup>395</sup>

Na documentação oficial, nada há que comprove as acusações publicadas pelo Correio, no entanto, considerando que o processo eleitoral de 1930, foi marcado pela fraude de ambos os lados,<sup>396</sup> é razoável supor que Claro Américo fizesse parte do esquema ao lado do Partido de seu tio, alinhado ao paulista Julio

393 PELA ORDEM Legal da Revolução. **Correio do Paraná**. Curitiba, 14 abr. 1932. p.1.

394 PARTIDO Liberal Paranaense. **Correio do Paraná**. Curitiba, 26 abr. 1932. p.3.

395 *Idem*.

396 Conforme: FAUSTO. **História...**

Prestes. Quanto à defesa “armada” das “hostes policiais” de Afonso Camargo, pouco se pode dizer. Afinal, estando a Revolução em andamento, seria igualmente razoável imaginar que ambos os lados estivessem “armados”.

De qualquer forma, após 1932, Claro Américo desaparece do noticiário local, ao menos até 1940, quando assume a presidência do Atlético, cargo que deveria ocupar até o final de 1942. Neste último ano, entretanto, ocorreram sérias disputas na Liga de Futebol de Ponta Grossa (LFPG) tendo a FPF e o CRD, presidido por Couto Pereira, nomeado uma comissão interventora para a mesma, conforme vimos no item anterior. Naquele ambiente intervencionista, em que a formatação de origem liberal do campo esportivo se desmantelava, o Guarani de Ponta Grossa, que havia apoiado a intervenção na LFPG, passava, poucos meses depois da mesma, a ser alvo das perseguições do CRD e FPF.

Como de hábito, os motivos do descontentamento do Guarani, ou mesmo, do CRD para punir o clube, não transparecem na imprensa da época e a documentação referente ao assunto, se existiu, desapareceu do arquivo do CRD. Restou apenas a nota oficial do CRD, publicada na *Gazeta do Povo*, em agosto daquele ano, afirmando que a punição visava: “[...] manter inatacáveis os princípios de disciplina que o grêmio bugrino pretende ferir [...]”. A seguir, dizia que o CRD e a FPF estavam “[...] determinados a cortar pela raiz qualquer exteriorização de rebeldia dos seus filiados, [...]”, mas não explica em que consistia essa rebeldia. Assim, o clube era punido diretamente pelas entidades, a partir da acusação de “gerar a discórdia”.<sup>397</sup>

Quais fossem os motivos reais, o Guarani havia sido punido com a suspensão de suas atividades, sendo afastado das disputas esportivas de qualquer natureza. Em função do ocorrido, o Atlético Paranaense, enviou ao clube de Ponta Grossa, um telegrama oficial, prestando solidariedade:

Lamentamos ocorrência que motivou afastamento Guarani atividades esportivas vítima da politicagem que vem anarquizando futebol paranaense sob a direção de falsos esportistas mestiços e adventícios pt Saudações Clube Atlético Paranaense.<sup>398</sup>

---

397 APROVADA a suspensão do Guarani. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 13 ago. 1942. p.2.

398 GUIMARÃES, D. [Telegrama]. Curitiba, 15 ago. 1942. Arquivo Público do Paraná. Série pastas temáticas D.O.P.S.

Pouco depois de enviado, este telegrama foi publicado pelo *Diário dos Campos* de Ponta Grossa, órgão ligado a José Mugiatti Sobrinho, vice presidente da FPF e membro do CRD.<sup>399</sup> Os comentários daquele jornal, repercutiram na capital, ampliando seu efeito na esfera pública. O que era uma comunicação entre duas diretorias que se opunham a nova ordem desportiva sob o comando de Couto Pereira, se transformou em crise política. Cardoso, comentando o caso em seu livro de 1975, afirma que o Atlético:

[...] que vinha igualmente em aberta oposição aos mentores da Federação, aproveita-se (*sic*) do impasse e solidariza-se com o mandatário princezino, inclusive com termos injuriosos contra os diretores da Federação Paranaense, publicados em órgãos da imprensa. Foi também punido com suspensão de 90 dias!<sup>400</sup>

No entanto, entre a punição ao Guarani e a que receberia o Atlético, sobretudo em função do capital simbólico deste último, existia grande diferença. Intervir na LFPG ou mesmo em clubes menores do estado, por maiores que fossem as resistências, era bem mais simples que intervir em, ou punir, um clube como o Atlético, sobretudo, em função de suas ligações políticas no interior do campo esportivo. Justamente por este motivo, o que se seguiu à publicação do telegrama em Ponta Grossa, foi uma sequência de notas oficiais e colunas repercutindo a disputa política que então ocorria. Como consequência da agitação em torno do tema, o assunto chegou ao DOPS que registraria as declarações de Claro Américo Guimarães a respeito. Nestas, o tabelião perseguido pela Revolução, discorria sobre um emaranhado de questões esportivas e políticas, começando por explicar sua presença na Delegacia de Ordem Política e Social:

O telegrama enviado, pelo Clube Atlético Paranaense, ao Guarani S. Clube de Ponta Grossa, não conduziu nenhum intuito preconcebido ou intencional de ferir melindres de quem quer que seja, naquela cidade, e não levou autorização para ser divulgado ou exibido.<sup>401</sup>

399 PRECONCEITOS de Raça e Regionalismos. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 16 ago. 1942. p.4.

400 CARDOSO. **História...** p.112.

401 GUIMARÃES, C. A. **Declarações do presidente do Clube Atlético Paranaense**. Curitiba, 19 ago. 1942. Arquivo Público do Paraná. Série pastas temáticas D.O.P.S. p.1.

Claro Américo evidenciava, desde o início, que toda a celeuma criada, referia-se a uma questão de caráter privado, envolvendo ambas as diretorias, de Atlético e Guarani. Porém, o presidente atleticano, fez questão de explicar porque se solidarizara com o Guarani:

[...], há em todos os setores da atividade esportiva um espírito dominante de desagregação e degenerescência, que vem anulando todos os esforços úteis empregados no seu desenvolvimento. [...] Fazem parte das entidades dirigentes – Conselho Regional de Desportos e Federação Paranaense de Futebol – pessoas que parecem adotar os processos nazistas e dão a impressão de estar executando o programa de dissolução dos valores componentes da sociedade, confeccionado no catecismo político do Dr. Goebels.<sup>402</sup>

O recado era claramente direcionado a Couto Pereira e Paula Soares. Estes, no entender de Claro Américo, decidiam em nome do campo esportivo como “ditadores”. Para fundamentar seu ponto de vista, o presidente do Atlético cita cinco casos específicos, com a função de exemplificar a atuação dos “tenentes revolucionários”. Primeiro, diz que: “[...] a liga de tiro vinha cumprindo o seu programa de ação, instalada, gratuitamente, na sede do Clube Atlético Paranaense quando, sem explicação plausível, foi, no seu seio, implantada a discórdia [...]”<sup>403</sup> O objetivo, segundo Claro Américo, era o de substituir o comando da liga por Francisco Albizu, membro do Conselho Regional de Desportos, que uma vez empossado: “[...] nada mais tem feito de prático no cumprimento de suas finalidades.”<sup>404</sup>

Em realidade, ao longo de 1942, as linhas de tiro em Curitiba, foram sendo fechadas pelo DOPS. Ainda em janeiro daquele ano, um agente do órgão oficiava ao delegado do mesmo:

De acordo com as determinações de V.S., em data de ontem na companhia dos auxiliares desta secção, visitei os stands de tiro ao alvo civil das seguintes sociedades: Curitiba, Graciosa Country e Juventus, tendo apreendido da primeira, 14 armas, da segunda 8 e 3 caixas de balas calb. 22 e da terceira 2 espingardas.<sup>405</sup>

---

402 GUIMARÃES, C. A. **Declarações do presidente do Clube Atlético Paranaense**. Curitiba, 19 ago. 1942.

Arquivo Público do Paraná. Série pastas temáticas D.O.P.S. p.2.

403 *Idem*. p.1.

404 *Ibidem*.

405 QUEIROZ, E. **Edifício**. Curitiba, 26 jan. 1942. Arquivo Público do Paraná. Série pastas temáticas D.O.P.S.

Os *stands* de tiro, principalmente aqueles de sociedades civis de origem imigrante, foram fechados de acordo com as determinações do governo federal. Apenas no final daquele mesmo ano, a determinação seria revista, segundo ofício da Confederação Brasileira de Caça e Tiro, que reproduzia nova decisão do CND:

[...] apreciando devidamente a situação criada aos súditos dos países do eixo, em face da deliberação anteriormente tomada, proibindo-lhes quaisquer atividades sociais ou desportivas em clubes, aprovou o parecer do Cons. Tte Cel. José de Lima Figueiredo, permitindo-lhes a pratica das mencionadas atividades. [...] Pelo mesmo parecer foi conferida competência aos Conselhos Regionais, nos Estados, para eliminação sumaria daqueles que, por palavras ou atos perfeitamente testemunhados, se tornarem indignos deste favor, [...].<sup>406</sup>

No momento em que Claro Américo prestava suas declarações, entretanto, a liga de tiro se encontrava sob intervenção. E considerando que as linhas de tiro estavam, em sua maioria, fechadas, seria difícil a Albizu ou a qualquer outro presidente, fazer qualquer “coisa de útil”. De outro lado, evidencia-se a principal motivação para aquela intervenção específica: a de se controlar a participação de súditos do eixo em atividades esportivas. Este tema específico, estava presente, direta e indiretamente, em todas as passagens das declarações de Claro Américo. O segundo exemplo da atuação do CRD, na perspectiva do presidente atleticano, também evidenciava os “súditos do eixo”. Desta vez, em referência as disputas finais do campeonato de basquete de 1941, que deveriam ser realizadas entre Curitiba e Atlético:

Depois de estar marcada a data para a realização da partida final e decisiva do campeonato, o presidente do Curitiba Futebol Clube, que é também presidente do Conselho Regional de Desportos, sabendo que o nosso melhor jogador Tenente Celso Meyer entrará em férias, para gozá-la com sua família, no Rio de Janeiro, requereu o adiamento do jogo, mas não conseguiu o seu intento, apesar de contar, na assembleia realizada, com o **voto incondicional de dois alemães ou descendentes de alemães, falando mal o idioma nacional e de um representante do Palestra Itália** que fez o presidente do Conselho Nacional (*sic*) de Desportos? Passou a enviar interpelações orais e escritas ao presidente da entidade até que se consumasse a renúncia deste, sendo eleitos para os cargos de presidente e vice-presidente o mesmo Francisco Albizu e Francisco Cardoso, do corpo redatorial da Gazeta do Povo.<sup>407</sup> (*grifo nosso*)

406 BRAGA, A. **Ao Sr. Capitão Osny Caldeira**. Rio de Janeiro, 16 nov. 1942. Arquivo Público do Paraná. Série pastas temáticas D.O.P.S.

407 GUIMARÃES, C. A. **Declarações do presidente do Clube Atlético Paranaense**. Curitiba, 19 ago. 1942. Arquivo Público do Paraná. Série pastas temáticas D.O.P.S. p.1-2.

Claro Américo procurava explicar que, aos poucos, o CRD estava substituindo toda a estrutura administrativa do esporte paranaense, por conselheiros do mesmo órgão, ou ainda, na falta destes, por correligionários, como Francisco Genaro Cardoso, redator da *Gazeta*.<sup>408</sup> Além disso, insinuava que Couto Pereira se aproveitava de imigrantes ou descendentes que, “falando mal o idioma nacional”, serviam ao propósito de aprovar suas propostas nas assembleias esportivas. Como toda a estrutura do campo esportivo paranaense havia sido constituída sobre princípios liberais, o choque entre estes e os ideais de modernização que levavam a centralização de poderes, resultava na indignação de Claro Américo frente a presença de “súditos do Eixo” nas atividades esportivas, sendo que:

Cinco dos sete presidentes que compunham o conselho decidiram não mais permitir que súditos das nações agressoras, tomassem parte em jogos oficiais, enquanto o Brasil estivesse de relações cortadas com as potências do Eixo, levando em conta que futebolistas brasileiros estão abandonando a prática dos esportes oficiais, para atender ao chamamento da pátria, neste momento decisivo para a história do mundo.<sup>409</sup>

O Conselho ao qual Claro Américo se refere, é o Conselho Supremo, composto pelos sete principais clubes de Curitiba.<sup>410</sup> Este, ao menos em tese, mantinha o poder de imposição ou veto sobre qualquer assunto referente aos esportes paranaenses. Na prática, a partir da criação do CRD, a instância administrativa da FPF cedeu lugar a centralização de Paula Soares. Conseqüentemente, a FPF não impediria a participação de “súditos do Eixo” simplesmente porque o Conselho Supremo o exigia. A FPF, na figura de Paula Soares não se reportava aquele, mas, ao CND em última instância. Ainda que este último, houvesse, naquele mesmo ano, proibido a participação de “súditos do Eixo” em atividades esportivas. No conturbado contexto político em função da Guerra Mundial, as contradições se tornavam evidentes e assim, continua Claro Américo:

---

408 Entre 1939 e 1942, Cardoso foi, também, redator da *Gazeta Esportiva*. Primeiro jornal curitibano de que se tem notícia, exclusivamente dedicado ao esporte. Editado semanalmente pela *Gazeta do Povo*.

409 GUIMARÃES, C. A. **Declarações do presidente do Clube Atlético Paranaense**. Curitiba, 19 ago. 1942. Arquivo Público do Paraná. Série pastas temáticas D.O.P.S. p.2.

410 Atlético, Curitiba, Ferroviário, Savóia, Juventus, Palestra Itália e Britânia.

Um único alemão, cujo nome não me ocorre agora, milita do quadro principal do Curitiba F. C. A Federação Paranaense de Futebol subvertendo a ordem legal estabelecida e agitando todo o ambiente futebolista da cidade, conseguiu que as ligas regionais do interior mudassem os seus representantes em Curitiba, e, com a maioria assegurada, cassou a autonomia do conselho de presidentes, revogou os seus atos, passando a permitir que alemães, italianos e japoneses tomem parte em jogos oficiais não obstante os apupos e indignação da assistência. [...]. A maioria conseguida, com os substitutos dos delegados do interior, derrubou o regime representativo adotado na constituição da F. P. F. e criou o totalitário exercido pelo presidente Paula Soares [...].<sup>411</sup>

O alemão citado é Hans Egon Breyer, atleta do Coritiba. Por ser imigrante, Breyer sofreu o preconceito do público paranaense, sobretudo, das torcidas adversárias. Neste episódio reside o mito de origem para o apelido “coxa-branca” para todo aquele que simpatizasse com o Coritiba, em alusão as características físicas de Breyer.<sup>412</sup> Mas o assunto em pauta, era a destituição do Conselho de Presidentes. A partir da qual a FPF e o CRD, se tornaram oficialmente as entidades dirigentes do futebol paranaense.

Claro Américo ainda se referia naquele documento a outros dois casos, um, acusando Paula Soares de subornar árbitros, referindo-se a outro descendente de alemães, Max Muller: “[...] escolhido a dedo, já esbofeteado em público, em outra oportunidade, sem esboçar a menor reação, cínico e desfibrado, [...]”<sup>413</sup> O outro, reclamava do fato de a seleção paranaense ter disputado o campeonato brasileiro de seleções sob a direção de um: “[...] adventicio, chegado de pouco em nossa terra, o profissional Hummel de tal, de reputação duvidosa e que desfruta as honras de ter sido envolvido em casos de suborno de jogadores paulistas [...]”<sup>414</sup> Ao fim e ao cabo, Claro Américo terminava justificando que o Atlético seria um:

“Clube genuinamente brasileiro, [que] não alimenta questões raciais e recebe de braços abertos todos os nossos dignos irmãos de outros estados que vem participar da comunidade curitibana.”<sup>415</sup>

411 GUIMARÃES, C. A. **Declarações do presidente do Clube Atlético Paranaense**. Curitiba, 19 ago. 1942. Arquivo Público do Paraná. Série pastas temáticas D.O.P.S. p.2.

412 Um resumo da forma como a questão é percebida atualmente pode ser encontrado em: COXA-BRANCA com muito orgulho. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 outubro 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/centenariocoritiba/Coxa-branca-com-muito-orgulho>>. Acesso em: 24/6/2011.

413 GUIMARÃES, C. A. **Declarações do presidente do Clube Atlético Paranaense**. Curitiba, 19 ago. 1942. Arquivo Público do Paraná. Série pastas temáticas D.O.P.S. p.3.

414 *Idem*. p.4.

415 *Ibidem*.

As contradições de Claro Américo, são as mesmas de toda a sociedade curitibana do período. Espremida entre o histórico de convivência pacífica com as comunidades de imigrantes européias e a súbita eclosão da Segunda Guerra Mundial. No entanto, ao exteriorizar uma disputa que contrariava os princípios das entidades dirigentes, o presidente atleticano se colocou em uma posição ambígua, explicitada por ele mesmo, em suas declarações, ao referenciar os “bons intuitos” do governo federal com relação aos esportes.<sup>416</sup> Se as entidades dirigentes eram um braço desportivo do governo Vargas, e se este momento específico se insere num contexto de tensão em função da guerra, qualquer oposição, por mínima que fosse, não poderia ser tolerada. O que não sabemos neste caso é se o DOPS impôs alguma punição ou se apenas lavou as mãos, deixando a cargo do CRD e da FPF proceder como achassem melhor. Seja como for, Claro Américo convocou uma reunião do conselho diretivo atleticano pouco depois das declarações visando explicá-las. O conselho, por sua vez, fez publicar uma nota oficial na Gazeta:

[...] ficou resolvido, depois de ouvidas as razões expostas pelo senhor presidente Claro Américo Guimarães sobre os últimos acontecimentos aprovação unânime da orientação que vem sendo imprimida pelo presidente no solucionamento desses casos.<sup>417</sup>

O corpo de dirigentes do clube se posicionava a favor de seu presidente. O resultado prático do apoio da instituição, é que as entidades dirigentes não poderiam apenas punir Claro Américo, precisariam também punir o clube. No dia seguinte, uma extensa nota da FPF, procurava explicar os motivos da inevitável punição, em que o autor dizia que embora “[...] convicto de que o telegrama em apreço reflete um ponto de vista pessoal, [...], o fato é que, nos autos do processo, essa prova não pode ser feita, [...]”.<sup>418</sup> Em outras palavras, apesar de se ver na obrigação de punir o clube, a Federação abria uma brecha para uma solução de compromisso, em que

416 O encerramento das declarações demonstra perfeitamente esta ambiguidade: “O Clube Atlético Paranaense dá mostras de lamentações em torno da vítima [Guarani] e os agitadores se assanham, invertendo o caso como se dissessem: fuzilem as sentinelas, prendam a polícia e deem liberdade aos delinquentes. Estão sendo burlados todos os bons intuitos do governo da República em dotar o Brasil de uma organização esportiva a altura de seus foros de civilização. Almejo para o Paraná esportivo dias melhores e que a prática dos desportos bem orientada constitua mais um elo seguro da indestrutibilidade da unidade nacional. Tudo se faça pelo bem do Brasil, em qualquer terreno.” Conforme: GUIMARÃES, C. A. **Declarações do presidente do Clube Atlético Paranaense**. Curitiba, 19 ago. 1942. Arquivo Público do Paraná. Série pastas temáticas D.O.P.S. p.5.

417 NOTA oficial. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 ago. 1942. p.2.

418 FEDERAÇÃO Paranaense de Futebol. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 ago. 1942. p.2.

bastaria entregar algumas “cabeças” à entidade e o clube poderia seguir sua vida. Possivelmente a “cabeça” de Claro Américo seria suficiente. Entretanto, no dia 5 de setembro, concomitante às comemorações da Semana da Pátria, não apenas dirigentes do Atlético Paranaense mas também do Clube Atlético Ferroviário e do próprio CRD – excluindo obviamente Couto Pereira – publicam outra nota onde pedem que se puna o clube, mas não o impeça de jogar o 3º turno do campeonato paranaense.<sup>419</sup> Com o impasse criado e apesar dos diversos apoios, Claro Américo e toda a diretoria renunciariam pouco depois, visando contentar às entidades dirigentes, ou no mínimo, evitar punições mais severas ao Atlético, que posteriormente seria perdoado e reinserido no campeonato.<sup>420</sup>

No apelo público em favor do Atlético, apesar dos dirigentes julgarem “[...] justo [o] castigo aplicado [...]”, ou seja a substituição de Claro Américo, solicitavam que o clube disputasse normalmente o restante do campeonato, citando, inclusive, uma possível diminuição nas rendas caso tal não fosse permitido. A justificativa final apelava para a: “[...] harmonia da mocidade esportiva de nossa terra – parcela apreciável da união nacional maximé no momento atual em que o Brasil covardemente agredido, necessita do auxílio de ação a altura da agressão [...]”.<sup>421</sup> No fim, Claro Américo seria obrigado a se resignar ao afastamento. Couto Pereira e Paula Soares, apesar do poder discricionário da FPF e CRD, seriam obrigados a se contentarem com a renúncia do presidente atleticano. Assim, em setembro de 1942, um ofício do Atlético comunicava ao CRD, que:

[...] O Conselho Deliberativo do mesmo Club, convocado pelo Conselho Fiscal [...], face a renuncia coletiva da Diretoria, por unanimidade de votos dos Conselheiros presentes, resolveu eleger uma Junta Governativa para administrar o Club, até a adaptação de seus estatutos às instruções a respeito baixadas pelo Conselho Nacional de Esportes, quando então, nos termos da Lei, será eleito seu Presidente.<sup>422</sup>

O Atlético passaria a se enquadrar a nova estrutura política do campo esportivo paranaense. O que seria, sob qualquer ângulo de visão, uma vitória para Couto Pereira e Paula Soares. No entanto, pouco após a renúncia de Claro Américo,

419 APELO em favor do Atlético. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 set. 1942. p.2.

420 EXONEROU-SE a diretoria do Atlético. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 set. 1942. p.2.

421 APELO em favor do Atlético. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 set. 1942. p.2.

422 CLUBE Atlético Paranaense. **Aos Srs. Presidente e demais Membros do Conselho Regional de Desportos**. Curitiba, 18 set. 1942. Arquivo Público do Paraná. Fundo Conselho Regional de Desportos.

os conselheiros do clube, elegeriam para o cargo de presidente, o Capitão Manoel Freitas do Valle Aranha, irmão do presidente da CBD e membro do CND, Luiz Aranha. Irmão de Osvaldo Aranha, ministro de Vargas. Todos “tenentes revolucionários”. Além disso, em poucos meses, Couto Pereira seria substituído no CRD por outro “tenente revolucionário”, vindo do Rio de Janeiro. Assim, passaremos adiante a exposição de quem eram estes novos agentes políticos inseridos no campo esportivo paranaense a partir de fins de 1942.

#### 4.2.1. Um Novo CRD: O Major Guilherme Catramby Filho

Entre setembro de 1942 e meados de 1943, a primeira composição do CRD paranaense foi sendo desmontada. Couto Pereira perderia espaço para Manoel Aranha (a quem nos dedicaremos no próximo item), e Paula Soares renunciaria a FPF em 1943, segundo Cardoso, em função da: “[...] falta de desportividade de alguns paredros, que vinham conturbando o bom andamento da temporada, sobrepondo interesses clubísticos acima dos ideais coletivos.”<sup>423</sup> A experiência dos tenentes paranaenses havia sido curta, porém, incisiva quanto a aplicação das determinações do CND. Intervindo diretamente em clubes e ligas do interior e formatando o campo esportivo paranaense à centralização de poderes. Quando o Major Guilherme Catramby Filho foi indicado presidente da segunda composição do Conselho Regional de Desportos, ao menos a estrutura física e os meandros burocráticos do órgão, já estavam instalados.<sup>424</sup>

Neste cenário, sendo praticamente um forasteiro, Catramby reunia qualidades para o cargo ao qual havia sido indicado. Primeiro, seu histórico militar, de tenente anistiado pela acusação de quebra de hierarquia no período da Revolução de 1930, convertera-se em atleta olímpico da delegação brasileira que participou dos jogos de Berlim em 1936.<sup>425</sup> Segundo, já nos anos 1940, alçado a patente de major, Catramby representava uma solução de fora. Um atleta e militar respeitado e aos olhos da esfera pública, imparcial em relação aos clubes locais.

---

423 CARDOSO. *História...* p.115.

424 CONSELHO Regional de Desportos. *Ata da Primeira Sessão Extraordinária do Conselho Regional de Desportos do Paraná*. Curitiba, 21 out. 1943. Arquivo Público do Paraná. Fundo Conselho Regional de Desportos.

425 PENTATHLON Moderno. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 2 ago. 1936. p.3.

De fato, sua gestão à frente do CRD, foi impecável com relação a regularidade das reuniões semanais do Conselho e registros de contratos profissionais, estatutos e alvarás de funcionamento para os clubes e entidades paranaenses. Sob seu comando, o CRD se tornaria uma máquina burocrática de expedição de alvarás e registros de atletas. Além de Catramby, o Conselho se compunha de Linneu Ferreira do Amaral, diretor da RVPr-SC e do Ferroviário, que permanecera no Conselho apesar de sua participação durante o período de Couto Pereira. Todos os demais componentes eram funcionários públicos e/ou políticos de segundo escalão sem ligações acentuadas com quaisquer clubes de futebol.<sup>426</sup> Reforçando a hipótese de que, para o segundo Conselho Regional, após a resolução da situação de Atlético e Guarani de Ponta Grossa, a intenção do CND, responsável pela indicação de Catramby, e a de Manoel Ribas, responsável pelas dos demais, era a de apaziguar o campo esportivo.

Assim como, em 1932, Ribas havia sido a solução para as disputas políticas decorrentes das perseguições dos vitoriosos da Revolução de 1930, agora, Catramby representava a busca pela solução de conflitos semelhantes no campo esportivo paranaense. Assim como os Tourinhos haviam sido substituídos da Interventoria Federal em nome do apaziguamento das relações políticas no estado. Agora, Couto Pereira era substituído no CRD e em seu lugar, era indicado um nome neutro. Sem ligações com os clubes paranaenses.

#### 4.2.2. O “Tenente” do Atlético: O Capitão Manoel Freitas Valle Aranha

Nascido em Alegrete no Rio Grande do Sul, Manoel Aranha era um dos irmãos daquela família, que acompanharam Getúlio Vargas ao longo do seu primeiro período como presidente. Menos conhecido que Osvaldo, o irmão Ministro das Relações Exteriores, e que Luiz, o irmão presidente da CBD e membro do CND, Manoel notabilizou-se em 1938, por ter participado da ação militar que resultou na fuga de Severo Fournier, tenente acusado pela tentativa de assassinato de Vargas naquele ano, durante o frustrado golpe integralista.<sup>427</sup>

---

426 CONSELHO Regional de Desportos. **Ata da Primeira Sessão Extraordinária do Conselho Regional de Desportos do Paraná.** Curitiba, 21 out. 1943. Arquivo Público do Paraná. Fundo Conselho Regional de Desportos.

427 HILTON. *Op. Cit.* p.277-279.

Stanley Hilton, brasileiro que se dedicou a biografar Osvaldo Aranha, foi um dos que tentaram explicar a participação de Manoel no episódio. Segundo Hilton, Manoel teria sido convencido pelo pai de Fournier (seu antigo comandante) a ajudar o filho. Teria coordenado a fuga com a ajuda de outros dois oficiais e após ter deixado Severo Fournier na embaixada italiana, teria sido preso. Em função da publicidade em torno do irmão, Osvaldo teria pedido demissão por “vergonha” e “humilhação”. Ainda segundo Hilton, Vargas temia Osvaldo Aranha fora do governo mais do que temia sua inclinação ao panamericanismo e portanto, recusou o pedido de demissão e se dispôs a anistiar Manoel Aranha. Neste ponto, Eurico Gaspar Dutra, o Ministro da Guerra, pediu exoneração por não concordar com o acordo que se costurava nos bastidores. Vargas também não aceitaria esta nova demissão. O impasse durou cerca de um mês e terminou em acordo, permanecendo ambos os ministros no governo. Em compensação, Manoel Aranha se retirava “voluntariamente” do exército.<sup>428</sup>

Em setembro daquele mesmo ano, Manoel Aranha se instalava em Curitiba.<sup>429</sup> Sua vinda ao Paraná se explicava pelas ligações familiares no estado. Carneiro Neto afirma que:

Aqui chegando, associou-se a uma empresa com Luiz Gurgel do Amaral Valente e posteriormente, fundou a construtora Aranha S/A, em sociedade com Antonio Lacerda Braga – pai do governador Ney Braga – e com José Saldanha. Daí ao ingresso no Atlético foi só uma questão de tempo.<sup>430</sup>

Neto se refere ao fato de que todos os indivíduos por ele citados, faziam parte do grupo de empresários e políticos que, simpatizando pelo Atlético, compunham o conselho ou a diretoria do clube. Além disso, o interesse de Manoel pelos esportes não era novidade. Ao longo dos anos 1930, o capitão se dedicou as corridas de cavalos<sup>431</sup> e durante curto período, ocupou funções diretivas no Botafogo do Rio de Janeiro.<sup>432</sup> Em fins da década de 1930, passou a frequentar o Prado do Guabirota, local de reunião dos apreciadores das corridas de cavalos em Curitiba, dentre os

---

428 HILTON. *Op. Cit.* p.277-279.

429 HOSPEDES e Viajantes. **Correio do Paraná**. Curitiba, 1 out. 1938. p.6.

430 COELHO; NETO. *Op. Cit.* p.116.

431 Conforme: UM CAVALLO Embarcado para o Rio Grande do Sul. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 10 fev. 1933. p.8.; e UM CAVALLO que Terminou a Campanha nas Pistas. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 26 set. 1933. p.12.

432 O BOTAFOGO cogita contratar alguns “cracks” uruguayos. **A Noite**. Rio de Janeiro, 10 jul. 1936. p.8.

quais, destaca-se o próprio Manoel Ribas, a quem Aranha acompanhou em algumas viagens oficiais.<sup>433</sup> Apesar disso, não há qualquer menção de que Aranha tenha participado da vida administrativa do Atlético Paranaense anteriormente a 1943. Ao contrário, um de seus discursos, dá a entender que sua entrada naquele clube ocorrera de forma repentina:

Recordo, ainda, num enlevo, quanto me surpreendeu a notícia de minha eleição à presidência do rubro-negro. De princípio, não entendi bem. Seria um engano qualquer, quanto ao cargo? E quando entendi a notícia telegráfica, tudo estava consumado e não era mais possível recusar. Passei horas e horas tentando descobrir qualidades minhas que justificassem tão alta distinção.<sup>434</sup>

Os indícios de que dispomos não são suficientes para afirmar que Aranha tenha sido imposto ao Atlético. Pelo contrário, reforçam a possibilidade de que, estando no Paraná, e considerando suas relações pessoais, sua eleição foi o resultado de uma solicitação dos próprios dirigentes atleticanos. Se Claro Américo havia sido impedido de continuar em função de sua oposição as “diretrizes do CND”, quem melhor que Manoel Aranha para ocupar a presidência do clube em seu lugar? Os cronistas paranaenses dão suporte a esta percepção. Segundo Machado:

O Capitão Manoel Aranha, irmão de Osvaldo Aranha, fora mandado para o paraná por interesses políticos. Plena ditadura no âmbito federal, e rigidez quiça superior no Estado, dados os poderes e o estilo do interventor Manoel Ribas. Maneco Aranha [...] fez que o Atlético tivesse grande prestígio perante a Federação. Prova disso é que chegou 'quase' a impor a chapa encabeçada por Itaciano Marcondes, atleticano histórico, que por celeumas de 1940 passou a ser considerado 'persona non grata' nos meios desportivos não atleticanos. [...] Essa maneira de ser influía no onze rubro-negro dentro de campo, consciente das amplas costas largas permanentemente protetoras.<sup>435</sup>

Praticamente, a mesma opinião de Cardoso:

433 NO M. Da Agricultura. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 5 jul. 1939. p.4.

434 ARANHA, M. **Discurso em agradecimento ao título paranaense de 1943**. disponível em: <<http://www.furacao.com/80anos/artigos/manoelaranha.php>> Acesso em: 19/06/2011.

435 MACHADO. *Op. Cit.* p.75.

A presença do cap. Manoel Aranha à frente do C. A. Paranaense fez com que a hegemonia do futebol paranaense voltasse ao comando de seu clube, inclusive com a eleição da chapa apresentada pelo mesmo, para concorrer às eleições de F. P. F., encabeçada pelo veterano desportista Itaciano Marcondes, que havia sido praticamente deposto da presidência da L. C. F., pelo golpe da maioria dos clubes filiados, no ano de 1940, quando a extinguiram, ela que só tinha jurisdição na Capital. [...].<sup>436</sup>

Ambos os cronistas também concordam quanto aos desdobramentos da presença de um novo “tenente revolucionário”, ligado ao alto escalão da política nacional, no campo esportivo paranaense. Ocorria que, o Coritiba do major Couto Pereira, vinha sendo imbatível nos campos de futebol entre 1941, vencendo inclusive as finais daquele ano contra o Atlético, e 1942, conquistando o bi campeonato paranaense. Em 1943, contando com Aranha, os atleticanos esperavam interromper o sucesso coritibano. Mais do que isso, esperavam suplantar a influência política de Couto Pereira nos bastidores do futebol. Justamente por este motivo, as memórias de Cardoso, mudam de tom nos relatos dos últimos anos do primeiro período Vargas. Se em 1941, o cronista comemorava a indicação de Couto Pereira para o CRD, e posteriormente, apoiava sua orientação para o mesmo órgão, incluindo aí, as intervenções em Ponta Grossa e nos clubes curitibanos, a partir de 1943, relata Cardoso, que:

A tradicional rivalidade Coritiba x Atlético aumentava num crescendo inverossímil, desde à eleição do cap. Manoel Aranha para presidente do último. [...] Não tanto por culpa do mesmo, homem leal e bem intencionado, mas pelo respaldo que muitos acharam ter, na pessoa daquele desportista. A rivalidade passou do terreno desportivo para o público e privado, explorando particularidades pessoais dos que militavam por idealismo no desporto. Verdadeiro retrocesso de ideais, de bom senso, de cavalheirismo.<sup>437</sup>

Cardoso isentava Manoel Aranha, que segundo ele, apenas: “[...] servira de respaldo, como inocente útil, a muitos desmandos de fanáticos torcedores.”<sup>438</sup> Isso porque, para Cardoso, a presença de Aranha, encobria o revanchismo político e esportivo dos diretores do Atlético, fruto do: “[...] recalque de alguns anos de

---

436 CARDOSO. *História...* p.120.

437 *Idem.* p.115-116.

438 *Ibidem.* p.117.

inferioridade social-esportiva-material. Extravasava ódio, rancor, inveja.”<sup>439</sup> Mas o cronista também apontava para a situação política do país, dizendo que o campo esportivo paranaense se tornara um:

[...] reflexo do ambiente político em que vivia a Nação. Verdadeiro caos, já que tudo era anomalia, imperando a força pelo prestígio do nome de família em relação à situação na alta administração interna do país. Não havia legalidade e nem justiça. O direito e a razão, verdadeiras utopias. Liberdade de crítica não havia e ninguém se atrevia a contrariar as imposições oficiais. O desenlace não poderia ser outro. Triunfava aquele que contasse com o apoio da força e poder político, em prejuízo daquele que contasse com a hegemonia desportiva.<sup>440</sup>

Embora verdadeiras, as afirmações de Cardoso silenciam, tanto a intervenção no Atlético, levada a cabo pelo CRD, quanto, o fato de que a situação política não mudara entre 1941 e 1943. Se o “direito e a razão”, eram “verdadeiras utopias” depois, também o eram antes da chegada de Aranha à presidência do Atlético. A única mudança, foi de ocupação do cargo simbólico de “comandante do futebol paranaense”, que era de Couto Pereira e que, a partir de então, passou a ser disputado entre aquele e Manoel Aranha. Razão pela qual, ambos os presidentes eventualmente, se “engalfinhavam” nas discussões de bastidores.<sup>441</sup> Sendo o caso mais conhecido, uma briga física entre ambos, para decidir o local da disputa de um atletiba de juvenis. Segundo Machado, uma briga que ocorreu: “[...] muito mais pela rivalidade acirrada” que pela discussão em si mesma,<sup>442</sup> porque ainda segundo o mesmo autor, Aranha seria homem de “estopim curto”. Couto Pereira também o era. Neste mesmo período, segundo dados da Delegacia de Segurança Pessoal, o mandatário coritibano esteve envolvido em pelo menos, duas outras brigas relacionadas ao futebol.<sup>443</sup>

A disputa estabelecida entre ambos se travestia de disputa esportiva ao opor Atlético e Coritiba, embora refletisse a situação política do país, servindo também, para aumentar o interesse em torno do campeonato de futebol. Quando ocorriam os “atletibas”, independentemente de quem houvesse ganhado a partida, os cafés da

439 CARDOSO. *História...* p.115-116.

440 *Idem*.

441 *Ibidem*. p.120.

442 MACHADO. *Op. Cit.* p.75.

443 Conforme: DELEGACIA DE SEGURANÇA PESSOAL. Curitiba, 1941-1945.

rua XV ganhavam “[...] assunto por mais de uma semana”<sup>444</sup> Não por coincidência, durante os últimos três anos do primeiro período Vargas, recordes de renda foram sendo constantemente batidos. Machado afirma que o primeiro jogo das finais de 1945, por exemplo, havia sido assistido por 6352 espectadores no estádio Belfort Duarte. O terceiro e último jogo daquela mesma série final, disputada entre os dois rivais, seria vista por 8511 pessoas com renda recorde de Cr\$ 40021,00 (quarenta mil e vinte e um cruzeiros): “[...] repercutindo com estardalhaço fora do território paranaense. Curitiba na época, era acanhadíssima diante de metrópoles como São Paulo e Rio.”<sup>445</sup>

De outro lado, a disputa travada pela dupla, tinha várias facetas. Uma delas, segundo Cardoso, era que a FPF, a partir das ingerências de Manoel Aranha “[...] começou a apresentar vários senões, dos quais o mais grave foi o registro irregular de vários atletas. Como o fato era explorado por todos os filiados, ninguém 'era bobo de estrilar'.”<sup>446</sup> Em realidade, Cardoso estava discorrendo extensamente sobre um caso bastante conhecido da crônica paranaense. Tratava-se de um jogador paraguaio, contratado pelo Atlético, pelo curto período de três meses, com o fito único, de jogar as finais de 1943 contra o Coritiba. Cardoso afirma que o Coritiba apresentou protesto contra a inclusão do jogador:

[...], antes da primeira partida contra o C. A. Paranaense, da série decisiva. Este clube incluía o jogador paraguaio Gorgônio Ibarrola, sem que o mesmo tivesse condições legais de inscrição, por não portar o 'certificado de transferência' fornecido pela C. B. D. Em última instância o processo foi julgado pelo órgão competente da C. B. D. Foi relator da matéria o Conselheiro Coelho Branco, negando provimento ao recurso do Coritiba F. C. Foi quando se fez sentir o prestígio político de uma das partes.<sup>447</sup>

Cardoso insinuava que a CBD decidira em favor do Atlético porque Manoel Aranha era o presidente do clube. Por outro lado, esta nova faceta da disputa, que envolve especificamente questões referentes aos contratos profissionais no futebol paranaense, pode ser melhor avaliada em função da existência dos arquivos dos

444 MACHADO. *Op. Cit.* p.75.

445 *Idem.* p.75-78. Em 1942, o governo federal alterou a moeda nacional fixando a equivalência de 1 conto de réis para 1 mil cruzeiros. A renda atingida portanto, equivaleria a 40 contos de réis, ou, praticamente, o dobro do que se arrecadara cinco anos antes, quando da presença do Atlanta da Argentina na capital paranaense.

446 CARDOSO. **História...** p.120.

447 *Idem.* p.117.

contratos assinados no Paraná entre 1943 e 1945. Assim, passaremos a seguir, a analisar as práticas contratuais no futebol profissional paranaense, com o objetivo de entender como se constituiu o profissionalismo formal no estado.

#### 4.3. O PROFISSIONALISMO ATRAVÉS DA BUROCRACIA DO C.R.D.

Quando falamos em “burocratização” do campo esportivo ou ainda, que o CRD tenha se transformado em uma “máquina burocrática de expedição de alvarás”, não há exagero. Para que se tenha ideia, do volume total de documentos produzidos pelo órgão, mais da metade se compõe de solicitações de alvarás, registros de estatutos e contratos de atletas. Pode-se dizer que o principal trabalho do CRD era o de coleta de informações, ou em outros termos, de “fiscalização” das atividades esportivas através de processos burocráticos.

Porém, especificamente com relação aos contratos de atletas, não há qualquer indício de que o CRD fizesse verificações de irregularidades, levando a crer que os contratos eram simplesmente registrados, por força de lei. Principalmente porque, tendo acesso aos mesmos, percebem-se inúmeros problemas no seu preenchimento. Para exemplificar este ponto, retomamos o contrato de Ibarrola, cuja acusação de irregularidade feita por Cardoso, se referia a inexistência do “certificado de transferência da CBD”.<sup>448</sup> De fato, o primeiro contrato registrado, com vigência entre janeiro e março de 1944,<sup>449</sup> não apresenta o “certificado”, ou a “carteira de atleta”, que atestaria a regularidade do registro do jogador na CBD. Por outro lado, o contrato de Ibarrola era o de número 53 na lista do CRD. Antes dele, nenhum dos demais registrados apresentava o “certificado” ou “carteira de atleta”. O primeiro contrato em que este dado consta, é justamente o segundo assinado pelo Atlético, com o próprio Ibarrola, em março de 1944.<sup>450</sup>

A inferência que se pode fazer deste exemplo, é que foi apenas a disputa esportiva momentânea, no caso, as finais estaduais de 1943, que motivaram o Atlético a cumprir as normas contratuais com relação a “carteira de atleta”. A partir

---

448 CARDOSO. *História...* p.117.

449 CONFEDERAÇÃO Brasileira de Desportos. Contrato n. 11180. Rio de Janeiro, 5 jan. 1944.

450 CONFEDERAÇÃO Brasileira de Desportos. Contrato n. 12898. Rio de Janeiro, 23 mar. 1944.

deste episódio, a maioria dos contratos posteriores, registrados por todos os clubes, também passaram a apresentar o “certificado”.

De outro lado, analisando os contratos em sua totalidade, alguns pontos chamam a atenção. O primeiro e talvez o mais importante, o fato de que se baseavam legalmente no Decreto Lei n. 5.492, editado em 1928, anterior à Revolução e a promulgação das leis trabalhistas pelo governo Vargas.<sup>451</sup> O referido Decreto se destinava a regular os “contratos de locação de serviços” entre artistas e auxiliares de circo e teatro. Em nenhum momento, o texto da lei se refere aos jogadores profissionais. Criada com o fim de fiscalizar as apresentações públicas itinerantes, a lei acabou utilizada para embasar os contratos entre clubes e atletas. Conforme o artigo 2º do mesmo Decreto: “Nas relações dos empregados com os artistas e auxiliares das empresas, as prescrições desta lei serão suprimidas, na sua falta ou deficiência, pelas disposições do Código Civil, sobre locação de serviços.”<sup>452</sup> Portanto, os contratos não se vinculavam a CLT, mas sim, a seção de “locação de serviços” do Código Civil, no que diz respeito aos direitos dos “artistas”. Quanto as “empresas”, neste caso, os clubes de futebol, rezava o artigo 1º:

As empresas que se constituírem para a realização de espectáculos públicos, com o fim lucrativo, qualquer que seja o genero de diversões permitidas e a forma de organização, ficarão sujeitas ás disposições do Codigo Commercial e leis complementares.<sup>453</sup>

Porém, o artigo 48º do Decreto Lei n. 3199, que oficializara os esportes em 1941, era bastante claro quanto a natureza legal dos clubes esportivos: “A entidade desportiva exerce uma função de carater patriótico. É proibido a organização e funcionamento de entidade desportiva, de que resulte lucro para os que nela empreguem capitais sob qualquer forma.”<sup>454</sup> Em outras palavras, a lógica capitalista não se aplicava, aos olhos da lei, para clubes esportivos e assim, estes se encontravam na dúbia posição de “empresas” com relação aos contratos profissionais que assinavam, embora, legalmente, fossem entidades “sem fins lucrativos”, consideradas de utilidade pública, a partir de seu “carater patriótico”. Da

---

451 BRASIL. Decreto n. 5.492, de 16 de julho de 1928. Regula a organização das empresas de diversões e a locação de serviços teatrais. **Casa Civil**, Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/D5492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D5492.htm)>. Acesso em: 13/10/2013.

452 *Idem*.

453 *Ibidem*.

454 BRASIL. Decreto n. 3.199...

mesma forma, esta distorção legal, remetia as eventuais discordâncias com relação aos contratos ao Código Civil, deixando os atletas à margem da especificidade da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Outro ponto de suma importância, é a recorrência de cláusulas especiais onde se discriminava que o salário constante do contrato era, na verdade, o valor correspondente ao salário que o atleta receberia em empregos públicos ou privados que os clubes se comprometiam a conseguir para seus jogadores. Os três primeiros contratos com esta cláusula são do Atlético, todos registrados em julho de 1943: João Rodrigues Santos, com salário de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros),<sup>455</sup> João Batista de Freitas, Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) mensais<sup>456</sup> e o paraguaio Ruben Angel Aveiro, Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros) mensais.<sup>457</sup> Para os três, constava em cláusula extra que: “[...] O Clube se obrigará, desde que consiga um emprego para o jogador, a pagar, (*sic*) unicamente, a diferença de vencimentos, entre o estipulado n'este contrato e o que o jogador perceber no emprego conseguido.”<sup>458</sup>

Outras cláusulas do mesmo tipo aparecem em dois contratos do Comercial, nome adotado pelo antigo Palestra Itália após a “nacionalização” do clube. Neste caso, entretanto, o clube registrava os atletas com valores mensais irrisórios de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) e Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros). Em ambos, a cláusula vaticinava que os atletas não receberiam os vencimentos acordados em contrato por serem funcionários de empresas da região.<sup>459</sup>

Também o Ferroviário, quando da contratação de Hemédio Thais de Souza, fez constar em cláusula específica, que se comprometia a “cobrir” os Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) contratuais, caso não conseguisse emprego para o atleta.<sup>460</sup> Mas esta não era a única forma de suspensão dos pagamentos previstos em contrato. Outra cláusula bastante utilizada pelos clubes de Curitiba, determinava que os atletas fariam jus ao valor combinado, apenas enquanto se mantivessem entre os titulares do elenco profissional. Este dispositivo legal se encontra em 25 dos 111

---

455 CONFEDERAÇÃO Brasileira de Desportos. Contrato n. 11117. Rio de Janeiro, 28 jun. 1943.

456 CONFEDERAÇÃO Brasileira de Desportos. Contrato n. 11156. Rio de Janeiro, 1 jul. 1943.

457 CONFEDERAÇÃO Brasileira de Desportos. Contrato n. 11157. Rio de Janeiro, 1 jul. 1943.

458 *Idem*.

459 Conforme: CONFEDERAÇÃO Brasileira de Desportos. Contrato n. 10214. Rio de Janeiro, 29 dez. 1943. e           . Contrato n. 11143. Rio de Janeiro, 18 mar. 1944.

460 CONFEDERAÇÃO Brasileira de Desportos. Contrato n. 12304. Rio de Janeiro, 24 abr. 1944.

contratos registrados no período. Os orçamentos anuais dos clubes, entretanto, apresentavam números maiores do que os registrados oficialmente. Para exemplificar este ponto, segue uma tabela com os dados destes clubes para os anos em que é possível saber todos os contratos que estavam em vigência, descartando, portanto, o ano de 1943, que se encontra incompleto:<sup>461</sup>

Clube / Ano	1944		1945	
	Contratos	Valor Anual (Cr\$)	Contratos	Valor Anual (Cr\$)
Atlético	12	60000	18	63600
Ferroviário	16	35400	18	45900
Coritiba	5	9300	13	19500
Palestra Itália	8	5100	7	6000
Britânia	8	6450	1	600

Como se vê, o Atlético lidera a lista de gastos anuais com contratos de jogadores, seguido pelo Ferroviário, ambos mantendo larga vantagem para o Coritiba e demais clubes. No entanto, é preciso considerar, que Ferroviário e Coritiba, costumavam incluir o “bicho” em seus contratos. No intervalo destes contratos, apenas quatro atletas do Ferroviário, por exemplo, recebiam oficialmente este tipo de pagamento. Em 1944, apenas três. Considerando que os valores mais altos previstos eram de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por vitória e Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros) por empate,<sup>462</sup> e que naquele mesmo ano, contando apenas jogos do campeonato estadual, tivemos oito jogos do clube sendo seis vitórias e três derrotas,<sup>463</sup> por este raciocínio, o total de bichos pagos pelo clube ficaria em torno de Cr\$ 1200,00 (mil e duzentos cruzeiros) ao ano. Como em 1945 a política contratual do clube não se alterou, pode-se dizer que os “bichos”, não modificaram significativamente o montante anual gasto com o futebol profissional. Para o Coritiba, o mesmo raciocínio, revela um montante anual de apenas Cr\$ 840,00 (oitocentos e quarenta cruzeiros) com “bichos” pagos aos jogadores em 1944, levando a conclusão similar. Se incluídos no cômputo final, os gastos com “luvas” pagos diretamente a clubes e atletas, o total por clube em 1944 e 1945, seria:<sup>464</sup>

461 Conforme: CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS. Curitiba, 1941-1945.

462 CONFEDERAÇÃO Brasileira de Desportos. Contrato n. 12304. Rio de Janeiro, 24 abr. 1944.

463 CARDOSO. *História...* p.121.

464 Conforme: CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS. Curitiba, 1941-1945.

Clube	Total do Biênio 44-45 (Cr\$)
Atlético	147000
Ferrovário	113000
Coritiba	47000
Palestra	13000
Britânia	8000

Nesta comparação, fica clara a diferença entre os investimentos de cada clube e estabelece-se uma relação entre resultados esportivos e investimentos em contratação de jogadores, uma vez que os três primeiros colocados são também os três principais competidores do campeonato estadual. Se considerarmos que, além dos contratos oficiais, ainda haviam os jogadores que recebiam apenas ajudas eventuais, todos estes números devem estar um pouco abaixo da realidade, mas, é bastante plausível imaginar que a relação de proporção entre os clubes se mantenha. De outro lado, alguns demonstrativos financeiros destes clubes aparecem na documentação do CRD. Assim, é possível saber que o Atlético, em 1945, teve gastos totais da ordem de Cr\$ 350000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros),<sup>465</sup> sendo que destes, aproximadamente Cr\$ 97000,00 (noventa e sete mil cruzeiros) foram diretamente gastos com “profissionais” do futebol.<sup>466</sup> Número que está bastante acima dos Cr\$ 63500,00 (sessenta e três mil e quinhentos cruzeiros) calculados com base nos valores contratuais registrados no CRD.

Da mesma forma, o Ferrovário apontava para o ano de 1944, um gasto total com atletas profissionais de aproximadamente Cr\$ 63000,00 (sessenta e três mil cruzeiros).<sup>467</sup> Número que estava igualmente acima daqueles registrados em contratos no CRD. No caso dos demais clubes, incluindo o Coritiba, não há dados oficiais para o mesmo período. Mas, os números de Atlético e Ferrovário corroboram a percepção de que os dados contratuais estavam sempre abaixo dos valores reais. Fortalecendo a hipótese de que ao menos parte dos atletas recebiam valores extraordinários, não registrados contratualmente. Assim sendo, pode-se inferir que as relações contratuais formais não refletiam a realidade dos gastos com o futebol “profissional”.

---

465 CLUBE Atlético Paranaense. **Relatório**. Curitiba, 31 dez. 1945.

466 *Idem*.

467 CLUBE Atlético Ferrovário. **Relatório**. Curitiba, 31 dez. 1944.

Entre a indiferença burocrática do CRD e as práticas semi profissionais dos clubes, permaneceu uma extensa área cinza, na qual se acomodavam várias irregularidades. Além disso, se todos os contratos registrados entre junho de 1943 e dezembro de 1945, fossem divididos por clubes, teríamos o seguinte cenário:<sup>468</sup>

<b>Clube</b>	<b>Contratos Registrados</b>	<b>Valor Médio Mensal (Cr\$)</b>
Atlético	24	446
Ferroviário	30	243
Coritiba	15	170
Juventus	1	100
Palestra (Comercial)	13	96
Savóia (Brasil)	20	93
Britânia	8	88

Cabe ressaltar que estes números não servem a análises de longo prazo e tanto menos, para indicar tendências. Para tanto, seria necessária uma série estatística maior. No presente caso, entretanto, o objetivo se resume a percepção das práticas contratuais verificáveis em fins do primeiro período Vargas. Neste sentido, uma observação que julgamos necessária, é a ausência de contratos registrados no interior. Reforçando a hipótese de que o padrão de relacionamento entre clubes e atletas fora de Curitiba, permaneceu informal durante o período. Um segundo ponto, é o valor médio dos contratos. Para que se tenha base de comparação, o salário mínimo em meados de 1943, havia sido fixado em Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros),<sup>469</sup> no final do mesmo ano, ainda sofreu uma correção estabelecendo o valor que se manteria inalterado por alguns anos: Cr\$ 380,00 (trezentos e oitenta cruzeiros).<sup>470</sup> Ou seja, à exceção do Atlético, nenhum clube atingia média superior ao salário mínimo.

De fato, conforme vimos anteriormente, o clube presidido por Manoel Aranha, foi o que mais investiu em contratos formais e também, era o que melhor pagava aos seus atletas, ainda que em geral, o clube apenas conseguisse empregos equivalentes ao salário acordado. Do total de contratos registrados, por todos os clubes, vinte e cinco previam salários iguais ou superiores ao mínimo nacional,

468 Conforme: CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS. Curitiba, 1941-1945.

469 BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Evolução do Salário Mínimo. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/sal\\_min/](http://portal.mte.gov.br/sal_min/)>. Acesso em: 23/4/2014.

470 *Idem*.

variando entre Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) e Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros). Destes, dezenove eram do Atlético e seis, do Ferroviário. O maior salário pago pelo Coritiba, por exemplo, era de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), valor concedido a apenas três atletas do clube.

Se cruzarmos estes dados com o rendimento esportivo dos clubes, de acordo com os cronistas do período, perceberemos que desde a implantação do profissionalismo, Coritiba e Atlético se sobrepuseram aos demais clubes paranaenses e mantiveram essa liderança pelo menos até 1945. Sendo que entre 1941 e 1945, ocorreram também, as primeiras finais disputadas diretamente entre ambos em campeonatos paranaenses.<sup>471</sup>

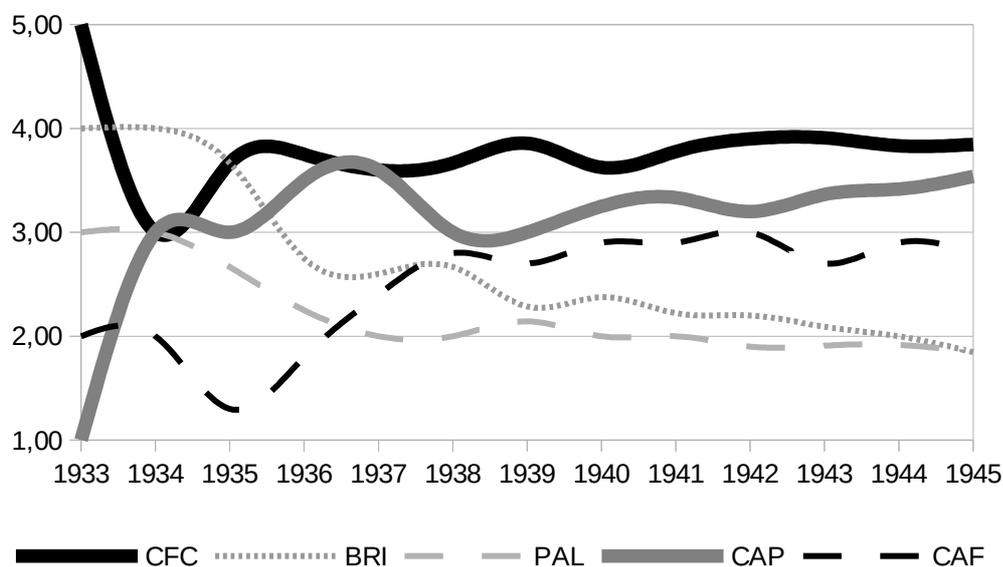
Para exemplificar este ponto, foram levantados os dados referentes aos campeonatos estaduais disputados entre 1933 e 1945. Em seguida, foram separados os clubes que não disputaram todas as edições. Desta forma, restaram no gráfico que se segue, apenas cinco clubes: Coritiba, Atlético, Palestra, Britânia e Ferroviário. Coincidentemente, os únicos que já haviam vencido o campeonato em pelo menos uma oportunidade. O procedimento para a montagem do gráfico seguiu uma lógica simples, concedendo cinco pontos ao campeão de cada ano, quatro ao segundo colocado, três ao terceiro e assim por diante. Os índices de 1933 portanto, são absolutos, ou seja, o Coritiba, que aparece com 5 pontos, foi o campeão daquele ano. O Britânia, com 4 pontos, foi o vice campeão. Em 1934, o gráfico apresenta a média de pontuação com base na quantidade de campeonatos disputados. Ou seja, divide-se a somatória da pontuação de 1933 e 1934 por dois. O objetivo, portanto, é o de medir a regularidade de cada clube, ou, a capacidade de cada um, em se manter nas primeiras posições dos campeonatos ao longo do tempo. O resultado, é o que se vê abaixo:<sup>472</sup>

---

471 Disputadas em 1941, 1943 e 1945.

472 Todos os dados de acordo com: MACHADO. *Op. Cit.* e CARDOSO. **História...**

### Índice de Competitividade 1933-1945



A inferência geral que se pode fazer deste gráfico, é a de que Atlético e Coritiba se estabeleceram como protagonistas da modalidade a partir da adoção do profissionalismo, no entanto, o corte não se estabelece tão rapidamente quando se analisa a competitividade desses clubes ano a ano. No gráfico, percebe-se que durante o intervalo compreendido entre 1933 e 1937, Britânia e Palestra Itália ainda conseguiam ser competitivos, embora não tenham conquistado títulos paranaenses.<sup>473</sup> Entre fins da década de 1930 e início da de 1940, começa a ficar clara a decadência destes clubes, na medida em que seus índices médios de competitividade se tornam inferiores a 2, significando que, em geral, nenhum dos dois conseguia colocação melhor que o quarto lugar final. Coritiba e Atlético, por sua vez, firmam a liderança no cenário esportivo paranaense a partir de meados dos anos 1930, pouco após a profissionalização. Em 1945, ambos contam com índices médios próximos de 4 pontos, significando que, em geral, terminavam a competição entre o primeiro e o terceiro lugar.

<sup>473</sup> Os últimos foram respectivamente os títulos de 1928 e 1932. Após estes, nenhum deles conquistou títulos paranaenses até se fundirem com o Ferroviário, no início da década de 1970, para formar o Colorado, que depois, se tornaria o atual Paraná Clube. De acordo com: MACHADO. *Op. Cit.* e CARDOSO. **História...**

O gráfico demonstra que houve uma polarização esportiva no campeonato estadual de futebol, coincidente com o processo de profissionalização da modalidade. E os números gerais do profissionalismo no futebol paranaense indicam que o investimento destes clubes foram maiores que os dos demais, à exceção do Ferroviário. No cômputo geral, isto significa que desde o início, o profissionalismo apresentou ganhos em rendimento esportivo aos clubes que nele investiram. Embora, nem sempre o gasto se transformasse em títulos, servia para manter a regularidade competitiva dos mesmos.

Assim, o quadro final que se apresenta do profissionalismo no futebol paranaense aponta para uma polarização esportiva entre os clubes que reuniam condições materiais para a manutenção de atletas remunerados. De outro lado, naqueles momentos iniciais, os profissionais do futebol se encontravam legalmente desprotegidos enquanto “artistas” na forma da lei de 1928, ironicamente, se enquadravam na Consolidação das Leis Trabalhistas a partir do momento em que os clubes negociavam empregos em seus nomes. Os jogadores entravam no rol de beneficiados pela porta dos fundos. O *habitus* semi profissional presente nas práticas do campo esportivo paranaense, terminou por estabelecer uma rotina em que os clubes prometiam empregos aos jogadores, enquanto estes, assinavam contratos pró forma, para efeito de registro oficial e em troca, conseguiam os empregos públicos ou privados que haviam sido prometidos. Alguns, discriminavam em cláusula específica, que o clube deveria garantir o emprego prometido, nestes casos, a explicação mais plausível é de que se tratasse de exigência dos próprios atletas, buscando garantias de que as promessas fossem cumpridas.

Para encerrar, também se torna bastante claro que, os números oficiais do futebol não são internamente consistentes. Havendo discrepâncias significativas entre os montantes registrados contratualmente e os descritivos orçamentários nas prestações de contas apresentadas ao CRD. Os gastos apresentados pelos clubes, além de serem maiores que as obrigações contratuais, ainda escondem o fato de que, parte dos salários acordados, eram pagos pelo erário, para servidores e militares, ou pela iniciativa privada, representada por diretores dos próprios clubes, que concediam empregos aos jogadores.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira tentativa de centralização política do campo esportivo paranaense ocorreu entre 1935 e 1937. Começando pela proposta de Paula Soares para a oficialização dos esportes por parte do governo Vargas, passando pela eleição de Luiz Aranha para a presidência da CBD e chegando finalmente, à carga dos “tenentes revolucionários”, que levaria estes, ao papel de interlocutores regionais da centralização que ocorria também em âmbito nacional. No entanto, a escalada de Couto Pereira e Paula Soares durou pouco. Ambos empenharam suas palavras no campo esportivo. Ambos adotaram o ponto de vista da CBD enquanto os demais presidentes de clubes, preocupando-se tanto com a diminuição dos grandes amistosos interestaduais da temporada de 1935, quanto com a perda de suas influências nos meandros administrativos do campo esportivo; fundaram uma nova federação local, alinhando-se a CBD no plano nacional, mas, isolando Couto Pereira e Paula Soares na esfera estadual.

A partir dos anos 1940 entretanto, o campo político nacional se alterou profundamente. Com o advento do Estado Novo e de suas estruturas burocráticas de controle de “atividades subversivas” e censura aos órgãos de imprensa, se constituiu a ditadura de Vargas. De outro lado, a Segunda Guerra Mundial teve um grande impacto sobre a sociedade brasileira. Numa cidade pequena como Curitiba era, o impacto direto se deu pelos *black outs*, os treinamentos públicos para o caso de bombardeios aéreos; pela formação de grupamentos de artilharia anti aérea e sobretudo, pelos racionamentos de materiais estratégicos, que incluíam desde gasolina até papel de jornal.<sup>474</sup> Muitos itens básicos de consumo estavam restringidos pelo racionamento de guerra. Além disso, as notícias dos afundamentos de navios brasileiros contribuía para aumentar o quadro de crise.

Imigrantes e descendentes, principalmente no sul e sudeste do país, sofreram discriminações e perseguições naquele período. O futebol especialmente, também composto de descendentes e imigrantes, cedeu alguns atletas ao esforço de guerra. Machado cita alguns, mas, outros, ficaram apenas nas entrelinhas, como Helio

---

<sup>474</sup> Principalmente ao longo de 1942, os racionamentos foram tema constante nos jornais. O controle do papel jornal pelo governo, chegou a tirar alguns periódicos de circulação como pode ser visto em: REDUÇÃO da Tiragem de Um Jornal. **Correio do Paraná**. Curitiba, 26 mar. 1942. p.4. e DEIXOU de Circular a Gazeta de Alagoas. **Correio do Paraná**. Curitiba, 20 mai. 1942. p.4.

Muller, atleta profissional do Água Verde (nome adotado pelo Savóia em 1945), que renovou seu antigo contrato com o clube, após ser desmobilizado pela Força Expedicionária Brasileira.<sup>475</sup> Naquele cenário conturbado, carregado de tensões políticas e contradições resultantes do choque entre os ideais modernizadores do governo federal e as tradições do antigo sistema republicano de origem liberal, a instalação do primeiro CRD no Paraná, coincidiu com a nacionalização imposta aos clubes “eticamente marcados”. Mas também, a partir da centralização de poderes no campo esportivo, criou as condições para que se formasse uma oposição política entre Atlético e Coritiba na medida em que este último, na prática, detinha o controle do órgão federal com a presença de cinco de seus diretores no Conselho.

A intervenção decorrente, ocorrida no Clube Atlético Paranaense, a partir da “renúncia” da diretoria do clube, entretanto, jamais foi contada pelos cronistas.<sup>476</sup> Em parte porque, o que deveria ser uma intervenção disciplinadora por parte do CRD, se transformou em uma oportunidade para que o clube encontrasse em Manoel Aranha, uma forma de reverter a situação política do campo esportivo. Além disso, a presidência de Aranha resultou em dois títulos estaduais, ambos conquistados sobre o maior rival, o Coritiba.<sup>477</sup> Desta forma, é possível inferir, como afirmamos anteriormente, que a “eleição” de Aranha representou também, a resignação do clube para com a intervenção e para além disso, pode ter ficado relegada a segundo plano nas memórias dos cronistas paranaenses, em função das vitórias esportivas.

Ao longo deste processo, o profissionalismo se fortaleceu no futebol e mesmo em centros menores, como Curitiba, se tornou uma realidade sem volta. No entanto, conforme vimos, o fato de os clubes passarem a assinar contratos formais, não significava necessariamente que os atletas fossem literalmente profissionais do futebol, uma vez que boa parte deles, mantinham empregos paralelos. Mesmo em fins do primeiro período Vargas, ainda se mantinham muitas das práticas semi profissionais verificadas em períodos anteriores. Em suma, atletas dedicados unicamente ao futebol, contratados exclusivamente para a prática da modalidade, ainda eram uma raridade em meados dos anos 1940 no Paraná.

---

475 CONFEDERAÇÃO Brasileira de Desportos. Contrato n. 12355. Rio de Janeiro, 12 out. 1945.

476 Tanto em CARDOSO. **História...**, quanto em MACHADO. *Op. Cit.*, as referências ao episódio são rápidas e não tratam da intervenção propriamente dita.

477 As finais estaduais de 1943 e 1945.

Com o advento do profissionalismo, as disputas políticas internas ao campo esportivo, se tornaram um problema para o governo federal em sua “cruzada disciplinadora”. O CND foi a resposta política de Vargas para a situação e também, se tornou no principal legado do período para o futebol brasileiro. Os “tenentes” representaram neste caso, o mesmo que representaram no campo político nacional. Ou seja, uma interferência militar num campo supostamente destinado a civis, ainda que muitos “tenentes” sequer fossem militares.<sup>478</sup> No Paraná, a presença destes “tenentes” determinou as formas de centralização política do esporte, passando necessariamente, pela ocupação da maioria dos altos cargos em entidades dirigentes e também, de alguns clubes.

Chega-se a conclusão, que a centralização de poderes era um objetivo mais importante para os “tenentes”, do que outras funções mais específicas do órgão, como por exemplo, a fiscalização dos contratos registrados, à exceção daqueles contratos que sofriam algum tipo de protesto por parte de terceiros, como no caso de Ibarrola. Mas o aspecto menos perceptível deste processo, é que com a criação do CND e de suas contrapartes regionais, criaram-se interligações entre as estruturas burocráticas do governo federal as instâncias administrativas do campo esportivo. No caso paranaense, em ambos os extremos, a ocupação dos cargos de comando era reservada aos “tenentes revolucionários”. Ou seja, o “tenente” Luiz Aranha, presidente da CBD e depois, membro do CND teve, inicialmente, nos “tenentes” Couto Pereira e Paula Soares, interlocutores politicamente alinhados às diretrizes centralizadoras e disciplinares do órgão nacional.

Quando o “tenente” Manoel Aranha entrou em cena, o equilíbrio de poder no campo esportivo paranaense se alterou, mas, as diretrizes do CRD se mantiveram. Com a presença de outro “tenente”, o “neutro” major Catramby, na presidência do órgão regional, as disputas político esportivas locais deixaram de ocorrer entre o CRD de Couto Pereira e o Atlético de Claro Américo. Passando a ocorrer entre os próprios clubes, através de Couto Pereira e Manoel Aranha.

Analisado do ponto de vista dos atletas, este processo foi marcado por avanços legais, sobretudo com relação a situação contratual dos mesmos, sem que no entanto, houvessem avanços substanciais em seus rendimentos ou mesmo, em suas condições de trabalho. Os atletas não deixaram de ser vistos como “artistas”,

---

<sup>478</sup> BORGES. *Op. Cit.* 221.

nem mesmo pela lei, que até 1945, ainda os considerava como “atores”, “palhaços” e “trapezistas”. Para a sociedade brasileira, o futebol continuava sendo comparável ao circo e ao teatro, embora o futebol cumprisse ainda a função de elemento de propaganda nacional, como perpetuador dos ideais de raça e nacionalidade brasileiras. A imprensa esportiva, alinhada aos interesses políticos dominantes, raramente defendia os atletas, ao contrário, contribuía para estabelecer a imagem da oficialização dos esportes como a salvação dos clubes e do próprio esporte, mas, não tocava a questão dos profissionais a não ser para defender métodos profissionais de preparação e treinamento dos atletas. O profissionalismo veio, a oficialização também, mas, no gramado, os atletas continuaram sendo considerados “cavalos de raça”.

## 6. BIBLIOGRAFIA

### **Fontes**

#### *Periódicos*

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

A NOITE. Rio de Janeiro, ago. 1935. jul. a nov. 1936.

A REPÚBLICA. Curitiba, out. 1929.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, fev. e set. a dez. 1933, nov. 1934, ago. 1936.

CORREIO DE SÃO PAULO. São Paulo, jan. 1933.

CORREIO DO PARANÁ. Curitiba, 1932-1942.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. Jul. 1939.

Biblioteca Pública do Paraná

DIARIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 1942.

DIARIO DA TARDE. Curitiba, 1942.

GAZETA DO POVO. Curitiba, 1941-1943.

GRAN FINA. Curitiba, 1942.

O DIA. Curitiba, 1942.

#### *Documentos Oficiais do Estado do Paraná*

CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS. Curitiba, 1941-1945.

ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 1º trim. 1935, 1º trim. 1937.

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA DA INTERVENTORIA FEDERAL DO PARANÁ. Curitiba, 1931.

CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS. Curitiba, 1941-1945.

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. Curitiba, 1941-1945.

DELEGACIA DE SEGURANÇA PESSOAL. Curitiba, 1941-1945.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 1941-1945.

### *Legislação Federal e Recortes do Diário Oficial da União*

BRASIL. Atos do Poder Executivo. Decreto-Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. Retificação. 18 de abril de 1941. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. p.7652 Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2248823/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-18-04-1941/pdfView>>. Acesso em: 13/10/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.492, de 16 de julho de 1928. Regula a organização das empresas de diversões e a locação de serviços teatrais. **Casa Civil**, Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/D5492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D5492.htm)>. Acesso em: 13/10/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 527, de 1º de julho de 1938. Regula a cooperação financeira da União com as entidades privadas, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde. **Senado Federal**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=74476&norma=100873>>. Acesso em: 13/10/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 693, de 15 de setembro de 1938. Isenta do pagamento do solo os papéis a que se refere o art. 7º do decreto-lei n. 527, de 1 de julho de 1938. **Senado Federal**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=74214&norma=100570>>. Acesso em: 13/10/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 1.056, de 19 de janeiro de 1939. Institue a Comissão Nacional de Desportos. **Senado Federal**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=3448&norma=7887>>. Acesso em: 13/10/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 1.500, de 9 de agosto de 1939. Altera o Decreto-lei n. 527, de 1 de julho de 1938. **Senado Federal**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=4617&norma=10645>>. Acesso em: 13/10/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. **Senado Federal**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=130940&norma=152593>>. Acesso em: 13/10/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 9.267, de 16 de abril de 1942. Aprova o Regimento do Conselho Nacional de Desportos (texto integral). **Senado Federal**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=1933&norma=4620>>. Acesso em: 13/10/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. N. 5.342 de 25 de março de 1943. Dispõe sobre a competência do Conselho Nacional de Desportos e a disciplina das atividades desportivas, e dá outras providências. **Senado Federal**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=2123&norma=5028>>. Acesso em: 13/10/2013.

\_\_\_\_\_. Departamento de Correios e Telégrafos. Requerimentos Despachados, 6 de maio de 1933. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p.8871. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2012787/pg-47-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-05-1933>>. Acesso em: 12/12/2013.

\_\_\_\_\_. Departamento de Correios e Telégrafos. Requerimentos Despachados, 11 de dezembro de 1950. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p.17915. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2823202/pg-43-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-14-12-1950>>. Acesso em: 12/12/2013.

### *Documentos de Entidades Esportivas*

CORITIBA FOOTBALL CLUB. **Álbum comemorativo 33º aniversário**. Curitiba: João Haupt, 1942.

\_\_\_\_\_. **Relatório dos Trabalhos dos anos de 1930-1931**. Curitiba, Livraria Universal, 1931.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL. Curitiba. **Ata da sessão realizada em 9 set. 1940**. 4 p.

### *Biografias*

BARACHO, M. L. G. **Paula Soares: ser e fazer**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2002.

FEDATO, H.; KRAUSS, P. **Fedato: o estampilha rubia**. Curitiba: [s.ed.], 1990.

HILTON, S. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

TOURINHO, P. A Vida de um Revolucionário. *In: A REVOLUÇÃO de 1930 no Paraná*. **Boletim** [do] Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, Curitiba, v. 21, 1974. p.347-351.

### *Cronistas e Memorialistas Paranaenses*

CARDOSO, F. G. **História do Futebol Paranaense**. Curitiba: Grafipar, 1978.

\_\_\_\_\_. **O Cotejo da Rivalidade Através dos Tempos**. Curitiba: Livraria do Sul, 1945.

COELHO, V.; NETO, C. **Atletiba: a paixão das multidões**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1994.

COSTA, S. G. da. **História Política da Assembleia Legislativa do Paraná**. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 1994.

LINHARES, T. **Paraná Vivo**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

\_\_\_\_\_. **Relíquias de uma polêmica entre amigos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

MACHADO, H. I.; CHREZTENZEN, L. M. **Futebol, Paraná, História**. Curitiba: Digitus, 1990.

MACHADO, H. I.; HOERNER JÚNIOR, V. H. **Clube Atlético Paranaense: uma paixão eterna**. Curitiba: Natugraf, 2010.

MORI, J. B. **Musas de... Chuteiras...** Crítica e Humorismo. Curitiba: [s.ed.], 1938.

NETO, C. **O Voo Certo – História do Paraná Clube**. Curitiba: Ed. do Autor, 1996.

TOURINHO, L. C. P. **Toiro Passante**. Curitiba: [s. ed.], 1991. v. 3 e 4.

### *Entrevistas e Declarações de Jogadores e Dirigentes*

ARANHA, M. **Discurso em agradecimento ao título paranaense de 1943**. disponível em: <<http://www.furacao.com/80anos/artigos/manoelaranha.php>> Acesso em: 19/06/2011.

BIAZETTO, N. **O capitão do furacão**. Disponível em: <<http://www.furacao.com/80anos/entrevistas/nilo.php>>. Acesso em: 19/06/2011.

BRANDALISE, C.; et al. **6º encontro do Círculo de História Atlética**. Disponível em: <<http://circuloatleticano.wordpress.com/category/06º-encontro/>>. Acesso em: 19/06/2011.

\_\_\_\_\_. **Para sempre Furacão**. Disponível em: <<http://www.furacao.com/80anos/entrevistas/cireno.php>>. Acesso em: 19/06/2011.

CORNELSEN, A. **O PAVOC é nosso**. Disponível em: <<http://www.furacao.com/80anos/entrevistas/lolo.php>>. Acesso em: 19/06/2011.

COUTO PEREIRA, A. **Major Antonio Couto Pereira**. In: *Grandes Clubes Brasileiros: Coritiba Foot Ball Club*. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, [s.d.]. p.26-29.

COXA-BRANCA com muito orgulho. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 outubro 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/centenariocoritiba/Coxa-branca-com-muito-orgulho>>. Acesso em: 24/6/2011.

### **Referências Bibliográficas**

A REVOLUÇÃO de 1930 no Paraná. **Boletim** [do] Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, Curitiba, v. 21, 1974.

ANTUNES, F. M. R. F. **Com brasileiro, não há quem possa! Futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues**. São Paulo: UNESP, 2004.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BLOCH, M. **A Estranha Derrota**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BORGES, V. P. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOSCHILIA, R. O Cotidiano de Curitiba Durante a Segunda Guerra Mundial. **Boletim Informativo** [da] Casa Romário Martins. Curitiba, v. 22, n. 107, 1995. 67 p.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRESCIANI, M. S. M. **O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2005.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

CALDAS, W. **O Pontapé Inicial: memória do futebol brasileiro**. São Paulo: Ibrasa, 1990.

CAPRARO, A. M. **Football, uma prática elitista e civilizadora: investigando o ambiente social e esportivo paranaense do início do século XX**. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

\_\_\_\_\_. **Identidades imaginadas: futebol e nação na crônica esportiva brasileira do século XX**. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

\_\_\_\_\_. *et all.* **A Fundação da Liga Sportiva Paranaense: relações de poder entre a juventude elitista**. IV CSBCE. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.ufsc.br:8080/xmlui/handle/123456789/306>>. Acesso em: 15/08/2012.

\_\_\_\_\_. *et all.* O Semiprofissionalismo no Futebol Brasileiro: representação episódica, fenômeno sistêmico. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, n. 2, v. 17, p.534-555. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/4308>>. Acesso em 23/10/2013. p.548-549

CARRANO, P. C. R. (Org.). **Futebol: paixão e política**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

CASTRO, C. In Corpore Sano – Os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, Rio de Janeiro, n. 2, p.61-78, 1997.

CHARTIER, R. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COLLI, E. **Universo Olímpico: uma enciclopédia das Olimpíadas**. São Paulo: Códex, 2004.

CORREIA, F. P. **Grandezas e Misérias do Nosso Futebol**. Rio de Janeiro: Flores e Mano Editores, 1933.

COSTA, M. da S. D. O Esporte Como Política de Estado: Vargas. In: DEL PRIORE, M.; MELO, V. A. de. (Orgs.). **História do Esporte no Brasil: do império aos dias atuais**. São Paulo: UNESP, 2009. p.213-244.

\_\_\_\_\_. Os Gramados do Catete: Futebol e Política na Era Vargas (1930-1945) In: SILVA, F. C. T. da; SANTOS, R. P. dos. **Memória Social dos Esportes**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. v.2. p.107-132.

DAGOSTIM, M. W. **A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Setor de Ciências Humanas, UFPR, Curitiba, 2011.

DAMATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

\_\_\_\_\_. **Universo do Futebol**. São Paulo: Pinakotheke, 1982.

DE DECCA, E. S. **1930 O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEL PRIORE, M. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DEL PRIORE, M.; MELO, V. A. de. (Orgs.). **História do Esporte no Brasil: do império aos dias atuais**. São Paulo: UNESP, 2009.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ELIAS, N. **La Sociedad de los Individuos**. Barcelona: Península, 1990.

\_\_\_\_\_. **Mozart: Sociologia de um Gênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

\_\_\_\_\_.; DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

\_\_\_\_\_.; SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAUSTO, B. A Revolução de 30. In: MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.227-255.

\_\_\_\_\_. **História do Brasil**. São Paulo: USP, 1995.

\_\_\_\_\_. O Estado Novo no Contexto Internacional. *In*: PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p.17-20. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 20/10/2013.

FREITAS, M. C. de. (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007.

FREITAS JUNIOR, M. A. de.; CAPRARO, A. M. (Orgs.) **Passo de Letra: crônica esportiva e sociedade brasileira**. Ponta Grossa: Vila Velha, 2012.

GERTZ, R. E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

GINZBURG, C. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

\_\_\_\_\_. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

GIULIANOTTI, R. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e sociológicas do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

\_\_\_\_\_. **Fear and Loathing in World Football**. Oxford: Berg, 2001.

HUNT, L (Org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LENHARO, A. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papirus, 1986.

LEVI, G. **A Herança Imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LORIGA, S. **O Pequeno X: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2011.

MANHÃES, E. D. **Política de Esportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARTINS, W. **Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

MOLETTA JUNIOR, C. L. **Futebol e formação do espaço público no contexto da fundação do Coritiba Football Club (Curitiba, 1900-1915)**. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MOTA, L. D. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

NAS ONDAS do Rádio. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v, 23, 1996.

NAXARA, M. R. C.; BRESCIANI, M. S. **Memória e (res)sentimento**. São Paulo: Unicamp, 2004.

NEGREIROS, P. J. L. de C. **A nação entra em campo: futebol nos anos 30 e 40**. 346 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, PUC/SP, São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. Futebol nos anos 1930 e 1940: construindo a identidade nacional. **História Questões & Debates**, Curitiba, n. 39, p. 121-151, 2003.

OLIVEIRA, C. R. de. **O negro no futebol paranaense: o caso do Coritiba (1909-1942)**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005.

OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, R. C. de. (Org.). **A Construção do Paraná Moderno**. Curitiba: Sesquicentenário, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA FILHA, E. A. de. Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: "Gazeta do Povo" e "O Estado do Paraná". **Cadernos da Escola de Comunicação**, Curitiba, n. 2, p.86-101. Jan./dez. 2004.

PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 20/10/2013.

PARADA, M. Corpos Físicos Como Corpos Cívicos: Práticas Desportivas e Educação Física no Brasil sob o Estado Novo. In: SILVA, F. C. T. da; SANTOS, R. P. dos. **Memória Social dos Esportes**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. v.2. p.155-183.

PEREIRA, M. J. **Politizando o cotidiano: repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial**. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

POUTIGNAT, P. **Teorias da Etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 2011.

RÉMOND, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIBEIRO, L. C. Brasil: futebol e identidade nacional. **efdeportes.com**, Buenos Aires, n.56, jan. 2003. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd56/futebol.htm>>. Acesso em 15/7/2011.

\_\_\_\_\_. **História e sociabilidade na formação do futebol profissional em Curitiba (1900-1945)**. Curitiba, 1998.

\_\_\_\_\_. O futebol no campo afetivo da história. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 99-111, set./dez. 2004.

RODRIGUES FILHO, M. **O Negro no Futebol Brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SAGAN, C. **O Mundo Assombrado pelos Demônios: a ciência vista como uma vela no escuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SALUN, A. O. **Palestra Itália e Corinthians: quinta coluna ou tudo buona gente? Tese (Doutorado em História) – Departamento de História. USP, São Paulo, 2008.**

SARMENTO, C. E. **A Regra do Jogo: uma história institucional da C.B.F.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1669.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1669.pdf)>. Acesso em: 12/05/2012.

SAYAD, A. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEYFERTH, G. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Ed. UNB, 1990.

SILVA, F. C. T. da; SANTOS, R. P. dos. **Memória Social dos Esportes**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

SOARES, A. J. G.; LUVISOLO, H. Futebol e nacionalismo: questões de História. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 4., 1997, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte:[s.n.], 1997.

SOARES, J. M. A. A Institucionalização da Profissão de Atleta. *In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE PRÉ-ALAS BRASIL*. 15, 2012, Terezina. **Anais...** Terezina, 2012. Disponível em: <[www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT02-16.pdf](http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT02-16.pdf)>. Acesso em: 01/09/2013.

TRINDADE, E. M. De C. Paridade ou Paranismo? A construção de uma identidade regional. **Revista da SBPH**, n. 13, p. 65, 1997.

VELLOSO, M. P. Uma Configuração do Campo Intelectual. *In: OLIVEIRA, L. L.;VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.71-108.

## ANEXO

GUIMARÃES, C. A. **Declarações do presidente do Clube Atlético Paranaense**. Curitiba, 19 ago. 1942. Arquivo Público do Paraná. Série pastas temáticas D.O.P.S.

O telegrama enviado, pelo Clube Atlético Paranaense, ao Guarani S. Clube de Ponta Grossa, não conduziu nenhum intuito preconcebido ou intencional de ferir melindres de quem quer que seja, naquela cidade, e não levou autorização para ser divulgado ou exibido. A explicação do texto, que vem sendo explorado tendenciosamente, será dada no curso destas declarações. O telegrama tinha por objetivo demonstrar que o mal que assoberba o esporte paranaense não tem raízes na cidade de Ponta Grossa e sim, o caso pontagrossense, talvez seja consequência da calamidade que que assola e envolve todas as atividades esportivas da capital do estado, transformando o nosso esporte num autentico caso de polícia, que envolve matéria referente a segurança nacional, há em todos os setores da atividade esportiva um espírito dominante de desagregação e degenerescência, que vem anulando todos os esforços úteis empregados no seu desenvolvimento. Por exemplo, a liga de tiro vinha cumprindo o seu programa de ação, instalada, gratuitamente, na sede do Clube Atlético Paranaense quando, sem explicação plausível, foi, no seu seio, implantada a discórdia que degenerou em crise e hoje sob a presidência de Francisco Albizu, membro do Conselho Regional de Desportos quasi nada mais tem feito de prático no cumprimento de suas finalidades. O Clube Atlético Paranaense vinha, normalmente, disputando o campeonato de bola ao cesto, filiado a respectiva entidade, sagrando-se campeão do ano passado. Depois de estar marcada a data para a realização da partida final e decisiva do campeonato, o presidente do Curitiba Futebol Clube, que é também presidente do Conselho Regional de Desportos, sabendo que o nosso melhor jogador Tenente Celso Meyer entrará em férias, para gozá-la com sua família, no Rio de Janeiro, requereu o adiamento do jogo, mas não conseguiu o seu intento, apesar de contar, na assembleia realizada, com o voto incondicional de dois alemães ou descendentes de alemães, falando mal o idioma nacional e de um representante do Palestra Itália.

Que fez o presidente do Conselho Nacional (*sic*) de Desportos? Passou a enviar interpelações orais e escritas ao presidente da entidade até que se consumasse a renúncia deste, sendo eleitos para os cargos de presidente e vice-presidente o mesmo Francisco Albizu e Francisco Cardoso, do corpo redatorial da Gazeta do Povo. Na primeira reunião da nova diretoria, mais ou menos, em março deste ano, filiaram a liga de Paranaguá e, em nota oficial, ordenaram que o C. A. Paranaense disputasse na cidade de Paranaguá, em 1942, o campeonato já encerrado em dezembro de 1941. Diante desse lamentável estado de cousas o clube não se sentiu mais com garantias suficientes para continuar a disputar os campeonatos da entidade. Posteriormente, desligou-se também a S. E. F. Juventus. Fazem parte das entidades dirigentes – Conselho Regional de Desportos e Federação Paranaense de Futebol – pessoas que parecem adotar os processos nazistas e dão a impressão de estar executando o programa de dissolução dos valores componentes da sociedade, confeccionado no catecismo político do Dr. Goebels. Tinha existência normal, até dois meses atrás, junto a Federação Paranaense de Futebol, o Conselho de Presidentes dos Clubes Curitibanos, como órgão superintendente do futebol da cidade. Cinco dos sete presidentes que compunham o conselho decidiram não mais permitir que suditos das nações agressoras, tomassem parte em jogos oficiais, enquanto o Brasil estivesse de relações cortadas com as potências do Eixo, levando em conta que futebolistas brasileiros estão abandonando a prática dos esportes oficiais, para atender ao chamamento da pátria, neste momento decisivo para a história do mundo. Um único alemão, cujo nome não me ocorre agora, milita do quadro principal do Curitiba F. C. A Federação Paranaense de Futebol subvertendo a ordem legal estabelecida e agitando todo o ambiente futebolista da cidade, conseguiu que as ligas regionais do interior mudassem os seus representantes em Curitiba, e, com a maioria assegurada, cassou a autonomia do conselho de presidentes, revogou os seus atos, passando a permitir que alemães, italianos e japoneses tomem parte em jogos oficiais não obstante os apupos e indignação da assistência. Esse alemão que joga pelo Curitiba F. C., por duas vezes tomou parte em campeonatos oficiais de atletismo, disputado exclusivamente por brasileiros, sob a promessa formal de, no regresso, naturalizar-se e por duas vezes recusou optar por nossa nacionalidade. A maioria conseguida, com os substitutos dos delegados do interior, derrubou o regime representativo adotado na constituição da F. P. F. e

criou o totalitário exercido pelo presidente Paula Soares e vice-presidente J. Mugiatti S<sup>o</sup>, vinha, então, a F. P. F. interferindo na vida interna dos clubes por vias clandestinas, criando situações insustentáveis para os diretores e conseguiu, em poucos meses, as substituições dos presidentes do Brasil E. C., Paranaense F. C., e S. E. F. Juventus. São notórias as campanhas de descrédito movidas contra o Clube Atlético Paranaense pelos mentores do nosso futebol, dentro e fora do estado e para estabelecer confusão fizeram com o Palestra Itália, na mudança do nome, adotasse denominação idêntica a do C. A. Paranaense. Temos na mesma divisão dois clubes com o mesmo nome: C. A. Paranaense e Paranaense F. C. Para se formar um juízo do que sejam os processos indecorosos usados pelo presidente da F. P. F. bastará citar o seguinte fato: dias antes da realização, no primeiro turno, do jogo Britânia S. C. Contra o C. A. Paranaense o presidente Paula Soares fez, com o Dr. Fernando Camargo, uma aposta em dinheiro, como o seu clube, o Britânia, venceria o encontro. O juiz designado Cid Evora, aliás distintíssimo, esquivou-se da arbitragem sendo designado para substituí-lo o juiz Athayde Santos, e com surpresa geral, a partida foi travada sob a direção do juiz Max Muller, sem ter sido escalado oficialmente. Esse indivíduo, escolhido a dedo, já esbofeteado em público, em outra oportunidade, sem esboçar a menor reação, cínico e desfibrado, calha a classificação magistral de Euclides da Cunha – mestiço, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores. Esbulhado, pela atuação parcial desse autentico mestiço – Max Muller, o C. A. Paranaense redigiu a F. P. F. um enérgico ofício pedindo a sua exclusão, como indigno de figurar no quadro de juizes, ofício que não foi tomado em consideração pela entidade surgindo, em consequência, uma nota oficial – caso único na história – elogiosa a sua atuação, como que tripudiando sobre as mágoas de todos os rubro-negros. Os componentes do C. A. Paranaense tem uma tradição a zelar. Clube genuinamente brasileiro, conta nas suas fileiras figuras as mais representativas da sociedade paranaense, não alimenta questões raciais e recebe de braços abertos todos os nossos dignos irmãos de outros estados que vem participar da comunidade curitibana. O seu nome ultrapassou fronteiras. A representação brasileira nas olimpíadas de Los Angeles levou o seu atirador Eugenio Amaral; o seu atleta Hamilton Dal-lin representou a equipe brasileira nos jogos olímpicos de Lima e este ano Caju e Joanino vestiram a camisa brasileira no último sulamericano de

Montevideu. A F. P. F. não tem zelado, como devia, pelas nossas tradições. Ainda no último campeonato brasileiro de futebol a representação do Paraná seguiu para São Paulo, sob a direção de um adventicio, chegado de pouco em nossa terra, o profissional Hummel de tal, de reputação duvidosa e que desfruta as honras de ter sido envolvido em casos de suborno de jogadores paulistas e a imprensa bandeirante lamentou a péssima figura do Paraná em confronto com as destacadas exibições anteriores. Diante de tais fatos e daquele em que a Federação arrastou o bom nome do nosso esporte, no vizinho estado irmão de Santa Catarina, pela rua da amargura, com um combinado medíocre, sem um único titular do selecionado paranaense, composto de jogadores das simpatias do presidente chega-se a concluir que a intenção imperante é a de desmoralizar, anarquizar e arruinar as nossas tradições e organizações, reduzindo a frangalhos os brios da mocidade esportiva da nossa terra. Ao assumir a direção de uma associação esportiva, dedicada a promover a educação física e moral dos moços, temos de enfrentar as tormentas para impedir a destruição. No caso de Ponta Grossa o vice-presidente da Federação, e membro do Conselho Regional de Desportos move, pelo seu jornal uma campanha destinada a desmoralizar o presidente da liga da região. Afasta-se, dias depois, o presidente e na interinidade o mesmo vice-presidente decreta a intervenção – parte no jornal e julgador na Federação. Depois o interventor desgoverna, agita e divide e o jornal e a F. P. F. aprovam a agitação e dão carta branca ao interventor, com a aprovação prévia a todos os seus atos. O Clube Atlético Paranaense dá mostras de lamentações em torno da vítima e os agitadores se assanham, invertendo o caso como se dissessem: fuzilem as sentinelas, prendam a polícia e deem liberdade aos delinquentes. Estão sendo burlados todos os bons intuitos do governo da República em dotar o Brasil de uma organização esportiva a altura de seus foros de civilização. Almejo para o Paraná esportivo dias melhores e que a prática dos desportos bem orientada constitua mais um elo seguro da indestrutibilidade da unidade nacional. Tudo se faça pelo bem do Brasil, em qualquer terreno.

Curytiba, 19 de agosto de 1942.